Quarta-feira, 24 de Fevereiro de 1999 Número 46/99

II SÉRIE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência da República

Secretaria-Geral 2692

Assembleia da República

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros 2692

Presidência do Conselho de Ministros

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa 2692
Secretaria-Geral 2692
Gabinete de Macau 2693

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação

Despacho conjunto 2693

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade

Despacho conjunto 2694

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Ciência e da Tecnologia

Despacho conjunto 2694

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Secretaria-Geral 2694
Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários 2708
Instituto Camões 2708

Ministério da Defesa Nacional

Secretaria-Geral 2708
Direcção-Geral de Infra-Estruturas 2709
Marinha 2709
Exército 2710
Força Aérea 2711

Ministério das Finanças

Gabinete do Ministro 2713
Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo 2714
Direcção-Geral dos Impostos 2714
Direcção-Geral do Orçamento 2719
Direcção-Geral do Património 2719

Ministérios das Finanças e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território

Despacho conjunto 2719

Ministério da Administração Interna

Gabinete do Ministro 2719
Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana 2719
Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública 2719
Direcção-Geral de Viação 2720
Gabinete de Estudos e de Planeamento de Instalações ... 2720
Governo Civil do Distrito de Aveiro 2720
Governo Civil do Distrito de Coimbra 2721
Inspecção-Geral da Administração Interna 2721
Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral 2721
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 2722

Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território

Gabinete do Ministro 2723
Gabinete da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional 2724
Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas ... 2724
Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes 2725
Secretaria-Geral 2726
Comissão de Coordenação da Região do Algarve 2727
Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo 2727
Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares . 2727
Departamento de Prospectiva e Planeamento 2727
Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional 2727
Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais 2727
Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano 2727
Instituto Nacional de Aviação Civil 2729
Instituto Portuário do Sul 2729
Instituto Português de Cartografia e Cadastro 2729
Junta Autónoma de Estradas 2729
Laboratório Nacional de Engenharia Civil 2730

Ministério da Justiça

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça 2731
Direcção-Geral dos Registos e do Notariado 2732
Direcção-Geral dos Serviços Judiciários 2732
Direcção-Geral dos Serviços Prisionais 2733
Instituto de Medicina Legal de Coimbra 2733
Instituto de Reinserção Social 2733

Ministério da Economia

Delegação Regional da Economia do Algarve 2734
Delegação Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo 2735
Direcção-Geral do Turismo 2735
Instituto Geológico e Mineiro 2735
Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial 2735

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural 2735
Gabinete do Secretário de Estado das Pescas 2735
Direcção Regional de Agricultura do Algarve 2735
Escola de Pesca e da Marinha de Comércio 2736
Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar 2736
Instituto Nacional de Investigação Agrária 2736
Laboratório Nacional de Investigação Veterinária 2737

Ministério da Saúde

Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada 2738
Direcção-Geral da Saúde 2738
Administração Regional de Saúde do Centro 2739
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo 2739
Administração Regional de Saúde do Norte 2741
Centro Hospitalar das Caldas da Rainha 2741
Hospitais Civis de Lisboa 2741
Hospital Distrital de Águeda 2742
Hospital Distrital de Aveiro 2742
Hospital Distrital da Covilhã 2742
Hospital Distrital do Fundão 2742
Hospital de Egas Moniz 2743
Hospital do Espírito Santo — Évora 2743
Hospital Geral de Santo António 2744
Hospital José Joaquim Fernandes — Beja 2744
Hospital de Magalhães Lemos 2744
Hospital de Nossa Senhora da Ajuda — Espinho 2745
Hospital Nossa Senhora do Rosário — Barreiro 2746
Hospital de Pulido Valente 2746
Hospital de Santa Luzia de Viana do Castelo 2746
Hospital de Santa Maria Maior 2747
Hospital de Santo André — Leiria 2747
Hospital de São Gonçalo 2747
Hospital de São Pedro — Vila Real 2748
Hospital de São Pedro Pescador 2750
Hospital da Senhora da Oliveira — Guimarães 2750
Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento 2750
Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência 2752

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e Formação 2753
Centro Regional de Segurança Social do Centro 2753
Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo 2753
Centro Regional de Segurança Social do Norte 2754
Departamento de Estatística, Estudos e Planeamento (do ex-MSSS) 2754
Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social 2754
Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho 2755

Ministério do Ambiente

Portaria n.º 165/99 (2.ª série):

Torna extensível o uso de cartão de identidade ao pessoal afecto à Inspecção-Geral do Ambiente com funções de inspecção 2756

Direcção-Geral do Ambiente 2757
Direcção Regional do Ambiente — Alentejo 2757
Direcção Regional do Ambiente — Lisboa e Vale do Tejo 2757
Direcção Regional do Ambiente — Norte 2757
Instituto de Promoção Ambiental 2757

Ministério da Cultura

Gabinete do Ministro 2757
Biblioteca Nacional 2757
Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema 2757
Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo 2757
Instituto Português de Museus 2758
Instituto Português do Património Arquitectónico 2758

Ministério da Ciência e da Tecnologia

Gabinete do Ministro 2758

Região Autónoma da Madeira

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Parlamentares 2758

Supremo Tribunal Administrativo 2758
Tribunal de Contas 2759
Ministério Público 2759
Universidade Aberta 2760
Universidade do Algarve 2760
Universidade de Aveiro 2760
Universidade da Beira Interior 2762
Universidade de Coimbra 2763
Universidade de Évora 2764
Universidade de Lisboa 2764
Universidade do Minho 2765
Universidade Nova de Lisboa 2768
Universidade do Porto 2768
Universidade Técnica de Lisboa 2770
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro 2771
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa 2772
Instituto Politécnico de Beja 2772
Instituto Politécnico de Bragança 2772
Instituto Politécnico de Castelo Branco 2773
Instituto Politécnico de Coimbra 2773
Instituto Politécnico da Guarda 2776
Instituto Politécnico de Leiria 2776
Instituto Politécnico de Lisboa 2778
Instituto Politécnico de Portalegre 2780
Instituto Politécnico do Porto 2780
Instituto Politécnico de Santarém 2781
Instituto Politécnico de Setúbal 2782
Instituto Politécnico de Tomar 2782

Aviso. — Com base no disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 328/87, de 16 de Setembro, foi publicado o apêndice n.º 21/99 ao *Diário da República,* 2.ª série, n.º 46, de 24 de Fevereiro de 1999, inserindo o seguinte:

Ministério da Saúde

Escola Superior de Enfermagem de D. Ana Guedes.
Escola Superior de Enfermagem de Santarém.
Direcção-Geral da Saúde.
Administração Regional de Saúde do Alentejo.
Administração Regional de Saúde do Algarve.
Administração Regional de Saúde do Centro.
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.
Administração Regional de Saúde do Norte.
Centro Hospitalar de Coimbra.
Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia.
Centro Psiquiátrico de Recuperação de Arnes.
Hospitais Civis de Lisboa.
Hospital Amato Lusitano — Castelo Branco.
Hospital do Arcebispo João Crisóstomo — Cantanhede.
Hospital Conde de São Bento — Santo Tirso.
Hospital Distrital de Bragança.
Hospital Distrital de Chaves.
Hospital Distrital de Faro.
Hospital Distrital de Lagos.
Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros.
Hospital Distrital do Montijo.
Hospital Distrital de Peso da Régua.
Hospital Distrital de Pombal.
Hospital Distrital de Portimão.
Hospital Distrital de Santarém.
Hospital Distrital de São João da Madeira.
Hospital Distrital de Torres Novas.
Hospital Distrital de Torres Vedras.
Hospital de Egas Moniz.
Hospital Geral de Santo António.
Hospital José Joaquim Fernandes — Beja.
Hospital de José Luciano de Castro.
Hospital de Júlio de Matos.
Hospital de Magalhães Lemos.
Hospital Ortopédico Sant'Iago do Outão.
Hospital de Padre Américo — Vale do Sousa.
Hospital de Pedro Hispano.
Hospital de Reynaldo dos Santos.
Hospital de Santa Cruz.
Hospital de Santa Luzia de Elvas.
Hospital de São João.
Hospital de São João de Deus.
Hospital de São Pedro — Vila Real.
Hospital de São Pedro Gonçalves Telmo — Peniche.
Hospital de São Teotónio — Viseu.
Hospital da Senhora da Oliveira — Guimarães.
Maternidade do Dr. Alfredo da Costa.
Maternidade de Júlio Dinis.
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.
Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil.
Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Aviso n.º 3754/99 (2.ª série). — Por despacho do chefe da Casa Civil do Presidente da República de 5 de Fevereiro de 1999:

Anabela Gomes Silva Rosa Correia Inocêncio, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência da República — autorizada a passar à situação de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 8 de Fevereiro de 1999.

11 de Fevereiro de 1999. — O Secretário-Geral, *José Vicente de Bragança.*

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

Despacho n.º 3736/99 (2.ª série). — Nos termos conjugados do artigo 35.º do CPA e do n.º 3 do artigo 22.º do LOAR, delego na directora, em substituição, do Centro de Informática, engenheira Isabel Maria Cerqueira de Sousa, as competências a que se referem os meus despachos n.os 100/SG/96, 134/SG/96 e 30/SG/97, respectivamente de 27 de Junho, de 22 de Outubro e de 18 de Março.

A presente delegação produz efeitos desde o dia 1 do corrente mês e é concedida nos termos e condições constantes dos citados despachos.

5 de Fevereiro de 1999. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho.*

Louvor n.º 59/99. — Ao cessar as funções de director do Centro de Informática da Assembleia da República cumpre salientar a extrema dedicação, lealdade e empenhamento pessoal e profissional que o engenheiro António Camacho Rosado da Fonseca imprimiu ao exercício deste cargo, contribuindo decisivamente para a modernização do Parlamento, o que o torna credor de louvor público.

8 de Fevereiro de 1999. — O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos.*

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa

Despacho n.º 3737/99 (2.ª série). — Com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999, inclusive, dou por finda a nomeação de António Ricardo Maurício Correia Carrilho de Almeida, que havia sido nomeado por meu despacho de 16 de Setembro de 1998.

Aproveito o ensejo para agradecer e dar público louvor a António Ricardo Maurício Correia Carrilho de Almeida pelo brio, empenho, dedicação e profissionalismo evidenciados e que sempre pautaram o seu comportamento no exercício das suas funções neste Gabinete.

29 de Janeiro de 1999. — O Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa, *Fausto de Sousa Correia.*

Secretaria-Geral

Aviso n.º 3755/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por meu despacho de 22 de Janeiro de 1999, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno de ingresso para admissão a estágio com vista ao preenchimento de uma vaga de técnico superior de 2.ª classe (área de gestão e recursos humanos e psicologia do trabalho) da carreira técnica do quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, aprovado pela Portaria n.º 59/98, de 12 de Fevereiro.

2 — Prazo de validade do concurso — o concurso é válido para a vaga referida e extingue-se com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável:

a) Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
b) Decreto-Lei n.º 147/93, de 3 de Maio, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 227/97, de 30 de Agosto;
c) Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
d) Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

4 — Conteúdo funcional — funções de estudo, concepção e adaptação de métodos e processos técnico-científicos, tendo em vista preparar a tomada de decisão superior. As funções serão desempenhadas na área de apoio à gestão de recursos humanos, definidas no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 147/93, de 3 de Maio.

5 — Remuneração, local e condições de trabalho — a remuneração é a fixada nos termos do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e legislação complementar, sem prejuízo do direito de opção pelo vencimento do lugar de origem. O local de trabalho situa-se na Rua do Prof. Gomes Teixeira, Lisboa, e as condições de trabalho são as genericamente vigentes para a função pública.

6 — Requisitos gerais e especiais de admissão a concurso:

a) Ser funcionário ou agente da Administração Pública, reunindo estes últimos as condições expressas no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
b) Satisfazer os requisitos gerais previstos no artigo 29.º do diploma referido na alínea anterior;
c) Possuir licenciatura em Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho.

6.1 — Nos termos do n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os candidatos devem reunir os requisitos pretendidos até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas.

7 — Métodos de selecção — nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, serão utilizados os seguintes métodos de selecção:

1.ª fase (eliminatória) — prova escrita de conhecimentos;
2.ª fase — avaliação curricular;
3.ª fase — entrevista profissional de selecção.

7.1 — A prova de conhecimentos tem carácter eliminatório, considerando-se excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, entendendo-se como tal as classificações inferiores a 9,5 valores.

7.2 — A prova de conhecimentos visa avaliar os níveis de conhecimentos académicos e profissionais dos candidatos exigíveis e adequados ao exercício das funções a prover.

7.3 — Após a afixação no serviço, da relação dos candidatos admitidos, estes serão convocados oportunamente, nos termos conjugados do n.º 2 do artigo 35.º e do n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, para a prestação da prova escrita de conhecimentos, com a duração de duas horas e pontuada de 0 a 20 valores, que incidirá sobre as matérias do programa aprovado por despacho de 11 de Abril de 1997 do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 96, de 24 de Abril de 1997. Os temas a abordar na prova de conhecimentos, bem como a legislação e bibliografia necessárias à sua realização, são publicados em anexo ao presente aviso.

7.4 — Na avaliação curricular são consideradas e ponderadas, de acordo com as exigências da função:

a) A habilitação académica de base;
b) A formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com a área funcional do lugar posto a concurso;
c) A experiência profissional, onde se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividade para a qual o concurso é aberto, bem como outras capacitações adequadas com a avaliação da sua natureza e duração.

7.5 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

8 — Os critérios de apreciação e ponderação da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, constam de actas de reunião do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

8.1 — A classificação final dos candidatos será obtida pela seguinte fórmula:

$$CF = \frac{6PCE + 2AC + 2EPS}{10}$$

em que:

CF = classificação final;
PCE = prova de conhecimentos escrita;
AC = avaliação curricular;
EPS = entrevista profissional de selecção.

9 — Formalização das candidaturas — o requerimento de admissão deverá ser dirigido ao secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros, entregue pessoalmente até às 20 horas na Divisão de

Informação e Relações Públicas, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para a Rua do Prof. Gomes Teixeira, 1399-022 Lisboa.

9.1 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação (nome, estado civil, número e data de validade do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone);
b) Habilitações literárias;
c) Indicação, sob compromisso de honra, em alíneas separadas, da situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos gerais de admissão mencionados nas alíneas *a*), *b*), *d*) e *f*) do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9.2 — O requerimento deverá ser acompanhado de certificado, autêntico ou autenticado, pelas formas previstas no Decreto-Lei n.º 48/88, de 17 de Fevereiro, ou outro documento idóneo, comprovativo das habilitações literárias.

10 — A não apresentação da declaração de honra mencionada na alínea *c*) do n.º 9.1 e do documento exigido no n.º 9.2 do presente aviso é motivo de exclusão.

10.1 — A relação dos candidatos admitidos será afixada nas instalações da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros e a lista de classificação final será notificada aos candidatos:

a) Através de afixação da lista nas instalações da SGPCM;
b) Através de aviso no *Diário da República,* 2.ª série, informando a afixação da lista nas instalações da SGPCM, se o número de candidatos for superior a 100;
c) Por escrito, com cópia da lista, se o número de candidatos for inferior a 100.

11 — Regime de estágio:

11.1 — O estágio, com carácter probatório, terá a duração de um ano, obedecendo o seu regime às regras estabelecidas no Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, e será feito na Direcção de Serviços de Apoio à Gestão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

11.2 — A avaliação e classificação dos estagiários será de acordo com o regulamento de estágio aprovado pelo Despacho Normativo n.º 95/91, de 2 de Maio, publicado no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 100.

11.3 — Salvo decisão em contrário, o júri do estágio será o deste concurso.

11.4 — No respeitante ao funcionamento e à competência do júri do estágio, bem como à homologação, publicação, regulamentação e recurso dos respectivos resultados, aplicam-se as regras constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

12 — Composição do júri do concurso:

Presidente — Licenciada Maria Guiomar Cruz, directora de serviços.
Vogais efectivos:
Licenciada Maria Fernanda Tiago, técnica superior de 1.ª classe.
Licenciada Marisa Zuzarte Ferreira da Silva, técnica superior de 1.ª classe.

Vogais suplentes:
Licenciada Fernanda Soares Cruz, técnica superior principal.
Licenciada Maria de Fátima Vitorino, técnica superior principal.

5 de Fevereiro de 1999. — O Secretário-Geral, *Alexandre Figueiredo.*

ANEXO

Enunciado do programa das provas do concurso de estagiário tendo em vista o provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros:

Estado e Administração Pública;
Orgânica do Governo — Presidência do Conselho de Ministros;
Orgânica da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros;
Código do Procedimento Administrativo;
Estatuto Disciplinar dos Funcionários da Administração Central, Regional e Local;
Regime de faltas, férias e licenças;
O conflito organizacional;
Noções gerais de direito comunitário;
Direito do trabalho aplicável à Administração Pública;
Papel da formação na gestão dos recursos humanos;
Informática na óptica do utilizador.

Bibliografia:

Teoria Geral da Administração Pública, de Idalberto Chiavenato (McGraw-Hill);
Recursos Humanos, de Idalberto Chiavenato;
Constituição da República Portuguesa;
Código do Procedimento Administrativo;
Estatuto Disciplinar dos Funcionários da Administração Central, Regional e Local;
Direito do Trabalho, de António Monteiro Fernandes, Livraria Almedina, Coimbra, 1993.

Legislação:

Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 147/93, de 3 de Maio, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 227/97, de 30 de Agosto.

Gabinete de Macau

Aviso n.º 3756/99 (2.ª série). — Para efeitos do disposto no artigo 93.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, anuncia-se que foi afixada, em observância do preceituado no n.º 3 do artigo 95.º do mesmo diploma, a lista de antiguidade do pessoal deste Gabinete referida a 31 de Dezembro de 1998.

Da organização da lista em apreço cabe reclamação, nos termos do artigo 96.º do citado decreto-lei.

8 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Luís Falcão de Bettencourt.*

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Despacho conjunto n.º 171/99. — 1 — Tendo em conta o disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 138/93, de 26 de Abril, e ao abrigo do artigo 3.º, do n.º 1 e da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, na redacção da Lei n.º 13/97, de 23 de Maio, é nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de director do Departamento da Educação Básica o Doutor Paulo Manuel Caetano Abrantes, professor auxiliar da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 12 de Fevereiro de 1999.

5 de Fevereiro de 1999. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.* — O Ministro da Educação, *Eduardo Carrega Marçal Grilo.*

Curriculum vitae

(resumo)

Paulo Manuel Caetano Abrantes.

Natural de Lisboa, onde nasceu em 1953, licenciado em Matemática pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa em 1977. Doutorado em Educação pela Universidade de Lisboa em 1994 *(Distinção e louvor),* com a dissertação «O trabalho de projecto e a relação dos alunos com a Matemática».

Foi professor do ensino secundário (1976-1982), tendo assumido funções de orientação na profissionalização em exercício (1980-1982) e sendo, desde 1980, autor de manuais escolares de Matemática.

Desde Junho de 1982, é docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, no Departamento de Educação, leccionando diversas disciplinas e orientando estágios nas licenciaturas em ensino e em acções de formação contínua. Durante vários anos leccionou nos cursos de formação inicial nas Universidades dos Açores e da Madeira.

Desde 1994 tem leccionado disciplinas e orientado dissertações no mestrado em Educação, de que foi coordenador em 1997-1998, e colaborado em cursos de pós-graduação em Portugal, Espanha e Brasil. Tem participado em júris de mestrado e doutoramento em várias universidades, em Portugal e Espanha. É orientador de quatro teses de doutoramento.

Na Faculdade de Ciências, foi membro da comissão coordenadora do conselho científico (1996-1998), do conselho do Departamento de Educação (1983-1990 e 1994), da assembleia de representantes (1986-1990) e presidente da Comissão de Estágios de Matemática (1987-1989, 1993-1996 e 1998). Tem participado em diversos projectos de investigação em educação, nalguns casos como coordenador.

Foi membro da Delegação Regional do Sul (1982 e 1983), secretário-geral-adjunto (1984 e 1985) e membro do conselho fiscal (1986 e 1987) da Sociedade Portuguesa de Matemática.

Foi sócio fundador (1986), membro da direcção nacional (1986-1989) e presidente da direcção (1987-1988) da Associação de Professores de Matemática, e ainda membro da redacção (desde 1987) e director (1994-1998) da revista *Educação e Matemática.*

Coordenou o projecto «Matemática 2001: diagnóstico e recomendações para o ensino e a aprendizagem da Matemática» (1996-1998).

É autor e editor de numerosas publicações nos domínios da educação e da didáctica da Matemática e participou num grande número de congressos e seminários nacionais e internacionais, tendo proferido conferências plenárias em vários. É ainda membro do conselho editorial de revistas de investigação em educação em Portugal, Espanha e Itália.

É membro (desde 1986) e vice-presidente (desde 1993) da Commission Internationale pour l'Étude et l'Amélioration de l'Enseignement des Mathématiques (CIEAEM).

Foi membro do júri nacional da prova geral de acesso ao ensino superior (1988-1989) e do Conselho Nacional de Educação (1990-1993). É membro do conselho científico do Instituto de Inovação Educacional (desde Setembro de 1998) e presidente do Conselho Nacional de Exames do Ensino Secundário (desde Fevereiro de 1998).

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DA SAÚDE E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

Despacho conjunto n.º 172/99. — O Sindicato dos Enfermeiros do Norte e o Sindicato dos Enfermeiros do Centro, mediante pré-avisos dirigidos aos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade em 3 de Fevereiro de 1999, declararam, em conjunto, uma greve abrangendo todos os serviços de saúde tutelados pelos vários Ministérios constituintes do Governo, das 8 às 24 horas, faseada da seguinte forma:

Distritos do Porto e da Guarda, dias 15 e 17 de Fevereiro;
Distritos de Viana do Castelo e de Braga, dias 26 de Fevereiro e 1 de Março;
Distritos de Castelo Branco e Aveiro, dias 5 e 8 de Março;
Distritos de Leiria e Vila Real, dias 12 e 15 de Março;
Distritos de Viseu e Bragança, dias 19 e 22 de Março;
Distrito de Coimbra, dias 26 e 29 de Março.

Os serviços prestadores de cuidados de saúde abrangidos por esta greve estão contidos na previsão da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 65/77, de 26 de Agosto, pois têm por atribuição satisfazer necessidades sociais impreteríveis constitucionalmente protegidas pelo artigo 64.º da Constituição.

Assim, nos termos do n.º 1 daquela disposição legal, ficam as organizações sindicais e os trabalhadores abrangidos obrigados a assegurar durante a greve a prestação de serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação daquelas necessidades.

A definição do nível, conteúdo e extensão dos serviços mínimos e indispensáveis releva de interesses fundamentais da colectividade, depende em cada caso da consideração de circunstâncias específicas segundo juízos de oportunidade, adequação e proporcionalidade e compete ao Governo, conforme entendimento por várias vezes expresso pela Procuradoria-Geral da República em anteriores pareceres.

Assim, e ouvidos os sindicatos que declararam a greve, os quais expressaram a sua concordância em reunião de 10 de Fevereiro:

Determina-se:

1 — São serviços mínimos, a assegurar nas instituições abrangidas pela greve pelos Sindicatos dos Enfermeiros do Norte e do Centro, todos os serviços de enfermagem prestados:

a) Em serviços de urgência hospitalar e em serviços de atendimento de urgência nos centros de saúde, qualquer que seja o seu horário;
b) Em unidades de cuidados intensivos;
c) Em blocos operatórios, sempre que a cirurgia seja do foro oncológico, tenha carácter urgente ou o seu adiamento apresente risco de agravamento ou complicações da situação clínica;
d) Em serviços de internamento, sempre que o adiamento da actividade implique agravamento ou complicações da situação clínica;
e) Em todos os locais onde se prestem cuidados de enfermagem, quer derivem dos serviços mínimos atrás referidos, quer sejam prestados a doentes oncológicos ou em unidades de hemodiálise, quer a outros cujo adiamento apresente riscos de agravamento ou complicações da situação clínica.

2 — Os meios necessários para assegurar os serviços mínimos são os resultantes da organização técnica do trabalho das instituições prestadoras dos cuidados de saúde e serão designados pelas organizações sindicais, conforme resulta do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 65/77, de 26 de Agosto.

11 de Fevereiro de 1999. — O Ministro Adjunto, *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.* — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina.* — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.*

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Despacho conjunto n.º 173/99. — Ao abrigo das disposições conjugadas da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, do n.º 1 do artigo 3.º do mesmo diploma, na redacção dada pelo artigo 1.º da Lei n.º 13/97, de 23 de Maio, do n.º 1 e da alínea *h*) do n.º 2 do artigo único do Decreto-Lei n.º 49/98, de 10 de Março, e tendo em conta o disposto no artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 32/95, de 30 de Novembro, é renovada a nomeação, em comissão de serviço, para o cargo de presidente do conselho directivo do Instituto Tecnológico e Nuclear do Prof. Doutor José Carvalho Soares, professor catedrático de nomeação definitiva da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, cargo para que foi nomeado por despacho de 1 de Janeiro de 1996, conforme publicação feita no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 15, de 18 de Janeiro de 1996, a p. 785.

1 de Janeiro de 1999. — O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.* — O Ministro da Ciência e da Tecnologia, *José Mariano Rebelo Pires Gago.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Aviso n.º 3757/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento do Concurso de Admissão aos Lugares de Adido de Embaixada, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 299, de 29 de Dezembro de 1998, torna-se pública a lista provisória dos candidatos ao concurso externo de ingresso na carreira diplomática, aberto pelo aviso n.º 20 090/98 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 301, de 31 de Dezembro de 1998:

Candidatos admitidos:

Acácio José Carvalho Machado.
Adelaide Cândida Valverde Cacito da Costa Cristo.
Adelaide Fernanda Vieira Gomes.
Adélia Maria Gonçalves Sampaio.
Adérito da Luz Martins.
Adérito de Jesus Reis Carrilho da Graça.
Alain Rodrigues Machado.
Albano Artur Martins Dias da Silva.
Albertina Celeste Santos.
Albertina Maria Carneiro Baptista de Meireles.
Alberto António de Melo Novo Vieira.
Alberto Manuel Coelho de Sousa Pinto.
Alberto Manuel Duarte de Oliveira Pinto.
Albino Pereira Guimarães da Cunha.
Alcides César Matos Costa Teixeira Lopo.
Alcídio Manuel Pereira Franco.
Alda Cristina de Sousa Santos.
Alda Maria de Braga Freitas.
Alda Rosa Vieira da Silva.
Alexandra Correia Pereira dos Santos.
Alexandra Cristina Liberato Ribeiro.
Alexandra Cristina Rodrigues de Cruz Teixeira.
Alexandra de Meester de R. de La Croix Bilreiro.
Alexandra Edite Alves Lopes.
Alexandra Inês Santos Moura.
Alexandra Margarida Silva Domingues.
Alexandra Maria Afonso Ribeiro.
Alexandra Maria Galamba Pinto Oliveira Lopes.
Alexandra Maria Pereira Carneiro.
Alexandra Maria Pinto Casqueiro.
Alexandra Maria Ribeiro Gomes.
Alexandra Viana Ribeiro.

Alexandre Carlos Augusto Bettencourt.
Alexandre Cunha Mira Mendes Elias.
Alexandre José dos Reis Leitão.
Alexandre José Quinteiro Lopes.
Alexandre Miguel de Oliveira Carvalho.
Alexandre Miguel de Oliveira Morgado.
Alexandre Miguel Palma Pinheiro da Silva.
Ália Ibrahimo Raichande.
Amadeu Henrique Micheiro Garcia.
Ana Branco Rodrigues Leitão.
Ana Carla Leitão de Sousa.
Ana Catarina Batista dos Santos.
Ana Catarina Ferreira Abranches Antunes Santos.
Ana Catarina Gouveia Carvalho.
Ana Catarina Maranha Teixeira.
Ana Catarina Marques Figueiredo Caetano Lopes.
Ana Catarina Pereira Mendes Leal.
Ana Cecília Martins de Carvalho Ideias.
Ana Clara de Almeida Alves.
Ana Clara Ferreira Dias Almeida Machado.
Ana Cláudia Álvares de Lemos de Lema Monteiro.
Ana Cláudia Cardoso da Cruz Caetano.
Ana Cláudia Costa de Magalhães.
Ana Cláudia Mesquita de Carvalho.
Ana Conceição Pereira Figueirinhas Garcia.
Ana Cristina Barreto Carvalho de Almeida.
Ana Cristina Borges Teixeira.
Ana Cristina Carvalho Soares.
Ana Cristina Correia Seguro.
Ana Cristina da Conceição Martins Vinagre.
Ana Cristina de Almeida Rosário.
Ana Cristina de Carvalho Neves Ferreira.
Ana Cristina de Carvalho Vara.
Ana Cristina dos Santos Batista.
Ana Cristina Faria Gaspar.
Ana Cristina Fernandes da Costa Van Der Wielen.
Ana Cristina Ferreira Dias.
Ana Cristina Filipe Gomes.
Ana Cristina Fonseca dos Santos.
Ana Cristina Gago Fernandes.
Ana Cristina Galego Dias.
Ana Cristina Gomes Machado.
Ana Cristina Jasmins Rodrigues Dias Farinha.
Ana Cristina Marques Prieto Rodrigues.
Ana Cristina Mendes da Costa.
Ana Cristina Pereira Domingos.
Ana Cristina Rodrigues Brás.
Ana Cristina Serrano Abrantes da Cunha Porto.
Ana do Céu Pereira Lopes.
Ana e Brito Maneira Caeiro.
Ana Filipa de Sá Oliveira Gala.
Ana Filipa Ramos Alves Coimbra.
Ana Filipa Rodrigues Leal.
Ana Filipa Soares da Silva Fernandes.
Ana Gonçalves Bento Moncada Costa.
Ana Helena Barbosa Rocha.
Ana Helena de Sousa Viegas Tito Lívio.
Ana Helena Pinheiro Marques.
Ana Isabel Alves da Conceição.
Ana Isabel Campanha Melro.
Ana Isabel Cavaco dos Santos Bento de Deus.
Ana Isabel da Silva Coelho Pinheiro Estêvão.
Ana Isabel da Silva França Pereira.
Ana Isabel Gaita Saragoça.
Ana Isabel Nunes Azevedo.
Ana Isabel Quinas da Silva.
Ana Isabel Ramos Durão.
Ana Laing Correia de Matos.
Ana Lúcia Mendonça da Luz Semedo.
Ana Lúcia Rodrigues de Oliveira.
Ana Luísa Brandão Teixeira.
Ana Luísa Coelho dos Santos Rosa.
Ana Luísa da Silva Conceição Marinho da Costa.
Ana Luísa Machado Leão.
Ana Luísa Pinheiro Cibrão Azevedo.
Ana Luíza Lopes de Carvalho.
Ana Mafalda Sola Gomes Rego Rosário.
Ana Manuela Coelho Gonzalez Rodrigues.
Ana Margarida Bandeira Azevedo.
Ana Margarida Correia Mascarenhas.
Ana Margarida de Azevedo Moura Nunes Forte.
Ana Margarida de Oliveira Franco Carita Faustino.
Ana Margarida Ferreira Basílio.
Ana Margarida Guerreiro Rodrigues Silva Sousa.
Ana Margarida Inácio Paulo.
Ana Margarida Nunes Simões.
Ana Margarida Rangel Gomes.
Ana Maria Alberto da Costa Coelho.
Ana Maria Cangueiro Martins.
Ana Maria Cardoso Ferreira da Costa.
Ana Maria Cepeda Coelho Afonso.
Ana Maria da Cunha e Silva.
Ana Maria das Dores Pires Gomes.
Ana Maria de Almeida Cabaço da Silva e Sousa.
Ana Maria de Oliveira Vilela.
Ana Maria dos Reis Calhau Ferro.
Ana Maria Ferreira Cardoso.
Ana Maria Gonçalves Fidalgo.
Ana Maria Lindner Costa Vilar dos Santos.
Ana Maria Lopes Trindade.
Ana Maria Lourenço Sêrro.
Ana Maria Luís dos Santos Vicente.
Ana Maria Mesquita Melo de Oliveira.
Ana Maria Pereira das Neves.
Ana Maria Pereira Neves Ramalho.
Ana Maria Pires Dias.
Ana Maria Rosado da Silva Alexandre.
Ana Maria Sapico Calvão.
Ana Maria Teixeira Pacheco.
Ana Maria Vieitas Sanches Martins Madeira.
Ana Marília Sacadura Martins Ferreira Henriques.
Ana Marina Ramos Teodoro Batista.
Ana Marta da Silva Oliveira Pinto.
Ana Marta F. da Trindade Rodrigues Gomes do Paço.
Ana Marta Serrano de Matos Coelho Capaz.
Ana Matilde Neves Seabra.
Ana Patrícia Esteves Alves Graça.
Ana Patrícia Vilar Caldeirinha.
Ana Paula Alves Filipe Capelo Mendes.
Ana Paula de Azevedo Pereira Lourenço.
Ana Paula Dias Carlos.
Ana Paula Diogo Veiga.
Ana Paula Domingues Ribeiro de Barros.
Ana Paula Ferreira Faria Pereira.
Ana Paula Garrido de Oliveira.
Ana Paula Lima da Costa Batista dos Santos.
Ana Paula Lopes de Figueiredo.
Ana Paula Mendes Lopes.
Ana Paula Neves Dias.
Ana Paula Pereira Galvão.
Ana Paula Pereira Trabulo.
Ana Paula Serrano Fernandes.
Ana Paula Silva Fernandes.
Ana Raquel Fernandes Malheiro.
Ana Raquel Terceiro Marques.
Ana Rita Aguiar Patrício.
Ana Rita Carreira da Silva.
Ana Rita Correia de Araújo e Azevedo.
Ana Rita da Silva Ferreira.
Ana Rita do Nascimento Fernandes de Castro.
Ana Sofia Candeias Cachatra.
Ana Sofia Cativo Cardoso Claudino.
Ana Sofia da Silva Palma.
Ana Sofia de Albuquerque Faria Pereira Ferreira.
Ana Sofia dos Santos Pinheiro de Campos.
Ana Sofia Hadjiantonion Ferreira.
Ana Sofia Monteiro Castro Fernandes.
Ana Sofia Pires Chieira.
Ana Sofia Ramos Costa.
Ana Sofia Salgueiro Clemente Ribeiro.
Ana Sofia Salsa de Carvalho Mesquita.
Ana Teresa Nunes Pinheiro Dias de Almeida.
Ana Teresa Perez Lopes Pargana Calado.
Ana Teresa Ventura de Sousa.
Ana Vera Jorge dos Santos Marcelino.
Anabela Alves de Carvalho.
Anabela de Jesus Assunção Mateus.
Anabela de Jesus Fonseca Sobral.
Anabela dos Santos Chambel Rosado.
Anabela dos Santos Palas.
Anabela dos Santos Parreira.
Anabela Gomes Diniz.
Anabela Gonçalves e Sá Vierros.
Anabela Lopes da Costa Silva.
Anabela Lurdes Gonçalves Fonseca Fernandes.
Anabela Maria Barradinhas Roque.
Anabela Martins Rodrigues Vieira de Sá.
Anabela Martins Sá.

Anabela Saleiro Morais Oliveira.
Anabela Teixeira Torres.
André Cavaleiro Ferreira Nobre Gonçalves.
André Simão Studer Ferreira.
Andrea Direito.
Andreia Luísa dos Santos Correia de Matos.
Andresa Alves Correia de Sá e Vasconcelos.
Ângela Maria Pacheco Loureiro.
Ângela Maria Romão Dourado.
Ângela Maria Sabugueiro Fernandes.
Ângela Sofia Mendes Ferreira.
Aníbal Rosa Lourenço.
Anita Fernandes Clemente Sares.
Antónia Maria Martins Rato.
António Agostinho Correia Cardoso.
António Alberto de Melo Pacheco.
António Cândido Esteves de Sousa.
António Carlos Guedes Morais.
António Eduardo Pais Falcão Barbosa Martins.
António Eusébio Pereira Cardoso Martins.
António Fernando de Castro Torres.
António João Escobar Pires.
António Joaquim Godinho Gil Silva Santos.
António Joaquim Guerreiro Rogado Marujo.
António Jorge Bôto das Neves.
António Jorge Dores Leal da Silva.
António José Elvas Rodrigues Marques Mendes.
António José Felisberto Lino.
António José Fernandes Teixeira.
António José Ferreira Pinto Dá Mesquita.
António José Moreira Gouveia.
António José Teles Luz.
António José Venâncio Garção.
António Luciano da Costa Reis Monteiro Pacheco.
António Manuel Alvarenga Rodrigues.
António Manuel de Passos Rapoula.
António Manuel Frederico Alcântara.
António Manuel Lopes Salgado.
António Manuel Ressano Garcia.
António Maria dos Santos Pimenta.
António Maria Fernandes Torres.
António Miguel Timóteo Teixeira de A. Machado.
António Paulo Alves Teixeira.
António Paulo das Neves G. de Almeida e Silva.
António Pedro Cabral de Oliveira Drago.
António Pedro Ferreira.
António Pedro Oliveira Gomes Ricardo.
António Pedro Santos de Oliveira.
António Salgueiro de Oliveira.
António Vasco Catarino Soares.
Ariane Lorho Marques.
Arlindo Luís Silva da Costa.
Armandina da Conceição Rodrigues Aguiar.
Armando Alfredo Geraldes Fernandes.
Armando Emanuel Agarez Monteiro Guedes da Costa.
Armando Vaz.
Arménio Antunes Simões Matias.
Arménio Avelar Luís.
Arminda da Conceição de L. Moreira Vinhas Monteiro.
Arminda Maria Lopes Lima de Almeida.
Arminda Maria Pires Marcelino Bernardo.
Armindo Maria Sousa Cruz.
Artemisa Vitalia Baeta da Silva.
Artur Adriano Marinho de Almeida.
Artur Alberto Abreu de Mendonça e Silva.
Artur Jorge Rodrigues de Amorim Girão.
Atanásio Ubaldino Flávio Fernandes.
Augusto Miguel Patraquim Oliveira do Rosário.
Aurora Sofia Marcolino Jorge.
Beatriz Isabel Ribeiro Correia.
Begonha Maria Limeres Bouça.
Bernardo Abecasis Andrada da Costa Pereira.
Bernardo Duarte Paes Teixeira.
Berta Cristina Lopes Candeias.
Bruno David Beja Fonseca.
Bruno de Almeida Ferrari.
Bruno Jorge Rocha Fernandes.
Bruno Luís Martins de Castro Hortas Lobo.
Bruno Manuel Rebelo Pinto.
Bruno Marco de Almeida Fernandes Salazar.
Bruno Miguel Nunes Ramos.
Bruno Miranda Cardoso de Jesus Cavaleiro.
Carla Alexandra Barrocas Lima de Sousa.
Carla Alexandra Coelho Ferreira Serra.
Carla Alexandra de Matos Simões Lopes.
Carla Alexandra Ferraz Delgado.
Carla Alexandra Lopes da Silva.
Carla Alexandra Madureira Lourenço.
Carla Alexandra Marques Coelho.
Carla Alexandra Monteiro Martins Marcelino.
Carla Alexandra Moreira Fonseca.
Carla Alexandra Moura Coelho.
Carla Alexandra Pinto Cascão.
Carla Alexandra Ramalho dos Santos.
Carla Cristina Brochado Costa.
Carla Cristina da Costa Silva.
Carla Cristina Pinheiro Fernandes.
Carla Cristina Salvador Luís.
Carla da Conceição Pedrosa Ramos.
Carla de Jesus Moita Galier Fernandes.
Carla Dina da Cunha Caramujo.
Carla Inês Faria de Jesus.
Carla Isabel da Cruz Lourenço.
Carla Isabel Dias Reto Mendes.
Carla Isabel Ramos Rodrigues dos Santos.
Carla Isabel Rodrigues Magalhães.
Carla Isabel Senra Lopes.
Carla Joana Mendes Rainha.
Carla Luzia Quaresma Estronca.
Carla Manuela de Marcelino Gomes.
Carla Maria Azevedo de Jesus Gomes.
Carla Maria Bijóias Mendonça Oliveira Martins.
Carla Maria Calhau Fresca Faustino Ferreira.
Carla Maria Cipriano de Jesus Rebelo.
Carla Maria da Cruz Rodrigues Marques.
Carla Maria de Campos Bugalho.
Carla Maria de Carita Marques Simões.
Carla Maria Fernandes Martins.
Carla Maria Lopes Rafael.
Carla Maria Marques Lopes Moreira dos Santos.
Carla Maria Moreira Pinto.
Carla Maria Rodrigues Baptista Marques.
Carla Maria Santos Ramos.
Carla Marisa da Silva e Silva Falacho.
Carla Matilde Ilharco Soares Pereira.
Carla Patrícia da Silva dos Reis Borges.
Carla Patrícia da Silva Queirós Vieira.
Carla Patrícia Freitas e Maia.
Carla Patrícia Lemos Castro.
Carla Paula Marcos de Andrade Espinha Paiva.
Carla Pereira dos Santos.
Carla Sofia Barata Gomes.
Carla Sofia da Silva Amador.
Carla Sofia da Silva Rafael.
Carla Sofia Fernandes Campos Ribeiro Gonçalves.
Carla Sofia Guedes Batista.
Carla Sofia Pereira Duarte.
Carla Sofia Ribeiro Dias.
Carla Sofia Silva Marques.
Carla Sofia Simão Ribeiro Pires.
Carla Sofia Simões dos Santos.
Carla Susana Afonso Ladeira.
Carla Susana Albernaz Lopes Leitão.
Carla Susana de Sousa Pinto.
Carla Susana Martins Brum da Costa.
Carla Susana Saraiva da Cruz.
Carlos Alberto da Silva Adão.
Carlos Alberto da Silva Almeida.
Carlos Alberto Lourenço Domingues.
Carlos Alberto Neto Figueiredo.
Carlos Alberto Silva Braz.
Carlos Alfredo da Costa David.
Carlos António Rodrigues Vicente de Sousa Ramos.
Carlos Batista da Costa.
Carlos Daniel Folhas da Fonseca.
Carlos Eduardo dos Santos Gomes.
Carlos Ernesto Fernandes.
Carlos Jorge Pimentel Braga.
Carlos José Almeida Borges.
Carlos José Parrot Branco.
Carlos José Pizarro de Sousa e Brito.
Carlos Laufkötter Sarmento.
Carlos Manuel Cardoso Africano da Costa.
Carlos Manuel da Silva Martins.
Carlos Manuel Palma Pataca.
Carlos Manuel Pereira Henriques.
Carlos Manuel Ribeiro Dinis.
Carlos Manuel Rodrigues Campos.

Carlos Manuel Sousa Guímaro.
Carlos Pedro Marques Sobreira.
Carlos Vítor de Paiva Ribeiro da Costa.
Carlota de Sá Martins da Silva.
Carmen Alexandra de Carvalho Bessa.
Carolina Amélia Gomes Cardoso Carvalhinha.
Carolina Maria Fernandes da Costa Sequeira.
Catarina Bastos Neves dos Santos.
Catarina Charters de Amaral Marques.
Catarina Couto de Albuquerque Leitão Arenga.
Catarina Frade Nascimento Marques Neves.
Catarina Gomes dos Santos Boto Pimentel.
Catarina Guilherme Rafael Mota Cardoso.
Catarina Isabel Marques Santos Iria.
Catarina Isabel Pimpão Lucas.
Catarina Lopes Botelho Antunes.
Catarina Maria Álvaro Almeida Amaral.
Catarina Pereira Moreira.
Catarina Sofia da Silva Abrantes Lopes.
Cátia Cristina Pereira Andrade.
Cátia Susana Murilhas Cláudio.
Cecília José Domingos Francisco.
Cecília Maria Clérigo Quintas.
Cecília Maria Sousa Lopes.
Celeste Isabel Pires Rodrigues.
Célia Adelina da Luz Matias.
Célia Cristina da Costa Tenente.
Célia do Carmo Henriques Correia Barata.
Célia Maria Batista Figueiredo.
Célia Maria da Costa Correia.
Célia Maria da Cruz Henriques.
Célia Maria Delgado Fernandes.
Célia Maria Rodrigues Ramos.
Célia Maria Silva Moleira.
Célia Maria Sousa Teixeira.
Cesaltina Maria Seguro de Aguilar.
César Augusto Gonçalves Ramos.
César Augusto Simões Constantino.
Cesário Manuel Martins Falé.
Chandra Maria Pimenta Martins Joaquim.
Cheila Marisa Mateus Pires.
Cidália da Conceição Vizinha Carapelho.
Clara Isabel Calheiros da Silva de Melo Serrano.
Clara Maria Gouveia Fonseca.
Clarinda Silva Pinho.
Cláudia Alexandra Sampaio Ferreira de Bessa.
Cláudia Barbosa de Macedo.
Cláudia Capeto Zuzarte Antunes.
Cláudia Cristina Cristovão Canais.
Cláudia Cristina Pereira Machado dos Santos.
Cláudia Cristina Soares Gómez Díaz.
Cláudia Graziela Vaz Ribeiro.
Cláudia Henriques Vera Xarope.
Cláudia Manuela Costa Conceição O. Baptista.
Cláudia Maria Bastos de Carvalho.
Cláudia Maria da Silva Esgueira Bogado Beirão.
Cláudia Maria Lorenzo Vieira Serra Campos.
Cláudia Maria Morim de Oliveira Vieira Lisboa.
Cláudia Maria Salsinha Trabuco.
Cláudia Maria Salvador da Silva Pedroso Bogarim.
Cláudia Maria Santos Rodrigues.
Cláudia Maria Sousa e Silva.
Cláudia Patrícia Batista Dias Barroqueiro.
Cláudia Patrícia Fernandes da Costa Sequeira.
Cláudia Raquel Coelho Pais.
Cláudia Raquel Ferreira Morgado.
Cláudia Soares Ribeiro.
Cláudia Sofia Amado Madeira da Silva.
Cláudia Sofia Lemos de Carvalho.
Cláudia Sofia Oliveira Familiar.
Claudino José Félix Moura.
Cláudio Emanuel Machado Carreira.
Cristiana Sofia Augusto de Medeiros.
Cristina Alexandra Carneiro Nunes Chamusca.
Cristina Alexandra de Oliveira Santos.
Cristina Alexandra Marques Lança Lopes.
Cristina Alexandra Rodrigues de Sousa.
Cristina Conceição Gouveia Batista Monteiro.
Cristina Isabel da Costa Pinto Faustino.
Cristina Isabel de Almeida Guedes Major.
Cristina Isabel Félix Naré Agostinho.
Cristina Isabel Roque Ferreira.
Cristina Isabel Tomás Costa.
Cristina Josefa Simas do Rosário Evaristo.
Cristina Mafalda de Ponte e Lume Abreu.
Cristina Maria Barradas Andrade.
Cristina Maria Conceição Baptista do Carmo.
Cristina Maria da Encarnação Alves.
Cristina Maria Ferreira.
Cristina Maria Ferreira Garção.
Cristina Maria Moura Ferreira.
Cristina Maria Novais de Lima.
Cristina Maria Nunes dos Santos.
Cristina Maria Oliveira de Jesus Horta.
Cristina Maria Pereira Freire.
Cristina Maria Pires.
Cristina Maria Rodrigues Frazão de Andrade Biscaya.
Cristina Maria Rombão Cardoso Garcia Saragoça.
Cristina Maria S. Ferraz C. Seabra de Albuquerque.
Cristina Meneses da Silva.
Cristina Paula Ferreira Ventura.
Cristina Susana Cardoso Pinto.
Custódio José Rodrigues Guimarães Fernandes.
Dalila Manuela Reis de Carvalho Valente Jerónimo.
Dalila Maria Cid Andrade Alves de Figueiredo.
Dalila Xavier Dias Maulide.
Damião do Espírito Santo Braz.
Daniel David Gomes Martins.
Daniel Lorenz Rodrigues Pereira.
Daniela Filipe Monge Cordeiro.
Daniela Maria Lema Barros Pereira.
Daniela Maria Pereira da Silva Faria Ramalheira.
Daniela Maura Carvalho.
David António Ribeiro Correia Barreiros.
David João Taborda Duarte.
Denise de Fátima Monteiro de Oliveira Almeida Silva.
Denise Marta de Sousa Castilho de Matos.
Deolinda Glória Marques Branco Teixeira.
Deolinda Maria de Miranda Vila-Chã.
Desidério Fernandes Clemente Sares.
Diamantina Maria Gomes de Gouveia.
Diana de Sousa Policarpo.
Diana Graciete Ferreira da Silva.
Dinora Levy.
Diogo Gil Oom Pessanha Alcoforado Saldanha.
Diogo Ricardo de Almeida Estadão.
Doina Zugravescu.
Domingos de Sousa Branco Franco Afonso.
Dora Fernanda Caeiro Gonçalves.
Dora Sofia Gonçalves dos Santos Barrocas.
Dora Sofia Moreira de Sousa.
Dora Teresa Monteiro Pereira Nogueira Tormenta.
Duarte Alberto Rodrigues Nunes.
Duarte Falé Costa de Bué Alves.
Duarte Filipe Gomes Padinha.
Duarte Nuno Alegre Silva Ferreira Bernardo.
Dulce Maria Cardoso Pereira.
Dulce Maria Coimbra de Matos Sabino.
Dulce Paula Rosa Cardoso Dias.
Edgar Miguel Menino Nunes.
Eduardo Alberto Santiago Neto Brandão.
Eduardo Jorge Paiva Neves.
Eduardo Jorge Sousa Espírito Santo.
Eduardo Manuel Simões Nunes.
Eduardo Nunes Ferreira.
Eduardo Nuno Correia Sequeira Afonso Silva.
Elina Maria Martins Pereira.
Elisa Maria Bessa Pereira.
Elisa Maria Maio Costa.
Elisa Maria Peres Marques.
Elisabete Alves Conde.
Elisabete Braga Ramos.
Elisabete Coelho Gonçalves Fernandes.
Elisabete Cristina Miguéis Duarte.
Elisabete de Fátima Araújo Salomão.
Elisabete de Oliveira Santos.
Elisabete Domingos Rei.
Elisabete Mafalda Brites Estima de Oliveira Bastos.
Elisabete Maria Antunes Simões Lima e Lemos.
Elisabete Maria Oliveira de Almeida.
Elisabete Mendonça Mota Barbatto.
Elisabete Monteiro Bartolomeu.
Elisabete Sofia Novais dos Santos.
Elisabete Vaz Sanches Nabeiro.
Elisabeth Oliveira da Costa.
Elísio Jorge Vaz e Gala.
Elita Sofia Leal Coelho da Silva Portela.
Elizabeth Simão Carvalho.

Elsa Cristina Amaral Vieira Castro S. Monteiro.
Elsa Cristina Rodrigues Dias.
Elsa Margarida Bernardo de Campos.
Elsa Maria Alves Ribeiro da Silva.
Elsa Marina Gomes de Sousa.
Elsa Marisa Correia Nunes Pinto.
Elsa Mónica de Castro Vaz Vieira.
Elsa Susana de Oliveira Gomes Almeida.
Élvio Luizinho Frade.
Elvira Maria Serra Alvarez.
Elvira Sofia Leite de Freitas Pereira.
Ema Paula Araújo do Vale.
Emanuel José Amaral.
Emília Paula Peixoto de Castro Fernandes.
Estela Vicente Viegas.
Ester Maria Machado Moreira da Silva.
Eugénia Albertina Lopes Freitas.
Eugénio Paulo dos Santos Azevedo.
Eunice Ariana Coelho das Neves.
Eunice Cristina Gonçalves Paulo.
Eunice Sandra de Oliveira Mota Cardoso.
Eurico Manuel Curates Rodrigues.
Eurico Miguel Fernandes Teodoro.
Eva Cristóvão Nunes.
Eva Maria Vilela Cabral.
Fábio Sancho Anselmo Sousa.
Fátima Isabel de Lima Carmona.
Fátima Maria Ferreira Félix.
Fernanda Maria Cardoso Pereira.
Fernanda Maria Leitão dos Santos.
Fernanda Maria Nogueira Madeira.
Fernando Carlos Marques Pereira.
Fernando Gonçalo Jorge Cardoso da Silva.
Fernando Joaquim Macedo Grácio.
Fernando Jorge Oliveira Corvelo.
Fernando Jorge Pinho Ferreira de Sousa.
Fernando José Barradas de Azevedo.
Fernando José Cardoso Gomes.
Fernando José Frois Fidalgo.
Fernando José Lucena Ribeiro.
Fernando Luís Dias da Cruz.
Fernando Luís Évora Chantre Ferrage.
Fernando Manuel Maurício Duarte.
Fernando Manuel Moreira de Jesus Fiéis.
Fernando Manuel Rodrigues Pinto.
Fernando Manuel Seiça Pereira.
Fernando Manuel Vales Carneiro.
Fernando Martins de Sousa.
Fernando Miguel Videira Gomes da Palma Rochate.
Filipa Alexandra M. Henriques Ferreira de Oliveira.
Filipa Alexandra Machado Marques de Carvalho.
Filipa Alexandra Vicente Pedreira Seabra.
Filipa Andrea Reis Santos.
Filipa Constança Pereira de Jesus Pereira.
Filipa de Fátima Canané Sarrato.
Filipa Ferreira de Serpa Soares.
Filipa Inês Matos Cunha Suyumov.
Filipa Isabel Antunes Mila Brás Ferreira.
Filipe Alcobia de Moraes Sarmento Honrado.
Filipe Eduardo Miranda Ferreira.
Filipe João Orfão Ferraz.
Filipe José Sobreira Sebastião.
Filipe Manuel de Assunção Oliveira da S. Pessanha.
Filipe Manuel de Morais e Castro Ermida.
Filipe Manuel Lopes Correia.
Filipe Netto de Miranda Duarte.
Filomena Maria da Silva Gomes.
Florbela Cristina Vieira Perdigão Inácio.
Francisca Paula Jerónimo Monteiro de Barros.
Francisco Cabrita Saraiva.
Francisco Carlos Vasconcelos Bravo Leal.
Francisco dos Santos Roque.
Francisco Jorge Rodrigues Rocha.
Francisco José da Costa Gaspar.
Francisco José Gonçalves Ventura.
Francisco José Guedes Garcia.
Francisco José Rodrigues Celorico.
Francisco José Taveira da Silva.
Francisco Manuel Cunha de Mendonça Prata.
Francisco Manuel da Costa.
Francisco Manuel da Silva Rosado.
Francisco Manuel Jarmela Rodrigues.
Francisco Manuel Silva Mota Bartolomeu.
Francisco Maria de Castro Ferreira.
Francisco Miguel de Lemos e Silva Severino Cunha.
Francisco Miguel Trindade Cruz.
Francisco Miguel Viana França.
Frederico da Costa Casal Ribeiro.
Georgina da Conceição Miguel Miranda.
Gilda Maria Fernandes Gomes.
Gisela Alexandra Carvalho Pinto da Silva.
Gisela do Carmo Mateus Lopes.
Gisela Marta Maldonado de Sousa Ferreira Dias.
Glória Idalina de Campos Assunção Fernandes.
Gonçalo Abílio Becerra da Costa.
Gonçalo Cristóvão Andresen Guimarães Leitão.
Gonçalo David Pombo Macedo Fino.
Gonçalo do Vale Guimarães Folhadela Moreira.
Gonçalo Magalhães Gaio Vieira da Costa.
Gonçalo Manuel Coutinho Lopes de Brito Palma.
Gonçalo Miguel Caraslindas Rodrigues.
Gonçalo Morais Ribeiro.
Gonçalo Nuno Correia de Almeida Madeira Ferreira.
Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro.
Graça Maria Araújo Fonseca.
Graciete Maria Fonseca Amaral.
Gracinda dos Santos Mendes.
Gracinda Maria Mestre dos Santos.
Guida Maria Martins Cunha.
Hélder Gonçalves Ribeiro.
Hélder Manuel de Sousa Aguiar.
Hélder Timóteo Ferreira Miguel.
Helena Cristina Henrique Pinto Bernardo.
Helena Cristina Pereira Cordeiro.
Helena de Gubernatis de Almeida Ribeiro.
Helena do Rosário Codeca Lucas.
Helena Isabel Batalha Teixeira.
Helena Isabel Carlos Teodoro.
Helena Maria Antunes Relvas.
Helena Maria dos Santos Lopes de Matos.
Helena Maria Ferreira Eusébio.
Helena Paula Motrena Pereira.
Helena Paula Seixas da Silveira Queirós Hirayama.
Helga Maria Seabra de Oliveira.
Helga Marisa Pinheiro da Gama.
Hélio José Toste Dias.
Henrique Ascenso Gomes.
Henrique Marques Pereira.
Hirundino da Ressureição Martins Raposo.
Hugo Duarte Valentim.
Hugo Fernandes de Lemos Gomes Pinto.
Hugo Filipe de Andrade Rosa Ferreira.
Hugo Manuel Lima de Sousa.
Hugo Miguel da Silva Curado.
Hugo Monteiro Brilhante Sobral.
Hugo Vasco Pinto Pinheiro de Sousa Machado.
Idalécio José dos Santos Gomes.
Idalina Maria Neves Correia.
Ilda Maria Santos Basílio da Franca.
Ilídia Maria de Oliveira Fernandes.
Inês Aldim Guedes Antunes Pereira.
Inês Isabel Pereira Lopes.
Inês Maria Lourenço Quintas.
Inês Morgado Sajara.
Ingride Paula Capela dos Santos Peralta.
Iolanda Cristina Alves Rebelo.
Iolanda Gomes Lopes.
Iolanda Maria Bártolo Monteiro.
Iolanda Raquel Dias Feio da Silva.
Íris Daniela Lourenço de Sousa Cardoso.
Íris Maria Lages Nunes de Matos.
Irondina Andana Ramos.
Irundina Maria de Moura Agante.
Isabel A. de C. C. Wagenhofer Teixeira de Queiroz.
Isabel Alexandra da Costa Morbey Souto.
Isabel Alexandra Godinho Carneiro.
Isabel Alexandra Ramos Pego Fabião de Albuquerque.
Isabel Alexandra Santos Frederico Moreira Limão.
Isabel Alves dos Santos.
Isabel Cristina de Sousa Francisco.
Isabel Cristina Leite da Silva.
Isabel Cristina Martins Fernandes da Costa.
Isabel Cristina Martins Fragata.
Isabel de Jesus Tomé Soares.
Isabel do Carmo Alão de Assis.
Isabel do Carmo Rosa.
Isabel Esmeralda Falcato Queiroz.
Isabel Francisca Joaquim de Brito.

Isabel Lagoa da Silva de Andrade.
Isabel Margarida dos Santos Cerqueira de Brito.
Isabel Margarida Henriques Dias.
Isabel Margarida Teixeira Dias de Bessa Garcia.
Isabel Maria Amaral Marques.
Isabel Maria Barradas Corte-Real Santiago.
Isabel Maria Barreira de Freitas.
Isabel Maria Cordeiro Botelho Leal.
Isabel Maria Delgado Amaro.
Isabel Maria Martins do Carmo.
Isabel Maria Mateus dos Anjos Ferreira.
Isabel Maria Pais Miranda Rosa.
Isabel Maria Peixoto Rodrigues Couceiro.
Isabel Maria Pereira da Silva.
Isabel Maria Pereira Lourenço.
Isabel Maria Ramos Martins de Oliveira.
Isabel Maria Rodrigues Fernandes de Santiago.
Isabel Maria Santos Calado da Silva Gameiro.
Isabel Maria Vasconcelos da Fonseca.
Isabel Marina Lopes Figueiredo.
Isabel Marta Montalvão da Cunha Rebelo Figueiredo.
Isabel Matilde Areias Ramalho.
Isabel Pecego Morais Pereira.
Isabel Renata Marques Gonçalves.
Isilda Pereira Almeida.
Isménia da Conceição da Silva Gonçalves Fidalgo.
Israel Bernardo da Cunha Oliveira.
Ivone Carla Cristão Baptista Ribas Gonçalves.
Ivone Carla de Matos e Dias Ferreira.
Ivone Maria Vigário Dias Lacerda.
Jacinta Maria Ferreira Valente Felício.
Jaime Manuel Penim Zegre.
Jaquelina Pimenta da Encarnação Oliveira.
Joana Costa Pinheiro de Araújo Jorge Pimenta.
Joana Dâmaso Araújo da Silva.
Joana Dória Nóbrega Teotónio Pereira.
Joana Gomes Cardoso.
Joana Lima Santos.
Joana Maria da Silva Ferreira Chorincas.
Joana Maria Pereira Mendes.
Joana Maria Sampaio Rua Fernandes.
Joana Patrícia da Silva Brazão Gonçalves do Bem.
Joana Raposo de Menezes Salema.
Joana Ribeiro Costa Furtado.
João André Parada Coelho de Almeida Simões.
João António Amorim Subida.
João Armando Máximo Carvalho.
João Carlos Bago d'Uva Fogaça dos Santos.
João Carlos da Rocha e Cunha Monteiro.
João Carlos das Neves Pinheiro Condesso Ângelo.
João Carlos Machado Simões Martins.
João Carlos Peixoto da Silva.
João Carlos Pereira da Carvalha.
João Carlos Sanches Gonçalves Teixeira Lamas.
João Cláudio Ferreira Pereira.
João Diogo Cavaca Gil.
João Diogo de Melo Parente de Alves Pereira.
João Diogo Ferreira Pacheco Quental.
João Emanuel Matos Valente Martins.
João Filipe Torres Soares.
João José de Sousa Neves.
João José Monteiro Figueira.
João Luís Lima de Morais.
João Luís Neves Queirós.
João Manuel Neves de Sousa.
João Marco de Deus.
João Marco Domingues.
João Miguel Calheiros Lopes de Seixas Palma.
João Miguel Cordeiro Martins Passos.
João Miguel de Sousa Aguiar.
João Miguel Rosa Gomes Sardinha.
João Nuno Maroco Amaral Negrão.
João Paulo de Freitas Cabeçadas.
João Paulo dos Santos Queirós.
João Paulo Lourenço Gomes.
João Paulo Martins dos Santos.
João Paulo Martins Rodrigues.
João Paulo Rodrigues Martins Pedroso.
João Paulo Soares Marques Sabino.
João Pedro Corrêa d'Azevedo Guimarães.
João Pedro da Silva Almeida.
João Pedro da Silva Monteiro.
João Pedro de Jesus Morgado Soares.
João Pedro dos Santos Almeida.
João Pedro Nunes Loja.
João Pedro Rangel Costa Martins.
João Pedro Salazar Guimarães de Albuquerque e Sá.
João Pedro Silva Barbosa.
João Pedro Tomaz Coelho.
João Pedro Vieira Gonçalves Bacalhau.
João Sérgio Feio Antunes Ribeiro.
João Tiago Gomes Guterres.
João Tiago Rodrigues de Almeida Tavares.
João Vasco Barradas Durão Palma Fialho.
João Vítor da Silva Cardoso.
Joaquim António Pessanha de Oliveira Caimoto Duarte.
Joaquim Augusto Alves de Amaral.
Joaquim Augusto Daniel Roliz.
Joaquim dos Santos Gonçalves.
Joaquim Inácio Ferrari Lampreia.
Joaquim Jorge Guerreiro e Cunha.
Joaquim Jorge Leandro da Mota.
Joaquim Manuel Marques Lapo.
Joaquim Miguel Guilherme Fernandes Pereira.
Joaquim Valentim Fialho.
Joaquina de Jesus Freitas Soares.
Johnson José Marques.
Jorge Alexandre de Oliveira Vitorino.
Jorge Alexandre Trindade Cardoso Cortês.
Jorge Amadeu Vieira Mourato.
Jorge António Carvalho Marcolino.
Jorge Filipe da Silva Ferreira da Costa.
Jorge Filipe Fonseca Pereira da Silva.
Jorge Filipe Raiado Pereira.
Jorge Humberto Baptista Simões Ribeiro.
Jorge Humberto Pinto Antunes.
Jorge Humberto Vale Magalhães.
Jorge Manuel da Costa Santos Rodrigues Braga.
Jorge Manuel da Cunha Monteiro.
Jorge Manuel Francisco Jesus.
Jorge Manuel Lourenço Barbosa.
Jorge Manuel Muacho Caramelo.
Jorge Manuel Soares Valadas Preto Cruz.
Jorge Miguel de Matos Tavares.
Jorge Miguel Machado Martins.
Jorge Pedro Menana Alves.
Jorge Pedro Neto da Fonseca dos Santos.
José Nuno Cardeira Alves Valente.
José Agostinho Gonçalves Trindade.
José Alberto Santos Cavaco.
José Alexandre Santos Luís.
José António Rodrigues da Costa Marques.
José António Rui Amaral Santos.
José Carlos Azevedo Vaz.
José Carlos Cerejo Campos Serafino.
José Carlos Pereira Lopes.
José Carlos Peres Aires de Matos.
José Carlos Vieira Fernandes de Faria.
José Carlos Vitorino Galhetas.
José da Costa Soares.
José de Mello e Castro Pinto Soares.
José Diogo Piano Nunes dos Santos.
José Diogo Severino Branco.
José Duarte Almeida Henriques da Silva.
José Eduardo Bleck Guedes de Sousa.
José Fernando dos Santos Pinto Carneiro.
José Fernando Pereira Gomes da Silva.
José Gonçalo Marques Cabrita Ferreira.
José Henrique Casanova Ribeiro.
José João Judas Tadeu Costa Correia.
José João Loureiro Esteves.
José Luís da Costa Negrões.
José Luís Monteiro Pinto Ferreira.
José Luís Patrício Costa Basto.
José Luís Rebelo Afonso.
José Luís Simões Leitão Rito.
José Luiz dos Santos Farinha.
José Manuel Albuquerque Andrade Silvano.
José Manuel Alves Figueira.
José Manuel Charters Monteiro Vardasca.
José Manuel Correia de Oliveira.
José Manuel Fontes Nunes.
José Manuel Freitas de Sousa.
José Manuel Marques da Silva Marmeleira.
José Manuel Norberto Arrais Ribeiro da Costa.
José Manuel Pereira Ribeiro.
José Manuel Rodrigues de Almeida.
José Maria Rodrigues Daniel Álvares Cabral.

José Mário Godinho César da Silva.
José Miguel Gonçalves Miranda.
José Miguel Morgado Bento.
José Miguel Oliveira de Barbosa Mendonça.
José Miguel Pinto Leitão da Conceição Meireles.
José Nuno Roque Paulino Alves.
José Paulo Saraiva Sarmento.
José Paulo Sousa Gordinho.
José Pedro Araújo Cristóvão de Sousa.
José Pedro da Silva Barbosa.
Judite Maria Carromeu Silva.
Júlia Cláudia Vitorino Alves.
Júlio António Dias Martins Mourão.
Júlio Manuel Ferreira.
Lara Cristina Timóteo Antunes.
Lara Sofia Sousa Cunha.
Lenita da Silva Ferreira.
Leonor Isabel Ricou Gomes de Pina.
Leonor Vidal Pereira.
Leopoldina de Jesus Reis Simões.
Lia Orlanda Marcos de Andrade Espinha.
Lídia Margarida Bandeira Nabais da Silva.
Lídia Marieta Alves Ferreira.
Lígia Manuel Ramos dos Santos Morgado David.
Lígia Maria Cartas Veríssimo.
Lígia Maria Francisco de Jesus Neves.
Lília Maria Gonçalves Louro.
Lília Maria Guedes Magalhães.
Liliana dos Anjos Gonçalves Roque.
Liliana Ferreira Quitério.
Liliana Vicente de Oliveira Santos.
Lina Isabel de Castro Mota.
Lino António Meirinhos.
Lino João Morais Carrilho.
Lisbete Carina Santos Ribeiro.
Lourenço José Machado Costa Campos de Barros.
Lúcia Isabel de Noronha e Meneses Portugal Núncio.
Lúcia Maria de Almeida Amaral.
Lúcia Maria Nunes Matos.
Lucília de Jesus Patrício Velho.
Lucília Ramos dos Santos.
Lúcio José Gonçalves de Sousa Gomes.
Lucrécia Maria de Arruda Medeiros.
Luís Alexandre Ascensão Silva.
Luís Antunes Coutinho Cabral.
Luís Augusto de Castilho Rabaça Correia Cordeiro.
Luís Carlos de Sousa Rijo Moreira Cortez.
Luís Eduardo Fernandes Ribeiro d'Almeida.
Luís Filipe Borges Figueiredo.
Luís Filipe da Silva Martins.
Luís Filipe Marques da Costa Otero.
Luís Filipe Pacheco Vargues.
Luís Filipe Rasquete Pimenta da Silva.
Luís Filipe Reis Lopes Pestana.
Luís Filipe Sousa Pinto Melo.
Luís Fonseca da Costa.
Luís Gil Canha Campos.
Luís Henrique Drumond Pinto da Silva.
Luís Jorge das Neves Duarte.
Luís Manuel Baptista Carvalho.
Luís Manuel Barbosa Rangel.
Luís Manuel Carvalho Ferreira.
Luís Manuel Coelho Ferreira.
Luís Manuel Granja Delgado Esquetim Costa.
Luís Mariano Semedo Filipe.
Luís Miguel Alves Poças Moreira.
Luís Miguel Araújo de Sousa Coelho.
Luís Miguel da Costa Chaves Fermisson.
Luís Miguel de Freitas Graça.
Luís Miguel Fernandes Branco Morais.
Luís Miguel Morais de Oliveira Batista.
Luís Miguel Peixoto Borges.
Luís Miguel Pereira Isidoro Nunes Vaz.
Luís Miguel Pires Moreira.
Luís Pedro dos Reis Rodrigues.
Luís Tiago Lima de Carvalho Valença Pinto.
Luísa Maria Coelho Ribeiro.
Luísa Maria Domingos.
Luísa Maria dos Santos Oliveira Bernardes.
Luísa Maria Fernandes Pereira.
Luísa Maria Rios de Oliveira Ramos Marques.
Lurdes Rodrigues Martins.
Madalena Cristina dos Santos Moura.
Madalena de Ornellas Mendes Guint Barbosa.
Madalena Monteiro de Barros Contreras de Passos.
Mafalda Isabel Contreiras dos Santos.
Mafalda Silveira Nunes Duarte Leitão.
Mafalda Sofia Campos Vilaça.
Mafalda Sofia Noura Corregedor da Fonseca.
Mafalda Susana Nunes Lampreia Ruivo Gonçalves.
Mafalda Visitação Baraona Chaveiro.
Magda Filipa Tomé Alves.
Magda Isabel Geraldes Abreu dos Santos Raposo.
Magda Sofia Gonçalves da Cruz.
Manuel André Coutinho Sobral da Cruz Cordeiro.
Manuel António Gonçalves Mota da Silva.
Manuel António Picamilho Balixa.
Manuel Cândido da Silva de Lima.
Manuel da Fonseca Neto de Sousa.
Manuel Filipe Costa Branco Tavares da Silva.
Manuel José Lisboa Epifânio Pereira de Pinho.
Manuel Pedro Laranja da Silva Mourato.
Manuela Lopes Alves.
Manuela Maria Campos Ramos.
Manuela Maria Santos Caramujo.
Marc Joseph Renard da Silva Barros.
Marcelo Vaultier Mathias.
Márcia Pereira Rodrigues.
Márcia Raquel Inácio Roque.
Márcia Suzele Gomes de Almeida.
Marco Alexandre Mendes Gomes.
Marco António da Silva Rodrigues.
Marco Bruno Ferreira Castendo.
Marco Filipe Sousa Morgado.
Marco Jorge Steinert Jorge Santos.
Marco Polo Alves de Oliveira.
Marco Sabino dos Santos.
Marcos Filipe Bartilotti do Vale Roxo.
Margarida Adelaide Gonçalves L. Martins.
Margarida Alexandra Manita P. da C. Andrade Gouveia.
Margarida Cristina Neto Guerreiro Gomes.
Margarida Isabel Vicente Luís.
Margarida Maria Moz Fernandes de Sá.
Margarida Ramirez Colaço Fernandes.
Margarida Rosário Barosa Carvalho.
Margarida Sofia de Sousa Guerreiro.
Maria Filipa Jacinto de Carvalho Baptista.
Maria Adelaide Montenegro Cardoso Salvador Coelho.
Maria Adelaide Policarpo Cabral.
Maria Adriana Fidalgo Pimenta Carneiro Jacinto.
Maria Alberta Fátima V. Burity Silva Estêvão.
Maria Alexandra Botelho Barreira.
Maria Alexandra Chambel F. da S. Belo Figueiredo.
Maria Alexandra de A. L. Pereira dos Reis.
Maria Alexandra Marta Esteves.
Maria Alexandra Rato da Costa Fonseca.
Maria Alexandra Rebotim Barosa Pereira.
Maria Alice Fernandes Nunes Rodrigues.
Maria Alzira Amaro Neves.
Maria Amélia M. Moreira G. de Brito Fernandes.
Maria Amélia Saavedra Rebelo Sebastião.
Maria Ana Marcelo Cardoso de Carvalho Serra.
Maria Cândida Lopes Gomes Pereira.
Maria Carmen D. A. Fontoura Fernandes.
Maria Carolina Gomes Andrade.
Maria Célia Gaspar de Sá Pires.
Maria Cidalina Gomes Aguiar Monteiro.
Maria Clara Mendes Aguilar.
Maria Clara Silva Santos.
Maria Clara Teixeira Guilherme.
Maria Cláudia Furtado Santos.
Maria Cláudia Lobão de Carvalho.
Maria Cristina Fernandes da Silva.
Maria Cristina Lourenço Sêrro.
Maria Cristina Piçarra Monteiro Silva.
Maria da Conceição Dias Arsénio.
Maria da Conceição Veiga de Oliveira.
Maria da Glória Fernandes Sarmento.
Maria da Graça Calisto Vicente de Ataíde e Sá.
Maria da Graça Costa Macedo.
Maria da Graça da Silva Correia.
Maria da Graça de Sousa Ferreira Coelho.
Maria da Natividade Gonçalves Dias.
Maria Dalila dos Santos Pinto.
Maria Dalila Duarte de Oliveira.
Maria de Fátima Barbosa Tavares de Bastos.
Maria de Fátima Barros Ferreira Rodrigues Rocha.
Maria de Fátima de Almeida Fernandes.

Maria de Fátima Fialho Belo de Sousa.
Maria de Fátima Gomes Cardoso.
Maria de Fátima Jesus Valente.
Maria de Fátima Paulino Pedro.
Maria de Fátima Pinto Barbosa.
Maria de Fátima Rodrigues Pereira Batista.
Maria de Fátima Roxo Carlos de Sousa.
Maria de Fátima Soares da Cruz.
Maria de Guadalupe Caroço Guerreiro Murta.
Maria de Jesus Beselga Pais.
Maria de Lurdes Batista Marques.
Maria de Lurdes Fátima Esperança Sousa.
Maria de Lurdes Rodrigues Patrício.
Maria de Lurdes Rosa Macedo.
Maria de Lurdes Sarroeira dos Santos.
Maria do Carmo Sampaio dos Santos.
Maria do Castelo de Sousa Alves Ferreira Montoia.
Maria do Céu de Oliveira Vidais Canteiro.
Maria do Rosário Banazol de Santa Rita Colaço.
Maria do Rosário Cerdeira Lopes Diniz Pereira.
Maria do Rosário Lobão Raposo.
Maria do Rosário Martins Baltazar Caetano.
Maria do Rosário Rosa Capiro de Sousa.
Maria dos Anjos Borralho Sequeira.
Maria dos Anjos Nunes Quirino.
Maria Dulce Martins Paiágua.
Maria Dulce Moreira Dias Lopes Gil.
Maria Eduarda Casa Nova.
Maria Eduarda Guerreiro Paleta.
Maria Elisabete Paiva Dias Valgode.
Maria Elisabete Soares de Oliveira.
Maria Elisabeth Teixeira Pereira.
Maria Emília Ferreira Martins Lourenço Rodrigues.
Maria Emília Gomes Neves Souto.
Maria Eugénia Curvaceira Bingre do Amaral.
Maria Eugénia da Costa Pereira Rodrigues.
Maria Fátima Fernandes Ascensão.
Maria Fernanda Granja Gonçalves Pinheiro.
Maria Filomena Alves de Brito Fernandes.
Maria Filomena Baptista Correia.
Maria Filomena Fernandes da Cunha.
Maria Filomena Rocha Pina das Neves.
Maria Francisca Borbinha Chagas.
Maria Gabriela Domingues Gualdino Costa.
Maria Gabriela dos Reis Isidro.
Maria Gabriela Moita Romão de Brito.
Maria Glicínia Fragoso de Lima Ferreira.
Maria Graciete Alves Martins.
Maria Guadalupe dos Santos Pereira Gabriel.
Maria Helena Bastos Fonseca.
Maria Helena Bento Pereira Dias.
Maria Helena de Matos Delgado.
Maria Helena Duarte de Figueiredo.
Maria Helena Ferreira Augusto.
Maria Helena Noronha Mendes.
Maria Helena Pereira Rebelo.
Maria Helena Rocha Melo.
Maria Idalina Fernandes da Silva.
Maria Ilda Alves da Silva Simão.
Maria Inês Meave Zileri Teixeira de Sampaio.
Maria Isabel da Silva e Oliveira.
Maria Isabel Mendes Marques.
Maria Isabel Nave Nunes Maldonado Freitas.
Maria Isabel Pernão Duarte Soares.
Maria Isabel Pinto Valente da Silva.
Maria Isabel Ramos Moreira Moreira.
Maria Isabel Silva da Costa.
Maria Isabel Sousa Alves Moreira Marques Santos.
Maria Isabel Ventura Marmelindo.
Maria Ivone Garcia da Silva.
Maria Joana Lourenço Martins.
Maria João Abreu Bexiga Marques.
Maria João Caramelo Moreira.
Maria João Costa Morgado.
Maria João Dias Morais.
Maria João dos Reis Braga da Costa.
Maria João Ferreira da Casa Matos da Silva.
Maria João Ferreira de Oliveira Perna Goulart.
Maria João Fontes Anciães Felício.
Maria João Gomes Cerqueura Rodrigues.
Maria João Gomes de Castro.
Maria João Henriques Rodrigues.
Maria João Marçal da Graça.
Maria João Moreira Esteves Teixeira da Silva.
Maria João Morgado Gonçalves Marques Santos.
Maria João Noutel Nobre Leitão Pedrosa Nico.
Maria João Pereira da Silva.
Maria João Pereira de Freitas.
Maria João Pessoa Nunes Redondo.
Maria João Rodrigues Martinho da Cunha.
Maria João Rosa de Carvalho Ramos.
Maria João Silvestre Correia.
Maria João Vieira de Almeida Mortágua.
Maria José Brito de Moura.
Maria José da Silva Domingos.
Maria José de Oliveira Pereira e Jorge Alcobia.
Maria José de Sousa Lopes.
Maria José Duarte Carrola.
Maria José Fernandes Oliveira.
Maria José Gonçalves Carrondo.
Maria José Rosa Pompeu dos Santos.
Maria José Tavares Fidalgo.
Maria Leonor Gambini de Sousa Guedes.
Maria Leonor Vieira Sousa.
Maria Lúcia Crespo Abranches de Soveral Pombeiro.
Maria Luís Correia Bento.
Maria Luísa da Silva Gregório Francisco.
Maria Luísa dos Prazeres Soares de Luna.
Maria Luísa Marques da Silva Saraiva Coelho.
Maria Luísa Trindade Madeira Leal.
Maria Madalena Alves da Costa Martins.
Maria Madalena Ferreira da Silva.
Maria Madalena Ribeiro Serra de Carvalho Requixa.
Maria Manuel Batista Jesus Marques.
Maria Manuel da Costa Bringel Milzer.
Maria Manuel Gomes de Oliveira.
Maria Manuel Morais e Silva.
Maria Manuela Barros Maia.
Maria Manuela Botelho Guedes.
Maria Manuela Carvalho Faria.
Maria Manuela de Jesus Ribeiro.
Maria Manuela Gomes Pimenta da Silva.
Maria Manuela Sanches Almeida Carvalho.
Maria Manuela Tomás Rodrigues de Carvalho.
Maria Margarida Afonso da Cruz Fernandez Neves.
Maria Margarida Alves dos Santos Martins.
Maria Margarida de Almeida Soares.
Maria Margarida de Carvalho Dias Rodrigues.
Maria Margarida Eusébio Alvega Rico Pintão.
Maria Margarida Pereira Dias Saraiva.
Maria Miguel de Sá Rebelo Pereira.
Maria Nazaré Dias Lameira Polido.
Maria Norvinda Ferreira Leite.
Maria Patrícia Pinto César Faria.
Maria Paula Chaves Carreiras.
Maria Pereira Netto.
Maria Raquel Martins Tavares.
Maria Raquel Vargas Tavares.
Maria Rita Carvalho Prieto.
Maria Rosa Fernandes Cardoso.
Maria Rosa Santágueda Balsinha.
Maria Rosário Rodrigues Pacheco.
Maria Rosete Azevedo Gaspar Rei Santos Ribeiro.
Maria Sofia Marques Casanova.
Maria Sofia Rodrigues Vale.
Maria Teresa Álvares de Moura Costa Alemão.
Maria Teresa Alves da C. Filipe Cirne B. Cardoso.
Maria Teresa Carvalheiro Almeida.
Maria Teresa de Matos Calado.
Maria Teresa Gomes Cleto.
Maria Teresa Madeira Martins.
Maria Teresa Oliveira Figueirinhas Pinto.
Maria Teresa Rodrigues de Almeida Correia.
Maria Tereza Moreira de Paiva Pinto de Rezende.
Maria Virgínia Correia Soares.
Mariana do Amaral Sul Mendes.
Maribel da Conceição dos Santos.
Marília do Anjo Pazeiro Ramalho.
Marília do Céu Guerra Neres.
Marília Paula de Almeida Velo Ramalho.
Marília Peres da Fonseca.
Marília Silva Barreto de Lara.
Marina Bispo Barata.
Marina Isabel Aires Araújo.
Marina Neves Martins.
Mário Guilherme da Silva Forjão.
Mário Jorge Pinto de Castro.
Mário Jorge Rodrigues Martins Ribeiro.

Mário Jorge Rodrigues Vidal.
Mário Manuel Ferreira Teixeira.
Mário Mendes Morais.
Mário Nuno Chaves Soares.
Mário Nuno Ferreira Rafael.
Mário Paulo Mendes Machado.
Mário Pedro Almeida Martins de Jesus.
Mário Pedro Rosado Berjano.
Mário Rui do Nascimento Nunes.
Mário Rui Marques Martins.
Mário Rui Monteiro de Almeida.
Marisa Cristina Silveira de Sousa.
Marisa Louro da Silva.
Marisa Pinheiro de Figueiredo.
Marlene Domingas da Costa Amorim Fernandes.
Marlene Paula Castro Amorim.
Marlene Pereira Riachos.
Marta Alexandra da Silva Miranda.
Marta Alexandra Fartura Braga Temido.
Marta Alexandra Trigo Delgado Praça.
Marta Andaluz Gonçalves.
Marta Carolina Fernandes e Silva Campos.
Marta Cláudia de Almeida Pinho.
Marta Cláudia Faria Caetano.
Marta Cristina Monterroso Nery Simões Rato.
Marta da Silva Ramalho.
Marta de Abreu Coutada.
Marta de Carvalho Soares Garcia.
Marta de Jesus Vieira Pinto.
Marta de Oliveira Santos Pires Marques.
Marta Gouveia Moleirinho.
Marta Helena Veiga Valério Mealha.
Marta Rodrigues Alves da Silva Louro.
Marta Sofia Machado Garcia Ribeiro.
Marta Sofia Medroa Calixto.
Marta Sofia Rodrigues Lopes.
Marta Susana Gouveia Lopes Henriques Pereira.
Martinho Luís d'Orey Gaivão Villani.
Mecia Maria Freitas Costa.
Miguel Ângelo Barbosa de Araújo Rebelo.
Miguel Ângelo Carreira de Sousa.
Miguel Azevedo Figueiredo Nunes.
Miguel Baltasar Ferreira Bakonyi.
Miguel Corte-Real de Brito e Abreu.
Miguel de Oliveira Estanqueiro Rocha.
Miguel Filipe de Sousa Branco Cruz Silvestre.
Miguel Henriques Precatado Carvalho de Faria.
Miguel Joaquim Pecurto Cabaço.
Miguel José Agostinho Figueiredo Rodrigues.
Miguel Mósca Déjean Guerra.
Miguel Nuno da Cerveira Pinto Nadais Vasconcelos.
Miguel Nuno Vicente Lopes.
Miguel Pedro de Sá Viana Vidigal.
Miguel Roland Lubomirski Pierre.
Milena Carla Lima de Carvalho.
Miriam Seabra de Oliveira.
Moisés de Bastos Fonseca.
Mónica Alexandra Marinho Antunes.
Mónica Alves Couceiro.
Mónica de Campos Moreira Ribeiro.
Mónica Isabel Andrezo Pinheiro.
Mónica Isabel Barbas de Almeida.
Mónica Maria Alves de Sousa Portilho.
Mónica Rodrigues Ferreira da Silva.
Mónica Sofia Figueiredo Resende Mendonça.
Mónica Sofia Luís Ferreira.
Mónica Susana de Sousa e Silva dos Santos Mendes.
Natacha Alves Cabral.
Natacha Maria de Oliveira e Silva Mendes de Sousa.
Natália de Jesus Soeiro Correia Dias.
Natália Fernandes Leite.
Natália Raquel Neuschwander de Oliveira.
Natálio Nunes Paróla.
Natércia Xavier Rodrigues Gouveia.
Nélia Alexandra Vaz Gonçalves dos Santos.
Nélson Manuel dos Reis Salvadorinho.
Nélson Octávio Godinho Pereira da Silva Lavos.
Nilza Isabel Lopes Rodrigues.
Noémia Maria Santos Figueiredo Barbosa.
Nuno Adolfo Rocha Figueiredo Pereira Marques.
Nuno Alexandre de Melo Pádua de Mora.
Nuno Álvaro Tamagnini Barbosa da Silva Castro.
Nuno António Ribeiro Pacheco.
Nuno Camilo Castelo-Branco Graça Ferreira.
Nuno Emanuel de Jesus Nogueirinha.
Nuno Emanuel Marques Damas Alves dos Santos.
Nuno Filipe da Silva Cunha Catana.
Nuno Filipe da Silva Monteiro.
Nuno Filipe David de Barros Marques.
Nuno Filipe Lopes Martins Paixão.
Nuno Filipe Loureiro Lopes.
Nuno Filipe Pimenta Vieira.
Nuno Gonçalo Moitas Germano.
Nuno Henrique Silva Sousa de Abreu Cunha.
Nuno Jorge Pancadas Pinto dos Santos.
Nuno José Cabrita Fortunato.
Nuno Manuel Ferreira Teixeira Fernandes.
Nuno Manuel Salvado de Brito.
Nuno Manuel Teixeira Antunes.
Nuno Miguel Bairradas da Silva Rodrigues.
Nuno Miguel Benzinho Fonte.
Nuno Miguel de Castro Brazão.
Nuno Miguel de Moura Silva Cardoso.
Nuno Miguel Dias Carujo Quina Emídio.
Nuno Miguel dos Santos Couto.
Nuno Miguel Martins Costa.
Nuno Miguel Pegado Cortez.
Nuno Miguel Rodrigues Tavares.
Nuno Miguel Santos Cruz.
Nuno Miguel Sequeira Mascarenhas dos Santos.
Nuno Miguel Silva Guedes.
Nuno Miguel Tavares de Oliveira.
Nuno Miguel Torres Chaves Teive de Noronha.
Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro.
Nuno P. Bernardo Martins Valente dos Santos.
Nuno Ramos Lopes Pereira de Carvalho.
Nuno Ricardo Silva Gabriel.
Odete da Silva Santos Ferreira e Serra.
Odete Maria da Silva Moreira.
Olga Maria Caetano Roque.
Olinda Maria de Araújo Martins.
Olívia Teixeira Alves.
Ondina Flora de Jesus Vieira Duarte Gonçalves.
Orlando Jorge Magalhães Monteiro Pereira.
Otília Maria Moreira Ferreira.
Otília Nunes Paulos.
Patrícia Alexandra da Costa Baixa.
Patrícia Alexandra da Costa Nunes.
Patrícia Alexandra Leandro Ferreira.
Patrícia Alexandra Rodrigues Ferreira.
Patrícia Alexandra Ventura Ribeiro.
Patrícia Barroso Marçal Antunes Gameiro.
Patrícia Carla Branco Dias Fialho.
Patrícia da Costa Fernandes Talina.
Patrícia de Alpoim Guedes de Queiroz e Lima.
Patrícia de Sousa Martinho Fernandes Gomes.
Patrícia Ella de Saldanha Schulze.
Patrícia Ferreira da Costa Martins.
Patrícia Gomes da Cruz de Boelpaepe.
Patrícia Lage e Correia da Silva.
Patrícia Luísa Mendes Pereira.
Patrícia Magda Monteiro Pascoal.
Patrícia Manuela de Palma Mendonça da Costa Rosa.
Patrícia Margarida de Sousa Pinto.
Patrícia Margarida Oliveira Monteiro.
Patrícia Maria da Rosa Rodrigues.
Patrícia Maria dos Santos Matos Rodrigues Nogueira.
Patrícia Maria Pacheco de Oliveira Nunes.
Patrícia Paula Alvelos Teodoro.
Patrícia Ribeiro Clemente Grade.
Patrícia Rute Foito e Camisão.
Patrícia Sofia Frade de Santiago Guinote.
Patrícia Sofia Gerbert Marques.
Patrícia Susana Lopes Teixeira Ribeiro.
Patrícia Susana Pinto da Conceição.
Paula Alexandra Esteves Borges de Moura.
Paula Alexandra Horta Ferreirinha.
Paula Alexandra Mendes.
Paula Alexandra Nobreza de Sousa Mouco.
Paula Alexandra Pimentel Roque Rodrigues Teixeira.
Paula Cristina Brandão Andrade.
Paula Cristina da Costa Prelada.
Paula Cristina da Silva Fernandes Mendonça.
Paula Cristina das Neves Costa Carvalho Estrela.
Paula Cristina de Oliveira.
Paula Cristina Domingues.
Paula Cristina dos Santos Vilela.
Paula Cristina Estrócio e Sousa.

Paula Cristina Fernandes Pinheiro.
Paula Cristina Furtado Stone.
Paula Cristina Nunes de Sá Pereira.
Paula Cristina Oliveira Lopes.
Paula Cristina Pereira da Silva.
Paula Cristina Pires de Matias.
Paula Cristina Pontes Rocha.
Paula Cristina S. Teixeira da Silva Monte Pegado.
Paula Cristina Serpa Madeira.
Paula Cristina da Silva Gonçalves.
Paula da Rocha Páris de Sequeira Osório.
Paula Fernanda Almeida Pedro.
Paula Florinda Martins Lages.
Paula Maria da Cruz Geraldes Mingote.
Paula Maria Gomes Sequeira.
Paula Maria Lopes Figueira.
Paula Maria Mendes Gabriel Pedro.
Paula Maria Rodrigues.
Paula Maria Simões Vieira.
Paula Maria Vale Cardoso Vicente.
Paula Marina Santos Carvalho da Cruz Silva.
Paula Pedro Loureiro.
Paula Rita Marreiros Gaspar.
Paula Taísa da Costa Campos César Vicente.
Paulo Alexandre Carvalho Pinto.
Paulo Alexandre Fernandes Nóbrega Lopes.
Paulo Alexandre Pinto Monteiro.
Paulo Alexandre Ramos de Sousa Monteiro.
Paulo Alexandre Silveira Geraldes.
Paulo Alexandre Valério Vitorino.
Paulo Alexandre Vilarinho de Barros.
Paulo Barreto Cachim.
Paulo da Conceição Fernandes França.
Paulo Fernando Lopes Mendes.
Paulo Jorge Albuquerque Duarte.
Paulo Jorge Braga Pessoa Seabra.
Paulo Jorge Camilo Gameiro.
Paulo Jorge Correia Mira.
Paulo Jorge da Costa Coimbra.
Paulo Jorge da Fonseca e Silva.
Paulo Jorge das Dores Salvador.
Paulo Jorge do Nascimento Pereira.
Paulo Jorge Loureiro da Silva Aleixo.
Paulo Jorge Silva Tavares Pereira.
Paulo Jorge Tavares Alves.
Paulo José Gomes Monteiro Praça.
Paulo José Santos de Carvalho Marques.
Paulo Manuel Carreiro Macedo.
Paulo Manuel Correia Freire Barbosa.
Paulo Miguel da Costa Lamim Vieira.
Paulo Miguel da Silva Petiz.
Paulo Miguel da Silva Santos.
Paulo Miguel Farraia da Graça Marques Pedro.
Paulo Miguel Gonçalves Ornelas Camacho.
Paulo Miguel Guedes Domingues.
Paulo Miguel Lopes Graça.
Paulo Miguel Neto Guerreiro Gomes.
Paulo Miguel Vilas Boas e Carvalho.
Paulo Nélson da Costa Leitão.
Paulo Orlando Mendes Soares Abrantes.
Paulo Ricardo Macedo Baptista de Sousa.
Paulo Sérgio de Jesus Martins da Cruz.
Paulo Sérgio Ferreira Gomes.
Paulo Sérgio Fonseca Santos Pinto Macedo.
Pedro Abecasis de Andrada da Costa Pereira.
Pedro Alexandre Ramos Pinto Soares.
Pedro Artur Oliveira Amaral de Brum.
Pedro Augusto Gonçalves Paixão dos Santos Gomes.
Pedro Branco Rodrigues Cardoso.
Pedro Bueri Antero Ferreira Morgado.
Pedro Daniel Cabral Gonçalves Leonardo.
Pedro Eduardo Mendes Trabuco dos Santos Alves.
Pedro Filipe Águas Ribeiro.
Pedro Filipe Costa Gouveia.
Pedro Filipe Esteves Simões.
Pedro Filipe Gomes Rodrigues.
Pedro José Caeiro da Palma Vaz.
Pedro José Lage Cacela.
Pedro Luís Bordalo Gaiolas.
Pedro Luís Monteiro Mendes e Afonso.
Pedro Manuel Afonso Morgado.
Pedro Manuel de Faria e Melo Forjó.
Pedro Manuel dos Santos Guerreiro Rodrigues.
Pedro Manuel Galvão Henriques.
Pedro Manuel Inácio Borges Morgado.
Pedro Manuel Lopes Vasques.
Pedro Manuel Pires Figueiredo.
Pedro Manuel Ribeiro de Carvalho Salazar.
Pedro Manuel Semedo da Graça.
Pedro Miguel Abreu da Silva.
Pedro Miguel Batista da Silva.
Pedro Miguel Calheiros de Lacerda e Mello.
Pedro Miguel Calisto Vicente de Ataíde e Sá.
Pedro Miguel Castelo Vinagre Valério Pereira.
Pedro Miguel David Mendes Pombo.
Pedro Miguel de Matos Ferreira.
Pedro Miguel dos Santos Antunes.
Pedro Miguel Esteves de Vasconcelos Gonçalves.
Pedro Miguel Fernandes Loureiro.
Pedro Miguel Ferreira Soares Figueira.
Pedro Miguel Gonçalves Duarte.
Pedro Miguel Isidro Silva.
Pedro Miguel Macau Costa Valente.
Pedro Miguel Martins Gomes da Silva Soares.
Pedro Miguel Pedrosa dos Santos Monteiro.
Pedro Miguel Santo Ribeiro Mendonça.
Pedro Miguel Simões Martins.
Pedro Miguel Teixeira de Sousa Marcelo Curto.
Pedro Miguel Viegas da Costa.
Pedro Monteiro e Silva Barroso.
Pedro Nuno Vargas Gonçalves.
Pedro Olívio da Rocha Antunes Rodrigues.
Pedro Pinto de Mesquita Cabral de Moncada.
Pedro Ricardo Neto Correia de Azevedo.
Pedro Rui Pires de Oliveira Neves.
Quintino Rui Carapinha Travanca.
Rafael Duarte Branco da Gama.
Raquel Alexandra Ferreira Malheiro.
Raquel Alexandra Moreira Caria.
Raquel Cristina Marques Moreira.
Raquel Furtado de Mendonça Belard.
Raquel João Miguéis Santos Ruivo Guterres.
Raquel Maria de Fraga Martins.
Raquel Maria Mota Lucas.
Raquel Susana Monteiro Gandarez.
Raul Jorge Coelho Arromba Silva Rasga.
Regina Joachim.
Renata Alexandra Strecht Ribeiro Correia.
Renata Maria Guerreiro Ferreira Duarte Simões.
Renato Jorge de Andrade Vieira.
Ricardo Alexandre Nunes Milheiro.
Ricardo Alexandre Oliveira Ferreira.
Ricardo António Vieira do Rosário.
Ricardo Costa Pereira dos Santos Figueira.
Ricardo Duarte E. Serrano.
Ricardo Fernandes Garcia Cortes.
Ricardo Jorge Bragança de Matos.
Ricardo Jorge Brigham Candeias.
Ricardo Jorge da Silva Rodrigues.
Ricardo Jorge Ferreira de Castro Esteves.
Ricardo Jorge Mendes Silva.
Ricardo Luís Silva Pinto Leite Chrystêllo.
Ricardo Manuel Gonçalves da Silva de Deus.
Ricardo Manuel Ribeiro Santos.
Ricardo Marcos Correia dos Santos M. Teixeira.
Ricardo Marques Bruno de Sousa.
Ricardo Nuno Pinto Marques Leite Soares.
Ricardo Santos Nunes.
Rita de Matos Chaves Lebre.
Rita Fragoso de Almeida Azevedo Pires.
Rita Guerra Santos Tavares Melo.
Rita Isabel Claro Azevedo Coelho.
Rita Isabel Quintas Gouveia de Carvalho.
Rita Isabel Ramos de Sousa Mendes.
Rita Margarida Curral Brito.
Rita Maria Fonseca Dias Duarte.
Rita Marília Ribeiro Barros.
Rita Nazaré Soares Bettencourt F. Machado Dias.
Rita Santa-Rosa Pinho de Miranda.
Rita Sofia da Costa Massena.
Rita Ventura Ramalho Carolino.
Roberto David Freitas Sousa.
Rodrigo Emanuel Barros Simeão Versos.
Rodrigo Miguel Amaral Ferreira Inácio.
Rodrigo Miguel Figueiredo Crespo.
Rodrigo Nuno Ferreira Sota de Bastos e Silva.
Rogélia Maria Lopes Pedro.
Rogério Albano Lopes Soares.

Rogério Duarte Gonçalves Oliveira.
Romualda Alexandra Sousa Ferro.
Rosa Paula de Jesus Estrela.
Rosa Sofia de Carvalho Valpereiro.
Rosalina Maria Fernandes Tanganho.
Rosemina Faruk Gadit.
Ruben Miguel Fonseca Ferreira.
Rui Alberto Leal Alves.
Rui Alberto Lopes da Silva.
Rui Alexandre Lapa Vieira de Oliveira.
Rui Alexandre Lopes de Oliveira.
Rui Alexandre Rosa Marques da Cruz.
Rui António da Luz Cardoso.
Rui Eduardo de Castro Fernandes Pereira.
Rui Filomeno de Freitas Simões.
Rui Jorge Alves de Oliveira do Rosário Rego.
Rui Jorge de Gouveia Fernandes.
Rui Jorge Moreira Costa.
Rui Manuel dos Anjos Pereira.
Rui Manuel Nogueira de Carvalho.
Rui Manuel Pinheiro Fernandes.
Rui Miguel Amorim de Velasco Martins.
Rui Miguel Barata Ribeiro.
Rui Miguel dos Santos Gomes.
Rui Miguel Monteiro Rebordão.
Rui Miguel Teixeira Heitor Ferreira.
Rui Nuno Oliveira de Almeida.
Rui Pedro Alves Correia.
Rui Pedro Carvalho Vasques.
Rui Pedro da Silva Serrão Tártaro.
Rui Pedro de Campos Ribeiro.
Rui Pedro de Oliveira Morgado.
Rui Pedro de Sousa Coutinho.
Rui Pedro Espírito Santo Gomes de Oliveira.
Rui Rodrigues Cardoso.
Rui Teodoro Machado Dias Meireles.
Rupa Aldoncar.
Rute Alexandra de Carvalho Serra.
Rute Alexandra Reis Parreira.
Sabrina Josefa Camacho Júlio.
Salim Habibo.
Salomé de Melo Lourenço.
Salvador Nuno Macedo Teixeira dos Santos.
Samer Emil Harfouche.
Sandra Maria Soares de Sousa.
Sandra Carla Lopes Viana.
Sandra Cristina Batista Horta.
Sandra Cristina Bretes Filipe da Silva Carrilho.
Sandra Cristina da Costa Santos.
Sandra Cristina da Silva Moreira e Ferreira.
Sandra Cristina Dias dos Santos Sepodes.
Sandra Cristina Domingues Ribeiro.
Sandra Cristina Miranda de Melo.
Sandra Cristina Pereira Ferreira.
Sandra Cristina Trindade Camponês Pires.
Sandra Cristina Velhinho de Magalhães.
Sandra de Fátima da Silva Semedo.
Sandra de Veloza Cantante Coelho Gomes.
Sandra do Pilar da Silva Paulino.
Sandra Elisabete Milheirão Alcaide.
Sandra Estibeiro Rodrigues.
Sandra Filomena Mendes.
Sandra Filomena Rodrigues Fernandes.
Sandra Helena Carreiro Soares.
Sandra Hermínia Cardoso Oliveira.
Sandra Isabel de Seixas Faria.
Sandra Isabel Gonçalves do Amaral Simões.
Sandra Isabel Justo Cardoso.
Sandra Isabel Pimentel de Noronha.
Sandra Isabel Rendas Cardoso.
Sandra Isabel Rodrigues Almeida.
Sandra Manuel da Mata Cabral.
Sandra Manuela Abreu Bértolo.
Sandra Manuela Pereira Gonçalves.
Sandra Maria Branco Crespo.
Sandra Maria Costeira Alves Arega.
Sandra Maria Curado de Freitas Araújo.
Sandra Maria da Silva Claro.
Sandra Maria da Silva de Oliveira Pinto.
Sandra Maria Gonçalves Canelas.
Sandra Maria Guimarães Morgado Ferreira.
Sandra Maria Vilhena Godinho.
Sandra Marina Milheiros Simões Correia.
Sandra Marina Pereira Guerra.
Sandra Marisa Cunha Rocha.
Sandra Marisa da Silva Pedras Pancadas.
Sandra Martins Mendes.
Sandra Meneses Seabra Silva.
Sandra Patrícia Romero Teixeira.
Sandra Paula da Graça Mendes.
Sandra Regina Ribeiro da Graça.
Sandra Saraiva Gabriel.
Sandra Teresa Gomes Pereira.
Sara Aleixo Teixeira Picanço.
Sara Alexandra Félix Boavida.
Sara Alexandra Rocha Arcanjo.
Sara Alexandra Silva Bexiga.
Sara Batoreo Pinto de Lemos Crespo.
Sara Cristina Deodato Palma Duarte Castanheira.
Sara Cristina dos Santos Alves.
Sara Daniela Rodrigues e Silva Marques.
Sara Inês Picado Martins.
Sara Isabel Batista Costa.
Sara Isabel dos Reis Munhoz.
Sara Isabel Duarte Reis de Pinho.
Sara Joana Pimenta Monteiro.
Sara Margarida de Oliveira Fernandes.
Sara Margarida Isidoro Frade de Brito.
Sara Maria da Fonte F. Salgado Bernardo.
Sara Maria dos Santos Quintão Jaques.
Sara Maria Pereira César.
Sara Patrícia Camacho de Barros.
Sara Patrícia Sumares de Menezes Vasconcelos.
Sara Rita de Jesus Farinha Marques.
Saúl Tierry da Silva Carapinha.
Selma de Almeida Ferreira Jordão.
Serafim Paulo Pereira Faro.
Sérgio Bustorff Fortunato.
Sérgio José da Costa Antunes.
Sérgio Paulo Heleno da Cruz.
Sheila Cristina Gonçalves de Sousa.
Shelley Margaret Garcia de Sá Pires.
Sílvia Alexandra Guerreiro Brito.
Sílvia Cristina Fernandes Lopes de Almeida.
Sílvia Cristina Santos Correia.
Sílvia da Silva Marques.
Sílvia Fraga dos Reis.
Sílvia Isabel Evangelista Bento.
Sílvia Maria Baptista da Cruz.
Sílvia Maria Carreira Veloso.
Sílvia Maria Mestre Soares Afonso.
Sílvia Moreira.
Sílvia Nunes Carvalho.
Sílvia Sandra Almeida Ventura.
Sílvio da Encarnação de Jesus Pestana.
Sílvio Humberto Rodrigues Coutinho.
Sofia Alexandra de Almeida Pereira da Silva.
Sofia Alexandra Estima Loureiro.
Sofia Alexandra Figueiredo Moure Pinha.
Sofia dos Santos Vasconcelos de Macedo.
Sofia Jacinta da Cunha Ferreira.
Sofia Margarida Santos Souto.
Sónia Alexandra Ribas Lourenço da Fonseca.
Sónia Alexandra Faria Viana.
Sónia Alexandra Quelhas do Cubo.
Sónia Ângelo Correia.
Sónia Cristina Dias Ferreira.
Sónia Cristina dos Santos Marques Ribeiro.
Sónia Cristina Duarte Lopes.
Sónia Cristina Fernandes Teodoro.
Sónia Cristina Gonçalves Correia.
Sónia Cristina Miguel Rodrigues.
Sónia Cristina Miranda Cardoso.
Sónia Cristina Ribeiro Lascasas.
Sónia da Cruz Costa.
Sónia Duarte Afonso.
Sónia Hortense da Silva Mendes.
Sónia Isabel Pica dos Reis.
Sónia Maria Crista Vieira.
Sónia Maria de Oliveira Pinto.
Sónia Maria Rosa Alves.
Sónia Maria Rosa Duarte.
Sónia Maria Serra Domingos.
Sónia Marina Gonçalves Menicha.
Sónia Marina Guerreiro de Sampaio.
Sónia Nishel Maria Costa.
Sónia Santos Dias.
Sónia Sara da Silva Mota Bartolomeu.

Soraia Patrícia Reis Piçarra Jorge.
Susana Alexandra Santos Tavares Jordão Braz Meda.
Susana Carla Caetano Subtil de Sousa.
Susana Catarina de Oliveira Jorge.
Susana Catarina Martins Rodrigues.
Susana Cristina da Silva Abreu.
Susana Cristina de Almeida Amado.
Susana Cristina dos Santos Gomes Martins.
Susana Cristina Madeira Rodrigues.
Susana da Silva Tavares dos Santos.
Susana de Oliveira M. A. de Brito Correia de Barros.
Susana Dias Sargaço.
Susana Dolores Pacheco Martinho Martins.
Susana Filipa de Oliveira Mendes e Justino.
Susana Isabel Alves da Silva Pereira.
Susana Isabel Consolado Antunes.
Susana Manuela Correia Mascarenhas.
Susana Manuela Miranda Mariquito.
Susana Margarida Marques Jorge.
Susana Maria Agostinho e Silva Dias da Costa.
Susana Maria Azevedo de Jesus Gomes.
Susana Maria Beça Pereira.
Susana Maria Bonifácio Ramos.
Susana Maria Cardoso Sereno.
Susana Maria Espada Gonçalves.
Susana Maria Máximo Vacas.
Susana Paula Figueiredo Carvalho de Matos.
Susana Paula Florindo Salgado.
Susana Paula Ribeiro Domingues.
Susana Raquel da Silva Santos.
Susana Raquel Leite Pereira Meneses Pacheco.
Susana Sofia da Silva Costa.
Suzana Catarina da Silva Branco.
Tânia Alexandra de Aboim Calapêz Corrêa.
Tânia Brazão Correia.
Tânia Cristina Jorge da Silva.
Tânia Lara de Montalvão Costa.
Telma de Matos Pereira Lourenço.
Telmo Jorge Gonçalo dos Santos Carlos.
Telmo Manuel Seramota Machado.
Telmo Rui Brandão M. Azevedo Fernandes.
Teófilo Maria Teles Meneses de Seabra.
Teresa Alexandra Pimenta da Costa Pereira.
Teresa Alexandra Guerra Gonçalves Farias.
Teresa Cristina Madeira Gonçalves Nunes.
Teresa de Jesus Godinho Coelho e Silva Coelho.
Teresa Margarida Estêvão Afonso.
Teresa Maria da Cunha Ferreira Soares.
Teresa Maria da Silva Oliveira.
Teresa Maria Ferreira Duarte.
Teresa Maria Silva Portugal V. Ferreira.
Teresa Olga de Almeida Pinto Pereira.
Teresa Paula Rodrigues da Silva.
Teresa Raquel Águas Pereira da Conceição.
Teresa Sofia Lopes Alves.
Tiago Alexandre Nunes Serras Carvalho Rodrigues.
Tiago de Matos Fernandes.
Tiago Machado Bragança Mergulhão Gomes.
Tiago Nuno Beirão Antunes Moreira Braga.
Tiago Patrício Carvalho Salpico.
Tibéria da Conceição Proença Valente.
Tomás José Sepúlveda F. Colaço de Melo de Aguiar.
Usmma Mahindra.
Valdemar Braz Ferreira.
Válter Rodrigues Salgado.
Vanda Catarina Silvestre Lourenço.
Vanda Cristina Ribeiro Baptista da Silva.
Vanda Cristina Simões Carmo Simões.
Vanessa Cristina de Sousa Silva.
Vanessa Cristina Pinto Alves da Silva.
Vanessa Gizelle Pereira Venichand.
Vanessa Xuan Correia Pereira.
Vasco de Oliveira Janeiro.
Vasco Lourenço da Costa Pereira Goulart de Ávila.
Vasco Manuel Vala Pires.
Vasco Maria de Bívar Cornélio da Silva.
Vera Maria Borges Rangel de Lima.
Vera Maria Menino de Matos.
Vera Patrícia Costa Delgado.
Vera Trajano Berrones.
Verónica das Dores da Silva Fernandes.
Verónica Manuela Cabaço da Silva.
Victor Manuel de Sousa Matos.
Virgínia Maria Caretas Nero.
Virgínia Maria Ginja Campos.
Vítor Alexandre de Jesus Simões.
Vítor Alexandre Soares Pinto da Cunha.
Vítor Hugo Vila Cova Lemos Rodelo.
Vítor José Garcia Leonardo.
Vítor Manuel Alves Borges.
Vítor Manuel da Cunha e Silva Cruz.
Vítor Manuel Esteves Martins.
Vítor Manuel Maia Lopes.
Vítor Manuel Miranda Santos.
Vítor Manuel Pereira Coutinho.
Vítor Manuel Teixeira Calhau.
Vitória Maria Fernandes Mendes.
Vitória Maria Lourenço de Sousa.
Wilma Miléne Lourenço Ventura Ilha.
Zélia Maria Gonçalves Gabriel.

Candidatos excluídos:

Abcelinda Laura Dias da Costa (*b*).
Adelaide Isabel Alves Bessa e Silva (*b*).
Adriana Duarte Soares (*b*).
Albano Manuel Capela de Castro Almeida (*a*).
Alexandra Margarida Marques Pádua Gonçalves (*b*).
Alexandra Margarida Saramago Silva Lança (*b*).
Alfredo José Temporão Martins (*e*).
Alice Carminda Cruz Pinto (*b*).
Ana Alice Teixeira Amado (*a*) (*b*).
Ana Cláudia Caeiros Proença Baleiras (*a*) (*b*).
Ana Cristina Manso Braz (*b*).
Ana Cristina Reis Coutinho (*e*).
Ana Isabel de Carvalho Mateus Rolim Caixaria (*a*).
Ana Isabel de Lobo César (*a*) (*b*).
Ana Isabel Gato Poupinha Ferreira (*a*) (*b*).
Ana Lúcia Viana Matias dos Santos (*b*).
Ana Luísa Calado Amaro (*b*).
Ana Maria Robalo Marques (*b*).
Ana Mónica da Costa Melro (*a*).
Ana Mónica Pinto Martins (*b*).
Ana Patrícia Mendes de Magalhães (*b*).
Ana Paula da Silva Castanheira (*a*) (*b*).
Ana Rosa Ruiz Palma Cunha Bispo Gonçalves Pereira (*b*).
Ana Sofia Ribeiro dos Santos Costa Freire (*b*).
Anabela Ferreira da Cunha Dias (*b*).
Anabela Moreira Nunes Jarimba Castro (*b*) (*e*).
Ângela da Conceição Costa Loio (*a*).
Ângela Maria Martins do Vale (*b*).
Ângela Maria Mogueiro Madeira (*b*) (*e*).
Annick Catarino (*a*).
António Eduardo Reverendo C. Cordeiro de Oliveira (*b*).
António Gonçalves de Freitas (*a*).
António Jorge Sousa Marrinhas (*b*).
António José Laureano Homem da Trindade (*b*).
António Júlio Castanheira Mendonça (*b*).
António Luís Morais Martins (*a*) (*b*).
Arlete Conceição Moita (*a*) (*b*).
Artur Jorge Ramos Brito Albuquerque Lopes (*e*).
Bárbara Rita Valle de Carvalho Maia de Sousa (*a*) (*b*).
Beatriz Marlier da Costa (*a*).
Belmira Maria da Silva (*a*).
Benjamin da Silva Rodrigues (*a*) (*b*).
Brigite Milhinhos de Assis (*b*).
Bruno Verdial de Castro Ramos Mações (*a*).
Carla Alexandra Dias Pereira (*b*).
Carla Alexandra Sampaio Rodrigues (*b*).
Carla Cristina Aguiar Barbosa (*a*).
Carla Elizabete dos Santos Mota (*d*).
Carla Isabel Santana Morais (*b*).
Carla Isabel Vaz Teixeira (*b*).
Carla Maria Domingues de Araújo (*a*) (*b*).
Carla Maria Valente Beira (*b*).
Carla Sofia Pirrolas Camacho Aguiã (*b*).
Carla Susana Gomes de Araújo (*c*) (*e*).
Carlos Alberto Caldeira André (*b*).
Carlos Manuel Fernandes Gomes (*a*) (*b*).
Carlos Manuel Machado Cântara (*a*) (*b*).
Carlos Manuel Meruje Pires da Cruz (*a*).
Cármen Maria Neves Santos Ferreira (*b*).
Catarina Maria Valente da Silva Simões dos Penedos (*b*).
Cecília Maria Mendes F. dos Santos Martins Azevedo (*d*).
Célia Maria Costa Marchão (*b*).
Célia Maria Figueiredo da Silva Pais (*b*).
Célia Ribeiro Pires (*b*) (*c*) (*d*).
Celso Manuel Sá e Santos (*b*).
Cláudia Carla Mariz Pedras Simões Correia (*a*) (*b*) (*c*) (*d*).

Cláudia Irene de Oliveira Gonçalves da Ascensão (*b*).
Cláudia Maria Borges de Moura Macário (*b*).
Cláudia Maria do Rosário Genovevo (*b*).
Cláudia Regina da Silva Fernandes (*b*) (*c*).
Cláudia Sofia de Oliveira Fernandes Dias dos Santos (*b*).
Cláudia Susana Pinheiro Caratão (*b*).
Cristina do Nascimento Saldanha (*b*).
Cristina Garcia Brito (*a*) (*b*).
Cristina Maria Barbosa Soares (*a*).
Cristina Maria Martins Farinha Tavares (*b*).
Cristina Maria Monteiro Pereira (*d*).
Dália dos Santos Vieira (*b*).
Diana Costa Mota (*b*) (*c*).
Dina Clara da Costa Lopes (*b*).
Dora Cristina Rodrigues Gomes (*a*).
Eliana Maria Guia Laborinho (*b*).
Elisabete Sousa Silva (*a*).
Emílio Fernando de Carvalho Vasques (*b*).
Eugénia Maria Viana da Conceição-Heldt (*b*) (*e*).
Eunice Maria de Seiça Borda (*e*).
Eva Maria Bettencourt da Rosa (*b*).
Fátima Cristina Teixeira Mota (*b*).
Fernanda Maria Marchão Marques (*b*).
Fernanda Maria da Cruz Afonso Batista (*b*) (*c*).
Fernando Jorge Cardoso de Castro (*b*).
Fernando Manuel Ferreira da Silva (*b*).
Filipa Alexandra Correia Silva Gomes (*b*).
Filipe Senra de Oliveira (*a*) (*b*) (*c*) (*d*).
Francisco José Rodrigues Lemos (*b*).
Frederico Maria de Lemos Portugal Diogo (*a*) (*b*).
Gabriela Salvado Ribeiro de Oliveira Gouveia (*b*).
Graça Maria Marques Afonso (*a*) (*b*).
Helena Alexandra Guerra Afonso Videira (*b*).
Helena Isabel dos Anjos da Costa Ferreira (*b*).
Helena Maria Ferreira Pinto Ramos (*a*) (*b*).
Helga Martins Ferreira (*a*) (*b*) (*c*) (*d*) (*e*).
Hortense José Martins Guerreiro Rijo (*b*).
Hugo Luís Zsolt de Sousa (*b*).
Ilda Raquel Pereira Farinha e Oliveira (*a*).
Iolanda Marisa Moreira Corceiro (*a*).
Irene Lígia Devesa de Macedo e Silva Ferreira (*b*).
Isabel Cristina Rodrigues dos Santos Andrade (*a*).
Isabel Maria Correia de Jesus Marques (*b*).
Isabel Maria Esteves Damião (*b*).
Isabel Maria Sousa Bernardes (*b*).
Jaime Manuel Vilas Boas Amador (*b*).
Joana Helena Reis da Costa de Mesquita Simões (*c*) (*d*).
Joana Isabel Barbosa de Ascensão Carvalho (*b*).
João Alberto de Sousa Monteiro Saraiva (*b*).
João Fernando Almeida da Encarnação (*a*) (*b*).
João Paulo Barbosa da Costa (*b*).
João Paulo Lopes Gil de Brito (*b*).
João Pedro Moniz Galvão Taborda Monteiro (*b*).
João Sette Pimenta de Mesquita Lima (*b*).
Joaquim Artur Gonçalves Marques de Carvalho (*a*) (*b*).
Jorge Manuel Pinto Zaragoza Valério (*b*).
Jorge Miguel Clemente da Silva de Menezes Rosa (*a*).
Jorge Miguel Viana Pereira (*a*) (*b*).
José António Máximo Ribeiro Cid (*b*).
José Eduardo Correia dos Santos Dixo (*a*).
José Fernando Lino Pascoal (*a*) (*b*).
José Ferreira da Cunha (*a*).
José Francisco Apetato Baptista de Sousa (*b*).
José Joaquim Pereira Simões (*b*).
José Manuel Nunes Pires (*a*) (*b*).
Judite Maria Costa Luz (*b*).
Lara Cristina da Graça Antunes (*b*).
Lara Cristina Marques Ramusga (*b*).
Lia Sandra dos Santos (*a*) (*b*) (*e*).
Lina Maria Gaspar Duarte (*b*).
Lucília Dias Lourenço (*a*) (*b*).
Luís Filipe Marques de Sousa (*b*).
Luís Manuel Macedo Pinto de Sousa (*b*).
Luís Manuel Rua Balchada (*a*) (*b*).
Luís Miguel Martins dos Santos (*b*).
Luísa Maria Cabeça de Campos (*b*).
Lurdes Marques Silva (*a*).
Mafalda Fernanda Rodrigues Nunes (*a*) (*b*) (*c*) (*d*) (*e*).
Mafalda Raquel Oliveira Gonçalves (*a*) (*d*).
Magda da Natividade Sales dos Santos Couto (*a*).
Manhantoo Evalina Pereira Gomes Dias (*b*) (*e*).
Manuel de Araújo Fraga (*a*) (*b*).
Manuela Alexandra de Sá Carneiro Travessa (*a*).
Manuela Alexina Meneses Vila Maior (*b*).
Manuela Silva Cruz (*a*).
Márcia Alexandra do Rosário Marques Nunes (*a*).
Márcia Tavares e Sá (*e*).
Marco André Viana Diniz Pimpão (*a*).
Marco de Oliveira Moreira (*a*).
Margarida da Conceição Jerónimo da Silva (*a*).
Margarida Maria Ribeiro da Mota (*b*).
Maria Adelaide Assunção Fernandes (*b*).
Maria Catarina Pombinho Tacão (*a*) (*b*) (*e*).
Maria Cláudia Evangelista Pinto de Almeida (*b*).
Maria da Glória de Campos Machado (*a*) (*b*).
Maria de Fátima Alves Pereira Jorge da Costa (*d*).
Maria de Fátima Filomena de Almeida Rodrigues (*a*).
Maria de Fátima Nunes Moreira (*a*).
Maria do Carmo Guia Cabrita da Palma (*b*).
Maria do Céu Cabaça Vilaça (*e*).
Maria Elisabete Alves (*b*).
Maria Elisabete Juliano (*b*).
Maria Ernestina Magalhães Ferreira (*b*).
Maria Fátima da Silva Barros Oliveira (*a*) (*b*).
Maria Gabriela Fernandes Costa (*a*).
Maria Helena Lino Bento (*b*).
Maria Helena Neves Jorge Gonçalves Francisco (*b*).
Maria Idalina Faria Jardim (*b*).
Maria Inês Carvalho Fernandes Moreira (*b*).
Maria Inês Rebotim Barosa Pereira (*b*).
Maria Inês Rosa Barros Trigo de Sousa (*e*).
Maria Irene Coelho Correia (*a*).
Maria Isabel Ruivo Severino (*b*).
Maria Ivone Luís Lopes (*a*).
Maria João da Costa Barros Correia dos Santos (*b*).
Maria João Monteiro Tavares Martins Godinho (*b*).
Maria José Mota Maia Oliveira (*b*).
Maria Leonor Soares de Brito Martins (*b*).
Maria Lizete Cardoso de Matos Carvalho (*a*) (*b*).
Maria Luísa de Maia Júlio Teixeira Coelho (*b*).
Maria Luísa Norton Pinto Teixeira (*b*).
Maria Manuela de Sousa Guerreiro (*b*).
Maria Margarida Codesso (*b*).
Maria Olívia Tavares Antunes (*e*).
Maria Otília Pereira Jorge (*b*).
Maria Pires Vieira da Silva Martins (*b*).
Maria Raquel Alves Guerra (*a*) (*b*).
Maria Teresa Bastos Inácio (*b*).
Maria Teresa Sequeira Júlio da Silva Santos (*a*) (*b*).
Mariana de Jesus Godinho Cabral Gomes Vaz (*a*) (*b*).
Mariana Isabel Ferreira Martins (*b*).
Marília Manuela Ventura Nunes Marques (*c*) (*d*).
Mário Correia Alves (*b*).
Mário Simões Barata (*a*).
Marta Cunha de Aguiar Rebelo Cordeiro (*b*).
Marta Isabel Oliveira Dias (*b*).
Marta Susana Barbosa Vieira (*b*).
Martinha Valéria Garcia Pires (*b*).
Martinho Medeiros (*a*) (*b*).
Martinho Rodrigues Ferreira (*a*).
Mónica Cristina Fonseca Martins Marques da Silva (*b*).
Mónica Susete Curado Godinho (*a*) (*b*).
Natacha Catarina Martins Domingues da Silva (*b*).
Natália Cristina Damião Santos (*b*).
Natália Marques Leal (*b*).
Neusa Marinela Cordeiro dos Anjos (*b*).
Nuno Alexandre Claudino da Brázia (*b*).
Nuno Alexandre de Sousa Silva (*b*).
Nuno Filipe Cabrita Simões (*b*).
Nuno Manuel Serra Delgado (*a*).
Nuno Miguel da Costa Gonçalves (*a*) (*b*).
Nuno Miguel Ferreira de Oliveira (*a*).
Nuno Miguel Pinto Cardoso (*a*) (*b*).
Odília Vieira Mendonça Velosa (*b*) (*c*).
Orlando Óscar Gomes da Silva Costa (*b*).
Patrícia da Conceição Nogueira de Sousa (*b*).
Patrícia Maria Santos Real Cadeiras (*b*).
Paula Alexandra Carminé Teixeira (*a*) (*b*).
Paula Alexandra da Silva Pinho (*a*) (*b*).
Paula Carmo do Rosário (*c*) (*d*).
Paula Cristina Louro de Passos Bastos (*b*).
Paula Filomena Pais Monteiro (*a*).
Paula Maria Reis de Campos (*a*) (*b*).
Paulo Manuel Salgado dos Santos (*a*) (*b*).
Paulo Nuno de Magalhães Neves (*a*).
Pedro Alexandre Martins Pimentel Costa Julião (*b*).
Pedro Alexandre Neves dos Santos Oliveira (*e*).
Pedro Fernando Pereira Nunes (*b*).

Pedro Frederico Morgado de Azevedo Coutinho Rato (*b*).
Pedro Manuel de Melo Nogueira Santos (*b*).
Pedro Manuel Matos da Silva (*a*).
Pedro Miguel da Costa Almeida (*a*) (*b*).
Pedro Miguel Jorge dos Santos (*a*).
Peter Michael Cunninghamme Taylor (*b*).
Raquel Maria Duarte Antunes (*b*).
Raquel Maria Silva Carriço de Freitas (*a*) (*b*).
Rui Manuel Marrão (*b*).
Rute Vanessa Patrício dos Santos (*b*).
Sandra Abrantes Pinheiro (*b*).
Sandra Cristina Almas Pedras (*a*).
Sandra Cristina Coelho da Silva (*a*).
Sandra Cristina Coelho Velosa Fernandes (*a*) (*b*).
Sandra Cristina Viegas Pereira (*b*).
Sandra da Graça Lourenço Paulo (*b*).
Sandra Isabel Marques Machado (*a*) (*b*).
Sandra Manuela Alves Gonçalves Vieira (*d*).
Sandra Maria dos Santos Ministro Gonçalves (*b*).
Sara Margarida Moreira Monteiro (*c*).
Sílvia Lopes Marques (*a*).
Sílvia Mónica de Seiça Borda (*e*).
Sílvio Manuel Duarte Queirós (*b*) (*e*).
Sofia Alexandra de Ferreira Faria (*b*).
Sofia Alexandra Trindade F. Gramaxo de Carvalho (*a*).
Sofia Maria Graça de Sequeira (*a*) (*b*).
Sónia Alexandra Viçoso Cunha (*b*).
Sónia Maria Martinho Cunha (*b*).
Susana Catarina Teixeira Paulino (*e*).
Susana Cristina do Espírito Santos Tavares da Conceição (*b*).
Susana Cristina Miguel Godinho (*a*) (*b*).
Susana Maria Elvas Carreira (*b*).
Telma Maria Cavadas Pereira (*b*).
Teresa Alexandra Ferreira de Castro Vasconcelos (*b*).
Teresa Alexandra Ribeiro Rodrigues (*a*).
Teresa de Jesus Moreira Correia da Cunha (*b*).
Vanda Carla Alves do Monte (*b*).
Vanda Cláudia Coutinho Fernandes (*b*).
Vanda Maria Mateus da Costa (*b*).
Vanda Marina Nobre de Almeida (*b*).
Virgília do Céu Amorim Viana (*b*).
Virgílio Pedro Pontes de Gouveia Teixeira (*a*) (*b*) (*c*) (*d*).
Vítor Adelino Ausina Mota (*a*) (*b*).
Vítor Jaime Pereira Alves (*b*).
Vítor Torres Pereira (*a*).

(*a*) Por não ter entregue certidão de registo de nascimento válida [alínea *a*) do n.º 10 do aviso].
(*b*) Por não ter entregue carta ou certidão lavrada em boa e válida forma que prove ser licenciado [alínea *b*) do n.º 10 do aviso].
(*c*) Por não ter entregue requerimento modelo tipo (n.º 8 do aviso).
(*d*) Por não ter feito prova nem declaração de posse dos requisitos gerais de provimento em funções públicas (n.º 7 do aviso).
(*e*) Por ter entregue a candidatura fora de prazo (n.º 12 do aviso).

2 — A bibliografia e a legislação básica para as provas de conhecimentos do concurso são as seguintes:

1) Para as matérias de história diplomática e relações internacionais:

Thimoty-G. Ash, *In Europe's Name,* Londres, 1993.
Philippe Braillard, *Teoria das Relações Internacionais,* Lisboa, 1990.
Fernando Castro Brandão, *Sinopse Cronológica da História Diplomática Portuguesa,* Lisboa, 1984.
Fernando Castro Brandão, *Para Uma Bibliografia da História Diplomática Portuguesa,* Lisboa, 1989.
Percy Cradock, *Experiences of China,* Londres, 1994.
J. B. Duroselle, *Histoire diplomatique de 1919 à nos jours,* 11.ª ed., Paris.
François Godement, *La renaissance de l'Asie,* Paris, 1993.
David Goodman/Gerald Segal, *China in the Nineties,* Oxford, 1991.
Giles Kepel, *A Vingança de Deus,* Lisboa, 1992.
Henry Kissinger, *Diplomacia,* Lisboa, 1996.
J. Calvet de Magalhães, *Diplomacia Pura,* Lisboa, s/d.
J. Calvet de Magalhães, *Manual Diplomático,* 3.ª edição, Lisboa, 1997.
J. Calvet de Magalhães, *Breve História Diplomática de Portugal,* Lisboa, 1990.
P. Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal,* Lisboa, 1986.
Pierre Renouvin, *Histoire des relations internationales,* Paris.
G. Conac/F. Dreyfus/J. O. Monteiro, *L'Afrique du Sud en transition: réconciliation et coopération en Afrique Australe,* Paris, 1995.
Jean de la Guérivière, *Voyage ao coeur de l'OTAN,* Paris, 1996.
Luís Soares de Oliveira, *História Diplomática: o Período Europeu 1580/1917,* Lisboa, 1994.
Barbedo de Magalhães, *The East Timor Issue and the Symposia of Oporto University,* Porto, 1995.
Victor-Yves Ghebali, *L'OSCE dans l'Europe post-communiste, 1990-1996: vers une identité paneuropéenne de sécurité,* Bruxelas, 1996.
Yves Lacoste, *Dictionnaire géopolitique des Etas: 1996,* Paris, 1995.
Droz/Rowley, *História do Século XX,* 4 volumes, Lisboa, 1988-1991-1993-1996.
Eric Hobsbawm, *A Era dos Extremos,* Lisboa, 1996.
Paul Johnson, *Modern times.*
Dunlop, *The fall of the Soviet empire and the rise of Russia.*
L'Etat du monde édition 1998: annuaire économique et géopolitique mondial, Paris, 1997.
Mediterranean Partnerships: Conference Proceedings, Bruxelas, 1995.
Timor-Leste: Factos e Documentos, col. I e II, Lisboa, 1991.
Conjuntura Internacional 1996, ISCSP, Lisboa, 1996.
The Middle East and North Africa — 1997, 43.ª ed., Londres, 1997.

2) Para as matérias de direito:

a) Direito internacional público:

Michael Akehurst, *Introdução ao Direito Internacional,* Coimbra, 1985.
Ian Brownlie, *Princípios de Direito Internacional Público,* Lisboa, 1997.
Claude-Albert Colliard, *Institutions des relations internationales,* Paris, 1990.
Jean Combacau/Serge Sur, *Droit international public,* Paris, 1993.
J.-P. Cot/A. Pellet, *La Chartre des Nations Unies,* Paris, 1991.
J. Silva Cunha, *Direito Internacional Público,* Lisboa, 1987-1991.
Pierre-Marie Dupuy, *Droit international public,* Paris, 1993.
A. Marques Guedes, *Direito Internacional Público,* Lisboa, 1986.
Jorge Miranda, *Direito Internacional Público,* I, policopiado, 2.ª ed., Lisboa, 1995.
Oppenheim, *Oppenheim International Law,* 9.ª ed., Londres, 1992.
A. Gonçalves Pereira/Fausto Quadros, *Manual de Direito Internacional Público,* 3.ª ed., Coimbra, 1993 (reimpressão 1997).
A. Gonçalves Pereira, *Da Sucessão de Estados quanto aos Tratados,* Lisboa, 1968.
N. Quoc Dinh/P. Daillier/A. Pellet, *Droit international public,* 5.ª ed., 1994.
L.-E. Pettiti, *La Convention Européenne des droits de l'homme,* Paris, 1995.
Paul Reuter, *Droit international public,* 7.ª ed., 1993.
Charles Rosseau, *Droit international public,* 5 tomos, 2.ª ed., Paris, 1970-1983.
A. Azevedo Soares, *Lições de Direito Internacional Público,* Coimbra, 1988.
Frederic Sudre, *Droit international et européen des droits de l'homme,* Paris, 1989.
Diez de Velasco, *Instituciones de Derecho Internacional Publico,* 11.ª ed., Madrid, 1997.
Daniel Dormoy, *Droit des organisations internationales,* Paris, 1995.
Dominique Carreau, *Droit international,* 4.ª ed., Paris, 1994.
Rui Manuel Gens de Moura Ramos, *Estudos de Direito Internacional Público e Relações Internacionais,* Coimbra, 1996.

b) Direito comunitário:

Fernando Bastos, *A União Europeia — Fins, Objectivos e Estrutura Orgânica,* Lisboa, 1993.
J. Mota de Campos, *Direito Comunitário,* 2 tomos, 7.ª e 4.ª eds., Lisboa, 1994-1995.
Louis Cartou, Union européenne, Paris, 1994.
J. Cloos/G. Reinesch/D. Vigues/J. Weyland, *Le Traité de Maastricht,* Bruxelas, 1993.
T. C. Hartley, *The Foundations of European Community Law,* 3.ª ed., Oxford, 1994.
Guy Isaac, *Droit communautaire général,* 3.ª ed., Paris, 1990.
Jean-Victor Louis, *L'ordre juridique communautaire,* 5.ª ed., Bruxelas, 1990.
Ana Martins, *O Tratado da União Europeia,* Lisboa, 1993.
J. Paulouro das Neves, *O Tratado de Maastricht e a Construção Europeia,* Coimbra, 1994.
Fausto Quadros, *Direito das Comunidades Europeias e Direito Internacional Público,* Coimbra, 1984.
Fausto Quadros, *O Princípio da Subsidiariedade no Direito Comunitário após o Tratado da União Europeia,* Coimbra, 1995.
AA. VV., *30 Anos de Direito Comunitário,* Lisboa.
AA. VV., *A União Europeia,* Coimbra, 1994.
AA. VV., *A União Europeia na Encruzilhada,* Coimbra, 1997.

3) Para as matérias de política económica e relações económicas internacionais:

Rondo Cameron, *Histoire economique du monde,* Paris, 1991.
D. Carreau/T. Flory/P. Juillard, *Manuel du Droit International Economique,* Paris, 1990.
Guy Chambon, *Grands problémes economiques contemporains,* Paris, 1988.
Committee for the Study of Economic and Monetary Union, *Report on Economic and Monetary Union in the European Community (the Delors Report),* Luxemburgo, 1989.
R. Dornbush/S. Fisher, *Macroeconomics,* 6.ª ed., 1994.
D. Gros/N. Thygesen, *European Monetary Integration — From the European Monetary System to European Monetary Union,* 1992.
C. Kindleberger/Peter Lindert, *International Economics,* 1991.
P. Krugman/M. Obstefeld, *International Economics Theory and Policy,* Nova Iorque, 1994.
P. Soares Martinez, *Economia Política,* 6.ª ed., Coimbra, 1995.
E. Raposo Medeiros, *Economia Internacional,* 5.ª ed., Lisboa, 1996.
E. Raposo Medeiros, *Blocos Regionais de Integração Económica,* Lisboa, 1998.
W. Nordhaus/P. Samuelson, *Economics,* 1990.
Michael Parkin, *Macroeconomics,* 1990.
Peter Robson, *Economics of International Integration,* Londres, 1993.
Paul Samuelson, *Economia,* 14.ª ed., 1993.
Alfredo de Sousa, *Análise Económica,* Lisboa, 1990.
Rolan Tavitian, *Le système economique de la communauté européenne,* Paris, 1990.
Francisco Torres, *Monetary Reform in Europe: An Analysis of the Issues and Proposals for the Intergovernmental Conference,* Lisboa, 1996.
Philip Evans/James Walsh, *The EIU Guide to World Trade under WTO,* Londres, 1995.

3 — A prova escrita de língua portuguesa realizar-se-á no dia 20 de Março de 1999, às 11 horas, nas instalações da Faculdade de Direito, da Faculdade de Letras e da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, sitas na Alameda da Universidade. Os candidatos deverão apresentar-se nesta data, uma hora antes do início da prova, munidos do respectivo bilhete de identidade.

4 — As listas de distribuição dos candidatos pelas salas dos referidos locais encontrar-se-á afixada nas instalações da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no dia anterior à realização da prova, a partir das 15 horas.

11 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Júri, *Pedro José Ribeiro de Menezes.*

Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários

Despacho (extracto) n.º 3738/99 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Fevereiro de 1999 do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus:

Ingrid Valente de Almeida, assessora principal do quadro de pessoal do Gabinete de Estudos Económicos do Ministério das Finanças — nomeada, na sequência de concurso, directora de serviços das Relações Externas Intra-Europeias. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 1999. — A Chefe de Repartição, *Maria Manuela Trigueiro.*

Despacho (extracto) n.º 3739/99 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Fevereiro de 1999 do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus:

Maria de Fátima Ferro da Costa, assessora principal do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Comércio — nomeada, na sequência de concurso, chefe de divisão da Direcção de Serviços das Relações Externas Intra-Europeias. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 1999. — A Chefe de Repartição, *Maria Manuela Trigueiro.*

Instituto Camões

Despacho (extracto) n.º 3740/99 (2.ª série). — Por despachos do presidente do Instituto Camões de 16 de Dezembro de 1998 e da secretária-geral do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território de 21 do mesmo mês:

Ana Paula da Cruz Duarte Damas, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território — transferida, ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, indo ocupar um lugar vago e nunca provido em idêntica categoria e carreira do quadro de pessoal do Instituto Camões, com efeitos a 1 de Janeiro de 1999.

5 de Fevereiro de 1999. — O Presidente, *Jorge Couto.*

Despacho (extracto) n.º 3741/99 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Novembro de 1998 do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação:

Mestre Mário José Filipe da Silva, assistente da Universidade Aberta — nomeado, em regime de substituição, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, na nova redacção dada pelo artigo 1.º da Lei n.º 13/97, de 23 de Maio, e ao abrigo do disposto no artigo 8.º do citado Decreto-Lei n.º 323/89, chefe da Divisão de Edição, Documentação e Equipamento do Instituto Camões, produzindo efeitos a 1 de Dezembro de 1998. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Fevereiro de 1999. — O Presidente, *Jorge Couto.*

Despacho (extracto) n.º 3742/99 (2.ª série):

Joaquim José Caparica de Sousa — contratado a termo certo, por despacho de 10 de Fevereiro de 1999 nomeando-o para a categoria de técnico profissional de 2.ª classe do quadro do pessoal do Instituto Camões, indo ocupar um lugar criado de acordo com o n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, na nova redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 256/98, de 14 de Agosto, a extinguir quando vagar. A integração opera-se em situação de nomeação definitiva, de acordo com o estatuído no Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, e no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e resulta da aprovação em concurso de ingresso para regularização das situações previstas no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, aberto através de aviso afixado neste Instituto em 16 de Dezembro de 1998, cuja lista de classificação final foi afixada em 25 de Janeiro de 1998. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, conforme o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

10 de Fevereiro de 1999. — O Presidente, *Jorge Couto.*

Despacho (extracto) n.º 3743/99 (2.ª série):

Maria Miguel Costa Neves Santos Silva Jarnac de Freitas — contratada a termo certo por despacho de 10 de Fevereiro de 1999 nomeando-a para a categoria de técnico superior de 2.ª classe do quadro do pessoal do Instituto Camões, indo ocupar um cargo criado de acordo com o n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, na nova redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 256/98, de 14 de Agosto, a extinguir quando vagar. A integração opera-se em situação de nomeação definitiva, de acordo com o estatuído no Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, e no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e resulta da aprovação em concurso de ingresso para regularização das situações previstas no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, aberto através do aviso afixado neste Instituto em 16 de Dezembro de 1998, cuja lista de classificação final foi afixada em 25 de Janeiro de 1998. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, conforme o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

10 de Fevereiro de 1999. — O Presidente, *Jorge Couto.*

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 3744/99 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Fevereiro de 1999 do secretário-geral-adjunto do Ministro da Defesa Nacional, proferido por delegação:

Maria Luísa Miranda Maia Marques de Almeida, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional — nomeada definitivamente, pre-

cedendo concurso e por urgente conveniência de serviço, chefe de secção do mesmo quadro, ficando exonerada do anterior lugar com efeitos à data do despacho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Fevereiro de 1999. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Manuel A. Simões Rios,* brigadeiro.

Despacho (extracto) n.º 3745/99 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Fevereiro de 1999 do Secretário de Estado da Defesa Nacional:

Licenciada Maria de Lurdes da Conceição Albuquerque Godinho, técnica superior principal do quadro de pessoal do Departamento de Relações Internacionais e Convenções de Segurança Social — nomeada, em comissão de serviço, precedendo concurso, directora de serviços de Administração Financeira e Patrimonial do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Fevereiro de 1999. — O Secretário-Geral, *(Assinatura ilegível.)*

Direcção-Geral de Infra-Estruturas

Louvor n.º 60/99. — Louvo o capitão-tenente de administração naval NII 26374, Daniel Filipe Duarte, pela elevada competência, dedicação, eficiência e determinação como exerceu, durante cerca de quatro anos, as missões inerentes às funções que lhe foram atribuídas.

Tendo assumido a responsabilidade directa pela área dos sistemas de informação da Divisão de Sistemas de Informação e Comunicações da Direcção-Geral de Infra-Estruturas (DGIE), na sequência da revisão das leis orgânicas e da extinção da Comissão Coordenadora de Informática das Forças Armadas, desenvolveu intensa actividade em prol da sua harmonização e integração, de modo a potenciar a redução de custos financeiros e humanos no âmbito global da defesa. Os sólidos conhecimentos técnico-profissionais que revelou ser possuidor, em conjugação com a capacidade de adaptação a novas situações com empenho, sentido das responsabilidades, mentalidade inovadora e permanente disponibilidade, tornaram-no um excelente colaborador nesta complexa e sensível área. É de salientar a sua acção esclarecida, rigorosa e ponderada na apreciação dos processos de aquisição e locação de bens e serviços de informática pelos órgãos e serviços centrais do Ministério da Defesa Nacional (MDN) e pelos ramos das Forças Armadas, decorrente da designação da DGIE como entidade de coordenação sectorial de informática, bem como a forma eficiente e prestigiante como assegurou a representação na Comissão Intersectorial de Informática e como colaborou activamente nos trabalhos dos grupos constituídos para a elaboração de pareceres e de propostas legislativas.

com a reestruturação da organização NATO C3 (Consultation, Command and Control), ocorrida em finais de 1996, participou de forma dinâmica nos estudos e nas actividades tendentes à definição do modo de assegurar a participação nacional na nova estrutura e à coordenação das actividades dos representantes, apresentando propostas e sugestões oportunas, pragmátias e claras, revelando capacidade de percepção dos problemas com antecipação. Simultaneamente, como representante nacional no Information Systems Sub-Committee da referida organização, desempenhou esta importante representação externa de forma rigorosa e exemplar, visando sempre a melhor defesa do interesse nacional.

Oficial dotado de forte personalidade, pugnando de forma frontal pelos princípios e procedimentos que considera mais apropriados ao correcto desempenho das tarefas de que é incumbido, estudioso e inteligente, cedo se apercebeu do denominado problema informático do ano 2000, tendo proposto e organizado um seminário, no início de 1997, de sensibilização dos organismos da defesa nacional para esta importante questão. Na sequência lógica da actividade desenvolvida na DGIE, e do seu conhecimento da temática, foi nomeado representante do Ministério da Defesa Nacional na Missão para a Sociedade da Informação e, posteriormente, no grupo de especialistas, constituído no seu seio, para análise, estudo, sensibilização e coordenação das actividades levadas a cabo para a resolução do problema do ano 2000, bem como nomeado coordenador da «Task Force Ano 2000» do MDN.

Pelo que fica expresso e pelo sentido do dever, entusiasmo e espírito de missão, o capitão-tenente Silva Duarte é merecedor que as suas qualidades pessoais e profissionais sejam publicamente reconhecidas e que os serviços por si prestados sejam considerados como relevantes, extraordinários e distintos.

9 de Fevereiro de 1999. — O Subdirector-Geral, *João Manuel Maia de Freitas,* brigadeiro.

MARINHA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada

Portaria n.º 163/99 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Armada, por despacho de 16 de Novembro de 1998, dar execução ao Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 27 de Novembro de 1997 e promover, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 222.º, das alíneas *e*) e *d*) do artigo 234.º e do artigo 235.º do Estatuto dos Millitares das Forças Armadas, ao posto de subtenente a contar de 1 de Outubro de 1992, ao posto de segundo-tenente a contar de 1 de Outubro de 1993 e ao posto de primeiro-tenente a contar de 1 de Outubro de 1997, na classe do serviço especial, o 165177, segundo-tenente do serviço especial Francisco Gaspar Dinis Pires, datas a partir das quais conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 199.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 70.º, ambos do mesmo Estatuto, ficando colocado no 1.º escalão do novo posto.

Esta portaria corrige a portaria de 23 de Outubro de 1995, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 258, de 8 de Novembro de 1995, e a portaria de 30 de Dezembro de 1996, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 18, de 22 de Janeiro de 1997, na parte que respeita a este oficial.

Este oficial, após a sua promoção, deverá ser colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda de 772383, primeiro-tenente da classe do serviço especial Paulo Fernandes Rodrigues Palma, e à direita do 75284, primeiro-tenente da classe do serviço especial António Rodrigo Pereira Martins Pinheiro.

10 de Fevereiro de 1999. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Nuno Gonçalo Vieira Matias,* almirante.

Portaria n.º 164/99 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Armada, ao abrigo do estabelecido no artigo 235.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), promover, por diuturnidade, ao posto de primeiro-tenente, em conformidade com o previsto na alínea *d*) do artigo 234.º do EMFAR, o 7100294, segundo-tenente da classe de médicos navais, Francisco Manuel Gamito Ferreira Quaresma Guerreiro (no quadro), que satisfaz as condições gerais e especiais de promoção fixadas respectivamente no artigo 60.º e na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 249.º do mencionado Estatuto, a contar de 8 de Dezembro de 1998, data a partir da qual lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 199.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 70.º, ambos do mesmo Estatuto, ficando colocado no 1.º escalão.

Este oficial, após a sua promoção, deverá ser colocado na lista de antiguidade do seu posto e classe à esquerda do 7100293, primeiro-tenente da classe de médicos navais Carlos Fernando Gomes Cruz Pereira.

10 de Fevereiro de 1999. — O Chefe do Estado-Maior da Armada, *Nuno Gonçalo Vieira Matias,* almirante.

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Sargentos e Praças

Despacho n.º 3746/99 (2.ª série). — Por despacho do chefe da Repartição de Sargentos e Praças da Direcção dos Serviços do Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, são promovidos, por antiguidade, ao posto de cabo, ao abrigo da alínea *a*) do artigo 344.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, ficando no quadro, os seguintes militares:

735883, primeiro-marinheiro FZ António Justino da Silva Geraldo Linheiro.
773685, primeiro-marinheiro FZ Leontino Manuel Martins Escaleira.

São promovidos a contar de 31 de Janeiro de 1999, data a partir da qual contam a respectiva antiguidade e lhes é devido o vencimento do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 199.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 70.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga existente no quadro em consequência da passagem à reserva do 14767, cabo FZ Ramiro Napoleão de Jesus Messias, e do 13765, cabo FZ António Rui Marques Teixeira, respectivamente.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 775485, cabo FZ José Carlos Fernandes Almeida, pela ordem indicada.

4 de Fevereiro de 1999. — O Chefe da Repartição, *Manuel Raul Ferreira Pires,* capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 3747/99 (2.ª série). — Por despacho do chefe da Repartição de Sargentos e Praças da Direcção dos Serviços do Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, são promovidos, por habilitação com curso adequado, ao posto de segundo-sargento, ao abrigo da alínea *e*) do artigo 297.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, ficando na situação de supranumerários ao quadro, os seguintes militares:

409181, cabo CM José António Amsellem Carvalho dos Santos.
402481, cabo CM Fernando Manuel Severino de Almeida.
409782, cabo CM Rui José Paula Serra.
410482, cabo CM António Luís dos Santos Sousa.
405181, cabo CM Manuel Carlos Teixeira das Neves.
178080, cabo CM Sérgio Manuel Bessa Menuria.

São promovidos a contar de 1 de Outubro de 1998, data a partir da qual contam a respectiva antiguidade e lhes é devido o vencimento do novo posto, de acordo com o n.º 2 do artigo 296.º e para os efeitos do n.º 2 do artigo 70.º, ambos do mesmo Estatuto.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 344178, segundo-sargento CM José Américo Esteves Verde, pela ordem indicada.

5 de Fevereiro de 1999. — O Chefe da Repartição, *Manuel Raul Ferreira Pires,* capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 3748/99 (2.ª série). — Por despacho do chefe da Repartição de Sargentos e Praças da Direcção dos Serviços do Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, é promovido, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante, ao abrigo da alínea *c*) do artigo 297.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, ficando supranumerário ao quadro, o seguinte militar:

4364 primeiro-sargento L Romão Caçador Durão.

É promovido a contar de 29 de Março de 1996, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe é devido o vencimento do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 199.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 70.º e do n.º 3 do artigo 66.º do mesmo Estatuto.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 14464, sargento-ajudante L João Maria Oliveira Malpica, e à direita do 971163, sargento-ajudante L Joaquim da Conceição Monteiro.

5 de Fevereiro de 1999. — O Chefe da Repartição, *Manuel Raul Ferreira Pires,* capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 3749/99 (2.ª série). — Por despacho do chefe da Repartição de Sargentos e Praças da Direcção do Serviço de Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, são promovidos, por escolha, ao posto de sargento-chefe, ao abrigo da alínea *b*) do artigo 297.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, os militares a seguir mencionados:

944363, sargento-ajudante L António Antunes Nunes, adido ao quadro em comissão normal.
974663, sargento-ajudante L Altino Pereira do Vale, adido ao quadro em comissão normal.
998463, sargento-ajudante L José Pires da Fonseca, no quadro.

São promovidos a contar de 31 de Dezembro de 1998, data a partir da qual contam a respectiva antiguidade e lhes são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 199.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 70.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga existente no respectivo quadro em consequência da vacatura ocorrida nessa data resultante da promoção a sargento-mor do 999563, sargento-chefe L Aurélio Mota Gomes.

Ficam colocados na escala de antiguidade à esquerda do 83964, sargento-chefe L Azinel Henriques Faustino, pela ordem indicada.

5 de Fevereiro de 1999. — O Chefe da Repartição, *Manuel Raul Ferreira Pires,* capitão-de-mar-e-guerra.

EXÉRCITO

Comando da Logística

Centro de Finanças da Logística

Despacho n.º 3750/99 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo da autorização que me é concedida pelo despacho n.º 11 311/98, de 26 de Maio, do general QMG, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 151, de 3 de Julho de 1998, subdelego no subchefe do Centro de Finanças da Logística, tenente-coronel de administração militar Luís Augusto Vieira, a competência para autorizar, até 1000 contos, despesas com aquisição de bens e serviços com ou sem cumprimento de formalidades legais.

2 — Este despacho produz efeitos desde 28 de Dezembro de 1998, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

25 de Janeiro de 1999. — O Chefe, *Júlio Campos,* COR AM.

Comando do Pessoal

Direcção de Administração e Mobilização do Pessoal

Repartição de Pessoal Civil

Despacho (extracto) n.º 3751/99 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Agosto de 1998 do general Chefe do Estado-Maior do Exército, proferido no uso de competência delegada:

José Manuel Lucas da Silva — nomeado provisoriamente, precedendo concurso, professor do ensino básico e secundário do quadro do pessoal civil do Exército, para desempenhar funções na Escola de Sargentos do Exército.

Iniciou funções por urgente conveniência de serviço em 1 de Setembro de 1998. Vence pelo índice 80. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Fevereiro de 1999. — O Chefe, *José Manuel Reboredo Coutinho Viana,* coronel.

Despacho (extracto) n.º 3752/99 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Fevereiro de 1999 do brigadeiro DAMP, no uso de competência que lhe está subdelegada:

Maria de Fátima Conceição Alvarinho, técnica de 2.ª classe da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, área funcional de cardiopneumografia do QPCE — nomeada, por tempo indeterminado nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, após concurso, técnica de 1.ª classe da mesma carreira, grupo e quadro, com colocação no Hospital Militar de Belém, passando a ser remunerada pelo escalão 4, índice 125. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — O Chefe, *José Manuel Reboredo Coutinho Viana,* coronel.

Despacho (extracto) n.º 3753/99 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Fevereiro de 1999 do chefe da Repartição de Pessoal Civil, no uso de competência subdelegada:

Maria Luísa Miguel Vila Rodrigues, segundo-oficial do quadro do pessoal civil do Exército/EPC — nomeada, precedendo concurso, primeiro-oficial do mesmo quadro e serviço. Tem direito ao vencimento correspondente ao 3.º escalão, índice 235, nos termos do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Fevereiro de 1999. — O Chefe da Repartição, *José Manuel Reboredo Coutinho Viana,* coronel de infantaria.

Repartição de Pessoal Militar Permanente

Rectificação n.º 434/99. — Por ter sido publicada com incorrecção no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 1999, a p. 104, a deliberação n.º 6/99, rectifica-se que onde se lê «conta a antiguidade do novo posto desde 3 de Dezembro de 1998, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos» deve ler-se «conta a antiguidade do novo posto desde 26 de Novembro de 1998, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos».

29 de Janeiro de 1999. — O Chefe da Repartição, *Antero José Martins Barreiros,* coronel de artilharia.

Comando da Região Militar do Norte

Despacho n.º 3754/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 3 do despacho n.º 11 508/98, de 27 de Maio, do general Chefe do Estado-Maior do Exército, subdelego no comandante do Regimento de Artilharia n.º 5 coronel de artilharia Mário Ribeiro Baptista a competência para conceder a credenciação nacional no grau «Confidencial» ao pessoal sob o seu comando.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 26 de Janeiro de 1999, ficando por este ratificados todos os actos entretanto praticados.

2 de Fevereiro de 1999. — O Comandante, *Tito Luís de Almeida Bouças,* general.

Despacho n.º 3755/99 (2.ª série). — *Delegação de competências no comandante do RA 5.* — 1 — Ao abrigo da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 44-B/83, de 1 de Junho, conjugado com o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 264/89, de 18 de Agosto, delego no comandante do Regimento de Artilharia n.º 5, coronel de artilharia Mário Ribeiro Baptista, competência para homologar as classificações de serviço atribuídas pelos notadores aos funcionários pertencentes aos quadros de pessoal civil do Exército e militarizado.

2 — De harmonia com o preceituado no n.º 2 do artigo 24.º do Decreto Regulamentar n.º 44-B/83, de 1 de Junho, será constituída uma comissão paritária na unidade referida no número anterior.

3 — Este despacho produz efeitos a partir de 26 de Janeiro de 1999.

2 de Fevereiro de 1999. — O Comandante, *Tito Luís de Almeida Bouças,* general.

Despacho n.º 3756/99 (2.ª série). — *Delegação de competências no comandante do RA 5* — 1 — No uso da competência que me foi delegada pelo general Chefe do Estado-Maior do Exército, através do seu despacho n.º 11 508/98, de 27 de Maio, subdelego no Comandante do Regimento de Artilharia n.º 5, coronel de artilharia Mário Ribeiro Baptista, a competência conferida pelo artigo 58.º do Regulamento da Lei do Serviço Militar para decidir dos pedidos de justificação das faltas à incorporação fundamentados nos motivos referidos no n.º 3 do artigo 28.º do mesmo Regulamento, com excepção dos fundamentados na alínea *i*) do mesmo artigo.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 26 de Janeiro de 1999, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados.

2 de Fevereiro de 1999. — O Comandante, *Tito Luís de Almeida Bouças,* general.

FORÇA AÉREA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

Despacho n.º 3757/99 (2.ª série). — Considerando o disposto no meu despacho n.º 6/97/A, de 19 de Fevereiro, e em especial o seu n.º 1, determino que:

1 — Para efeito de passagem à reserva, nos termos dos n.os 6 e 7 do artigo 7.º da Lei n.º 15/92, de 5 de Agosto, no ano de 1999 o quantitativo de militares a considerar excedentários será, por quadro especial, o indicado nas alíneas seguintes:

a) PIL:

Oficiais superiores — até sete;
Capitães — até três;

b) MELEC:

Qualquer posto — até um;

c) MRADIO:

Qualquer posto — até um;

d) MRADAR:

Qualquer posto — até um;

e) CAUT:

Qualquer posto — até um.

2 — A passagem à situação de reserva como excedentários, nas condições previstas na mencionada lei, será sempre precedida de declaração a apresentar pelos eventuais interessados, tendo em vista a conciliação, na medida do possível, dos interesses individuais com os da Força Aérea.

3 — As referidas declarações deverão dar entrada na Direcção-Geral de Pessoal até 20 de Fevereiro de 1999.

5 de Fevereiro de 1998. — O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *Manuel José Alvarenga de Sousa Santos,* general QE.

Comando de Pessoal da Força Aérea

Direcção de Pessoal

Despacho n.º 3758/99 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os militares destinados ao regime de contrato em seguida mencionados sejam promovidos ao posto de 2CAB desde 21 de Janeiro de 1999, nos termos do n.º 4 do artigo 374.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34-A/90, de 24 de Janeiro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 157/92, de 31 de Julho, por se encontrarem na frequência dos CFP/RC das especialidades que se indicam:

a) SHS:

SOL SHS RV, 122991, F David Alexandre Barreiro Coradinho — CFMTFA.

b) CAUT:

SOL PA RC, 120461, A Sílvia Maria Giovetty da Silva — COFA (*).

c) PA:

SOL PA RC, 120185, K José Miguel de Almeida Soares — CFMTFA (*).

(*) São integrados no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 57/90, de 14 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 98/92, de 28 de Maio.

26 de Janeiro de 1999. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e após subdelegação do Comandante do Pessoal da Força Aérea, o Director, *Hélder Bernardo Rocha Martins,* brigadeiro/PILAV.

Despacho n.º 3759/99 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os militares destinados ao regime de contrato em seguida mencionados sejam promovidos ao posto de 2CAB desde 21 de Janeiro de 1999, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 371.º do EMFAR, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 157/92, de 31 de Julho:

a) OPCOM:

SOL OPCOM SEN, 127619, A Pedro Miguel Fernandes Rodrigues — CFMTFA.
SOL OPCOM SEN, 127590, K Cláudio Roberto Marques da Silva — CFMTFA.
SOL OPCOM SEN, 127775, J Elsa Cristina Serranito Ludovico — CFMTFA.
SOL OPCOM SEN, 127554, C Ricardo João Martins Nunes — CFMTFA.
SOL OPCOM SEN, 126188, G José Rafael da Silva Correia Bernardo — CFMTFA.
SOL OPCOM SEN, 127541, A Verónica Costa Pereira — CFMTFA.
SOL OPCOM SEN, 126295, F Fernando Jorge da Rocha Pereira — CFMTFA.
SOL OPCOM SEN, 127655, H Rui Jorge Medeiros da Silva — CFMTFA.
SOL OPCOM SEN, 127575, F Pedro Gabriel Ferreira Valentim — CFMTFA.
SOL OPCOM SEN, 126305, G Nuno Miguel Fonseca Alves — CFMTFA.
SOL OPCOM SEN, 127560, H Rui Miguel da Costa Lourenço dos Reis — CFMTFA.
SOL OPCOM SEN, 127581, L Luís Miguel Ferreira Mendes — CFMTFA.
SOL OPCOM SEN, 127861, E Ana Cristina da Costa Rocha — CFMTFA.
SOL OPCOM SEN, 127844, E Paulo Aníbal Carvalho Roque dos Reis — CFMTFA.

b) OPMET:

SOL OPMET SEN, 127536, E Bruno Alexandre Avelar Correia — CFMTFA.

SOL OPMET SEN, 127622, A Nuno Rodrigues dos Santos — CFMTFA.
SOL OPMET SEN, 127778, C Carla Sofia Lopes Martins Gaspar — CFMTFA.

c) OPCART:

SOL OPCART SEN, 127789, J Delfim Miguel Gomes Batista — CFMTFA.
SOL OPCART SEN, 127785, F Cláudio Miguel Godinha da Cruz Fernandes — CFMTFA.
SOL OPCART SEN, 127783, K Sandra Filomena Lopes Delgado — CFMTFA.
SOL OPCART SEN, 127788, L Vítor Emanuel Fonseca de Paiva — CFMTFA.

d) OPSAS:

SOL OPSAS SEN, 127599, C Francisco Manuel Lourenço Martins — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127779, A Lina Maria Pereira Nunes — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127749, K Tânia Alexandra Romão Alves — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127815, A Filipe Rodrigues da Fonseca — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127764, C Mário Jorge Vaz Pereira Gomes — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127872, L Cristóvão Cláudio Veríssimo Ferreira — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127843, G João Miguel Pereira de Sousa — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127770, H Manuel Luís Lemos Teixeira — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127612, D Sandro Rafael Rodrigues Almeida — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127550, L Miguel Ângelo Almeida Novo — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127566, G Nuno Filipe Ferreira Conrado — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127615, J Rui Paulo Fernandes Correia — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127786, D João Tiago da Cruz Pinto — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127547, L Rui Miguel da Costa Santos — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127553, E Carlos Eduardo Cardoso de Sá Pereira — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127573, K João Paulo Silva Lourenço — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127682, E Marco André Mendes Delgado Fernandes Malainho — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127582, J António Rui Moreira Nogueira — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127559, D Francisco José da Silva Mateus — CFMTFA.
SOL OPSAS SEN, 127773, B Marta Sousa Ferreira Marinho — CFMTFA.

e) MMT:

SOL MMT SEN, 127614, L Nélson Filipe Patarata da Conceição — CFMTFA.
SOL MMT SEN, 127690, F Pedro Filipe da Silva Barreiro — CFMTFA.
SOL MMT SEN, 127568, C Alexandre Manuel da Rocha Fernandes — CFMTFA.
SOL MMT SEN, 127618, C Adérito Manuel Pires Monteiro — CFMTFA.
SOL MMT SEN, 127877, A Válter Manuel dos Reis Monteiro — CFMTFA.
SOL MMT SEN, 127699, K Nuno André Tabau de Sousa Silva — CFMTFA.
SOL MMT SEN, 127784, H Ricardo Miguel Tavares Rocha — CFMTFA.
SOL MMT SEN, 127695, G Ricardo Jorge Nicau Mendes — CFMTFA.
SOL MMT SEN, 127651, E Válter Roberto Araújo Ponte — CFMTFA.
SOL MMT SEN, 127673, F Paulo Sérgio de Sousa Gonçalves — CFMTFA.
SOL MMT SEN, 127611, F Edgar Filipe Gonçalves de Jesus — CFMTFA.
SOL MMT SEN, 127589, F Pedro Miguel Antunes Nunes — CFMTFA.
SOL MMT SEN, 127881, K Hugo Miguel da Silva Cabral — CFMTFA.
SOL MMT SEN, 127617, E Germano José de Alves Oliveira — CFMTFA.
SOL MMT SEN, 127574, H Roberto da Silva Nunes — CFMTFA.
SOL MMT SEN, 127858, E Maria José Cardoso de Sousa — CFMTFA.
SOL MMT SEN, 127683, C José Carlos Martins Esteves — CFMTFA.

f) MELINS:

SOL MELINS SEN, 127802, K Alexandre Salgado Lopes — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127846, A Ricardo António do Casal Lopes — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127875, E Pedro Miguel Correia Cereja — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127797, K Nélson José da Piedade Mourato Gomes — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127795, C Bruno André Pereira Correia Airosa — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127821, F Hugo Marcos Tenreiro Lopes — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127847, K Joel Amândio da Silva Dias — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127868, B Rui Jorge Tusto Freire — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127806, B Ricardo Manuel Duarte Miguel — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127793, G Pedro de Castro Raposo — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127842, J José Manuel Ferreira Queiroz — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127803, H Miguel Ângelo Neves Dinis — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127801, A Bruno Filipe Marinho Pereira — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127799, F Renato Alexandre Mota Crespo — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127805, D Bruno Miguel Lourenço Inácio — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127794, E Victor Manuel da Costa Nunes — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127804, F Elísio da Silva Pereira —CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127840, B Vítor Hugo Bértolo Henriques — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127800, C Gilberto de Oliveira Costa — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127849, F António Jorge Esteves Pereira da Silva Leal — CFMTFA.
SOL MELINS SEN, 127798, H Luís Miguel Dias Robalo — CFMTFA.

g) CMI:

SOL CMI SEN, 127621, C Jorge Miguel Fonseca de Sousa — CFMTFA.
SOL CMI SEN, 127585, C Hugo Miguel Gonçalves Afonso Carvalhido — CFMTFA.

h) ABST:

SOL ABST SEN, 127769, D Nélson Manuel Pereira Salvador — CFMTFA.
SOL ABST SEN, 127533, L Artur Alexandre Domingos Alves Gomes — CFMTFA.
SOL ABST SEN, 127713, J Liliana Raquel Martins Raminhos — CFMTFA.
SOL ABST SEN, 127722, H Ana Paula Afonso Fandango — CFMTFA.

i) SAS:

SOL SAS SEN, 127694, J Carlos Alberto Galveia Bandola — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127675, B Fernando Diogo da Costa Silva — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127605, A Hélder Pedrosa Rodrigues — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127711, B Vera Sofia Carapeta Borralho — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127811, J Sara Patrício Serra — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127854, B Emanuela Aurora Nunes Ribeiro — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127867, D Graciosa de Lurdes Garcia — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127776, G Carla Sofia Salvador Velez Azevedo — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127681, G Miguel Ângelo Freire do Rosário — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127578, L David Joel da Silva Marques — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127856, J Cláudia Sofia Gonçalves da Costa Campos — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127860, G Ângela Filomena Mendes Teixeira — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127666, C Eurico Hélder Vaz Marinho — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127623, K Bruno Ricardo Simões Rebelo — CFMTFA.

SOL SAS SEN, 127517, J Sandra Madalena Moreira Coelho — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127659, L Vanessa Alexandra Ribeiro Morais — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127660, D Susana Maria Pereira da Silva — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127594, B Magda Gisela Magalhães Figueira — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127539, K Sara Cristina Salvado Lopes — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127879, H Brito Manuel Cardoso Fraga — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127839, J Elisabete da Conceição da Silva Cabeças — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127755, D Sandra Isabel Campos Amaral Azevedo — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127855, L Eugénia Marisa Madureira Teixeira da Silva — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127526, H Alexandra Elvira Couto da Costa — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127777, E Vanessa Carlota Soares de Carvalho — CFMTFA.
SOL SAS SEN, 127593, D Ana Sofia Nozes Pedro — CFMTFA.

j) SHS:

SOL SHS SEN, 127684, A Fausto andré Esteves Parreira — CFMTFA.
SOL SHS SEN, 127812, G Luís Filipe Azevedo Ferreira — CFMTFA.
SOL SHS SEN, 127678, G Firmino Miguel de Almeida Campos de Oliveira e Melo — CFMTFA.
SOL SHS SEN, 127859, C Cláudia Sofia Campos Sequeira — CFMTFA.
SOL SHS SEN, 127864, K Rodrigo Miguel Rafael Clérigo — CFMTFA.
SOL SHS SEN, 127767, H Luís Miguel Montemor Dias — CFMTFA.

l) CAUT:

SOL CAUT SEN, 127676, L Luís Miguel Leitão Marteleira — CFMTFA.
SOL CAUT SEN, 127583, G Nélson José Faria Viana — CFMTFA.
SOL CAUT SEN, 127524, A Edgar Miguel Pereira Serrano — CFMTFA.
SOL CAUT SEN, 127818, F José Claudino Gomes da Silva — CFMTFA.
SOL CAUT SEN, 127851, H Paulo Alexandre Silva Brito — CFMTFA.
SOL CAUT SEN, 127882, H Válter Emílio Lopes Ruano — CFMTFA.
SOL CAUT SEN, 127720, A Fernando de Almeida Prieto Vazquez — CFMTFA.
SOL CAUT SEN, 127520, J Marco António Ferrão Silva — CFMTFA.
SOL CAUT SEN, 127610, H Mónica Sofia Moreira da Silva — CFMTFA.

m) PA:

SOL PA SEN, 127543, H Ricardo Miguel Coutinho dos Santos — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127796, A Hélio Eduardo Margarido da Silva — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127546, B Carlos Miguel dos Anjos Oliveira — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127693, L Ricardo Manuel Marques Rodrigues — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127657, D Elsa Catarina Amado Gonçalves — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127787, B João Paulo dos Reis Cipriano — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127782, A Nuno Soares Calado da Fonseca — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127601, J Sérgio Alexandre Castro da Silva — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127862, C Nuno Sotto Mayor de Oliveira — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127586, A Ricardo Jorge de Oliveira Almeida — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127817, H Miguel Ângelo Fernandes Figueiredo — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127538, A Ana Cristina Lopes Oliveira — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127569, A Paulo Jorge Gomes Oliveira — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127765, A Jorge Manuel Lampreia Cavaco — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127600, L Vítor Hugo dos Santos Martins — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127570, E Vítor Manuel Madelino Monteiro — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127845, C Sérgio Miguel Lobo de Oliveira — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127598, E José Fernando Ferreira Gomes da Silva — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127525, K Sónia Isabel Nunes Caetano — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127528, D Diogo Maris Coelho — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127671, K Luís Miguel Peixinho Crespo — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127571, C Luís Filipe Fonseca Teixeira — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127572, A Rodrigo Henriques Lagoa — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127537, C Vítor Hugo Teixeira Costa Rios — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127563, B Bruno Daniel Pires Leitão Pereira Alves — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127557, H Márcio José Madeira Gomes — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127698, A Paulo Alexandre Coelho Lopes — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127848, H Ricardo Jorge Pereira Martins — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127717, A Pedro Gonçalo Figueiras João — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127771, F Nuno Manuel Caldeira da Silva — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127702, C Flor Benvinda Simões Mendes Monteiro — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127670, A Nélson Alexandre Mota Madeira — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127588, H Ricardo da Silva Cardoso — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127576, D Mário Alberto Casacão Serafim — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127703, A Paulo Alexandre Cândido Venâncio — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127544, F Eduardo Filipe da Silva Mendonça — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127562, D António Manuel Ricardo de Oliveira Cruz — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127549, G José Alberto Duarte Peixoto — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127558, F Tiago Miguel Silva Fidalgo — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127672, H Pedro Miguel Ribeiro Venâncio — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127540, C Sílvia Cristina de Brito Lopes Acção — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127609, D Marta Alexandra Cardoso Santos — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127850, K Alfredo Correia Mesquita — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127715, E Filipe Alexandre Cunha Janelas — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127616, G Hélder Ricardo da Silva Monteiro — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127597, G Sérgio France Marques dos Santos — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127700, G Maria de Fátima Sobral Parreira — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127608, F Carlos Miguel Bruno dos Santos — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127506, C Luís António da Rocha Inácio — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127880, A Teresa Lurdes Soares da Rosa — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127774, L Sandra Maria Pires Esteves — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127667, A Rogério Paulo Gomes de Oliveira — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127810, L Sandra Cristina Amor Tavares — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127577, B Nuno Odair de Freitas Martins — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127551, J Benvinda Eduarda Mateus Mendes — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127668, K Catarina Farias Dehanov — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127535, G Edmundo Miguel Caramelo dos Santos — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127620, E Edgar Manuel Pereira Santos — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127819, D Patrício Manuel Rente Monteiro — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127816, K Miguel Ângelo Carmo dos Santos Mártires — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127686, H Rui Filipe Monteiro Paixão — CFMTFA.
SOL PA SEN, 127853, D Sílvia Vanda da Costa Antunes — CFMTFA.

26 de Janeiro de 1999. — Por subdelegação do Comandante do Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Hélder Bernardo Rocha Martins,* brigadeiro piloto aviador.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 3760/99 (2.ª série). — Constitui preocupação do Governo continuar a empenhar-se no reforço da função controlo da administração financeira do Estado, na vertente do controlo quer interno quer externo.

No que tange o controlo interno, foi publicado o Decreto-Lei n.º 166/98, de 25 de Junho, que instituiu o sistema de controlo interno da administração financeira do Estado (SCI) e o conselho coordenador do SCI, sendo já patentes resultados dessa aposta.

São também neste sentido os esforços que estão a ser desenvolvidos tendentes a dar resposta às exigências decorrentes do Regulamento (CE) n.º 2064/97, da Comissão, de 15 de Outubro de 1997, que veio impor a necessidade de certificação de contas no âmbito dos fundos e instrumentos financeiros de natureza estrutural, à semelhança do que já acontece no domínio do FEOGAg.

A IGF, um dos órgãos de controlo estratégico no domínio financeiro do Estado, tem vindo a responder a estas exigências com eficiência e eficácia, formando os seus próprios quadros e fornecendo a outros sectores da Administração parte significativa dos seus recursos efectivos.

Neste momento estão preenchidos 77 % dos lugares do quadro da inspecção e, deste efectivo, cerca de 30 % desempenham lugares fora da IGF, prevalentemente em comissões de serviço. No restante quadro, preenchido a 75 %, cerca de 10 % desempenham funções no exterior.

Não sendo possível continuar esta tendência de redução dos recursos humanos disponíveis, determino que, nesta área, sobretudo na carreira de inspecção, a IGF deve assegurar, pelo menos, aquele nível mínimo de recursos humanos, de forma que não seja posto em causa o cabal desempenho das tarefas que lhe estão cometidas, o que significa a impossibilidade de se autorizarem solicitações de outros organismos quando tal implique a redução do número de quadros em exercício efectivo das suas funções na IGF abaixo do que consta do quadro anexo ao presente despacho, que faz parte integrante do mesmo.

Deve ainda a IGF continuar a apostar na oferta de formação no terreno aos serviços que o solicitarem, tendo sempre em atenção a necessidade de responder aos compromissos do seu plano de actividades.

5 de Fevereiro de 1999. — O Ministro das Finanças, *António Luciano Pacheco de Sousa Franco.*

Situação actual do pessoal da IGF

Designação	Lugares			
	Aprovados	Preenchidos	Efectivos	Fora da IGF (*a*)
Dirigentes	69	50	45	3
Inspectores	331	261	165	50
Outro pessoal	133	101	89	9
Total	533	412	299	61

(*a*) Prevalentemente em situação de comissão de serviço ou requisição para exercer funções, nomeadamente dirigentes em organismos da Administração Pública.

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Aviso n.º 3758/99 (2.ª série). — Nos termos do artigo 5.º, n.º 3, alínea *d*), do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, conjugado com os artigos 33.º e 24.º, n.º 2, alínea *b*), do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, informam-se os interessados de que a lista de classificação final do estágio de ingresso na categoria de segundo-verificador superior da carreira técnica superior aduaneira do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, cujo concurso foi aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 299, de 29 de Dezembro de 1995, foi homologada por despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de 29 de Janeiro de 1999 e encontra-se afixada nas instalações da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Divisão de Gestão de Recursos Humanos, em Lisboa, na Direcção das Alfândegas do Porto, na Alfândega de Ponta Delgada e na Alfândega do Funchal.

1 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Júri, *Celestino José Cruz Geraldes.*

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso n.º 3759/99 (2.ª série). — Avisam-se os candidatos ao concurso para reforço dos meios humanos afectos à área da fiscalização tributária, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 169, de 24 de Julho de 1998, de que a lista de candidatos admitidos e excluídos publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 280, de 4 de Dezembro de 1998, após apreciação e decisão dos recursos apresentados, passa a ter a seguinte alteração:

Candidatos admitidos com vínculo à função pública

Últimos quatro dígitos do BI	Nome
	AVEIRO
6475	CARLOS ALBERTO SILVA MENEZES
	BRAGA
6536	ROSA MARIA GONCALVES MARTINS
	COIMBRA
3547	MARIA FILOMENA GASPAR BRAS CARVALHO
	GUARDA
6227	JORGE MANUEL RUA FIGUEIREDO
6011	JOSE PAULO SIMAO NOBRE
	LISBOA
3422	ANA PAULA FIALHO VENTURA
5863	ULISSES JULIO FREIRE MARQUES
	PORTO
7439	ALVARO MOREIRA RAMOS
8889	ELISABETE CRISTINA NEVES TEIXEIRA LOPES
6832	EULALIA ROSA RIBEIRO ANDRADE MARTINS
5820	TERESA ALEXANDRA VAZ TORRAO AREZ
	SETÚBAL
2365	ANA LUCIA RODRIGUES SANTOS BAIONA
	VISEU
6071	EDITE LOPES POCEIRO RODRIGUES CORREIA
0885	JOSE AGOSTINHO MARTINS MARQUES
1323	JOSE PAULO PACHECO FIGUEIREDO
7542	MARIA CONCEICAO GONCALVES BATISTA CARDOSO
0830	MARIA EUGENIA MAMEDE OLIVEIRA TRINDADE
0960	MARIA MANUELA ANDRE FERREIRA VELHUCO
1626	MARIA OTILIA GOMES CARMO BARATA

Candidatos admitidos sem vínculo à função pública

Últimos quatro dígitos do BI	Nome
	AVEIRO
8002	ANA MARIA MARTINS SANTOS
9624	BEATRIZ CONCEICAO SILVA FERNANDES
6510	CARLA MARIA CARVALHO SANTOS

Últimos quatro dígitos do BI	Nome
9663	ERNESTO MANUEL VIDAL GARRELHAS
6561	FERNANDA CARMO RUANO SOARES CORREIA
3826	ISABEL MARCO SILVA SOBREIRO
0089	JACINTA MARIA AGUIAR PEREIRA OLIVEIRA
7706	JOAO ANTONIO TEIGA PEIXE
5590	MANUELA CRISTINA DUARTE ALVES
4189	MARIA CARMO BRANDAO MENDES
2586	MARIA LURDES ALMEIDA SANTOS CARTAXO
6387	SUSANA MARIA ANDRADE FERREIRA
	BRAGA
1372	CARLA ISABEL PINHO SILVA
9145	CARLA PATRICIA MARTINS CARVALHO
6802	GARCIA FILIPE MOTA MACIEL
5875	ISABEL SOFIA TEIXEIRA GONCALVES
5538	KATIA CRISTIANA MATOS RIBEIRO LEMOS
2414	LEILA MARISA FERREIRA CAMACHO PONTES
6844	LINA MARIA FERRAZ ROSA
2070	MARIA CRISTINA OLIVEIRA MOTA
8963	MARINHA LIMA ROCHA
1599	PEDRO MIGUEL VIEIRA ROMA
	CASTELO BRANCO
2053	FATIMA CONCEICAO FERREIRA GOUVEIA
8056	PEDRO VEIGA FREIRE
7395	ROMEU FERREIRA SARDINHA
	COIMBRA
9397	ADELAIDE MARIA CARMO AZEVEDO
2677	ANA ISABEL VIEGAS BAPTISTA MARQUES
6566	ANA SOFIA AMARAL VICENTE
1305	CARLOS JORGE FERNANDES OLIVEIRA
2970	ISABEL PESSOA LOPES
1875	SUSANA SOFIA PINTO SILVA FERNANDES JACOME
	ÉVORA
0163	MARIA TERESA VERMELHO NUNES ALMAS
	FARO
5343	ANA MARIA TAVARES PIRES
5705	EDUARDA MARIA ABREU BAPTISTA
5831	PAULA MARGARIDA VIANA COSTA MARREIROS
	GUARDA
2792	ANA CRISTINA RITA SANTOS
9097	ANA CRISTINA VICENTE MARQUES
5317	DULCE HELENA FERREIRA CARVALHO
0589	FERNANDO MANUEL LOPES NUNES
5305	MARIA EDUARDA CASTRO ALBUQUERQUE VASCONCELOS RAPOSO
9238	MARIA FATIMA PAULOS ANTUNES LEAL
0294	MARIA ISABEL PAULOS ANTUNES NETO
5348	MARIA JOAO PATRICIO FERNANDES VAZ
9203	MARIA MADALENA MARQUES SANTOS AUGUSTO
5328	NUNO MIGUEL LOURENCO GOMES CALAIS
0204	PAULA CRISTINA OLIVEIRA RODRIGUES
2150	SANDRA MARIA ASSUNCAO ESTEVES
2380	SARA MARTINS GOMES MONTEIRO
4167	SILVIA MARIA SILVA TOME
2942	TERESA AUGUSTA ANJOS FERNANDES
6481	TERESA MARIA FARIA MARTINS
	LEIRIA
2005	CATARINA RAQUEL NORONHA CABRAL SOBRAL
8830	CELIA MARIA VALERIO SANTOS
4594	FERNANDA MARIA COELHO CARVALHO
	LISBOA
1357	ANA CATARINA DUARTE PEREIRA
5096	ANA MARIA ROBALO MARQUES
8934	BARBARA RITA BANHEIRO VASSALO PEREIRA
3814	CARLA CRISTINA HENRIQUES FREITAS
6152	CARLA SOFIA PEREIRA SOPA
5314	CARLA SOFIA SILVA SANTOS
9060	CARMEN ANJOS PEREIRA
4259	CASSIA PAULA COSTA SILVA
8047	GONCALO NUNO ANDRADE SILVA
8336	ISABEL CRISTINA LEAL RAMOS
5983	ISABEL MARIA AZEVEDO ALCANTARA GUERREIRO LOPES GOMES
9047	JOSE ANTONIO COSTA LEITE
8019	MARIA CIDALINA GOMES AGUIAR MONTEIRO
3804	MARIA FATIMA REIS CONTENTE
4200	MARIA JOAO SANTOS FONSECA COUTO
2340	OLGA ISABEL FIGUEIREDO GONCALVES
5037	PAULA CRISTINA SOUSA COSTINHA
1652	PAULA MARGARIDA RAMOS FERNANDES
2811	PAULA MARISA SARAIVA TAVARES
6323	RICARDO MIGUEL NUNES PORTELA
5727	RITA PAULA GOUVEIA MONTEIRO SOARES
9728	RUI MIGUEL MENDES ROSA SANDES
5944	SANDRA CRISTINA MARQUES PRUDENCIO
1285	SARA MONICA CATROGA MOREIRA ALMEIDA
1850	SERGIO LUIS FERREIRA RAMOS
	PORTALEGRE
9179	RUI JORGE HENRIQUES DIAS
	PORTO
2828	ANA CRISTINA BRANCO MARTINS
1670	ANA MARIA CASTELO BRANCO MOREIRA MIRANDA
9978	ANA MARIA PINTO SANTOS AMORIM
5749	ANA PAULA SILVA LEITE ARAUJO COELHO
0629	ANTONIETA MARIA OLIVEIRA PACHECO PARDILHO
5934	CELIA ALCINA CASTRO FERREIRA SILVA
5917	CIRA SANTOS MARTINS OLIVEIRA GANDRA
9724	ELSA MARIA MENDES LEAL
4199	ISABEL CRISTINA MARTINS ANTUNES
2579	ISABEL MARIA TEIXEIRA BAPTISTA RIBEIRO
1067	JOSE PEDRO HENRIQUES FERREIRA CARVALHO
8874	LIDIA MARIA RAMOS MACEDO MACHADO
8490	MANUEL LUIS BOVIAO MONTEIRO
0667	MARIA AUGUSTA CARVALHO MARTINS
2393	MARIA AUGUSTA ROCHA MONTEIRO
2297	MARIA BIANOR VALE SILVA
0527	MARIA CONCEICAO PEIXOTO GOMES RIBEIRO PEREIRA
4394	MARIA CRISTINA CUNHA PEREIRA ALMEIDA AZEVEDO
7598	MARIA ELISABETH SILVA MOREIRA CASTRO
3974	MARIA LUCILIA TEIXEIRA SA PEREIRA
6963	MARIA LUISA SILVA PELAEZ BICO
3034	MARLENE MARIA MIEIRO OLIVEIRA
4938	PAULA CRISTINA GONCALVES ALVES PIRES
4357	PAULA RUTE PINHEIRO AUGUSTO
8269	RICARDO FERREIRA MARMELO
0520	RUI FILIPE PAULA SANTOS
5120	SERGIO RUI MESQUITA MENDES
7677	SILVIA MARIA MACEDO PINTO CRUZ COIMBRA
1066	ZULMIRA SILVA MARQUES
	SANTARÉM
9903	ANA MARIA JESUS MIRANDA
9766	ARTUR MIGUEL COELHO FERREIRA
1173	CARINA GONCALVES FERNANDES
1636	GRAZIELA MARIA BAPTISTA POLICARPO CURADO NOGUEIRA
9652	JOAO LUIS RODRIGUES LUCAS
9935	LUCINDA CONCEICAO MIGUEL SILVA
9456	NUNO MIGUEL TENDEIRO PAULINO
5508	PEDRO MIGUEL REIS NARCISO OLIVEIRA
7045	SANDRA CARLA GONCALVES CUSTODIO
3171	SANDRA MARIA ARSENIO SABINO
	SETÚBAL
4005	GUIDA MARIA MARTINS DOMINGOS
8777	HELDER MANUEL BOTO LOPES
5822	JORGE MIGUEL FERNANDES PE CURTO
4800	PAULA CRISTINA ANDRE SANTOS REGO
7179	PAULO JORGE VEIGA SEQUEIRA
5293	VERA FILIPA COSTA SANTOS ESTEVES COSTA
	VIANA DO CASTELO
2686	CARLA SOFIA ROCHA TAVARES
6907	ERMITA MARGARIDA QUINONES FELGUEIRAS
	VILA REAL
9022	MARIA GISELA MIRANDA PIRES
5282	TERESA JESUS BAIA AFONSO
	VISEU
7148	ADELINO RIBEIRO DUARTE
9023	ALDINA MARIA NUNES REGALO
4222	ALEXANDRA CRISTINA FIGUEIREDO DESTERRO
9413	ALZIRA TEIXEIRA ALMEIDA
5337	AMELIA MARIA SILVA SOARES
7848	ANA CRISTINA ALBUQUERQUE FERREIRA JESUS BOTELHO
1253	ANA LUISA AZEVEDO CORREIA

Últimos quatro dígitos do BI	Nome
1665	ANA LUISA NUNES COSTA
0520	ANA MARIA CLARO PIMENTA COSTA RODRIGUES
4779	ANA MARIA SILVA SANTOS
6475	ANA MARISA COIMBRA DELGADO
7114	ANA PAULA DUARTE OLIVEIRA AMARAL
6114	ANA PAULA FERREIRA MARQUES
1525	ANA PAULA FIGUEIREDO MARTINS KUMANLAL
3945	ANA PAULA GOMES DUARTE RIBEIRO VALE
3151	ANA SOFIA MORAIS ALMEIDA OLIVEIRA FERNANDES
9892	ANABELA PEREIRA ESTEVES
3579	ANGELA MARIA ROCHA LIMA RODRIGUES FERREIRA
8856	ANTONIO JOSE CARDOSO FERREIRA PINTO
5059	ANTONIO MIGUEL ALMEIDA SILVA
6982	CARLA ALEXANDRA CORREIA CARDOSO
9275	CARLA CRISTINA DIAS PEREIRA MARQUES
4131	CARLA IVONE MARQUES FERNANDES
3483	CARLA MARIA MARQUES FRANCISCO CARVALHO
8075	CARLA MARISA DUARTE FERREIRA DIAS
4335	CARLOS JORGE JESUS FONSECA
5135	CATARINA ISABEL ALMEIDA VILAVERDE COSTA LEMOS
8414	CECILIA MARIA SILVA MATIAS CARVALHO
9985	CLARA CRISTINA CORREIA LOUREIRO MARTINS ALBUQUERQUE
4949	CLARINDA LOUREIRO VIEIRA FERNANDES
8499	CLAUDIA ALEXANDRA FRANCISCO SANTOS
0888	CLAUDIA MANUELA PINTO GOMES CALAIS ROMANO HENRIQUES
9949	CRISTINA MARISA PEREIRA AIROSA
6431	CRISTOVAO FERREIRA FRANCISCO
8449	EDITE NATERCIA PEREIRA OLIVEIRA CAPITAO
3830	ELSA MARIA FERREIRA MELO FIGUEIREDO
4072	ELSA MARIA MONTEIRO FERREIRA MENESES
0299	EMILIA ANTONIO FERREIRA AMARAL
5799	ESTRELA MARIA FARO SILVA
6922	EUNICE CRISTINA LOPES BERGERON ABREU DUARTE FERREIRA
5689	FERNANDO AMERICO SANTOS CUNHA
5932	FERNANDO ANTONIO FIGUEIREDO ANDRADE
7405	FERNANDO DINIS CORREIA CHAPEIRO
1297	FERNANDO JORGE CRUZ SANTOS
6229	FERNANDO MIGUEL TEIXEIRA TELES ALAGOA
3127	HELENA MARIA JESUS FIGUEIREDO
9185	HENRIQUE JESUS FERREIRA SA
4528	HORACIO RUI OLIVEIRA FIGUEIREDO
3985	ISABEL ADELAIDE COSTA SILVA DIAS
1175	ISABEL CRISTINA FERREIRA OLIVEIRA
8124	ISABEL MARIA FERNANDES CARVALHO SANTOS CRUZ
8787	ISABEL MARIA MARQUES LOPES
8613	ISABEL MARIA SANTOS ALMEIDA
7673	ISILDA MARIA SIMOES COIMBRA
8220	JOAO MANUEL LOPES FIGUEIREDO
0495	JOAO PAULO REI
1842	JOAO PEDRO ALVES VIEIRA
6465	JORGE FERNANDES ALVARO
9563	JORGE MANUEL FONSECA PIRES
3042	JOSE AFONSO PESSOA CARDOSO
7127	JOSE CARLOS OLIVEIRA ALMEIDA
2982	JOSE CARLOS PAIS CARVALHO
5373	JOSE FERNANDO RIBEIRO MATEUS
0445	JOSE JOAO LOUREIRO ESTEVES
2137	JOSE PAULO SANTOS CARVALHO
6989	JOSE PEDRO LOPES PRATA
5745	LAURENTINA PEREIRA LOPES
7733	LICINIA JESUS GRILO
9760	LUISA MARIA JESUS LOPES
2654	LUISA MARIA VILA REAL DIAS FADIGAS
3981	LUIS MIGUEL SILVA FERNANDES
1334	MANUEL ANACLETO FIGUEIREDO SANTOS
0842	MARGARIDA MARIA ARAUJO SILVA
8774	MARGARIDA PIEDADE MENDES JESUS
2082	MARIA CARMO GONCALVES LEMOS
1229	MARIA CONCEICAO ALMEIDA RODRIGUES
0375	MARIA EDUARDA MARTINS VASCONCELOS GATO
0341	MARIA EUGENIA RODRIGUES BARBOSA MATOS
6492	MARIA HELENA PEREIRA GARCIA
1383	MARIA ISABEL GOMES ALMEIDA
1919	MARIA ISABEL GOMES MARQUES
3727	MARIA ISABEL MARQUES APARICIO
4320	MARIA JOAO MARTINS FIGUEIREDO CRUZ FERNANDES
9557	MARIA JOSE ALMEIDA RIBEIRO
8824	MARIA MADALENA COSTA AMARAL PINTO
8281	MARIA MANUELA ALMEIDA SIMOES
7697	MARIA MIGUEL CANHOTO GONCALVES SILVA
3689	MARIA ROSARIO LOPES COELHO
0792	OLGA MARIA ANUNCIACAO BALTAZAR ALVES
5785	PAULA ALEXANDRA PEREIRA CARVALHO TEIXEIRA
4339	PAULA CRISTINA SOBRAL FIGUEIRA
8633	PAULA GORETE OLIVEIRA CUNHA MARQUES
2778	PAULO JORGE NAZARE CORREIA
4265	PAULO JORGE PAIXAO SILVA LOURENCO
0850	PAULO SERGIO DUARTE FERREIRA
4452	PEDRO ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES AZEVEDO
5384	RITA ISABEL ALMEIDA SILVA
9214	RITA MARIA LEMOS CASTRO
4858	ROSA SALETE ALMEIDA FERREIRA
4061	RUI MANUEL SANTOS MARQUES
0891	SANDRA SANTOS ALVES PIRES
5261	SILVIA MARIA RODRIGUES SANTOS
2833	TERESA MARIA LOPES VARELA
9746	VANDA CRISTINA MARQUES RIBEIRO LOPES
9679	VICTOR MANUEL MATOS MONTEIRO
3645	VITOR MANUEL GOMES MARQUES
1033	VITOR NUNO ROSARIO MARQUES
	FUNCHAL
8163	EDUARDO JOAO LEMOS GOUVEIA
5919	JOAO ROSARIO FRANCO VIVEIROS

1 — Oportunamente, será divulgado no *Diário da República* o dia, hora e local em que serão realizadas as provas de conhecimentos previstas no n.º 9 do aviso de abertura do concurso.

2 — Para facilidade de consulta, os candidatos foram agrupados por distritos, segundo indicação constante dos respectivos requerimentos.

3 — Esclarece-se que, precedendo o nome dos candidatos, se indicam os quatro últimos dígitos do respectivo bilhete de identidade.

4 — Informam-se os candidatos de que as listas e outras informações referentes ao concurso poderão também ser consultadas na Internet, no endereço www.dgci.min-financas.pt.

11 de Fevereiro de 1999. — O Subdirector-Geral, *Élder Fernandes.*

Rectificação n.º 435/99. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 280, de 4 de Dezembro de 1998, a lista de candidatos admitidos e excluídos ao concurso para reforço dos meios humanos afectos à área da fiscalização tributária, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 169, de 24 de Julho de 1998, é rectificada tal como se indica:

Rectificação da situação perante a função pública

Onde se lê	Deve ler-se
CANDIDATOS ADMITIDOS SEM VÍNCULO À FUNÇÃO PÚBLICA	**CANDIDATOS ADMITIDOS COM VÍNCULO À FUNÇÃO PÚBLICA**
AVEIRO	AVEIRO
0018 NUNO GONCALO GONCALVES ALMEIDA	0018 NUNO GONCALO GONCALVES ALMEIDA
BRAGANÇA	GUARDA
8157 ANABELA JESUS RODRIGUES BARREIRA	8157 ANABELA JESUS RODRIGUES BARREIRA
PORTO	PORTO
8291 AMADEU FERNANDO COSTA MONTEIRO MAGALHÃES	8291 AMADEU FERNANDO COSTA MONTEIRO MAGALHÃES
7143 ANTONIO MANUEL VELOSO SOUSA	7143 ANTONIO MANUEL VELOSO SOUSA

Onde se lê	Deve ler-se
CANDIDATOS ADMITIDOS COM VÍNCULO À FUNÇÃO PÚBLICA	**CANDIDATOS ADMITIDOS SEM VÍNCULO À FUNÇÃO PÚBLICA**
BRAGANÇA	BRAGANÇA
0424 ANA CRISTINA SILVA AFONSO	0424 ANA CRISTINA SILVA AFONSO
COIMBRA	COIMBRA
5578 MARIA CONCEICAO SANTOS PEREIRA LOPES	5578 MARIA CONCEICAO SANTOS PEREIRA LOPES
LISBOA	LISBOA
7067 CARLOS ALBERTO BACELAR GUERREIRO 0758 ISABEL SANTOS GASPAR	7067 CARLOS ALBERTO BACELAR GUERREIRO 0758 ISABEL SANTOS GASPAR
PORTO	PORTO
1131 ROSA MARIA GOMES BARBOSA CARVALHO	1131 ROSA MARIA GOMES BARBOSA CARVALHO

Rectificação dos últimos quatro dígitos do bilhete de identidade

Onde se lê	Deve ler-se
CANDIDATOS ADMITIDOS SEM VÍNCULO À FUNÇÃO PÚBLICA	**CANDIDATOS ADMITIDOS SEM VÍNCULO À FUNÇÃO PÚBLICA**
FARO	FARO
6708 PATRICIA ISABEL PEDRO CUSTODIO	4708 PATRICIA ISABEL PEDRO CUSTODIO
PORTO	PORTO
9999 MARIA ERMELINDA DIAS PIMENTA SANTOS 9119 SARA MARIA MONTEIRO SOARES	4527 MARIA ERMELINDA DIAS PIMENTA SANTOS 1119 SARA MARIA MONTEIRO SOARES
SETÚBAL	SETÚBAL
2462 EMILIA CONCEICAO SILVA CAMELO REGUEIRA	2762 EMILIA CONCEICAO SILVA CAMELO REGUEIRA
VIANA DO CASTELO	VIANA DO CASTELO
2670 FERNANDA MARIA AGRA	0275 FERNANDA MARIA AGRA
VILA REAL	VILA REAL
4570 PEDRO MANUEL SOUSA GARCIA LEMA	4590 PEDRO MANUEL SOUSA GARCIA LEMA
VISEU	VISEU
4344 PAULO ALEXANDRE NOVAIS ALMEIDA	4314 PAULO ALEXANDRE NOVAIS ALMEIDA

Rectificação de nomes

Onde se lê	Deve ler-se
CANDIDATOS ADMITIDOS COM VÍNCULO À FUNÇÃO PÚBLICA	**CANDIDATOS ADMITIDOS COM VÍNCULO À FUNÇÃO PÚBLICA**
COIMBRA	COIMBRA
1724 MARIA LURDES VIEIRA SILVA	1724 MARIA LURDES VIEIRA SIMAO
SANTARÉM	SANTARÉM
5286 PEDRO MANUEL LOBATO DUQUE	5286 PEDRO MIGUEL LOBATO DUQUE
FUNCHAL	FUNCHAL
1636 MAURICIO RODOLFO RODRIGUES FERREIRA	1636 MAURILIO RODOLFO RODRIGUES FERREIRA
CANDIDATOS ADMITIDOS SEM VÍNCULO À FUNÇÃO PÚBLICA	**CANDIDATOS ADMITIDOS SEM VÍNCULO À FUNÇÃO PÚBLICA**
AVEIRO	AVEIRO
6967 CARLA FERNANDES DIAS COELHO 6422 CLADIA MARIA PEREIRA PINTO	6967 CARLA FERNANDA DIAS COELHO 6422 CLAUDIA MARIA PEREIRA PINTO
BEJA	BEJA
9002 NELIA JOSE SANTINHOS CORREIA 3310 MARIANA ASSUNCAO PALHA PICARETA	9002 HELIA JOSE SANTINHOS CORREIA 3310 MARIANA ASSUNCAO PALMA PICARETA
BRAGA	BRAGA
6377 ANTONIO FATIMA CARVALHO OLIVEIRA	6377 MARIA FATIMA CARVALHO OLIVEIRA

Onde se lê	Deve ler-se
FARO	FARO
1031 FERNANDO LUISA MARTINS NASCIMENTO	1031 FERNANDA LUISA MARTINS NASCIMENTO
LEIRIA	LEIRIA
4920 SUSANA MARIA PAULO	4920 SUSANA MARIA SILVA PAULO
LISBOA	LISBOA
2704 ALEXANDRA AMARO SILVA SECIO	2704 ALEXANDRE AMARO SILVA SECIO
1506 GELIA MARIA CARDOSO SERAFIM	1506 CELIA MARIA CARDOSO SERAFIM
5663 GUIDA MARIA REAL SOUSA	5663 GUIDA MARIA LEAL SOUSA
9240 MARIA HELENA LEITAO RODRIGUES NENDES	9240 MARIA HELENA LEITAO RODRIGUES MENDES
3859 MARIA JOCO PAMPLONA CHAVES	3859 MARIA JOAO PAMPLONA CHAVES
7120 MARIA LURDQ DIM MIEIEAARIA LURDES DIAS VIEIRA	7120 MARIA LURDES DIAS VIEIRA
1467 MARIA LUADES MARTINS ANTUNES	1467 MARIA LURDES MARTINS ANTUNES
0682 MANUELA PINTO GODINHO PEREIRA	0682 MARIA MANUELA PINTO GODINHO PEREIRA
8035 RICARDO MIGUEL NUNES SANTOS	8035 RICARDO MANUEL NUNES SANTOS
6647 SANDRA CARLA CORREIA HENRIQUES OLIVEIRA MOURISCO	6647 SANDRA CARLA CORREIA HENRIQUES GOUVEIA MOURISCO
9143 VANIA CRISTINA AZEVEDO BERNANRDINO	9143 VANDA CRISTINA AZEVEDO BERNARDINO
PORTALEGRE	PORTALEGRE
6879 CLAUDIA FERNANDO NASCIMENRO NINI	6879 CLAUDIO FERNANDO NASCIMENTO NINI
PORTO	PORTO
2492 ELISA MANUELA PINTO ROSARIO	2492 ELISA MANUELA PINTO RIBEIRO
4181 MARIA CONCEICAO SUARTE MOREIRA	4181 MARIA CONCEICAO DUARTE MOREIRA
3417 MARIA FERNANDA PTNTO ALVES	3417 MARIA FERNANDA PINTO ALVES
SANTARÉM	SANTARÉM
5677 CARMELITA MARIA ALVES VEIGA GOMES	5677 CARMELINA MARIA ALVES VEIGA GOMES
SETÚBAL	SETÚBAL
1922 ANA LUCIA SANTOS LACERDA SOUTO ANDRADE	1922 ANA LUCIA SANTOS LACERDA ANREADE
1006 CARLA SUSANA VASCO GONCALVES	1006 CARLA SUSANA VASCO GONCALVES ESTEVES
3461 EUNICE JESUS FREDICO PALMANO	3461 EUNICE JESUS FREDICO PALHANO
8935 JOSE CARLOS VILA VERDE MATOS SEQUEIRA	8935 JOAO CARLOS VILA VERDE MATOS SEQUEIRA
VIANA DO CASTELO	VIANA DO CASTELO
7313 ANA PAULA SILVA LINA	7313 ANA PAULA SILVA LIMA
VISEU	VISEU
7925 LIDIA CDNCEICAO CARVALHO PEREIRA	7925 LIDIA CONCEICAO CARVALHO PEREIRA
9839 OLGA MARIA FONSECA COUTINHO ANCIRES	9839 OLGA MARIA FONSECA COUTINHO ANCIAES

Rectificação de distrito

Candidatos admitidos com vínculo à função pública

	Onde se lê	Deve ler-se
8126 SONIA FERREIRA MADEIRA	MADEIRA	FARO
4894 VASCO JOAO SANTOS COELHO	MADEIRA	FARO
8888 VITOR MANUEL SILVA SOARES	MADEIRA	FARO

Candidatos admitidos sem vínculo à função pública

	Onde se lê	Deve ler-se
0759 EMA PAULA PINTO FERREIRA	BEJA	AVEIRO
4201 JOANA MIGUEL FERREIRA NEVES SALVADOR	BRAGANÇA	AVEIRO
6468 ROSA MARIA FIGUEIREDO SILVA ALMEIDA	COIMBRA	AVEIRO
3906 ANA MARGARIDA TRINDADE MOTA RIBEIRO	SETUBAL	LISBOA
2228 JOAO MANUEL GOMES BELARMINO	SANTAREM	LISBOA
3205 HERMENEGILDA GONCALVES LUCAS	FUNCHAL	PORTO
6141 ANA CRISTINA NUNES SANTOS	ANGRA HEROISMO	SETUBAL
9481 ANA MARISA GIL SANTOS	COIMBRA	ANGRA HEROISMO
1012 CARLOS MANUEL MARTINS CONCEICAO	PORTO	ANGRA HEROISMO
8021 LAURINDA RESENDE REIS	AVEIRO	ANGRA HEROISMO
4219 MARIA JOAO SOUSA FRANGO PINHEIRO	SANTAREM	ANGRA HEROISMO
0657 ARLINDA MARIA GARCIA FONTE	HORTA	PONTA DELGADA
7977 ELISABETE CARMO PACHECO TAVARES	HORTA	PONTA DELGADA

11 de Fevereiro de 1999. — O Subdirector-Geral, *Élder Fernandes.*

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho (extracto) n.º 3761/99 (2.ª série). — Por despacho do director-geral do Orçamento de 13 de Janeiro de 1999:

Anabela Ferreira Pedro Vilão, Pedro Miguel Pinto Carvalho de Figueiredo, Carlos Manuel de Jesus Marques, Diva Cristina Esteves de Sousa da Silva e Virgínia Maria do Nascimento — nomeados definitivamente na categoria de técnico contabilista de 2.ª classe da carreira técnica de contabilidade do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento, na sequência de concurso externo e aprovação em estágio, por urgente conveniência de serviço, com efeitos reportados a 13 de Janeiro de 1999, inclusive. [Estas nomeações estão isentas de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

9 de Fevereiro de 1999. — O Subdirector-Geral, *João Rodrigues.*

Direcção-Geral do Património

Rectificação n.º 436/99. — 1 — Por ter sido publicado com incorrecção no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 33, de 9 de Fevereiro de 1999, o aviso n.º 2629/99, respeitante ao concurso n.º 1/99, para preenchimento de quatro lugares vagos na categoria de técnico profissional de 2.ª classe da carreira técnico-profissional, o n.º 8, alínea *a*), passa a ter a seguinte redacção:

«Prova de conhecimentos (em conformidade com o programa aprovado pelo despacho DG 5/96, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 51, de 29 de Fevereiro de 1996):

A prova de conhecimentos gerais versará conhecimentos ao nível das habilitações legalmente exigidas, fazendo apelo quer aos conhecimentos adquiridos no âmbito da escola, particularmente nas áreas de português e matemática, quer aos conhecimentos resultantes da vivência do cidadão comum.

A prova de conhecimentos específicos versará sobre:

Noções gerais de direito e de organização política e administrativa do Estado;
Órgãos de soberania;
Direcção-Geral do Património — estrutura orgânica e atribuições;
Regime jurídico da função pública (constituição, modificação e extinção, noção de nomeação e contrato);
Noção de funcionário e agente;
Regime de férias, faltas e licenças;
Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local.

A prova de conhecimentos é escrita e tem a duração de duas horas, com autorização para a consulta de legislação/documentação:

Constituição da República Portuguesa;
Código do Procedimento Administrativo, Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
Decreto Regulamentar n.º 44/80, de 30 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 175/98, de 2 de Julho;
Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho;
Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 101-A/96, de 26 de Julho;
Decreto-Lei n.º 194/96, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 178/95, de 26 de Julho;
Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
Lei n.º 18/98, de 28 de Abril.»

2 — O prazo de entrega de candidaturas é de 10 dias úteis a contar do dia seguinte da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, sem prejuízo de se considerarem válidas as candidaturas entretanto já entregues.

11 de Fevereiro de 1999. — Pelo Director-Geral, a Subdirectora-Geral, *Isabel Brazão.*

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Despacho conjunto n.º 174/99. — Consta do despacho conjunto n.º 852/98, de 17 de Novembro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 284, de 10 de Dezembro de 1998, a constituição inicial da comissão de apreciação das propostas relativas ao concurso público internacional para a concessão dos lanços integrados na concessão SCUT da Costa de Prata.

Tornando-se necessário dotá-la com um elemento que assegure a valência técnico-jurídica, passa também a integrar a referida comissão o Dr. José Firmino Meireles Côrte-Real.

31 de Dezembro de 1998. — O Ministro das Finanças, *António Luciano Pacheco de Sousa Franco.* — O Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, *João Cardona Gomes Cravinho.*

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 3762/99 (2.ª série). — Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 3.º, n.º 1, e 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 13/97, de 23 de Maio, e do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 227/95, de 11 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 3/99, de 4 de Janeiro, ouvido o conselho superior do Ministério Público, renovo a comissão de serviço no cargo de inspector-geral da Inspecção-Geral da Administração Interna do procurador-geral adjunto licenciado António Henrique Rodrigues Maximiano, do quadro de magistrados do Ministério Público.

8 de Fevereiro de 1999. — O Ministro da Administração Interna, *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.*

Despacho n.º 3763/99 (2.ª série). — Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 3.º, n.º 1, e 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 13/97, de 23 de Maio, e do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 227/95, de 11 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 3/99, de 4 de Janeiro, por proposta do inspector-geral da Administração Interna e ouvido o conselho superior do Ministério Público, renovo a comissão de serviço no cargo de subinspector-geral da Inspecção-Geral da Administração Interna da procuradora da República licenciada Maria de Fátima da Graça Carvalho, do quadro de magistrados do Ministério Público.

8 de Fevereiro de 1999. — O Ministro da Administração Interna, *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.*

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Brigada Territorial n.º 5

Despacho n.º 3764/99 (2.ª série). — Nos termos dos n.ºs 10 e 10.2 do despacho n.º 20/98/OG, do general comandante-geral de 6 de Maio de 1998, subdelego no comandante do Grupo Territorial de Aveiro, major Augusto Joaquim de Oliveira, as competências seguintes:

Autorizar as despesas que hajam de efectuar-se com empreitadas de obras públicas, aquisição de serviços e bens até ao limite de 500 000$, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 7.º e do n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março.

A subdelegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo dos poderes de avocação e superintendência.

Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados, até à sua publicação no *Diário da República.*

4 de Fevereiro de 1999. — O Comandante da Brigada, *Carlos Alberto Duarte Prata,* coronel de infantaria.

Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública

Despacho (extracto) n.º 3765/99 (2.ª série). — Por despacho do 2.º comandante-geral da PSP de 5 de Fevereiro de 1999, proferido no uso da competência subdelegada, é anulado o despacho de 4 de Janeiro de 1999, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 16, de 20 de Janeiro de 1999, que autorizou o regresso à efectividade de serviço do guarda de 2.ª classe M/127997, José Armando Nunes

Neves, do Comando-Geral e na situação de licença ilimitada desde 17 de Dezembro de 1988.

8 de Fevereiro de 1999. — Pelo Superintendente-Geral Log. Rec., *(Assinatura ilegível.)*

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 3766/99 (2.ª série). — Nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, e tendo presente o disposto nos artigos 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo, delego e subdelego na chefe da Repartição de Pessoal e Expediente Geral, Lígia da Silva e Sousa Lopes dos Santos, e na chefe da Repartição de Aprovisionamento e Património, Maria Rosa Caeiro Pinto Correia, competência para a prática dos seguintes actos:

1 — Competências delegadas:

a) Autorizar o início das férias e o seu gozo interpolado, de acordo com o mapa de férias superiormente autorizado;
b) Justificar faltas, nos termos previstos na legislação em vigor;
c) Autorizar dispensas ao serviço, nos termos do artigo 8.º do Regulamento do Horário de Trabalho do Pessoal da Direcção-Geral de Viação, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 115, de 19 de Maio de 1992;
d) Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados nas respectivas unidades orgânicas, excepto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados, nos termos da legislação em vigor.

2 — Competências subdelegadas:

a) Autorizar deslocações em serviço, nas condições previstas na lei e de acordo com as orientações definidas pelo director-geral;
b) Assinar a correspondência ou expediente necessários à execução das decisões proferidas nos processos;
c) Praticar actos de natureza corrente relativos ao funcionamento e atribuições das respectivas Repartições, devendo submeter a despacho, para decisão superior, todos os assuntos com repercussões no exercício das competências e funcionamento de outros serviços;
d) Dirigir-se aos serviços ou departamentos do Estado e quaisquer entidades públicas ou particulares, para efeitos de obtenção de todos os elementos julgados necessários à instrução de processos, bem como para dar andamento a assuntos de gestão corrente, de acordo com as normas internas.

Ratifico todos os actos praticados, no âmbito das competências ora delegadas e subdelegadas, desde 25 de Janeiro de 1999.

8 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços Administrativos, *Laurinda Ferreira.*

Despacho n.º 3767/99 (2.ª série). — Por despachos do director-geral de Viação e do subdirector-geral da Saúde, respectivamente de 10 de Setembro e de 21 de Outubro do ano findo:

Autorizada a requisição do assessor principal Dr. Luís Rodrigues Coelho, para exercer idênticas funções nesta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 25 de Janeiro de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Janeiro de 1999. — A Directora de Serviços Administrativos, *Laurinda Ferreira.*

Gabinete de Estudos e de Planeamento de Instalações

Despacho n.º 3768/99 (2.ª série). — Por despacho do director do Gabinete de Estudos e de Planeamento de Instalações de 26 de Janeiro de 1999:

Rui Jorge Correia Costa, contratado a termo certo, ao abrigo dos Decretos-Leis n.os 81-A/96, de 21 de Junho, e 195/97, de 31 de Julho — nomeado definitivamente na categoria de técnico superior de 2.ª classe da área funcional de gestão de recursos humanos do quadro de pessoal do Gabinete de Estudos e de Planeamento de Instalações do Ministério da Administração Interna, na sequência do concurso interno de ingresso destinado à regularização do pessoal abrangido pelos referidos decretos-leis. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

10 de Fevereiro de 1999. — O Director, *António José Morais.*

Governo Civil do Distrito de Aveiro

Aviso n.º 3760/99 (2.ª série). — Nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, com a redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 23 de Maio, e ao abrigo do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 231/97, de 3 de Setembro, faz-se público que, por despacho de 24 de Julho de 1998 do Secretário de Estado da Administração Interna, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso para o cargo de secretário, constante do n.º 8 do mapa IX anexo à Portaria n.º 290/87, de 8 de Abril, equiparado a director de serviços, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para o preenchimento do cargo posto a concurso, sendo o prazo de validade fixado em seis meses a contar da data da publicação da lista de classificação final.

3 — Legislação aplicável ao presente concurso:

a) Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
b) Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 34/93, de 13 de Fevereiro;
c) Lei n.º 13/97, de 23 de Maio;
d) Decreto-Lei n.º 231/97, de 3 de Setembro.

4 — Área de actuação — a referida no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro.

5 — Local de trabalho, vencimento, condições e regalias sociais — o local de trabalho situa-se no Governo Civil do Distrito de Aveiro, sendo o vencimento o constante do anexo n.º 8 ao Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e com as condições e regalias sociais que se aplicam genericamente para os funcionários da administração pública central.

6 — Requisitos legais de candidatura:

6.1 — Requisitos gerais — os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6.2 — Requisitos especiais — possuir licenciatura em Direito e reunir as condições previstas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 13/97, de 23 de Maio.

7 — De acordo com o sorteio realizado no dia 22 de Setembro de 1998, nas instalações da Comissão de Observação e Acompanhamento dos Concursos para os Cargos Dirigentes, a que se refere a acta n.º 306, o júri tem a seguinte composição:

Presidente — Engenheiro Mário Augusto Jorge Mendes.
Vogais efectivos:

1.º Dr. Rui Alberto Nunes dos Santos.
2.º Dr. Diamantino Moreira de Matos.

Vogais suplentes:

1.º Engenheiro António Manuel Marques de Sousa.
2.º Engenheiro Mário Marques da Silva.

8 — Métodos de selecção — serão utilizados como métodos de selecção a avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção, sendo apreciados os factores constantes dos artigos 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 231/97, de 3 de Setembro.

8.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta das reuniões do júri, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

8.2 — No sistema de classificação é ainda aplicado o disposto nos n.os 3, 4 e 5 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 231/97, de 3 de Setembro.

9 — Formalização das candidaturas — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao governador civil do distrito de Aveiro solicitando a admissão ao concurso, entregue pessoalmente na Secretaria, sita na Praça do Marquês de Pombal, 3800 Aveiro, ou remetido pelo correio, registado, com aviso de recepção, para o mesmo endereço até ao termo do prazo fixado no n.º 1 deste aviso.

10 — Dos requerimentos deverão constar:

a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade e data de nascimento);
b) Número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu;
c) Residência, código postal e telefone;
d) Habilitações literárias;
e) Identificação do concurso a que se candidata;

f) Declaração de que possui os requisitos legais de admissão, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 231/97, de 3 de Setembro;
g) A falta de declaração referida na alínea *f*) determina a exclusão do concurso.

11 — Os requerimentos devem ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) Currículo detalhado, datado e assinado, do qual constem, nomeadamente, a formação académica e a experiência profissional, bem como a formação profissional, juntando fotocópia dos respectivos certificados;
b) Declaração, devidamente autenticada, emitida pelo serviço a que se encontra vinculado o candidato, da qual constem a natureza do vínculo à função pública e o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
c) A entrega das fotocópias a que se refere a alínea *a*) deste número é dispensada, desde que constem do processo individual, no caso de candidatos que pertençam ao quadro de pessoal do Governo Civil do Distrito de Aveiro.

12 — O júri pode exigir aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos das afirmações por eles produzidas que possam relevar para apreciação do seu mérito.

2 de Fevereiro de 1999. — O Governador Civil, *Antero Gaspar de Paiva Vieira.*

Governo Civil do Distrito de Coimbra

Aviso n.º 3761/99 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Janeiro de 1999 do governador civil do distrito de Coimbra:

Carlos Alberto Neves da Silva e Maria da Silva Costa Coelho, assistentes administrativos do quadro de pessoal do Governo Civil do Distrito de Coimbra — nomeados, precedendo concurso, assistentes administrativos principais do mesmo quadro (escalão 4, índice 245, e escalão 1, índice 215, respectivamente), ficando exonerados dos cargos que actualmente ocupam a partir da data de aceitação da nomeação do novo cargo. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — O Secretário, *(Assinatura ilegível.)*

Inspecção-Geral da Administração Interna

Aviso (extracto) n.º 3762/99 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Administração Interna de 9 de Fevereiro de 1999:

Licenciada Margarida Rosa Janeiro Mós — nomeada como inspectora principal do quadro de pessoal deste organismo, em regime de comissão de serviço com efeitos a 9 de Março de 1999. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

11 de Fevereiro de 1999. — O Inspector-Geral, *António Henrique Rodrigues Maximiano.*

Aviso (extracto) n.º 3763/99 (2.ª série). — Por despacho do Ministro da Administração Interna de 9 de Fevereiro de 1999:

Licenciada Adelaide Magalhães Sequeira, procuradora-adjunta — nomeada como inspectora superior principal do quadro de pessoal deste organismo, em regime de comissão de serviço. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

11 de Fevereiro de 1999. — O Inspector-Geral, *António Henrique Rodrigues Maximiano.*

Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral

Aviso n.º 3764/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 294/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho da directora-geral do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE) de 5 de Fevereiro de 1999, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno de acesso geral para preenchimento de um lugar de assessor de informática, da carreira de técnico superior de informática, do quadro de pessoal deste Secretariado.

2 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o preenchimento do lugar acima referido, esgotando-se com o seu provimento.

3 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se os Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 427/89, de 7 de Dezembro, e 15/89, de 11 de Janeiro, Portaria n.º 244/97, de 11 de Abril, e Decreto-Lei n.º 23/91, de 11 de Janeiro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 177/95, de 26 de Julho.

4 — Conteúdo funcional — o conteúdo funcional do lugar a prover integra a prestação de assessoria técnica de elevado grau de qualificação e responsabilidade, traduzida pela elaboração de pareceres, pela concepção e desenvolvimento de medidas que exijam conhecimentos altamente especializados na área de estudos, análise funcional e orgânica e programação em matéria de tratamento automático de informação, nomeadamente o descrito no capítulo II, secção I, n.º 2.º, da Portaria n.º 244/97, de 11 de Abril.

5 — Vencimento, local e condições de trabalho:

5.1 — Ao exercício do referido cargo é atribuído o vencimento do escalão e índice que lhe corresponda, conforme o mapa I anexo ao Decreto-Lei n.º 23/91, de 11 de Janeiro, com as regalias sociais genericamente vigentes para os funcionários e agentes da Administração Pública.

5.2 — O local de trabalho situa-se na Avenida de D. Carlos I, 134, em Lisboa.

6 — Requisitos de admissão — podem candidatar-se a este concurso os funcionários com a categoria de técnico superior principal de informática com, pelo menos, dois anos de serviço na mesma classificados de *Muito bom,* ou três anos classificados de *Bom,* e com os demais requisitos de provimento previstos na lei.

7 — Métodos de selecção:

a) Avaliação curricular;
b) Prova pública, que consistirá na apreciação e discussão do currículo profissional do candidato.

7.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da prova pública, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas;

7.2 — Na avaliação curricular serão ponderados os seguintes factores:

a) A habilitação académica de base;
b) A formação profissional;
c) A experiência profissional.

7.3 — Na ponderação da experiência profissional valorizar-se-á:

Conhecimentos de Windows NT e telecomunicações;
Experiência com base de dados ORACLE ou SQL Server;
Experiência em ambiente de desenvolvimento C++/Java/Lotus Notes/aplicações multimédia (Macromédia/Adobe).

8 — Os candidatos podem apresentar um trabalho nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 23/91, de 11 de Janeiro.

9 — Formalização das candidaturas — as candidaturas poderão ser formalizadas mediante requerimento em papel azul de 25 linhas, ou liso, de formato A4, dirigido à directora-geral do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, o qual poderá ser entregue no aludido organismo, que funciona na Avenida de D. Carlos I, 134, 1249-104 Lisboa, ou remetido pelo correio para o mesmo endereço, registado e com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas.

9.1 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número do bilhete de identidade, bem como o serviço de identificação que o emitiu, estado civil, situação militar, residência e telefone);
b) Habilitações literárias;
c) Habilitações profissionais relacionadas com o conteúdo funcional do lugar a prover;
d) Experiência profissional, com indicação das funções de maior interesse para o lugar a que se candidata, e menção expressa da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública;
e) Quaisquer outros elementos que o candidato considerar relevantes para a apreciação do seu mérito.

9.2 — São excluídos do concurso os candidatos que não apresentem os documentos comprovativos nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9.3 — Os requerimentos de admissão ao concurso devem ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* detalhado;
b) Documento comprovativo das habilitações literárias, autêntico ou autenticado;

c) Declaração do serviço a que se encontra vinculado, da qual constem, de maneira inequívoca, a natureza do vínculo, a categoria que detém, a antiguidade na mesma, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço relativa aos dois ou três últimos anos;
d) Declaração do organismo a que pertence especificando o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que ocupa;
e) Trabalho a que se refere o n.º 8 deste aviso (quando apresentado);
f) Outros elementos que os candidatos julguem relevantes.

10 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos e de classificação final serão afixadas no local referido no corpo do n.º 8.
11 — Composição do júri — o júri do presente concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Licenciado Domingos Manuel Lourenço de Magalhães, director de serviços do STAPE.
Vogais efectivos:

Licenciada Maria Eduarda da Conceição G. M. Canteiro, chefe de divisão do STAPE, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.
Licenciado Carlos Frederico Pereira Nunes da Ponte, assessor principal do quadro do STAPE.

Vogais suplentes:

Licenciado Edgar Ribeiro da Silva, assessor principal do quadro do STAPE.
Licenciada Isabel Maria de Almeida Ramos, assessora principal do quadro do STAPE.

5 de Fevereiro de 1999. — A Directora-Geral, *Maria de Fátima Ribeiro Mendes.*

Aviso n.º 3765/99 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Fevereiro de 1999 do Secretário da Administração Interna:

Maria da Graça Seromenho Marques Miragaia Archer, assessora principal da carreira do sociólogo do quadro do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral — nomeada, precedendo concurso, no cargo de chefe da Divisão de Estudos deste organismo, com efeitos a partir de 1 do corrente mês. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Fevereiro de 1999. — A Directora-Geral, *Maria de Fátima Ribeiro Mendes.*

Aviso n.º 3766/99 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, publica-se o mapa que integrará o quadro de pessoal do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral:

Nome	Carreira	Categoria	Escalão	Índice
Maria de Lourdes Ferreira Martins Macedo	Oficial administrativo	Assistente administrativo (*a*)	1	180

(*a*) A extinguir quando vagar.

10 de Fevereiro de 1999. — A Directora-Geral, *Maria de Fátima Ribeiro Mendes.*

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 3767/99 (2.ª série). — Por decreto do Ministro da Administração Interna de 27 de Janeiro de 1999:

José Luís da Cruz dos Santos e Silva, natural de Água Grande, República de São Tomé e Príncipe, domiciliado em Caneças — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de registada a respectiva carta, em conformidade com o artigo 13.º da Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro.

4 de Fevereiro de 1999. — Pelo Director, a Técnica Auxiliar Especialista, *Ana Paula Costa.*

Aviso n.º 3768/99 (2.ª série). — Por decreto do Ministro da Administração Interna de 27 de Janeiro de 1999:

Mariamo Ibraimo Camissá, natural de Inhacamba, Manica e Sofala, República de Moçambique, domiciliada em Linda-a-Velha — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de registada a respectiva carta, em conformidade com o artigo 13.º da Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro.

4 de Fevereiro de 1999. — Pelo Director, a Técnica Auxiliar Especialista, *Ana Paula Costa.*

Aviso n.º 3769/99 (2.ª série). — Por decreto do Ministro da Administração Interna de 27 de Janeiro de 1999:

Iquê Mendes, natural de Canchungo, Cacheu, República da Guiné-Bissau, domiciliado em Odivelas — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de registada a respectiva carta, em conformidade com o artigo 13.º da Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro.

4 de Fevereiro de 1999. — Pelo Director, a Técnica Auxiliar Especialista, *Ana Paula Costa.*

Aviso n.º 3770/99 (2.ª série). — Por decreto do Ministro da Administração Interna de 27 de Janeiro de 1999:

Adelina Lopes da Silva Monteiro, natural de Santo Amaro, Tarrafal, República de Cabo Verde, domiciliada na Amadora — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de registada a respectiva carta, em conformidade com o artigo 13.º da Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro.

4 de Fevereiro de 1999. — Pelo Director, a Técnica Auxiliar Especialista, *Ana Paula Costa.*

Aviso n.º 3771/99 (2.ª série). — Por decreto do Ministro da Administração Interna de 27 de Janeiro de 1999:

Humberto Monteiro, natural de Nossa Senhora da Luz, São Vicente, República de Cabo Verde, domiciliado em Dakar, República do Senegal — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de registada a respectiva carta, em conformidade com o artigo 13.º da Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro.

4 de Fevereiro de 1999. — Pelo Director, a Técnica Auxiliar Especialista, *Ana Paula Costa.*

Aviso n.º 3772/99 (2.ª série). — Por decreto do Ministro da Administração Interna de 27 de Janeiro de 1999:

João Francisco, natural de Malanje, República de Angola, domiciliado em Odivelas — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de registada a respectiva carta, em conformidade com o artigo 13.º da Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro.

4 de Fevereiro de 1999. — Pelo Director, a Técnica Auxiliar Especialista, *Ana Paula Costa.*

Aviso n.º 3773/99 (2.ª série). — Por decreto do Ministro da Administração Interna de 27 de Janeiro de 1999:

Khatija Aboobaker Mahomed, natural da Beira, República de Moçambique, domiciliada na Póvoa de Santo Adrião — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com a nova redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro.

4 de Fevereiro de 1999. — Pelo Director, a Técnica Auxiliar Especialista, *Ana Paula Costa.*

Aviso n.º 3774/99 (2.ª série). — Por decreto do Ministro da Administração Interna de 27 de Janeiro de 1999:

Wong Mei Lei, natural da República Popular da China, domiciliada em Macau — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com a nova redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro.

4 de Fevereiro de 1999. — Pelo Director, a Técnica Auxiliar Especialista, *Ana Paula Costa.*

Aviso n.º 3775/99 (2.ª série). — Por decreto do Ministro da Administração Interna de 27 de Janeiro de 1999:

Abdul Hamid Mahomed, natural da Beira, República de Moçambique, domiciliado na Póvoa de Santo Adrião — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com a nova redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro.

4 de Fevereiro de 1999. — Pelo Director, a Técnica Auxiliar Especialista, *Ana Paula Costa.*

Aviso n.º 3776/99 (2.ª série). — Por decreto do Ministro da Administração Interna de 27 de Janeiro de 1999:

Cristina Matias, natural da Beira, República de Moçambique, domiciliada na Amadora — concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com a nova redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro.

4 de Fevereiro de 1999. — Pelo Director, a Técnica Auxiliar Especialista, *Ana Paula Costa.*

Despacho (extracto) n.º 3769/99 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Janeiro de 1999 da subdirectora do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 440/86, de 31 de Dezembro, com a redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 120/93, de 16 de Abril:

Natacha Cristina Ferreira Lopes, Carla Maria Gil Belo, Isabel Clara Coelho Almeida e Carlos José Rodrigues Pereira, operadores de sistemas estagiários — nomeados definitivamente, por urgente conveniência de serviço, na categoria de operador de sistema de 2.ª classe do quadro de pessoal de informática do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com efeitos a partir de 7 de Janeiro de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços Administrativos e de Apoio Geral, *Mariália Baptista Mendes.*

Despacho (extracto) n.º 3770/99 (2.ª série). — Por despachos de 27 de Janeiro e de 9 de Fevereiro de 1999 respectivamente do director-geral da Administração Pública e da subdirectora do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 440/86, de 31 de Dezembro, com a redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 120/93, de 16 de Abril:

Susana Dias Baptista, técnica superior de 2.ª classe, afecta à DGAP — integrada com a mesma categoria, por urgente conveniência de serviço, em lugar automaticamente criado no quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a extinguir quando vagar, nos termos do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 89-F/98, de 13 de Abril, conjugado com o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, com efeitos a partir de 18 de Janeiro de 1999. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços Administrativos e de Apoio Geral, *Mariália Baptista Mendes.*

MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 3771/99 (2.ª série). — No âmbito da reorganização prevista para os sectores ferroviário e do transporte aéreo, foram criados organismos de gestão para diferentes modos de transporte público, em razão dos quais importa estabelecer adequada delegação de competências.

Assim, de acordo com a orgânica do Governo e com o disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delego no Secretário de Estado dos Transportes, engenheiro António Guilhermino Rodrigues, com poderes de subdelegação nos órgãos dirigentes dos serviços e organismos, nos termos da lei, competência para despachar assuntos relativos a:

1 — Direcção-Geral de Transportes Terrestres.

2 — Institutos:

Instituto Nacional da Aviação Civil;
Instituto Nacional do Transporte Ferroviário.

3 — Comissões:

Comissão de Planeamento do Transporte Aéreo de Emergência;
Comissão de Planeamento dos Transportes Terrestres de Emergência;
Comissão Permanente para o Desenvolvimento do Transporte Combinado.

4 — Empresas:

Caminhos de Ferro Portugueses, E. P.;
Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P.;
Metropolitano de Lisboa, E. P.;
Empresa Pública Navegação Aérea de Portugal — NAV, E. P.;
ANA — Aeroportos de Portugal, S. A.;
TRANSTEJO — Transportes Tejo, S. A.;
CARRIS — Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A.;
TAP — Air Portugal, S. A.;
STCP — Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S. A.;
ANAM — Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S. A.;
NAER — Novo Aeroporto, S. A.

5 — Estrutura de projecto de intervenção operacional de transportes.

6 — A competência relativa às empresas NAV, E. P., e ANA, S. A., reporta-se à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de Dezembro.

7 — São revogados os n.os 4.1 a 4.4 do despacho n.º 487/97 (2.ª série), de 5 de Maio, publicado no *Diário da República,* de 16 de Maio de 1997, salvo no referido à ANA, E. P., cuja competência se mantém até à sua extinção.

8 — Este despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, considerando-se ratificados todos os actos anteriormente praticados no seu âmbito.

5 de Fevereiro de 1999. — O Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, *João Cardona Gomes Cravinho.*

Despacho n.º 3772/99 (2.ª série). — Nos termos do artigo 1.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 299-B/98, de 29 de Setembro, cabe ao Instituto Nacional do Transporte Ferroviário intervir em concessões de serviço público do sector ferroviário, tendo-lhe ainda sido atribuídas funções de apoio ao Estado em matéria de gestão e de acompanhamento, no âmbito dos respectivos estatutos.

Considerando que se prevê que a extensão das atribuições do Instituto a outros modos de transporte ferroviário, para além do caminho de ferro, seja faseada e definida por despacho do ministro da tutela;

Considerando que a recente concessão do serviço público do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto se reveste de grande complexidade, sendo oportuno o seu acompanhamento desde o início;

Tendo presente que o Instituto foi o representante do Estado no auto de entrega dos bens do domínio público ferroviário naquela concessão, ocorrido no passado dia 19 de Janeiro;

Assim, determino, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 299-B/98, de 29 de Setembro, que o Instituto Nacional do Transporte Ferroviário acompanhe a concessão do metro do Porto, no âmbito das suas atribuições e sem prejuízo das que estejam cometidas legalmente a outras entidades.

A presente decisão produz efeitos desde a data do auto de entrega.

5 de Fevereiro de 1999. — O Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, *João Cardona Gomes Cravinho.*

Despacho n.º 3773/99 (2.ª série). — Nos termos conjugados do artigo 18.º, n.º 1, alínea *a*), do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado e da verba 2.16 da lista I anexa ao referido Código, com a redacção atribuída pelo Decreto-Lei n.º 91/96, de 12 de Julho, é aplicável a taxa reduzida de 5% às empreitadas de construção de imóveis de habitações económicas ou de habitações de custos controlados, independentemente do promotor, desde que tal classificação

esteja certificada pela autoridade competente do ministério da tutela, incluindo as empreitadas realizadas pelas uniões de cooperativas de habitação e de construção económica às cooperativas suas associadas no âmbito do exercício das suas actividades estatutárias.

Considerando que, mais recentemente, o artigo 15.º, n.º 2, da Lei n.º 85/98, de 16 de Dezembro, veio prever a aplicação da taxa reduzida de IVA constante da referida verba 2.16 da lista I anexa ao Código do IVA a empreitadas de construção de imóveis cujos promotores sejam cooperativas de habitação e construção, desde que as habitações se integrem no âmbito da política social de habitação, designadamente quando respeitem o conceito e os parâmetros de habitação de custos controlados, para tal efeito majorados em 20 %;

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento da legalidade e a transparência na atribuição daquele benefício fiscal, que deve depender sempre de um acto prévio de certificação a emitir por entidade qualificada para o efeito;

Considerando as atribuições e as competências detidas pelo Instituto Nacional de Habitação em matéria de financiamento, acompanhamento e fiscalização da execução dos empreendimentos de habitação a custos controlados, bem como de financiamento de empreendimentos de construções económicas;

Assim, ao abrigo e em execução do disposto na verba 2.16 da lista I anexa ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado:

Determina-se:

O Instituto Nacional de Habitação é a autoridade competente para, no território nacional, proceder à certificação das empreitadas a que se refere a verba 2.16 da lista I anexa ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

5 de Fevereiro de 1999. — O Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, *João Cardona Gomes Cravinho.*

Rectificação n.º 437/99. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 19 335/98 (2.ª série), do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 257, de 6 de Novembro de 1998, a p. 15 645, rectifica-se que, no n.º 1, onde se lê «descrito na Conservatória do Registo Predial de Mértola sob o n.º 9108, a fl. 51 do livro G-14» deve ler-se «descrito na Conservatória do Registo Predial de Mértola sob o n.º 7152, a fl. 99 do livro B-20» e onde se lê «sobre o artigo 50, secção II, da Repartição de Finanças do Concelho de Mértola» deve ler-se «sob o artigo 50, secção TT, da Repartição de Finanças do Concelho de Mértola».

4 de Fevereiro de 1999. — O Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, *João Cardona Gomes Cravinho.*

Gabinete da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional

Despacho n.º 3774/99 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Isilda Pereira Almeida para realizar trabalhos de carácter administrativo.

De acordo com a previsão dos trabalhos a realizar, esta nomeação produz efeitos de 1 de Fevereiro a 30 de Setembro do corrente ano.

A remuneração a processar mensalmente é de 80 000$.

A presente nomeação não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

3 de Fevereiro de 1999. — A Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, *Maria José Marrafinha Pardana Constâncio.*

Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas

Despacho n.º 3775/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 11.º e no artigo 13.º, n.º 2, do Código das Expropriações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 438/91, de 9 de Novembro, atento o despacho de 16 de Dezembro de 1998 do engenheiro António Nunes de Sousa, proferido no uso da competência que lhe foi subdelegada por despacho do presidente da Junta Autónoma de Estradas de 8 de Julho de 1998, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 186, de 13 de Agosto de 1998, que aprovou a planta parcelar P3C4-E-202-13-06D e o mapa de expropriações relativo ao sublanço EN 303-Valença, declaro, por delegação do MEPAT constante do despacho n.º 486/97, de 22 de Abril, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 113, de 16 de Maio de 1997, a utilidade pública, com carácter de urgência, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto de Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, das expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção do sublanço EN 303-Valença, abaixo identificadas, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial, dos direitos e ónus que sobre elas incidem e os nomes dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a BRISA a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas na planta anexa, com vista ao rápido início dos trabalhos ou à sua prossecução ininterrupta, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que as obras projectadas sejam executadas o mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações em causa encontram-se caucionados pela BRISA — Auto-Estradas de Portugal, S. A., nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 13.º do Código das Expropriações.

2 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado das Obras Públicas, *Emanuel José Leandro Maranha das Neves.*

Mapa de áreas

Expropriações

Concelho de Valença, freguesia de São Pedro da Torre

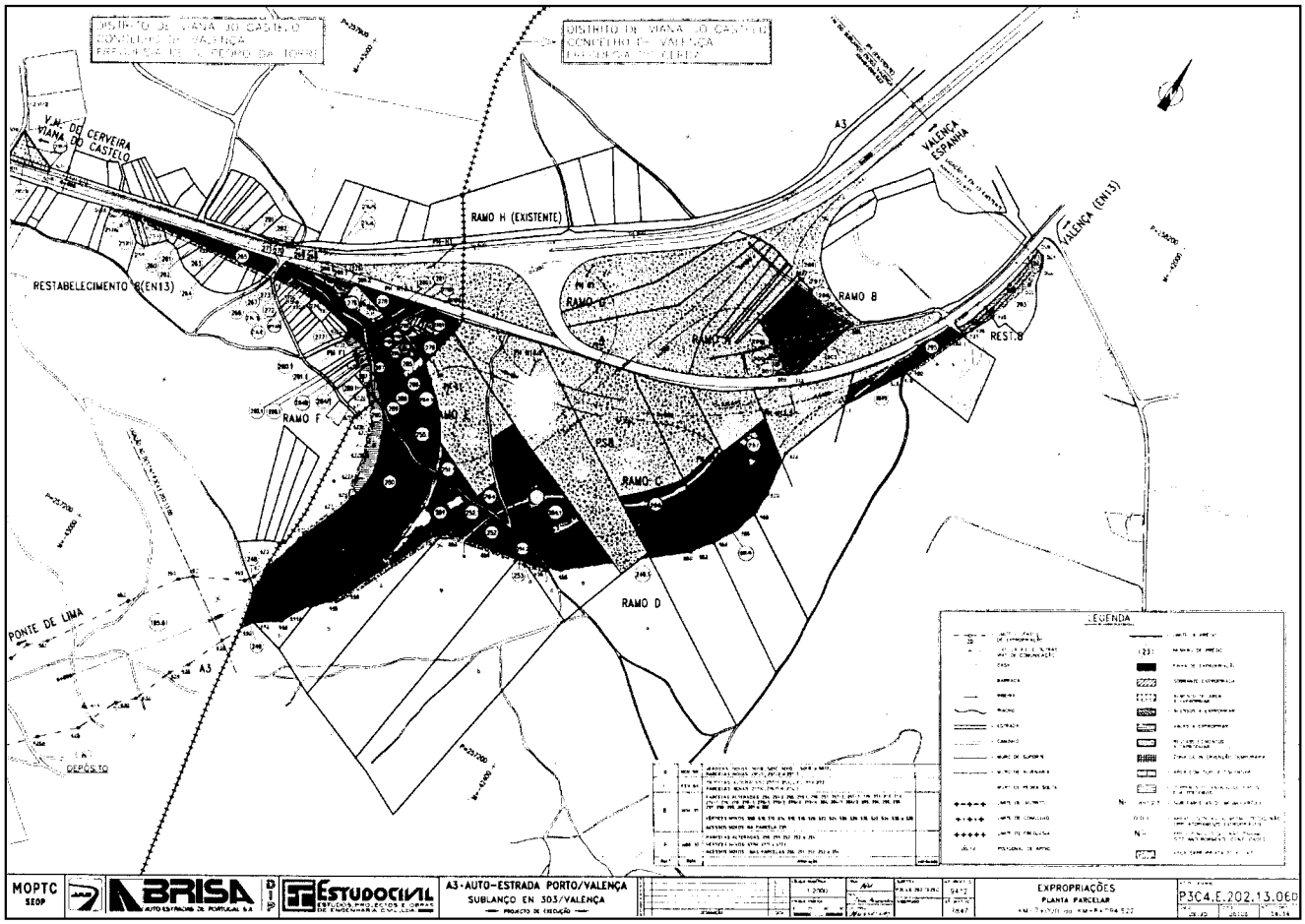
A3: Auto-Estrada Porto-Valença — Sublanço EN 303-Valença

Desenho P3C4-E-202-13-06D

Data: Novembro de 1998.

Número das parcelas	Nomes e moradas dos proprietários actuais	Referência		Registo predial	Áreas (metros quadrados)							
		Matriz			Do prédio			Auto-estrada	Rede viária — Restabelecimentos	Acessos e valas	Sobrantes	Restantes
		Rústica	Urbana		Cadastro	Registo predial	Plantas parcelares					
291/1	António Brito de Araújo, lugar de Chamosinhos, São Pedro da Torre, Valença.						797		(*) 464			333
291/2	Alice Chedas, Rua de Baixo, 166, São Pedro da Torre, Valença.								(*) 100			
291/3	Teresa Soares Chedas, Rua de Baixo, 166, São Pedro da Torre, Valença.								(*) 580			
	Total								1 144			

(*a*) Aumento de área a expropriar.



Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes

Despacho n.º 3776/99 (2.ª série). — No seguimento da aprovação pelo Governo do Plano de Modernização e Reconversão do Caminho de Ferro, procedeu-se ao lançamento do projecto de modernização da linha da Beira Alta, cujas obras estão em curso.

Inserida neste projecto está a construção do restabelecimento à passagem inferior ao quilómetro 95,600 e um caminho alternativo ao quilómetro 153,644.

Considerando o interesse nacional de que se reveste a modernização do caminho de ferro, como alternativa não poluente ao transporte rodoviário, nos termos e ao abrigo da delegação de poderes, constante do despacho n.º 487/97 (2.ª série), de 5 de Maio, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 16 de Maio de 1997, determino o seguinte:

1 — A requerimento da Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P., considerando que para a materialização das referidas obras é indispensável a expropriação de terrenos para além dos limites do domínio público ferroviário, no uso dos poderes conferidos pelos artigos 1.º, 3.º, 11.º e 13.º, todos do Código das Expropriações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 438/91, de 9 de Novembro, e tendo em vista o início imediato dos trabalhos de construção do referido restabelecimento e caminho alternativo, em simultâneo com os outros trabalhos em curso, declaro a utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, constantes nas plantas anexas, com os n.ºs 06280 e 06281 — REFER, E. P.

2 — Declaro autorizar a REFER, E. P., ao abrigo do n.º 1 do artigo 17.º daquele Código, a tomar posse administrativa dos mesmos bens.

3 — Os encargos com as expropriações são da responsabilidade da REFER, E. P., para os quais dispõe de cobertura financeira.

28 de Janeiro de 1999. — O Secretário de Estado dos Transportes, *António Guilhermino Rodrigues.*

Expropriações

Mapa de áreas

Concelho de Carregal do Sal, freguesia de Papízios

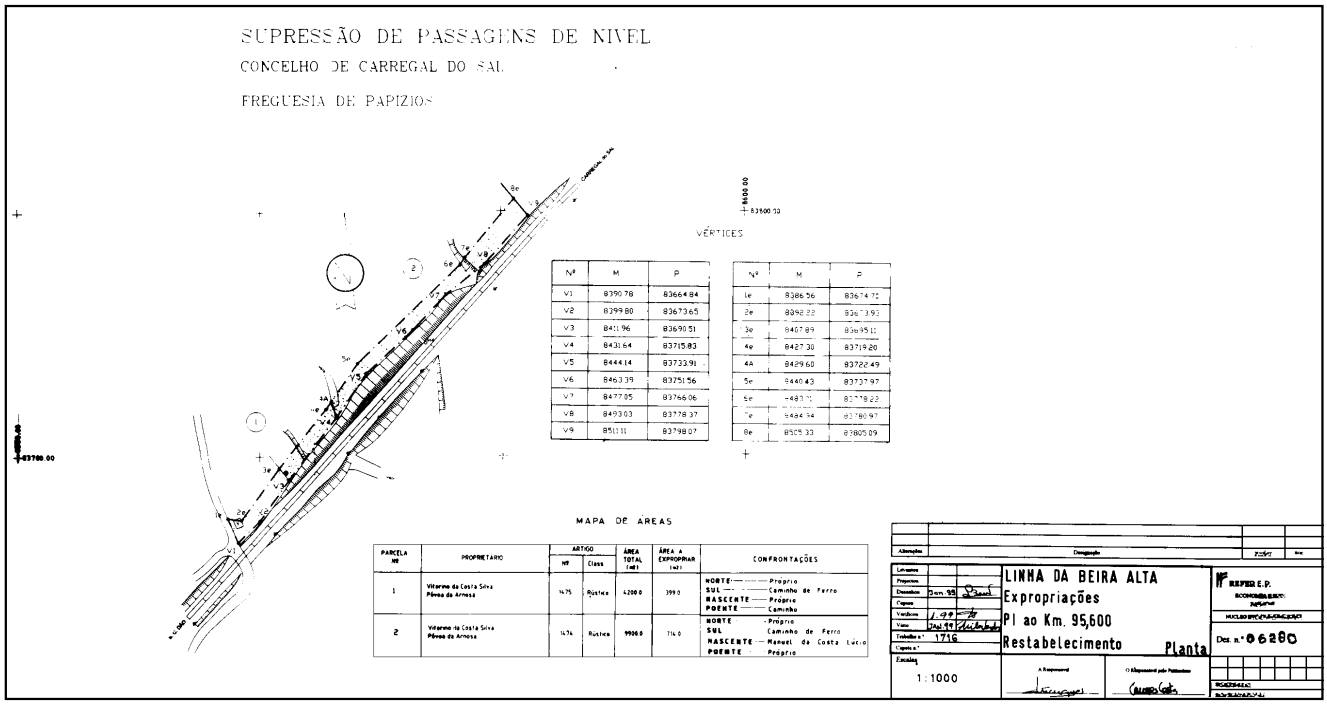
Modernização da linha da Beira Alta

Passagem inferior ao quilómetro 95,600 — restabelecimento

Desenho n.º 6280

Local: Póvoa da Arnosa.

Número das parcelas	Nomes e moradas dos proprietários	Natureza da parcela	Referências		Área total do prédio (em metros quadrados)	Áreas a expropriar (em metros quadrados)	Áreas sobrantes
			Matriz	Registo predial			
1	Vitorino da Costa Silva, Rua do Outeiro, 4, Póvoa da Arnosa, Carregal do Sal.	Rústica	1 475	524	4 200	399	
2	Vitorino da Costa Silva, Rua do Outeiro, 4, Póvoa da Arnosa, Carregal do Sal.	Rústica	1 474	313	9 900	714	



Expropriações

Mapa de áreas

Concelho de Fornos de Algodres, freguesia de Figueiró da Granja

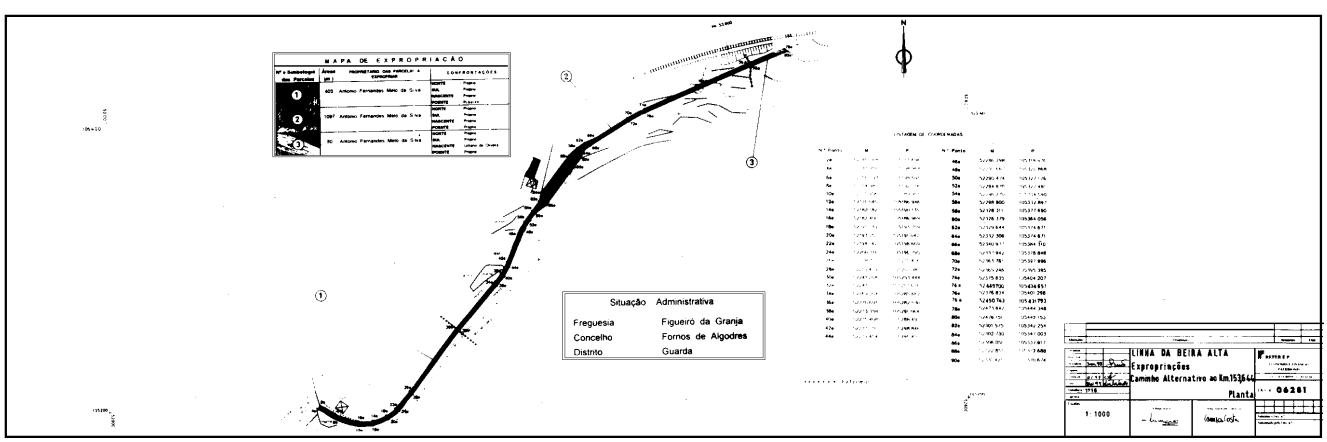
Modernização da linha da Beira Alta

Caminho alternativo ao quilómetro 153,644

Desenho n.º 6281

Local: Figueiró da Granja.

Número das parcelas	Nomes e moradas dos proprietários	Natureza da parcela	Referências		Área total do prédio (em metros quadrados)	Áreas a expropriar (em metros quadrados)	Áreas sobrantes
			Matriz	Registo predial			
1	António Fernandes Melo da Silva, Vila Franca da Serra, Fornos de Algodres.	Rústica	1 395	–	13,975	403	
2	António Fernandes Melo da Silva, Vila Franca da Serra, Fornos de Algodres.	Rústica	672	–	18,665	1 097	
3	António Fernandes Melo da Silva, Vila Franca da Serra, Fornos de Algodres.	Rústica	656	–	2,150	80	



Secretaria-Geral

Despacho n.º 3777/99 (2.ª série). — De acordo com o disposto no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, conjugado com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, na nova redacção que lhe foi dada pelo artigo 27.º daquele diploma, é integrada, por transição e após concurso, num lugar da categoria de técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral a técnica profissional de 2.ª classe do mesmo quadro Maria de Lurdes Melo Ferreira, ficando posicionada no escalão 1, índice 215. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Fevereiro de 1999. — Pelo Secretário-Geral, *(Assinatura ilegível.)*

Rectificação n.º 438/99. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 31, de 6 de Fevereiro de 1999, o despacho n.º 2141/99 (2.ª série), a p. 1732, rectifica-se que onde se lê «ficando posicionado no escalão 4, índice 240,» deve ler-se «ficando posicionado no escalão 6, índice 240,».

9 de Fevereiro de 1999. — O Director de Serviços de Recursos Humanos, *H. Rabaça Gaspar.*

Comissão de Coordenação da Região do Algarve

Despacho n.º 3778/99 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do n.º 1 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com as disposições do Decreto-Lei n.º 323/89, de 23 de Setembro, delego, com a faculdade de subdelegação, no vice-presidente, engenheiro Vítor Emanuel Murta Marcos, e no administrador, Dr. Joaquim Grave Ramalho, ambos funcionários da Comissão de Coordenação da Região do Algarve, a minha competência para a formalização de folhas de requisição de fundos junto das 13.ª e 14.ª Delegações da Direcção-Geral do Orçamento, bem como dos documentos e expediente com aqueles relacionados.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1999.

2 de Fevereiro de 1999. — O Presidente, *João P. Guerreiro.*

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 3777/99 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Janeiro de 1999, foram nomeadas definitivamente para a categoria de servente, escalão 1, índice 110, do quadro dos gabinetes de apoio técnico inseridos na área de actuação da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (lugares criados a extinguir quando vagarem), nos termos dos Decretos-Leis n.os 195/97, de 31 de Julho, e 81-A/96, de 21 de Junho, considerando-se rescindidos os seus contratos a partir da data de assinatura do termo de posse:

Lúcia de Fátima Fernandes de Campos — GAT de Abrantes.
Maria Margarida Santos Assunção Luís — GAT de Torres Vedras.
Luísa Maria Abreu dos Santos Catarino Santos — GAT de Torres Vedras.
Cristina Maria da Silva Dias Ribeiro — GAT de Tomar.
Maria da Conceição Silva Rato — GAT de Santarém.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Fevereiro de 1999. — A Administradora, *Maria Rosa Fradinho.*

Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares

Aviso n.º 3778/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 1 de Fevereiro de 1999:

Emília Soeiro Azevedo Santos Moreira, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da OSMOP — Obra Social do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território — nomeada definitivamente, por urgente conveniência de serviço, na categoria de assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — A Secretária-Geral, *Maria Rosa Dias.*

Despacho n.º 3779/99 (2.ª série). — Por despachos de 25 de Janeiro de 1999, respectivamente dos Secretários Gerais do Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território:

Maria Luísa Viana Batalha Pereira Venturino Piller, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do MEPAT — transferida, por urgente conveniência de serviço, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal do Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares. (Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — A Secretária-Geral, *Maria Rosa Dias.*

Departamento de Prospectiva e Planeamento

Despacho n.º 3780/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 9 de Fevereiro de 1999:

Maria Manuela dos Santos Proença, assessora do quadro do Departamento de Prospectiva e Planeamento — nomeada assessora principal a partir de 22 de Fevereiro de 1998, em lugar criado no referido quadro, a extinguir quando vagar, conforme a portaria n.º 77/99, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 20, de 25 de Janeiro de 1999. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Fevereiro de 1999. — A Directora-Geral, *Alda de Caetano de Carvalho.*

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Aviso n.º 3779/99 (2.ª série). — Por despachos da directora-geral do Desenvolvimento Regional de 5 de Janeiro de 1999 e do presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo de 6 de Janeiro de 1999:

Licenciada Maria de Fátima Serafim Rodrigues de Magalhães, assessora principal de nomeação definitiva do quadro de pessoal da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo — autorizada a sua requisição, pelo período de um ano, para exercer idênticas funções na Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 1999. — A Directora-Geral, *Irene Veloso.*

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Aviso n.º 3780/99 (2.ª série). — Por meu despacho, por delegação de 5 de Fevereiro de 1999:

Ilda Maria Freitas Ferreira, chefe de secção do quadro da Direcção Regional de Monumentos de Lisboa — nomeada, precedendo concurso, chefe de repartição, em comissão de serviço, do mesmo quadro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Fevereiro de 1999. — O Subdirector-Geral, *Elísio Costa Santos Summavielle.*

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Declaração n.º 57/99 (2.ª série). — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou com o n.º 02.10.10.00/OB.99.PD., em 25 de Janeiro de 1999, a alteração ao Plano Director Municipal da Marinha Grande, no município da Marinha Grande, ratificada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 153/98, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 300, de 30 de Dezembro de 1998.

4 de Fevereiro de 1999. — Pelo Director-Geral, *Jorge Reis Martins.*

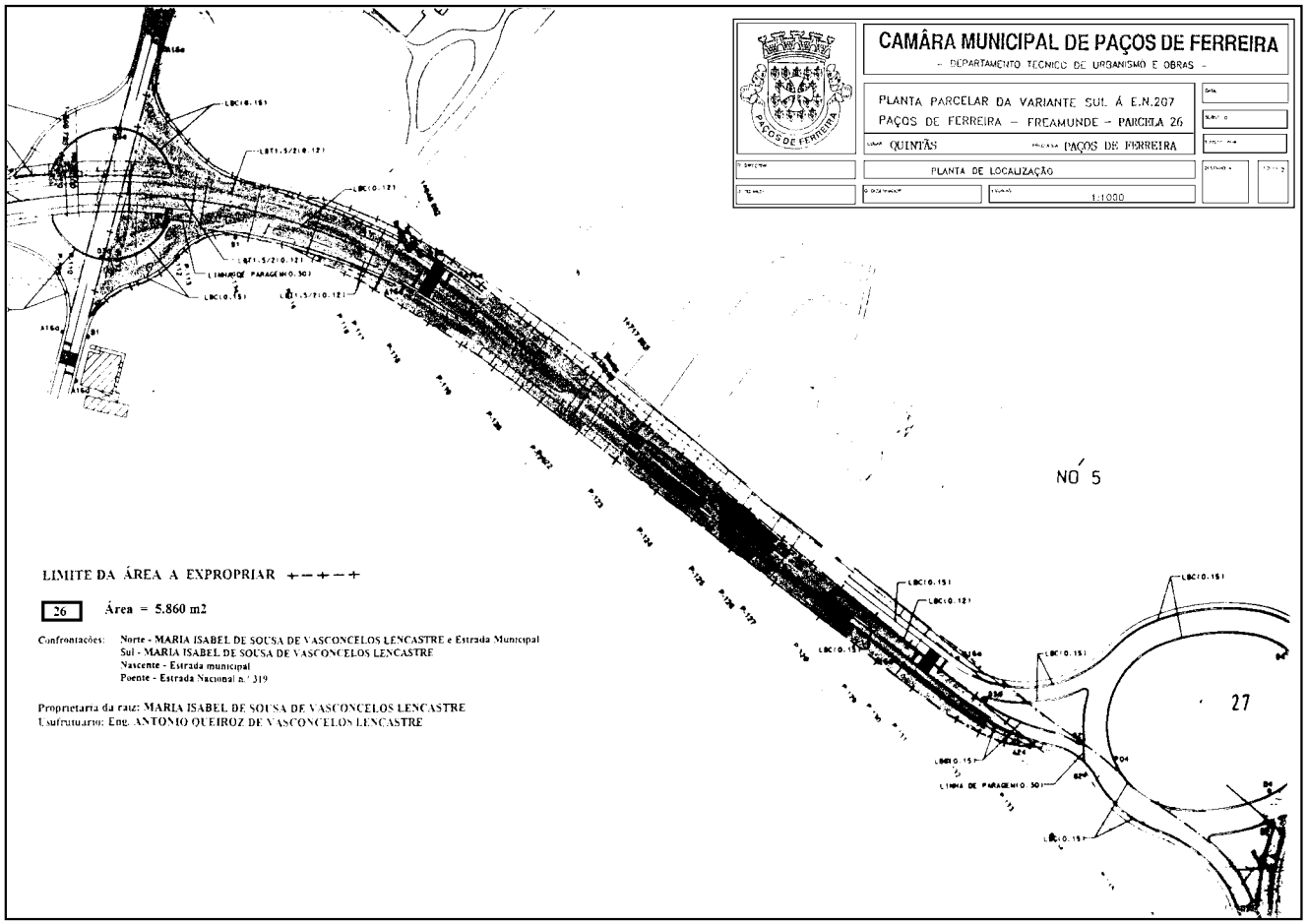
Declaração n.º 58/99 (2.ª série). — Torna-se público que o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, por despacho de 26 de Janeiro de 1999, a pedido da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, declarou a utilidade pública e atribuiu carácter urgente à expropriação de três parcelas de terreno identificadas nas plantas anexas pelos n.os 26, 27 e 28, cuja proprietária é Maria Isabel de Sousa de Vasconcelos Lencastre, sendo usufrutuário António Queiroz de Vasconcelos Lencastre.

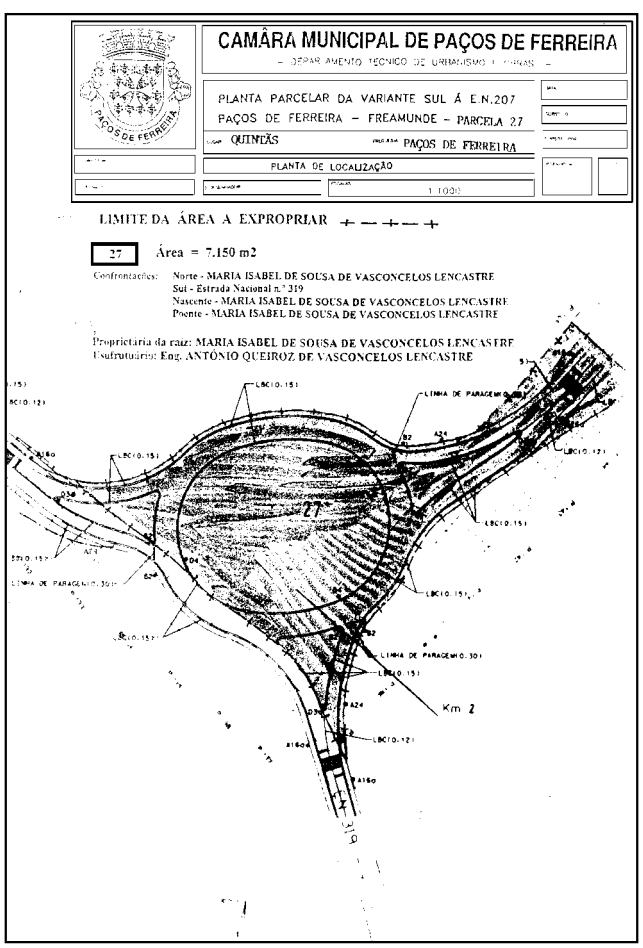
A expropriação tem por fim a execução da empreitada da variante sul à estrada nacional n.º 207, entre Paços de Ferreira e Freamunde, com cerca de 6,200 km de extensão, iniciando e finalizando na EN 207.

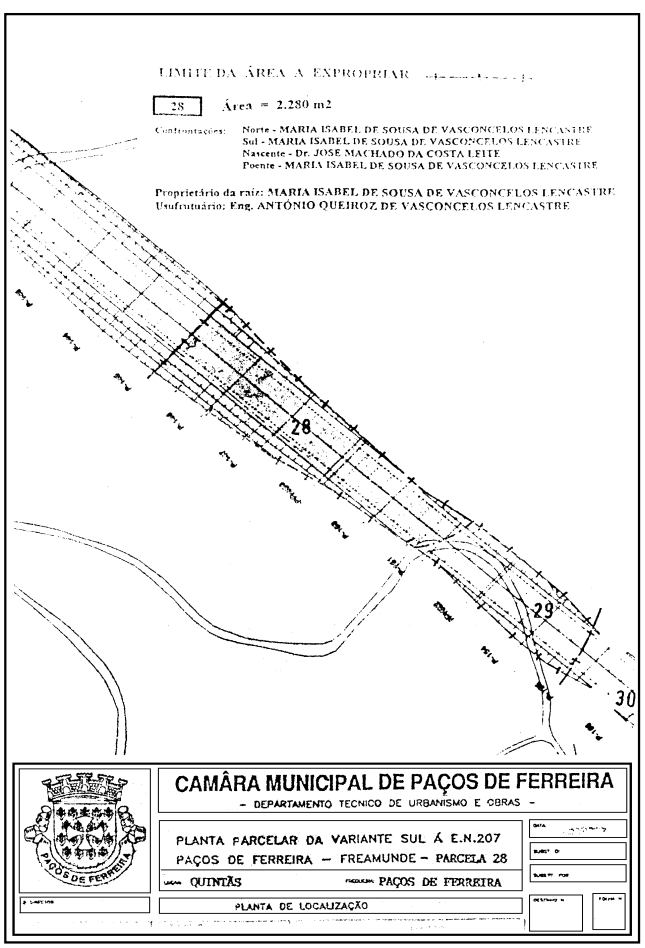
Para efeitos do disposto no artigo 13.º do Código das Expropriações, a caução foi fixada em 14 801 500$, a assegurar pela autarquia.

O referido despacho foi proferido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, 10.º, n.º 1, 11.º, n.º 1, alínea *a*), e 13.º do Código das Expropriações, no uso da competência delegada no despacho do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território n.º 48/96, de 26 de Fevereiro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 69, de 21 de Março de 1996, e tem os fundamentos de facto e de direito constantes da informação técnica n.º 12/DSJ, de 18 de Janeiro de 1999, do processo EX 13.09/1-98 desta Direcção-Geral.

10 de Fevereiro de 1999. — Pelo Director-Geral, *Jorge Reis Martins.*


CAMÂRA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA
- DEPARTAMENTO TECNICO DE URBANISMO E OBRAS -
PLANTA PARCELAR DA VARIANTE SUL Á E.N.207
PAÇOS DE FERREIRA - FREAMUNDE - PARCELA 26
QUINTÃS
PAÇOS DE FERREIRA
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
1:1000
NÓ 5
LIMITE DA ÁREA A EXPROPRIAR +-+-+
26
Área = 5.860 m2
Confrontações: Norte - MARIA ISABEL DE SOUSA DE VASCONCELOS LENCASTRE e Estrada Municipal
Sul - MARIA ISABEL DE SOUSA DE VASCONCELOS LENCASTRE
Nascente - Estrada municipal
Poente - Estrada Nacional n.º 319
Proprietaria da raiz: MARIA ISABEL DE SOUSA DE VASCONCELOS LENCASTRE
Usufrutuario: Eng. ANTONIO QUEIROZ DE VASCONCELOS LENCASTRE
27


CAMÂRA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA
- DEPARTAMENTO TECNICO DE URBANISMO E OBRAS -
PLANTA PARCELAR DA VARIANTE SUL Á E.N.207
PAÇOS DE FERREIRA - FREAMUNDE - PARCELA 27
QUINTÃS
PAÇOS DE FERREIRA
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
1:1000
LIMITE DA ÁREA A EXPROPRIAR +-+-+
27
Área = 7.150 m2
Confrontações: Norte - MARIA ISABEL DE SOUSA DE VASCONCELOS LENCASTRE
Sul - Estrada Nacional n.º 319
Nascente - MARIA ISABEL DE SOUSA DE VASCONCELOS LENCASTRE
Poente - MARIA ISABEL DE SOUSA DE VASCONCELOS LENCASTRE
Proprietaria da raiz: MARIA ISABEL DE SOUSA DE VASCONCELOS LENCASTRE
Usufrutuario: Eng. ANTÓNIO QUEIROZ DE VASCONCELOS LENCASTRE
Km 2


LIMITE DA ÁREA A EXPROPRIAR
28
Área = 2.280 m2
Confrontações: Norte - MARIA ISABEL DE SOUSA DE VASCONCELOS LENCASTRE
Sul - MARIA ISABEL DE SOUSA DE VASCONCELOS LENCASTRE
Nascente - Dr. JOSÉ MACHADO DA COSTA LEITE
Poente - MARIA ISABEL DE SOUSA DE VASCONCELOS LENCASTRE
Proprietário da raiz: MARIA ISABEL DE SOUSA DE VASCONCELOS LENCASTRE
Usufrutuário: Eng. ANTÓNIO QUEIROZ DE VASCONCELOS LENCASTRE
28
29
30
CAMÂRA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA
- DEPARTAMENTO TECNICO DE URBANISMO E OBRAS -
PLANTA PARCELAR DA VARIANTE SUL Á E.N.207
PAÇOS DE FERREIRA - FREAMUNDE - PARCELA 28
QUINTÃS
PAÇOS DE FERREIRA
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

Instituto Nacional de Aviação Civil

Despacho n.º 3781/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Nacional de Aviação Civil de 3 de Fevereiro de 1999, foi autorizada a licença sem vencimento por 90 dias, nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, com início em 4 de Fevereiro de 1999, ao subinspector especialista do quadro da ex-DGAC Carlos Artur de Freitas Branco. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Fevereiro de 1999. — O Director dos Serviços Administrativos, em gestão corrente, *J. Coutinho Lopes.*

Instituto Portuário do Sul

Aviso n.º 3781/99 (2.ª série). — Por deliberação do conselho de administração do Instituto Portuário do Sul, em sua sessão de 27 de Janeiro de 1999, foi autorizado o acesso ao grau imediatamente superior das respectivas carreiras, nos termos do disposto nos artigos 22.º e 23.º da Portaria n.º 1278/95, de 27 de Outubro, com efeitos a 1 de Janeiro de 1999, inclusive, aos trabalhadores abaixo indicados:

Felícia de Assunção Mestre Guerreiro — técnica administrativa — GP 5A — GD 2 — BR 14.
Ana Paula Dias Brás Ferreira Quaresma — técnica administrativa — GP 5A — GD 2 — BR 14.
Paula Alexandra Vicente Reis Sousa — técnica administrativa — GP 5A — GD 2 — BR 14.
José da Trindade Fátima Júnior — operador de cais — GP 5B — GD 3 — BR 10.
Deodato Manuel Nunes de Carvalho — operador de cais — GP 5B — GD 3 — BR 10.
António Carlos Baptista Diogo — operador de cais — GP 5B — GD 3 — BR 10.
Gilberto Manuel Silva Bernardo, operador de cais — GP 5B — GD 3 — BR 10.

(Não carece de visto ou autorização do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho de Administração, *Fernando Camaño Garcia.*

Instituto Português de Cartografia e Cadastro

Despacho n.º 3782/99 (2.ª série). — Por despachos das seguintes datas do vice-presidente do Instituto Português de Cartografia e Cadastro, foi concedida a recuperação de vencimento de exercício perdido no ano de 1998 aos seguintes funcionários:

De 4 de Dezembro de 1998:

Aida Isabel Cruz Martins Figueiredo — 1 dia.
Maria da Luz Cunha T. Bracinha Almeida — 2 dias.
Dília Silva R. Marinho Falcão — 1 dia.

De 28 de Dezembro de 1998:

Amélia Silva Gomes Brito Silva — 4 dias.

De 20 de Janeiro de 1999:

Amália Martins Rodrigues — 7 dias.
Mário Jorge R. Neves Miranda — 3 dias.
José Manuel Barreiro Guedes — 5 dias.
Maria Madalena Paiva B. Costa Velez — 2 dias.
Maria Virgínia Corte Real Fonseca — 6 dias.
Ana Lúcia Santos Afonso Sarreira — 6,5 dias.
Maria de Fátima N. V. Martins Ruivo — 10 dias.
Ana Cristina Silva Soares — 4 dias.
Maria de Lurdes V. C. Morais Teixeira — 15 dias.

De 3 de Fevereiro de 1999:

José Eduardo G. Gomes Saavedra — 3 dias.
José Pedro M. Gueifão Ferreira — 7 dias.
Maria Manuela Sousa Ferreira — 5 dias.

9 de Fevereiro de 1999. — A Directora dos Serviços Administrativos e Financeiros, *Lídia de Jesus Sousa Alves.*

Junta Autónoma de Estradas

Aviso n.º 3782/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho de 31 de Abril de 1998 do presidente da JAE, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso, concurso interno de acesso geral para preenchimento de uma vaga existente na categoria de chefe de secção do quadro de pessoal deste organismo, anexo à Portaria n.º 479/88, de 22 de Julho.

2 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o provimento da vaga mencionada, caducando com o seu preenchimento.

3 — Natureza do concurso — o concurso é interno de acesso geral, nos termos da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

4 — Conteúdo funcional — orientar, coordenar e supervisionar as actividades desenvolvidas numa secção administrativa, em conformidade com as respectivas atribuições, nomeadamente nas áreas de pessoal, contabilidade, expediente, arquivo, património e economato.

5 — O vencimento é o correspondente aos escalões e índices constantes do anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, acrescido das regalias gerais do funcionalismo público.

6 — Condições de candidatura — a este concurso podem candidatar-se os concorrentes de qualquer serviço ou organismo da Administração Pública que reúnam os requisitos gerais e especiais da admissão exigidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

6.1 — Requisitos especiais — os candidatos deverão reunir as condições previstas no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, ou seja, serem assistentes administrativos especialistas e tesoureiros, em ambos os casos com classificação não inferior a *Bom*.

7 — Local de trabalho — Direcção de Estradas do Distrito do Porto.

8 — Os métodos de selecção serão os seguintes:

Avaliação curricular;
Entrevista.

Os resultados obtidos nos dois métodos de selecção serão classificados de 0 a 20 valores.

8.1 — Os métodos de selecção e os critérios de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam das actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

9 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento de impresso posto à disposição dos candidatos na sede, em Almada, e em todos os serviços da JAE sitos nas diversas capitais de distrito ou requerimento, em papel de formato A4, dirigido ao presidente da Junta Autónoma de Estradas, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio com aviso de recepção para a Direcção de Serviços de Recursos Humanos, Praça da Portagem, 2800 Almada, dentro do prazo de validade de abertura do concurso, dele constando os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, nacionalidade, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);
b) Habilitações literárias;
c) Indicação da actual categoria, carreira e serviço a que pertence;
d) Identificação do concurso, com indicação do número e data do *Diário da República* onde este aviso vem publicado;
e) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito.

10 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) Certificado de habilitações literárias que possui;
b) *Curriculum vitae*, devidamente detalhado e assinado, com a descrição da actividade desenvolvida ao longo da carreira;
c) Declaração, passada pelo respectivo serviço ou organismo, com a indicação da natureza do vínculo e do tempo de serviço na actual carreira, na categoria e na função pública;
d) Declaração, passada pelo respectivo serviço, com a indicação do tempo em que eventualmente tenha exercido funções de chefe de secção;
e) Declaração que especifique as tarefas e responsabilidades cometidas durante os últimos três anos, passada pelo serviço onde exerça funções;

f) Fotocópias autenticadas da classificação de serviço que lhe foi atribuída nos últimos três anos, de acordo com as exigências do n.º 6.1 deste aviso;
g) Documentos que comprovem as acções de formação realizadas, devidamente autenticados, ou declarações passadas pelas entidades promotoras das mesmas com indicação da sua duração.

11 — A não apresentação dos documentos exigidos no presente aviso, com excepção dos referidos nas alíneas *d*) e *g*), determina a exclusão dos candidatos, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos dos factores por si referidos, que possam relevar para apreciação do seu mérito, em conformidade com o n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — As listas de candidatos e de classificação final do concurso serão afixadas na sede, sita na Praça da Portagem, em Almada, onde poderão ser consultadas.

14 — Os candidatos pertencentes ao quadro da Junta Autónoma de Estradas ficam dispensados da apresentação dos documentos referidos nas alíneas *a*), *c*) e *f*) do n.º 10 deste aviso desde que os elementos exigidos já constem no respectivo processo individual.

15 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

16 — O júri de concurso é constituído por:

Presidente — Dr.ª Maria Odete Henriques Lopes Perneco, directora de serviços.

Vogais efectivos:

Engenheiro António Norton de Castro Lages, director de estradas.
Regina Pratas Lourenço Soares, chefe de repartição.

Vogais suplentes:

Maria Gabriela da Mota Veiga Sim Sim, chefe de repartição.
Maria de Fátima Baptista Rodrigues, chefe de secção.

17 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

12 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Maria José Capote Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 3783/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente da JAE de 16 de Dezembro de 1998:

Maria do Céu Guerreiro da Cunha Ribeiro Rodrigues, auxiliar administrativa, com contrato a termo certo, nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — integrada definitivamente no quadro da JAE, com a mesma categoria, após aprovação em concurso, em conformidade com os artigos 3.º e 4.º e o Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho. Manterá a colocação na Direcção dos Serviços Gerais.

Por despacho do presidente da JAE de 5 de Janeiro de 1999:

João Paulo Carrasquinho Gonçalves Louro, fiscal de obras públicas, com contrato a termo certo, nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — integrado definitivamente no quadro da JAE, com a mesma categoria, após aprovação em concurso, em conformidade com os artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho. Manterá a colocação na Direcção dos Serviços de Pontes.

Por despachos do vice-presidente da JAE de 27 de Janeiro de 1999:

Sílvia Cristina Parreira Gomes Dias, geóloga de 2.ª classe, com contrato a termo certo, nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — integrada definitivamente no quadro da JAE, com a mesma categoria, após aprovação em concurso, em conformidade com os artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho. Manterá a colocação na Direcção dos Serviços de Construção.

Carlos Manuel Mulano Cabanas, engenheiro geólogo de 2.ª classe, com contrato a termo certo, nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — integrado definitivamente no quadro da JAE, com a categoria de geólogo de 2.ª classe, após aprovação em concurso, em conformidade com os artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho. Manterá a colocação na Direcção dos Serviços de Construção.

Dalila Susana Nunes de Oliveira Alves e Alfredo César Vasconcelos Navio, técnicos superiores de 2.ª classe, com contrato a termo certo, nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — integrados definitivamente no quadro a JAE, com a mesma categoria, após aprovação em concurso, em conformidade com os artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, mantendo as colocações na DSRE Norte e De Porto, respectivamente.

Catarina Sofia Matthes Quintela Dias Costa e António José Nunes Rosado, engenheiros agrónomos de 2.ª classe, com contrato a termo certo, nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — integrados definitivamente no quadro da JAE, com a categoria de agrónomo de 2.ª classe, após aprovação em concurso, em conformidade com os artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, mantendo as colocações na Direcção dos Serviços de Construção.

António José da Silva Borges, arquitecto de 2.ª classe, com contrato a termo certo, nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — integrado definitivamente no quadro da JAE, com a mesma categoria, após aprovação em concurso, em conformidade com os artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho. Manterá a colocação na Direcção dos Serviços Gerais.

Ana Lúcia Henrique Conde, técnica superior de 2.ª classe, com contrato a termo certo, nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — integrada definitivamente no quadro da JAE, com a categoria de economista de 2.ª classe, após aprovação em concurso, em conformidade com os artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho. Manterá a colocação na Direcção dos Serviços de Administração.

Sérgio Leal Gonçalves Antunes Fino, engenheiro técnico civil de 2.ª classe, com contrato a termo certo, nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — integrado definitivamente no quadro da JAE, com a mesma categoria, após aprovação em concurso, em conformidade com os artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho. Manterá a colocação no Gabinete de Planeamento e Programação.

Eduardo Manuel Matos Amaro dos Santos e Cristina Maria Almeida Fernandes Capinhas, técnicos auxiliares de 1.ª classe, com contrato a termo certo, nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — integrados definitivamente no quadro da JAE, com a categoria de técnico profissional de 2.ª classe, após aprovação em concurso, em conformidade com os artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, mantendo as colocações na Direcção dos Serviços de Administração.

Maria Manuela Penalva Correia dos Reis, técnica auxiliar de 2.ª classe, com contrato a termo certo, nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — integrada definitivamente no quadro da JAE, com a categoria de técnico profissional de 2.ª classe, após aprovação em concurso, em conformidade com os artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho. Manterá a colocação na Direcção dos Serviços Gerais.

(Não estão sujeitos à fiscalização do Tribunal de Contas.)

As posses serão conferidas com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999.

Consideram-se automaticamente rescindidos os contratos a termo certo na data em que tomarem posse dos lugares no quadro.

11 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Maria José Capote Fernandes.*

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Aviso n.º 3783/99 (2.ª série). — Para os devidos efeitos se faz público que se encontra afixada no átrio deste Laboratório Nacional a lista de classificação final da candidata admitida ao concurso interno geral de ingresso à categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, área funcional de estudos e projectos com formação na área de química, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 143, de 24 de Junho de 1998, cuja acta foi homologada por meu despacho de 4 de Fevereiro de 1999.

Da homologação cabe recurso para o Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território no prazo de oito dias úteis, com dilação de três dias, contados a partir da data do registo do envio da fotocópia da respectiva lista à candidata, se for caso disso.

4 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Rui M. Correia.*

Despacho (extracto) n.º 3784/99 (2.ª série). — Por meus despachos de 2 de Fevereiro de 1999:

Engenheiro Álvaro Fernando Correia Milagaia e Dr.ª Maria de Nazaré Saias Portela, técnicos superiores de 1.ª classe, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal deste Laboratório Nacional — nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos superiores principais, escalão 1, índice 510, com efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República,* mantendo-se a Dr.ª Maria de Nazaré Saias Portela a exercer funções em regime de requisição no território de Macau. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Rui M. Correia.*

Despacho (extracto) n.º 3785/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 10 de Fevereiro de 1999:

Doutora Maria Eduarda de Carvalho Beja Neves, professora associada, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal do IST, a exercer funções, em regime de requisição, neste Laboratório Nacional — nomeada provisoriamente, precedendo concurso, investigadora principal, escalão 3, índice 250, cessando a situação de requisição a partir da data da aceitação da nomeação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Rui M. Correia.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça

Despacho n.º 3786/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho, e na sequência de informação nesse sentido do Conselho Superior da Magistratura, autorizo o abono de um quinto do vencimento ao licenciado Artur Manuel da Silva Oliveira, juiz de direito do Tribunal do Trabalho da Comarca de Vila Real, por acumulação destas funções com as de juiz de direito do Tribunal Judicial da Comarca de Armamar, no período compreendido entre 18 de Maio e 15 de Julho de 1998, com interrupção nas férias judiciais.

10 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, *José Manuel de Matos Fernandes.*

Despacho n.º 3787/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho, e na sequência de informação nesse sentido do Conselho Superior da Magistratura, autorizo o abono de um quinto do vencimento ao licenciado Joaquim Maria Melo de Sousa Lima, juiz de direito no 3.º Juízo do Tribunal de Círculo de Coimbra, por acumulação destas funções com as de juiz do 2.º Juízo daquele mesmo Tribunal, no período compreendido entre 1 de Abril e 15 de Julho de 1998, com exclusão das férias judiciais.

10 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, *José Manuel de Matos Fernandes.*

Despacho n.º 3788/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho, e de acordo com a informação nesse sentido da Procuradoria-Geral da República, autorizo o abono de dois quintos do vencimento à licenciada Maria Madalena Almeida Peres, procuradora-adjunta na comarca de Oliveira de Frades, por acumulação destas funções com as de procuradora-adjunta na comarca de Vouzela, no período compreendido entre 3 de Janeiro e 2 de Julho de 1998, com excepção das férias judiciais.

10 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, *José Manuel de Matos Fernandes.*

Despacho n.º 3789/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho, e na sequência de informação nesse sentido do Conselho Superior da Magistratura, autorizo o abono de dois quintos do vencimento à licenciada Lídia Isabel Bogalheiro Gamboa, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Alfândega da Fé, por acumulação destas funções com as de juíza de direito do Tribunal da Comarca de Torre de Moncorvo, no período compreendido entre 18 de Setembro de 1997 e 15 de Julho de 1998, com interrupção nas férias judiciais.

10 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, *José Manuel de Matos Fernandes.*

Despacho n.º 3790/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho, e na sequência de informação nesse sentido da Procuradoria-Geral da República, autorizo o abono de dois quintos do vencimento à licenciada Marina Maria Monteiro dos Santos Dias, procuradora-adjunta na comarca de Alijó, por acumulação destas funções com as de procuradora-adjunta na comarca de Murça, no período compreendido entre 21 de Setembro de 1995 e 20 de Fevereiro de 1998, com excepção das férias judiciais.

10 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, *José Manuel de Matos Fernandes.*

Despacho n.º 3791/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho, e de acordo com a informação prestada pela Procuradoria-Geral da República, autorizo o abono de dois quintos do vencimento à licenciada Maria Margarida Guerreiro Domingos, procuradora-adjunta na comarca de Faro, por acumulação destas funções com as de procuradora-adjunta na comarca de Olhão da Restauração, no período compreendido entre 25 de Novembro de 1997 e 4 de Fevereiro de 1998, exceptuado o período das férias judiciais.

10 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, *José Manuel de Matos Fernandes.*

Despacho n.º 3792/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho, e na sequência de informação nesse sentido do Conselho Superior da Magistratura, autorizo o abono de dois quintos do vencimento à licenciada Maria Clara da Silva Maia, juíza de direito no Tribunal Judicial da Comarca de Nisa, por acumulação destas funções com as de juíza de direito no Tribunal Judicial da Comarca de Castelo de Vide, no período compreendido entre 16 de Setembro de 1997 e 14 de Setembro de 1998, com excepção das férias judiciais.

10 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, *José Manuel de Matos Fernandes.*

Despacho n.º 3793/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho, e na sequência de informação nesse sentido do Conselho Superior da Magistratura, autorizo o abono de um quinto do vencimento à licenciada Teresa Maria Ramos Prazeres Pais, juíza de direito no 2.º Juízo do Tribunal de Círculo de Coimbra, por acumulação destas funções com as de juíza de direito no 2.º Juízo do mesmo Tribunal, no período compreendido entre 1 de Abril e 15 de Julho de 1998, com exclusão das férias judiciais.

10 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, *José Manuel de Matos Fernandes.*

Despacho n.º 3794/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho, e de acordo com a informação prestada pelo Conselho Superior da Magistratura, autorizo o abono de dois quintos do vencimento ao licenciado José Manuel Bernardo Domingos, juiz de direito no Tribunal do Trabalho de Beja, por acumulação destas funções com as de juiz de direito no 2.º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Beja, pelo exercício daquelas funções em regime de acumulação, no período compreendido entre 2 de Março e 15 de Julho de 1998, exceptuado o período de férias judiciais.

10 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, *José Manuel de Matos Fernandes.*

Despacho n.º 3795/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho, e de acordo com a informação prestada pelo Conselho Superior da Magistratura, autorizo o abono de dois quintos do vencimento ao licenciado Fernando Baptista de Oliveira, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal de Círculo de Gondomar, com as de juiz de direito no Tribunal Colectivo da Comarca de Valongo, como presidente ou como 1.º vogal, no período de 5 de Janeiro a 15 de Julho de 1998, com interrupção nas férias judiciais.

11 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, *José Manuel de Matos Fernandes.*

Despacho n.º 3796/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho, e na sequência de informação nesse sentido da Procuradoria-Geral da República, autorizo o abono de 95% do vencimento, correspondente ao cargo de procurador-adjunto na comarca de Vinhais, à licenciada Maria Dulce Simões Antunes Fitas, em regime de substituição, das funções de procuradora-adjunta nessa mesma comarca, a partir de 13 de Janeiro de 1998 e enquanto se mantiver em exercício de funções, salvo as férias judiciais.

11 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, *José Manuel de Matos Fernandes.*

Despacho n.º 3797/99 (2.ª série). — Nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho, e na sequência de informação nesse sentido da Procuradoria-Geral da República, autorizo o aumento para 80 % do vencimento, correspondente ao cargo de procurador-adjunto na comarca de Meda, da remuneração a atribuir à licenciada Graça Maria Andrade Paula Pissarra, pelo exercício, em regime de substituição, das funções de procuradora-adjunta naquela comarca, a partir de 4 de Novembro de 1998 e enquanto se mantiver em exercício de funções, salvo os períodos de férias judiciais.

11 de Fevereiro de 1998. — O Secretário de Estado Ajunto do Ministro da Justiça, *José Manuel de Matos Fernandes.*

Despacho n.º 3798/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho, e de acordo com a informação prestada pela Procuradoria-Geral da República, autorizo o abono de dois quintos do vencimento ao licenciado Ernesto Carlos dos Reis Vaz Pereira, procurador-adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Mirandela, por acumulação destas funções com as de procurador-adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Vila Flor, no período compreendido entre 17 de Junho de 1997 e 6 de Janeiro de 1998, com excepção das férias judiciais.

11 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, *José Manuel de Matos Fernandes.*

Despacho n.º 3799/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho, e na sequência de informação nesse sentido do Conselho Superior da Magistratura, autorizo o abono de dois quintos do vencimento ao licenciado Rui Manuel Ataíde Araújo, juiz de direito do Tribunal Judicial da Comarca de Baião, por acumulação destas funções com as de juiz de direito do Tribunal Judicial de Mesão Frio, no período compreendido entre 15 de Setembro de 1997 e 15 de Julho de 1998, com interrupção nas férias judiciais.

11 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, *José Manuel de Matos Fernandes.*

Despacho n.º 3800/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho, e de acordo com a informação prestada pelo Conselho Superior da Magistratura, autorizo o abono de dois quintos do vencimento à licenciada Maria José da Costa Machado, juíza de direito do Tribunal de Trabalho de Portimão, por acumulação destas funções com as de juíza de direito do Tribunal Judicial da Comarca de Olhão da Restauração, no período de 26 de Janeiro a 14 de Setembro de 1998, com interrupção nas férias judiciais.

11 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, *José Manuel de Matos Fernandes.*

Despacho n.º 3801/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho, e na sequência de informação nesse sentido da Procuradoria-Geral da República, autorizo o abono de dois quintos do vencimento à licenciada Maria Dulce de Mendonça Montenegro Queirós Gonçalves, procuradora-adjunta na comarca de Angra do Heroísmo, por acumulação destas funções com as de procuradora-adjunta na comarca de Praia da Vitória, durante o período de tempo compreendido entre 8 de Abril e 26 de Junho de 1998, com exclusão das férias judiciais.

11 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, *José Manuel de Matos Fernandes.*

Despacho n.º 3802/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho, e na sequência de informação nesse sentido do Conselho Superior da Magistratura, autorizo o abono de dois quintos do vencimento ao licenciado José Maria Calvário Antunes, juiz de direito no 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Coimbra, por acumulação destas funções com as de juiz de direito do Tribunal da Comarca de Oliveira do Hospital, no período compreendido entre 4 de Novembro de 1997 e 15 de Julho de 1998, com interrupção nas férias judiciais.

11 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, *José Manuel de Matos Fernandes.*

Despacho n.º 3803/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 214/88, de 17 de Junho, e na sequência de informação nesse sentido do Conselho Superior da Magistratura, autorizo o abono de um quinto do vencimento à licenciada Ana Cristina Silva Pereira Martinho, juíza de direito do Tribunal da Comarca do Cadaval, por acumulação destas funções com as de juíza de direito nos Tribunais Judiciais de Alenquer e Mafra, nos períodos compreendidos entre 20 de Outubro e 10 de Dezembro de 1997, entre 16 de Março e 15 de Julho de 1998 (Alenquer) e entre 11 de Dezembro de 1997 e 23 de Fevereiro de 1998 (Mafra), com interrupção nas férias judiciais.

11 de Fevereiro de 1999. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, *José Manuel de Matos Fernandes.*

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 3804/99 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 2 de Fevereiro de 1999:

Ilídio Miguel Martins Rito — contratado em regime de contrato de trabalho a termo certo, por três meses, automaticamente renovável até ao limite de um ano, para exercer funções na Conservatória dos Registos Civil e Predial de Mogadouro, com direito a remuneração mensal correspondente a 100 000$, acrescida do subsídio de alimentação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Fevereiro de 1999. — A Conservadora, *Maria Ângela da Rocha Faísca.*

Despacho n.º 3805/99 (2.ª série). — Por despachos de 22 de Janeiro de 1999 do director-geral:

Julieta Dulce Domingues da Fonseca Fernandes Monteiro, assistente administrativa principal (6.º escalão, índice 280) do quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social — promovida, precedendo concurso, a assistente administrativa especialista (4.º escalão, índice 305) do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, ficando exonerada do cargo anterior à data da aceitação no novo lugar.

Maria Virgínia Duarte Pinto Veríssimo, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social (Núcleo de Extensão do Porto) — nomeada, precedendo concurso, para idêntica categoria (2.º escalão, índice 225) do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, ficando exonerada do cargo anterior à data da aceitação no novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

9 de Fevereiro de 1999. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos.*

Despacho n.º 3806/99 (2.ª série). — Por despacho da subdirectora-geral de 1 de Fevereiro de 1999:

Licenciada Lúcia Azevedo Rocha — contratada em regime de contrato de trabalho a termo certo, por três meses, automaticamente renovável até ao limite de um ano, para exercer funções na Conservatória do Registo Predial de Aveiro, com direito a remuneração mensal correspondente a 100 000$, acrescida do subsídio de alimentação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Fevereiro de 1999. — A Conservadora, *Dulce Maria Lau Magalhães.*

Despacho n.º 3807/99 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Janeiro de 1999 do director-geral:

Paulo Jorge Quelhas da Fonseca, técnico profissional de 2.ª classe do quadro da Junta Autónoma de Estradas — transferido, após prévia anuência do serviço de origem, para idêntica categoria, escalão e índice do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, com efeitos a partir de 10 de Fevereiro de 1999, ficando exonerado do lugar anterior. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

9 de Fevereiro de 1999. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos.*

Direcção-Geral dos Serviços Judiciários

Despacho n.º 3808/99 (2.ª série). — No uso de delegação de competências conferida pelo director-geral, por meu despacho de 28 de Janeiro de 1999:

José Barros da Cruz, escrivão de direito (escalão 2, índice 520) do Tribunal da Comarca de Rio Maior — autorizado a receber o vencimento relativo às funções do secretário judicial (escalão 1, índice 610) exercidas no mesmo Tribunal, em regime de substituição, no período de 29 de Abril a 31 de Dezembro de 1998.

2 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida.*

Despacho (extracto) n.º 3809/99 (2.ª série). — Por despacho do subdirector-geral dos Serviços Judiciários de 2 de Fevereiro de 1999:

Maria da Graça Escaleira da Cruz Carvalho, assistente administrativa principal, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal do Tribunal da Relação de Lisboa, remunerada pelo escalão 1, índice 215 — transita para o escalão 2, índice 225, precedendo concurso, de acordo com o artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 404/98, de 18 de Dezembro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Os encargos são suportados pelo OE.)

5 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida.*

Despacho n.º 3810/99 (2.ª série). — No uso da delegação de competências conferida pelo director-geral (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 257, de 6 de Novembro de 1998) e por meu despacho de 5 de Fevereiro de 1999:

Natália Augusta dos Santos Oliveira, escrivã-adjunta (escalão 5, índice 460) do Tribunal do Trabalho de Aveiro — autorizada a receber o abono de vencimento relativo às funções de escrivã de direito (escalão 1, índice 500), exercidas no mesmo Tribunal, em regime de substituição, no período de 21 de Outubro a 27 de Novembro de 1998.

8 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida.*

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Declaração n.º 59/99 (2.ª série). — Para os devidos efeitos, declara-se que os despachos do director-geral dos Serviços Prisionais de 30 de Outubro de 1998, respeitantes à nomeação provisória, por urgente conveniência de serviço, dos guardas instruendos, publicados no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 284, de 10 de Dezembro de 1998, não estão sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

29 de Janeiro de 1999. — O Director-Geral, *Celso José das Neves Manata.*

Despacho (extracto) n.º 3811/99 (2.ª série). — Por despacho do director-geral dos Serviços Prisionais de 29 de Janeiro de 1999:

Licenciada Paula Suzana Gomes Bragança, técnica de justiça auxiliar dos serviços do Ministério Público do Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Judiciários — nomeada, em comissão de serviço, para exercer funções nesta Direcção-Geral, com o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 365. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 1999. — O Director-Geral, *Celso José das Neves Manata.*

Despacho (extracto) n.º 3812/99 (2.ª série). — Por despachos do director-geral dos Serviços Prisionais de 6 de Janeiro de 1999:

Irene da Conceição Martins Casimiro Carrança e Maria Analídia de Quintal Rodrigues Ornelas, contratadas, em regime de contrato de trabalho a termo certo — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, no lugar de auxiliar administrativa, escalão 1, índice 115, do quadro de pessoal comum dos serviços centrais e externos desta Direcção-Geral, sendo rescindidos os contratos a partir da data da posse. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 1999. — O Director-Geral, *Celso José das Neves Manata.*

Despacho (extracto) n.º 3813/99 (2.ª série). — Por despacho do director-geral dos Serviços Prisionais de 23 de Dezembro de 1998:

Álvaro Alexandre Carvalho Sobral — contratado, em regime de contrato administrativo de provimento, para prestar serviço correspondente a electricista, escalão 1, índice 130, no Estabelecimento Prisional de Izeda. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 1999. — O Director-Geral, *Celso José das Neves Manata.*

Instituto de Medicina Legal de Coimbra

Aviso n.º 3784/99 (2.ª série). — Por despachos de 19 de Agosto e de 26 de Outubro de 1998, respectivamente dos Secretários de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa e do Orçamento:

Licenciadas Maria João Teles de Oliveira Anjos Porto e Paula Isabel Rodrigues Roque Proença e Cunha — celebrados contratos a termo certo, por urgente conveniência de serviço, no âmbito dos Decretos-Leis n.os 81-A/96, de 21 de Junho, e 195/97, de 31 de Julho.

1 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Duarte Nuno Vieira.*

Instituto de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 3814/99 (2.ª série). — Por despacho da presidente de 10 de Dezembro de 1998:

Maria Fenanda Areias Conde, auxiliar técnica de educação, contratada a termo certo nos termos do despacho conjunto n.º 478/87, de 12 de Novembro dos Ministros das Finanças, Justiça e Adjunto — autorizado o pedido de rescisão do referido contrato, com efeitos a partir de 26 de Outubro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Janeiro de 1999. — Por Delegação, o Vice-Presidente, *António Carlos Duarte Fonseca.*

Despacho (extracto) n.º 3815/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 29 de Janeiro de 1999, no uso de competência delegada:

Rosa Maria Fonte Ferreira Saramago, auxiliar de apoio e vigilância (escalão 3, índice 140) do quadro dos Hospitais da Universidade de Coimbra, requisitada neste Instituto — transferida para a categoria de auxiliar de serviços gerais (escalão 3, índice 140), ficando exonerada do lugar de origem a partir da data da aceitação do referido lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Fevereiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Carlos Duarte Fonseca.*

Despacho (extracto) n.º 3816/99 (2.ª série). — Por despachos de 26 de Janeiro de 1999 da presidente do Instituto de Resinserção Social:

Licenciado António Manuel Gonçalves Leitão, técnico superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior de resinserção social do quadro deste Instituto — designado para exercer funções, em comissão de serviço, de coordenador da equipa de reinserção social junto do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999 (índice 700).

Licenciada Isabel Maria de Sousa Morgado Vargas, técnica superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior de reinserção social do quadro deste Instituto — designada para exercer funções, em comissão de serviço, de coordenadora da equipa de resinserção social no Colégio de São Bernardino, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999 (índice 700).

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Fevereiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Carlos Duarte Fonseca.*

Despacho (extracto) n.º 3817/99 (2.ª série). — Por meus despachos de 16 de Outubro de 1998, no uso de competência delegada, foram nomeados definitivamente, após concurso, para os respectivos lugares, os trabalhadores a seguir identificados, abrangidos pelos Decretos-Leis n.os 81-A/96, de 21 de Junho, e 195/97, de 31 de Julho:

Auxiliar técnico de educação (escalão 1, índice 160) — sete:

Rui Jorge Fernandes Arsénio.
César Augusto Simões Silva.
Rui Miguel da Cruz Gonçalves.
Jorge Manuel Almeida de Carvalho.
Pedro Miguel dos Santos Ferreira.
Deolinda Nabais Cunha.
José Pires Fernandes Carmona.

Terceiro-oficial administrativo (escalão 1, índice 180) — quatro:

Paula Maria Figueiras Barreira.
Sandra Maria de Jesus Pereira.
Célia Regina Rosa Gouveia.
Alexandre Mário da Silva Gomes.

Operário semiqualificado, jardineiro (escalão 1, índice 120) — um:

Américo Augusto Barroso.

Operário, guarda florestal (escalão 1, índice 160) — um:

Álvaro Francisco Madeira Ganhão.

Telefonista (escalão 1, índice 115) — um:

Maria Arlete Pereira Lopes Dias Bacalhau.

(Processos isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Carlos Duarte Fonseca.*

Despacho (extracto) n.º 3818/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 16 de Outubro de 1998, no uso de competência delegada, foram nomeados definitivamente, após concurso, para os respectivos lugares, os trabalhadores a seguir identificados, abrangidos pelos Decretos-Leis n.os 81-A/96, de 21 de Junho, e 195/97, de 31 de Julho:

Auxiliar técnico de educação (escalão 1, índice 160) — 21:

Ana Paula Martins da Cunha Velo.
Elísio Alberto Mendes Almeida.
Paula Cristina Roios Figueiredo.
Helena Maria Breia Pereira.
Henrique Ferreira da Fonseca.
Cristina Maria Martins Adão Oliveira.
Maria Alcina Varela Moço Barros Vila Verde.
Ana Paula Martins André Gaudêncio.
Helena Maria Fernandes Rainha.
Pedro Manuel Cruzes do Paço Ribeiro Alves.
José Ricardo Dias Afonso.
José Luís Lopes Tenreiro.
Alexandre Joaquim Rosado Cunha Prior.
Carlos Alberto da Silva Pires.
Alcina Maria Teixeira Soares Mesquita.
Paulo Jorge Neves Silva.
João Mário Cruz Ferreira.
Marco Paulo Oliveira Franco Mendes Santos.
Luís Manuel Silvares Nunes Barata.
António Fonseca Ascenção.
João António Ribeiro Vieira.

(Processos isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Carlos Duarte Fonseca.*

Despacho (extracto) n.º 3819/99 (2.ª série). — Por meus despachos de 16 de Outubro de 1998, no uso de competência delegada, foram nomeados definitivamente, após concurso, para os respectivos lugares, os trabalhadores a seguir identificados, abrangidos pelos Decretos-Lei n.os 81-A/96, de 21 de Junho, e 195/97, de 31 de Julho:

Auxiliar técnico de educação (escalão 1, índice 160) — sete:

Manuel António dos Santos.

Terceiro-oficial administrativo (escalão 1, índice 180) — quatro:

Paula Cristina Marinho Gonçalves Poças.

(Processos isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Carlos Duarte Fonseca.*

Despacho (extracto) n.º 3820/99 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Fevereiro de 1999 da presidente do Instituto de Reinserção Social:

Maria de Lourdes Gonçalves da Silva Bessa Silva, oficial administrativo principal do quadro deste Instituto — autorizada a regressar da situação de licença sem vencimento de longa duração. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Carlos Duarte Fonseca.*

Despacho (extracto) n.º 3821/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 31 de Dezembro de 1998, no uso de competência delegada, foram nomeados definitivamente, após concurso, para os respectivos lugares, os trabalhadores a seguir identificados, abrangidos pelos Decretos-Leis n.os 81-A/96, de 21 de Junho, e 195/97, de 31 de Julho:

Assistente administrativo (escalão 1, índice 190) — cinco:

Maria de Fátima de Sousa Pinheiro dos Santos.
Silvina Maria Rebelo Russo da Costa.
Maria Helena Banha Santos Barrigoto.
Natércia dos Santos Vieira.
Eva Maria Sousa Rodrigues Rocha.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Fevereiro de 1999. — O Vice-Presidente, *António Carlos Duarte Fonseca.*

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Delegação Regional da Economia do Algarve

Aviso n.º 3785/99 (2.ª série). — 1 — A Delegação Regional da Economia do Algarve do Ministério da Economia, sita na Estrada da Penha, 8000 Faro, pretende recrutar com recurso ao mecanismo de transferência, previsto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, funcionários vinculados à administração central, na seguinte carreira e categoria:

Carreira — técnico-profissional;
Categoria — técnico-profissional de 2.ª classe — dois lugares:

Conteúdo funcional — funções de secretariado, documentação, informação, relações públicas, licenciamento e fiscalização.

2 — As condições de trabalho são as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

3 — Os eventuais interessados vinculados à administração central deverão, no prazo de 10 dias a contar da publicação do presente aviso, formalizar as suas candidaturas para a morada acima indicada, mencionando os seguintes elementos:

a) Identificação completa;
b) Habilitações literárias e profissionais;
c) Serviço onde exerce funções e quadro a que pertence;
d) Antiguidade na função pública, na carreira e na categoria.

Deverão também apresentar o respectivo *curriculum vitae.*

4 — Os candidatos seleccionados integrarão o quadro de pessoal desta Delegação Regional.

9 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Joaquim José Brandão Pires.*

Despacho n.º 3822/99 (2.ª série). — Por despachos de 18 e 29 de Janeiro de 1999 respectivamente do diretor da Direcção-Geral da Administração Pública e do director da Delegação Regional do Algarve do Ministério da Economia:

Licenciada Maria Armanda Rodrigues Norte, técnica superior de 2.ª classe, afecta à DGAP — autorizada a sua integração, nos termos do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 89-F/98, de 13 de Abril, no quadro desta Delegação Regional em idêntica categoria, escação 1, índice 400 (lugar criado e a extinguir quando vagar), com efeitos desde 1 de Fevereiro de 1999. (Excluído de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Joaquim José Brandão Pires.*

Despacho n.º 3823/99 (2.ª série). — Por despachos de 18 e 29 de Janeiro de 1999 respectivamente do director-geral da Administração Pública e do director da Delegação Regional da Economia do Algarve do Ministério da Economia:

Licenciado Rui Graça Pereira, técnico superior de 2.ª classe, afecto à DGAP — autorizado a sua integração, nos termos do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 89-F/98, de 13 de Abril, no quadro desta Delegação Regional em idêntica categoria, escalão 1, índice 400 (lugar criado e a extinguir quando vagar), com efeitos desde 1 de Fevereiro de 1999. (Excluído de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Joaquim José Brandão Pires.*

Delegação Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho n.º 3824/99 (2.ª série). — Por despacho do director regional de 8 de Fevereiro de 1999:

Rosa Maria Fernandes, auxiliar administrativa — autorizada a recuperação de vencimento de exercício, num total de oito dias.

9 de Fevereiro de 1999. — O Director Regional, *Alberto Mariano dos Santos.*

Direcção-Geral do Turismo

Aviso n.º 3786/99 (2.ª série). — Nos termos do regulamento dos estágios para ingresso nas carreiras integradas nos grupos de pessoal técnico superior e de pessoal técnico da Direcção-Geral do Turismo, avisa-se a única estagiária para técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior do quadro da Direcção-Geral do Turismo, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 27, de 1 de Fevereiro de 1997, que a classificação final de estágio se encontra afixada na sede da Direcção-Geral do Turismo, sita na Avenida de António Augusto de Aguiar, 86, 1069-021 Lisboa, a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

10 de Fevereiro de 1999. — A Directora dos Serviços, *Cecília Silveira.*

Instituto Geológico e Mineiro

Listagem n.º 40/99. — *Pessoal da carreira de investigação em regime de dedicação exclusiva (1998).* — Para cumprimento do disposto no n.º 9 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 219/92, de 15 de Outubro, publica-se a lista nominativa do pessoal da carreira de investigação do Instituto Geológico e Mineiro que presta serviço em regime de dedicação exclusiva:

Investigadores-coordenadores:

Delfim de Carvalho (*a*).
Miguel Marques de Magalhães Ramalho.
José Hipólito da Costa Monteiro.
José Manuel Santos Oliveira.

Investigadores principais:

Orlando da Cruz Gaspar.
Eurico Sousa Pereira.
José Tomás de Oliveira.
Maria Luísa Paiva de Carvalho Duarte.
Vítor Manuel Jesus de Oliveira.
Maria de Lourdes Rodrigues Pinto Castro Reis.
Henrique José da Costa Casquinha.
Fátima Filomena Guedes Abrantes.

Investigadores auxiliares:

Carlos Manuel Cleriguinho Inverno.
Bernardo Antero Pereira da Silva Barbosa.

Assistentes de investigação:

José Manuel Correia Romão.
José Manuel Piçarra de Almeida.
Maria Margarida Buisson Vairinho Mourinha de Almeida.
Maria Adelaide Alves Ferreira.
António Alberto Gabriel Luís.
Paula Helena Maia Costa Mendes Freire Ávila.
Luís Manuel Pina Correia Rebelo.

(*a*) Requisitado como administrador da EDM.

28 de Janeiro de 1999. — O Chefe da D. O. R. Humanos, *Amadeu Silvestre.*

Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial

Aviso n.º 3787/99 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Fevereiro de 1999 do vice-presidente do conselho directivo do INETI:

Isabel Maria de Oliveira Lopes Ferro Frazão, técnica de 2.ª classe, contratada a termo certo no INETI — nomeada definitivamente técnica de 2.ª classe, escalão 1, índice 285, precedendo concurso, do quadro de pessoal do mesmo organismo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Fevereiro de 1999. — A Directora dos Serviços de Gestão Administrativa, *Rosa Maria Biscaia de Almeida.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 3825/99 (2.ª série). — Nos termos n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de Maio, reconheço ao Dr. Joaquim José do Couto de Sousa Rocha, nomeado assessor, da carreira de médico veterinário, da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, conforme aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 284, de 10 de Dezembro de 1998, e termo de aceitação de 10 do mesmo mês, o direito ao abono da remuneração a cargo do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, de harmonia com o n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma.

28 de Janeiro de 1999. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, *Vítor Manuel Coelho Barros.*

Gabinete do Secretário de Estado das Pescas

Rectificação n.º 439/99. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 301, de 31 de Dezembro de 1998, a p. 18 504, o despacho n.º 22 574/98 (2.ª série), no n.º 3, onde se lê «desde 3 de Outubro» deve ler-se «desde 3 de Novembro».

11 de Fevereiro de 1999. — O Chefe do Gabinete, *Pedro Ferraz.*

Direcção Regional de Agricultura do Algarve

Despacho (extracto) n.º 3826/99 (2.ª série). — Por despachos de 10 a 14 de Dezembro de 1998 do director regional de Agricultura do Algarve e do director regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, respectivamente:

Cristina Maria Pereira Simões de Carvalho, técnica superior de 2.ª classe da carreira de médico veterinário do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho — transferida para o quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Algarve, com idêntica categoria e carreira, a partir do dia 1 de Janeiro de 1999. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 1999. — O Director Regional, *João José Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 3827/99 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural de 18 de Janeiro de 1999:

João Miguel Junqueira Rato Miranda de Távora, técnico superior principal da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Florestas, a exercer funções, em regime de destacamento, no quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Algarve — nomeado, em regime de substituição, para o cargo de chefe de divisão da mesma Direcção Regional, com efeitos a 1 de Fevereiro de 1999. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 1999. — O Director Regional, *João José Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 3828/99 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 1998 do director regional de Agricultura do Algarve:

Anabela Alexandra Perfeito Amaral, contratada a termo certo ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeada definitivamente, mediante concurso, na categoria de terceiro-oficial da carreira de oficial administrativo, escalão 1, índice 180, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Algarve, a extinguir quando vagar. Foi reconhecida a urgente conveniência de serviço, pelo que a integração no referido

quadro tem efeitos a partir do dia 1 de Dezembro de 1998, data da posse e, simultaneamente, da cessação do respectivo contrato. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 1999. — O Director Regional, *João José Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 3829/99 (2.ª série). — Por despachos de 7 de Dezembro de 1998 do director regional de Agricultura do Algarve:

Celso Emanuel Travanca Mendes e Norberto Guerreiro dos Santos, contratados a termo certo ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeados definitivamente, mediante concurso, na categoria de técnico de 2.ª classe da carreira de engenheiro técnico agrário, escalão 1, índice 265, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Algarve. Foi reconhecida a urgente conveniência de serviço, pelo que a integração no referido quadro tem efeitos a partir do dia 1 de Dezembro de 1998, data da posse e, simultaneamente, da cessação dos respectivos contratos. (Processos isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Fevereiro de 1999. — O Director Regional, *João José Ferreira.*

Escola de Pesca e da Marinha de Comércio

Despacho n.º 3830/99 (2.ª série). — Por despachos do Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa de 8 de Maio de 1998 e do Secretário de Estado do Orçamento de 21 de Setembro de 1998, foi autorizado, ao abrigo do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, a contratação a termo certo dos funcionários Maria Emília Rodrigues Sousa Brito, auxiliar de serviço doméstico, e Nuno Filipe Gaspar Gomes auxiliar administrativo, considerando-se caducados os respectivos contratos a partir da data da posse. (Isentos de fiscalização do Tribunal de Contas.)

9 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Fernando Rui Rebordão.*

Listagem n.º 41/99. — Por despacho de 27 de Janeiro de 1999 do Secretário de Estado das Pescas, publica-se a lista nominativa do pessoal do quadro da Escola de Pesca e da Marinha de Comércio que, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 93/97, de 23 de Abril, transita para o novo quadro da Escola de Pesca e da Marinha de Comércio, aprovado pela Portaria n.º 927/98, de 23 de Outubro.

O referido pessoal transita para igual categoria e índice remuneratórios:

Nome	Categoria
António Ferrão da Costa	Professor (*a*).
José Manuel Antunes de Almeida	Professor (*a*).
António Marques Pacheco	Professor.
Francisco José Prudêncio Sales	Professor (*b*).
José Armando Miguel Cândido	Professor.
Óscar José da Fonseca Milhano	Professor.
Nicolau Conde Veríssimo	Professor.
Helena Maria Alves da Silva	Técnica superior de 1.ª classe.
Júlio Manauel Santa Neto	Monitor especialista.
Joaquim António Mira Lobo	Monitor principal.
Manuel Rosa Barão	Monitor de 1.ª classe.
Maria Arminda de Sousa Belo Dias	Chefe de secção.
Rui Cabaço Correia	Chefe de secção.
Maria Manuela Parracho Nascimento Costa Cabral.	Tesoureira.
Maria Fernanda Marcelino Rodrigues da Cunha.	Assistente administrativo principal.
Maria Fernanda Crisóstomo de Castro Rafael.	Assistente administrativo principal.
José António Pacheco Júnior	Assistente administrativo principal.
Luzia Otília Fátima Osório Galvão Pires Ferreira.	Assistente administrativo principal.
Gilda Maria Moita Faria Rodrigues Coimbra.	Assistente administrativo principal.
Ana Maria de Oliveira Regada Dionísio Costa.	Assistente administrativo principal.
Isabel Maria Margarido Gonçalves Soares Ferreira.	Assistente administrativo principal.
Maria Quitéria Rosado da Silva	Assistente administrativo.
Ana Isabel dos Santos Graça Salgado	Assistente administrativo.
Ermelinda Mendes Reis Monteiro	Assistente administrativo.
José Pedro Rodrigues do Amaral Ribeiro	Assistente administrativo.
Luís Miguel Malão Amaral Ribeiro	Assistente administrativo.
Maria Alice Moreira Pedra	Assistente administrativo.
Maria Lúcia Nunes Dias Mota	Assistente administrativo.
Maria de Lurdes Quirino Pereira Dias	Assistente administrativo.
Susana Mendes de Sousa Rendeiro	Assistente administrativo.
Nélson José Pestana Rebimba	Assistente administrativo.
Nuno Manuel Fernandes Valadas	Assistente administrativo.
Isabel Maria Marques Baptista do Brito	Técnico profissional de 2.ª classe.
José Gomes Amaral	Motorista de pesados.
Ana Maria Nunes Dias Baptista	Cozinheira principal.
Maria Helena Nunes Dias Cerqueira	Cozinheira.
Marcelina de Jesus Martins Barreiros	Operadora de reprografia.
Carlos Alberto Martins Corvelo d'Ávila	Auxiliar administrativo.
Ângelo Manuel Medeiros da Silva	Auxiliar administrativo.
Fernando Miranda Ferreira da Silva	Auxiliar administrativo.
Ana Maria Alves Vicente Salvado	Auxiliar administrativo.
Maria Judite Aragão Trigueiros da Silva	Auxiliar administrativo.
Maria do Carmo Fialho Arroja	Auxiliar administrativo.
António Rafael Guerreiro Gonçalves	Auxiliar administrativo.
Maria Teresa Alves Salvado	Roupeira.
Margarida César Mendes	Roupeira.
Maria Nunes	Auxiliar de serviços domésticos.

(*a*) Em comissão de serviço como chefe de divisão.
(*b*) Requisitado no SINDEPESCAS.

29 de Dezembro de 1998. — Pelo Director, o Subdirector, *Renato Costa.*

Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar

Despacho (extracto) n.º 3831/99 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Maio de 1998 do director do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, as nomeações na categoria de assessor principal da carreira de técnico superior, escalão 1, índice 700, dos técnicos Júlio Calçada Barroco e Cármen Beatriz Caires Borges Alexandrino Pereira, publicadas no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 4, de 5 de Janeiro de 1995, produzem os seus efeitos a 3 de Setembro de 1993.

10 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Elvira Teles dos Santos.*

Despacho (extracto) n.º 3832/99 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Maio de 1998 do director do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, a nomeação na categoria de assessor da carreira de engenheiro, escalão 1, índice 600, do técnico Francisco Manuel Chorão da Costa, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 289, de 16 de Dezembro de 1994, produz os seus efeitos a 3 de Setembro de 1993.

10 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Elvira Teles dos Santos.*

Despacho (extracto) n.º 3833/99 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Maio de 1998 do director do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, a nomeação na categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira de engenheiro, escalão 1, índice 440, da técnica Maria Helena Figueira Menezes de Sequeira, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 15, de 18 de Janeiro de 1995, produz os seus efeitos a 3 de Setembro de 1993.

10 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Elvira Teles dos Santos.*

Instituto Nacional de Investigação Agrária

Contrato n.º 596/99. — Por despachos de 21 de Dezembro de 1998 do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas:

Maria Vicência Patacho Corneta — autorizado o contrato a termo certo para actividades de carácter sazonal, pelo período de quatro

meses, para prestar serviço na Estação Nacional de Melhoramento de Plantas, com efeitos desde 2 de Janeiro de 1999.

Ovídio Correia Rigor — autorizado o contrato a termo certo para actividades de carácter sazonal, pelo período de seis meses, para prestar serviço na Estação Nacional de Fruticultura Vieira Natividade, com efeitos desde 4 de Janeiro de 1999.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria del Carmen Pastor.*

Despacho (extracto) n.º 3834/99 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Fevereiro de 1999 do presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária:

Maria Eugénia Vultos Sanguinho Rato da Rocha, técnica superior principal da carreira de engenheiro do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária, tendo exercido, em comissão de serviço, até 12 de Outubro de 1997, o cargo de chefe de divisão de Formação Profissional Pós-Graduada — nomeada assessora da carreira de engenheiro do quadro deste Instituto, lugar criado pela portaria n.º 46/99, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 17, de 21 de Janeiro de 1999, a extinguir quando vagar, produzindo efeitos desde 12 de Outubro de 1997, data a partir da qual se considera exonerada do lugar anterior. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria del Carmen Pastor.*

Despacho n.º 3835/99 (2.ª série). — Por despachos do presidente do INIA:

De 2 de Novembro de 1998:

António Mendes Bonito Laranjeira, contratado a termo certo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeado definitivamente, precedendo concurso, técnico-adjunto de 2.ª classe da carreira de técnico-adjunto de pecuária, actualmente designado técnico profissional de 1.ª classe (escalão 1, índice 215) do quadro de pessoal do INIA, em lugar criado conforme determina o Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, cessando o respectivo contrato ao tomar posse do lugar.

Mário José Cunha dos Santos, contratado a termo certo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeado definitivamente, precedendo concurso, técnico de 2.ª classe da carreira de engenheiro técnico (escalão 1, índice 285) do quadro de pessoal do INIA, conforme determina o Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, cessando o respectivo contrato ao tomar posse do lugar.

De 6 de Novembro de 1998:

Maria Inês de Carvalho Martins Carolino, Renato Nuno Pimentel Carolino e Teresa Maria Nogueira Casaca, contratados a termo certo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos superiores de 2.ª classe da carreira de engenheiro (escalão 1, índice 400) do quadro de pessoal do INIA, conforme determina o Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, cessando os respectivos contratos ao tomarem posse do lugar.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria del Carmen Pastor.*

Rectificação n.º 440/99. — Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 23, de 28 de Janeiro de 1999, a p. 1144, rectifica-se que onde se lê «técnicos-adjuntos de 1.ª classe da carreira de técnico-adjunto de pecuária do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária — promovidos, mediante concurso, a técnicos-adjuntos principais da mesma carreira e do mesmo quadro, considerando-se exonerados das funções anteriores.» deve ler-se «técnicos-adjuntos de 2.ª classe da carreira de técnico-adjunto de pecuária do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária — promovidos, mediante concurso, a técnicos-adjuntos de 1.ª classe da mesma carreira e do mesmo quadro, actualmente designados técnicos profissionais da 1.ª classe, considerando-se exonerados das funções anteriores a partir da data da aceitação dos lugares.». (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Maria del Carmen Pastor.*

Laboratório Nacional de Investigação Veterinária

Deliberação n.º 102/99. — Ao abrigo do disposto nos n.os 2 e 4 do despacho n.º 20 956/98 (2.ª série), de 6 de Novembro, do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 277, de 30 de Novembro, e nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho administrativo do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, em reunião de 14 de Dezembro de 1998, deliberou o seguinte:

1 — Subdelegar no presidente do conselho administrativo, Dr. Alexandre José Galo, as seguintes competências:

1.1 — Autorizar despesas com obras e aquisições de serviços e bens, a que se refere a alínea *c*) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, até ao limite de 50 000 contos;

1.2 — Autorizar despesas relativas à execução de planos plurianuais legalmente aprovados, a que se refere a alínea *c*) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, até ao limite de 200 000 contos;

1.3 — Autorizar despesas sem concurso ou contrato escrito, a que se refere a alínea *c*) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, atentos os condicionalismos legais até ao limite de 12 000 contos;

1.4 — Autorizar despesas no âmbito dos n.os 5 e 7 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, até ao limite, respectivamente, de 3000 e de 5400 contos;

1.5 — Autorizar a adjudicação da venda de serviços ou de produtos, nomeadamente de explorações próprias ou cometidas à responsabilidade do respectivo organismo para o desenvolvimento da sua actividade, e a aprovação das respectivas minutas de contrato, nos termos do regime legal aplicável, com as necessárias adaptações, à aquisição de bens e serviços para os organismos do Estado, dentro dos limites de competência estabelecidos nesta deliberação para a realização de despesas;

1.6 — Autorizar despesas de indemnizações a terceiros resultantes de acidentes com viaturas dos serviços, até ao limite de 1000 contos.

2 — Delegar no presidente do conselho administrativo, Dr. Alexandre José Galo, os seguintes poderes de competência:

2.1 — Zelar pela cobrança das receitas e promover o seu depósito nos prazos legais;

2.2 — Adjudicar e contratar estudos, obras, trabalhos, serviços, fornecimentos de material, de equipamento e tudo o mais indispensável ao funcionamento dos serviços;

2.3 — Tomar conhecimento do inventário dos serviços e promover o abate do material considerado obsoleto;

2.4 — Autorizar as despesas com obras e aquisições de serviços e bens, a que se refere o n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, até ao limite de 10 000 contos;

2.5 — Autorizar as despesas relativas à execução de planos plurianuais legalmente aprovados, a que se refere o n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, até ao limite de 100 000 contos;

2.6 — Autorizar despesas sem concurso ou contrato escrito, a que se refere o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, atentos os condicionalismos legais, até ao limite de 5000 contos.

3 — As anteriores subdelegação e delegação de competências e delegação de poderes têm lugar sem prejuízo das competências próprias que, como director do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, lhe estejam atribuídas e das que lhe foram delegadas pelo despacho do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

4 — Fica o presidente do conselho administrativo autorizado a subdelegar, no todo ou em parte, na subdirectora do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária ou noutros dirigentes ou funcionários responsáveis por unidades de serviços as competências e os poderes ora subdelegados e delegados que se mostrem necessários ao eficaz funcionamento dos serviços, dentro dos limites desta deliberação.

5 — A presente deliberação ratifica todos os actos praticados, no âmbito das competências e dos poderes subdelegados e delegados, desde 3 de Outubro de 1998.

14 de Dezembro de 1998. — O Conselho Administrativo, *Alexandre José Galo — Maria Inácia Aleixo Vacas de Carvalho Corrêa de Sá — Maria Helena Ribeiro de Magalhães Cardoso de Oliveira Margato.*

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Departamento de Recursos Humanos da Saúde

Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada

Aviso n.º 3788/99 (2.ª série). — Encontra-se afixada nesta Escola, para consulta dos interessados, a lista de transição do pessoal da carreira de enfermagem, nos termos do n.º 9 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, e do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 166/92, de 5 de Agosto.

5 de Fevereiro de 1999. — A Directora, *Maria da Graça Carvalho da Silva Machado.*

Direcção-Geral da Saúde

Aviso n.º 3789/99 (2.ª série). — 1 — Torna-se público que, por despacho da subdirectora-geral da Saúde de 27 de Dezembro de 1998, por delegação, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares na categoria de assistente (ramo de engenharia sanitária) da carreira técnica superior de saúde do quadro do pessoal da Direcção-Geral da Saúde, aprovado pela Portaria n.º 1105/93, de 2 de Novembro.

2 — O concurso esgota-se com o preenchimento dos lugares referidos, sendo aberto para o número de lugares correspondentes às quotas de descongelamento atribuídas a esta Direcção-Geral por despacho da Ministra da Saúde de 24 de Junho de 1998, face ao despacho conjunto n.º 138/98, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 3 de Março de 1998, e para as que eventualmente venham a ser redistribuídas, até ao limite do número de vagas a prover.

2.1 — Foi efectuada à Direcção-Geral da Administração Pública a consulta a que se refere o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, que informou não existir pessoal qualificado para o exercício das funções em situação de disponibilidade ou inactividade.

3 — O presente concurso rege-se pelos Decretos-Leis n.os 204/98, de 11 de Julho, 414/91, de 22 de Outubro, e 9/98, de 16 de Janeiro.

4 — O conteúdo funcional do lugar a prover é o constante do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, e eventualmente o previsto no n.º 5 do mesmo artigo e decreto-lei.

5 — O local de trabalho é em Lisboa, sendo o vencimento fixado de acordo com o artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, e as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

6 — Requisitos de admissão ao concurso:

6.1 — Requisitos gerais de admissão — podem candidatar-se os presente concurso todos os indivíduos que satisfaçam os requisitos constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
b) Ter 18 anos completos;
c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

6.2 — Requisitos especiais — possuir uma das seguintes licenciaturas: Engenharia do Ambiente, Engenharia Civil, Engenharia Química e ramo de Engenharia Sanitária da licenciatura em Engenharia do Ambiente e encontrar-se habilitado com o grau de especialista, de acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, ou com os estágios ou com a equiparação ao estágio, nos termos do n.º 1 do artigo 35.º do mesmo decreto-lei, em conjugação com o Decreto-Lei n.º 9/98, de 16 de Janeiro.

7 — Método de selecção — prova de conhecimentos, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e do n.º 1.2 do despacho n.º 61/95, de 11 de Dezembro, da Ministra da Saúde, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 300, de 30 de Dezembro de 1995.

7.1 — A prova de conhecimentos revestirá a forma oral teórica, terá a duração de uma hora e incidirá sobre dois dos seguintes cinco temas, à escolha do candidato:

1) Riscos para a saúde veiculados pela água;
2) Gestão de resíduos sólidos hospitalares;
3) A lagunagem como sistema de tratamento de águas residuais;
4) Gestão de resíduos perigosos;
5) Higiene da habitação e urbanismo.

7.2 — O sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

7.3 — A classificação final dos candidatos, resultante da aplicação do referido método de selecção, será expressa de 0 a 20 valores e ordenará os candidatos segundo a classificação decrescente obtida de acordo com os artigos 36.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao director-geral da Saúde, Alameda de D. Afonso Henriques, 45, 1049-005 Lisboa, pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, desde que tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado.

8.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, estado civil, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, se for caso disso, número fiscal, morada, código postal e telefone);
b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o candidato esteja vinculado, se for caso disso;
c) Habilitações literárias e profissionais;
d) Identificação do concurso, mediante referência ao número e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura;
e) Quaisquer outros elementos devidamente comprovados que o candidato entenda dever especificar para melhor apreciação do seu mérito.

8.3 — O requerimento deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) Documento comprovativo da posse de uma das licenciaturas exigidas no n.º 5.2 deste aviso ou fotocópia autenticada do mesmo;
b) Documento comprovativo da posse do grau de especialista ou equiparação, em conformidade com o exigido no n.º 6.2 deste aviso, ou fotocópia autenticada do mesmo;
c) Documento comprovativo do cumprimento da Lei do Serviço Militar ou de outro que o substitua, quando obrigatório, ou fotocópia autenticada do mesmo;
d) Certificado de robustez física e psíquica indispensáveis para o exercício das funções, passado pela autoridade de saúde da área de residência;
e) Certificado do registo criminal;
f) Documento comprovativo da natureza do vínculo a qualquer estabelecimento ou serviço, se for caso disso, ou fotocópia autenticada do mesmo;
g) Documento, autêntico ou autenticado, comprovativo da nacionalidade portuguesa ou de outra abrangida por lei especial ou convenção internacional, ou fotocópia autenticada do mesmo, caso este em que deve ser feita prova documental do conhecimento da língua portuguesa, através de documento autêntico ou autenticado.

8.4 — Os documentos referidos nas alíneas *c*) a *g*) do número anterior podem, nesta fase, no todo ou em parte, ser substituídos por declaração no requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, da situação em que o candidato se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

8.5 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

8.6 — A não entrega dos documentos exigidos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 8.3 deste aviso dentro do prazo estabelecido no n.º 1 deste aviso implica a exclusão do candidato do concurso, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — A relação de candidatos e a lista de classificação final do concurso serão afixadas no *placard* do Serviço de Pessoal da Direcção-Geral da Saúde.

10 — O júri do presente concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Engenheiro António Esteves de Oliveira Matos, assessor superior da carreira técnica superior de saúde, ramo de engenharia sanitária, da Sub-Região de Saúde de Lisboa.

Vogais efectivos:

Engenheira Cândida Maria Guerreiro do Nascimento Pité Madeira, assessora da carreira técnica superior de saúde, ramo de engenharia sanitária, da Sub-Região de Saúde de Setúbal, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Engenheiro Fernando Azenha Bartolomeu, assessor da carreira técnica superior de saúde, ramo de engenharia sanitária, da Direcção-Geral da Saúde.

Vogais suplentes:

Engenheiro José Luís Nunes da Silva Bacharel, assessor superior da carreira técnica superior de saúde, ramo de engenharia sanitária, da Sub-Região de Saúde de Portalegre.
Engenheira Vera Lúcia Pedro Coelho dos Santos Veríssimo Noronha, assistente principal da carreira técnica superior de saúde, ramo de engenharia sanitária, da Sub-Região de Saúde de Santarém.

26 de Janeiro de 1999. — O Director-Geral, *Constantino T. Sakeccarides.*

Administração Regional de Saúde do Centro

Sub-Região de Saúde de Aveiro

Aviso n.º 3790/99 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos Decretos-Leis n.os 384-B/85, de 30 de Setembro, 203/90, de 20 de Junho, Lei n.º 235/90, de 17 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 14/92, de 4 de Fevereiro, e Decreto-Lei n.º 14/95, de 21 de Janeiro, e 123/89, de 14 de Abril, e Portaria n.º 303/89, de 21 de Abril, faz-se público que, por despacho do coordenador sub-regional de Saúde de Aveiro de 23 de Dezembro de 1998, e em função da quota de descongelamento atribuída a esta Sub-Região de Saúde, de acordo com o despacho de 24 de Junho de 1998 da Ministra da Saúde, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares de técnico de 2.ª classe, área de saúde oral, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro de pessoal desta Sub-Região de Saúde, aprovado pela Portaria n.º 772-B/96, de 31 de Dezembro, descongelados pelo despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério das Finanças n.º 123/98, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 43, de 20 de Fevereiro de 1998.

2 — A Direcção-Geral da Administração Pública, através do ofício n.º 12 720, de 29 de Julho de 1998, informou não haver excedentes colocáveis.

3 — Validade do concurso — o concurso é válido para o preenchimento dos lugares referidos e esgota-se com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — o constante do n.º 2.º da Portaria n.º 303/89, de 21 de Abril.

5 — Condições de trabalho e regalias sociais — as genericamente vigentes para a função pública.

6 — Locais de trabalho — os locais de trabalho situam-se nos Centros de Saúde de Albergaria-a-Velha e de Santa Maria da Feira.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Gerais — os constantes do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho;

7.2 — Especiais — podem candidatar-se os indivíduos, vinculados ou não à função pública, que possuam curso de formação na área dos lugares a prover, ministrado nas escolas referidas no Decreto-Lei n.º 371/82, de 10 de Setembro, e na segunda parte do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 384-B/85, de 30 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 247/88, de 13 de Julho.

8 — Método de selecção — o método de selecção a utilizar será o de avaliação curricular, conforme o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 384-B/85, de 30 de Setembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 247/88, de 13 de Julho, e as disposições aplicáveis do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 14/95, de 21 de Janeiro.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao coordenador sub-regional de Aveiro, a entregar directamente na Divisão de Gestão de Recursos Humanos, durante as horas normais de expediente e até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, para a Avenida do Dr. Lourenço Peixinho, 42, 5.º, 3800 Aveiro, considerando-se, neste último caso, apresentado dentro do prazo se tiver sido expedido até ao último dia do prazo fixado neste aviso.

9.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), residência, código postal e telefone;
b) Habilitações literárias;
c) Identificação do concurso, mediante referência ao número e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura;
d) Funções que exerce e instituição onde se encontra colocado, se for o caso;
e) Pedido para ser admitido ao concurso;
f) Indicação dos elementos que instruem o processo;
g) Quaisquer outros elementos que o candidato considere susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal, nos termos do n.º 5 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho.

9.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, de:

a) Documento comprovativo das habilitações literárias;
b) Documento comprovativo das habilitações profissionais;
c) Fotocópia autenticada do bilhete de identidade;
d) Documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais para o provimento de funções públicas, conforme o n.º 7.1 deste aviso, ou certidão passada pelos serviços a que se encontre vinculado, se for caso disso;
e) Três exemplares do *curriculum vitae.*

10 — As falsas declarações são puníveis nos termos da legislação aplicável.

11 — Publicitação das listas — a publicitação das listas será efectuada nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho, e serão afixadas na Direcção de Serviços de Administração Geral da Sub-Região de Saúde de Aveiro, sita na Avenida do Dr. Lourenço Peixinho, 42, 5.º, em Aveiro.

12 — O júri pode exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

13 — Composição do júri — o júri terá a seguinte composição:

Presidente — Maria da Graça Gonçalves David Coelho Azevedo Moura, técnica principal.
Vogais efectivos:

Maria João Afonso Fernandes, técnica de 2.ª classe, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.
Maria Isabel Soares da Silva Meco e Beaumont, técnica de 1.ª classe.

Vogais suplentes:

Manuel Carlos Santos Oliveira, técnico de 1.ª classe.
José Manuel Ramos Cerdeira, técnico de 1.ª classe.

8 de Fevereiro de 1999. — O Coordenador Sub-Regional, *Diamantino Moreira de Matos.*

Sub-Região de Saúde de Castelo Branco

Aviso n.º 3791/99 (2.ª série). — Nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho, faz-se público que se encontra afixada no expositor da Repartição Administrativa desta Sub-Região de Saúde, sita na Rua de Dadrá, 24, 1.º, direito, a lista de candidatos admitidos ao concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares de técnico de 2.ª classe (área de higiene e saúde ambiental) da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica, cujo aviso foi publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 247, de 26 de Outubro de 1998.

1 de Fevereiro de 1999. — A Coordenadora, *Maria Alzira Serrasqueiro.*

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Deliberação n.º 103/99. — *Delegação de competências.* — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 13.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, e nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo deliberou, em reunião de 29 de Janeiro de 1999, delegar nos coordenadores sub-regionais de Saúde de Lisboa, Santarém e Setúbal, com a faculdade de subdelegação, a competência para a prática, na área das respectivas sub-regiões de saúde, dos seguintes actos:

1.1 — Autorizar a alteração das convenções celebradas entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e entidades privadas que tenham por objecto a prestação de cuidados de saúde, ao abrigo do artigo 37.º do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde e do Decreto-Lei n.º 112/97, de 10 de Maio;

1.2 — Autorizar, no âmbito do despacho ministerial n.º 47/80, de 5 de Agosto, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 185, de 12 de Agosto de 1980, a celebração de acordos com as entidades referidas na alínea *a*) do mesmo despacho.

2 — Ficam por este meio ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes delegados, foram praticados pelos órgãos referidos.

8 de Fevereiro de 1999. — O Conselho de Administração: Presidente, *Ana Maria Teodoro Jorge.* — Vogal, *Vítor Manuel Borges Ramos.* Vogal, *Manuel Schiappa Theriaga Mendes.* — Vogal, *Luís António Thadeu Névoa.* — Vogal, *Maria Alcina Fernandes.*

Sub-Região de Saúde de Santarém

Aviso n.º 3792/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos dos Decretos-Leis n.os 427/89, de 7 de Dezembro, 437/91, de 8 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, 442/91, de 16 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e 335/93, de 29 de Setembro, torna-se público que, por despacho do coordenador da Sub-Região de Saúde de Santarém de 28 de Outubro de 1998, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno geral de acesso para provimento de quatro lugares de enfermeiro-chefe da carreira de enfermagem, lugares constantes do quadro de pessoal aprovado pela Portaria n.º 772-B/96, de 31 de Dezembro, publicada no 6.º suplemento ao *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 302, de 31 de Dezembro de 1996.

2 — Validade do concurso — o concurso é válido para os lugares postos a concurso e para os que se verificarem num prazo de um ano.

3 — Locais de trabalho:

Alcanena — um;
Benavente — um;
Coruche — um;
Salvaterra de Magos — um.

4 — Conteúdo funcional — a área de actuação do enfermeiro-chefe é a gestão ao nível de uma unidade de prestação de cuidados, de acordo com o conteúdo funcional da categoria descrita no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

5 — Métodos de selecção e classificação — os métodos de selecção a utilizar são, nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, e na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, a avaliação curricular e a prova pública de discussão curricular, sendo os mesmos de carácter eliminatório.

Os critérios de selecção são os seguintes:

5.1 — A classificação final será obtida através da seguinte fórmula:

$$CF=\frac{PAC+PPDC}{2}$$

em que:

CF=classificação final;
PAC=prova de avaliação curricular;
PPDC=prova pública de discussão curricular.

5.2 — A prova de avaliação curricular será obtida através da seguinte fórmula:

$$PAC=\frac{(4\times HA)+(8\times EP)+(6\times FP)+(2\times OER)}{20}$$

em que:

HA=habilitações académicas;
EP=experiência profissional;
FP=formação profissional;
OER=outros elementos relevantes.

5.3 — A prova pública de discussão curricular será obtida através da seguinte fórmula:

$$PPDC=\frac{(4\times AVC)+(6\times ADC)+(6\times CPR)+(4\times CPC)}{20}$$

em que:

AVC=apresentação verbal do currículo;
ADC=argumentação na discussão do currículo;
CPR=conhecimentos profissionais relevantes à função;
CPC=concretização prática de conhecimentos.

5.4 — Critérios de desempate:

a) Conforme o estabelecido no artigo 37.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, e na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro;
b) Ter sido aprovado em anterior concurso de provimento para a categoria de enfermeiro-chefe e não ter sido provido no lugar.

6 — Vencimentos e regalias sociais — os genericamente vigentes para os funcionários e agentes da Administração Pública.

A remuneração do enfermeiro-chefe é a que corresponde ao escalão a que tiver direito com a sua antiguidade na função pública, conforme tabela constante do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

7 — Requisitos de candidatura — nos termos da legislação aplicável, podem candidatar-se a este concurso os enfermeiros que, estando integrados na carreira de enfermagem, reúnam os seguintes requisitos:

Gerais — os referidos no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, e estar vinculado à função pública;
Especiais — os referidos no n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

Ser enfermeiro graduado e enfermeiro especialista, detentores de seis anos de exercício profissional, com avaliação de desempenho de *Satisfaz* e que possuam uma das seguintes habilitações:

a) Curso de estudos superiores especializados em Enfermagem;
b) Curso de administração de serviços de enfermagem ou a secção de administração do curso de enfermagem complementar;
c) Um curso de especialização em Enfermagem estruturado nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 178/85, de 23 de Maio;
d) Curso no âmbito da gestão que confira, só por si, pelo menos, o grau académico de bacharel, iniciado até à data da entrada em vigor do presente diploma.

8 — As listas de candidatos admitidos e excluídos, bem como a lista de classificação final, serão publicitadas nos termos do n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

9 — Apresentação das candidaturas:

9.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao coordenador da Sub-Região de Saúde de Santarém, a entregar directamente nestes serviços, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio, em carta registada e com aviso de recepção, para a Sub-Região de Saúde de Santarém, sita na Avenida de José Saramago, 15-17, considerando-se, neste último caso, apresentado dentro do prazo fixado.

9.2 — Dos requerimentos devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa dos concorrentes (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, residência, código postal e número de telefone);
b) Habilitações profissionais;
c) Categoria profissional e serviço a que o requerente pertence;
d) Pedido para ser admitido ao concurso, referenciando o *Diário da República* em que foi publicado (número, página e aviso);
e) Indicação dos documentos que instruem o requerimento;
f) Quaisquer outros elementos que o candidato considere susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal.

10 — Os requerimentos de candidatura devem ser acompanhados pela seguinte documentação:

a) Documento, passado pela instituição a que o candidato está vinculado, do qual constem, de forma clara e inequívoca, a natureza do vínculo à instituição, a antiguidade na carreira e nas diversas categorias e a avaliação do desempenho do triénio de 1995 a 1997;
b) Fotocópia autenticada do curso que o habilita ao concurso;
c) Documento comprovativo das habilitações profissionais que possui;
d) Se for caso disso, documento passado pela instituição em que trabalha e ou trabalhou comprovativo de experiência na gestão dos cuidados e de recursos humanos em enfermagem, explicitando:

Datas de início e fim das mesmas;
Local (instituição hospitalar ou outra; internamento ou ambulatório);

e) Três exemplares do *curriculum vitae* ao longo do qual o candidato faça a análise crítica das suas experiências, das actividades que tem desempenhado e onde fundamente o seu projecto profissional para o futuro, destacando ainda a formação obtida em estruturas idóneas, em especial nas áreas de gestão de cuidados e serviços.

11 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal.
12 — Composição do júri:

Presidente — Maria Teresa Coutinho Casqueiro de Oliveira Fardilha, enfermeira-directora da Sub-Região Saúde de Santarém.
1.º vogal efectivo — Arlete Jesus Cândido Dias, enfermeira-chefe do Centro de Saúde de Tomar.
2.º vogal efectivo — Maria Helena Cordeiro Relvão, enfermeira-chefe do Centro de Saúde de Torres Novas.
1.º vogal suplente — Maria Elisa Camilo Vicente, enfermeira-chefe do Centro de Saúde de Vila Nova da Barquinha.
2.º vogal suplente — Maria Céu Ribeiro Henriques, enfermeira-chefe do Centro de Saúde de Fátima.

12.1 — A presidente do júri será substituída nas suas faltas e impedimentos pela 1.ª vogal efectiva.

19 de Janeiro de 1999. — O Coordenador, *António Manuel Gomes Branco.*

Aviso (extracto) n.º 3793/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho, torna-se pública a lista dos candidatos admitidos e excluídos no concurso externo de ingresso para provimento de quatro lugares na categoria de técnico de 2.ª classe, área de higiene e saúde ambiental, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 263, de 13 de Novembro de 1998:

Candidatos admitidos:

Alexandra Maria Lopes Francisco.
Alexandra Maria Oliveira da Maia.
Ana Filipa Madeira Gomes de Campos.
Ana Maria Gouveia Rodrigues.
Ana Rita das Neves Oliveira.
Anabela Manaia dos Santos.
Anabela Marques dos Santos.
Andreia Raquel Navega Ferreira Simões.
Andreia Susana Gomes Silva.
Carla Sofia Silva Mendes de Carvalho.
Carlos José Valente Marques.
Catarina Isabel Moreira Fernandes.
Celestina Maria de Oliveira Ramos.
Célia Maria da Silva Morais.
Cláudia Sofia Antunes Serrano.
Cristina Isabel Correia Alves.
Dina Cláudia Pereira da Silva Martins.
Eduardo Jorge Rodrigues de Figueiredo.
Élia Raquel da Costa Viegas.
Elisabete Maria dos Santos Oliveira.
Elsa Maria Macedo Borges Duarte.
Elsa Maria Viegas da Costa Pereira.
Esmeralda Maria dos Reis Santos.
Fernando Jorge de Oliveira dos Santos.
Fernando José de Almeida Carlos.
Francisco José de Freitas Armas Perry da Câmara.
Henrique Miguel do Espírito Santo Sebastião.
Isabel Maria da Silva Neves.
Isabel Maria Pereira Pena e Silva.
José Carlos Lopes Penim Marques.
José Madeira dos Santos.
Lola do Rosário Teixeira Monteiro.
Lúcia Narciso das Neves Dias.
Luís Miguel de Oliveira Leal Campos.
Luísa Maria Amado Girão.
Maria Catarina Gonçalves Caires.
Maria Daniela Brás Campos Rio Torto.
Maria de Fátima dos Reis Buco Pereira Cunha.
Maria de Fátima Monteiro da Silva Alho.
Maria de Jesus da Silva Fernandes.
Maria do Carmo Abreu Marques Martins.
Maria Esmeralda Costa Pereira.
Maria Isabel Faria Miranda.
Maria João Leandro Sousa Silva.
Maria João Stofel dos Santos.
Maria José Ventura Vicente Narciso.
Maria Manuela Moita Simões Fernandes.
Maria Miguel Oliveira Valente.
Mónica Susana Vaz Melquíades Rafael.
Paula Cristina Carvalho Borges Pereira.
Paula Cristina Coelho Pereira.
Paula Regina Marinheiro Pereira dos Santos Abreu.
Paulo Fernando Lopes Bastos.
Paulo Vítor Costa de Oliveira.
Pedro Alexandre Macedo Crespo Ferreira.
Regina Maria de Oliveira Repolho.
Rosa Maria Pereira Gomes.
Rosa Maria Teixeira do Nascimento.
Rui Amândio de Figueiredo Clemêncio.
Sandra Paula dos Santos Lopes.
Sandrina Ribeiro Pereira.
Sérgio Henrique Ferreira Chambel.
Sérgio Pinto Cardoso.
Sónia Alexandra Leitão Veloso.
Sónia Maria Pestana Casimiro Pedro.
Susana Margarida da Silva Conde.
Vanda Filipa Guerreiro de Brito.
Vítor José Freira Manteigas.

Candidatos excluídos:

Lúcia Maria Fernandes Mira (*a*).
Maria Isabel Almeida Moreira (*b*).
Miguel Ângelo Lourenço da Costa (*c*).
Rui Estêvão Silva de Jesus Moreira (*d*).

(*a*) Não cumpre o previsto na alínea *d*) do n.º 9.3 do aviso de abertura.
(*b*) Não cumpre o previsto na alínea *c*) do n.º 9.3 do aviso de abertura.
(*c*) Não tem situação militar regularizada (adiamento).
(*d*) Não cumpre o previsto nas alíneas *a*) a *d*) do n.º 9.3 do aviso de abertura.

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho, os candidatos excluídos podem recorrer para a entidade que tiver autorizado a abertura do concurso, no prazo de 10 dias a contar da data da publicação da presente lista.

9 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Júri, *Moisés da Silva Almeida.*

Administração Regional de Saúde do Norte

Sub-Região de Saúde de Braga

Aviso n.º 3794/99 (2.ª série). — Nos termos da alínea *a*) do n.º 9 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, informam-se os interessados de que, a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* se encontra afixada em todos os centros de saúde e no 2.º andar dos serviços de âmbito sub-regional da Sub-Região de Saúde de Braga a lista de transição para as novas categorias do pessoal de enfermagem. (Não carece de fiscalização prévia. Não são devidos emolumentos.)

5 de Fevereiro de 1999. — O Coordenador, *Manuel de Matos Oliveira.*

Centro Hospitalar das Caldas da Rainha

Aviso n.º 3795/99 (2.ª série). — *Concurso interno geral de acesso para técnico de 1.ª classe de terapia da fala, aberto por aviso publicado no* Diário da República, *2.ª série, n.º 294, de 22 de Dezembro de 1998.* — Em cumprimento da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho, torna-se público que a lista de candidatos admitidos e excluídos ao concurso acima referido se encontra afixada nos locais habituais de afixação de avisos nos serviços e estabelecimentos dependentes deste Centro Hospitalar.

8 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho de Administração, *Mário Gualdino Gonçalves.*

Hospitais Civis de Lisboa

Hospital de Curry Cabral

Rectificação n.º 441/99. — Por ter sido publicado com inexactidão, no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 28, de 3 de Fevereiro de 1999, o aviso n.º 2155/99, referente à constituição do júri do concurso para assistente da carreira médica hospitalar de patologia clínica, rectifica-se que onde se lê, nos vogais efectivos, «Dr. José Manuel Santos Pinto Santos, assistente graduado de patologia clínica do Hospital de Curry Cabral.» deve ler-se «Dr. José Manuel Santos Pinto

Serra, assistente graduado de patologia clínica do Hospital de Curry Cabral.».

9 de Fevereiro de 1999. — O Administrador da Área de Pessoal, *M. Cassiano Póvoas.*

Hospital Distrital de Águeda

Aviso n.º 3796/99 (2.ª série). — De harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, torna-se pública a lista dos candidatos admitidos ao concurso externo geral de ingresso para a categoria de enfermeiro do nível 1, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 9, de 12 de Janeiro de 1999:

Adriana Maria Lourenço Ribeiro.
Alexandra Sofia Antunes Lopes.
Ana Catarina Paulo Domingues.
Ana Cristina da Conceição Alves.
Ana Cristina Figueiredo Cruz.
Ana Luísa de Carvalho Fernandes Coutinho.
Ana Maria Pereira Gomes.
Ana Patrícia Santos Cardoso.
Anabela Dias Martins.
Andreia Patrícia dos Santos Rocha.
Andreia Patrícia Eunice Pinto Magina.
Ângela Gabriela Almeida Cardoso.
António Rui Freitas Ala de Resende.
Armando dos Santos Ribeiro.
Carla Maria Carreira Pereira.
Carla Marina Frajuca Pimentel.
Carla Sofia do Carmo Fernandes.
Carla Sofia Soares Loureiro.
Carla Susana Marques Batista de Matos.
Carlos Manuel Cadinha Ferreira.
Carlos Manuel dos Santos Fernandes.
Catarina Alexandra Rodrigues Domingues.
Célia Maria Figueiredo dos Santos.
Gabriela Clara Apóstolo Ferreira Lopes.
Guida Maria Simões Ferreira.
Isabel Cristina Simões dos Santos.
Isabel de Jesus Oliveira.
João Paulo Pereira da Fonseca.
Jorge Miguel Rodrigues Correia.
José Pedro Amaro.
Lucy de Jesus Alcatrão.
Luís Miguel da Conceição Martins.
Luísa Daniela Fernandes Valente de Sousa.
Maria do Céu Abrunhosa Pereira.
Maria Helena Rodrigues Magalhães.
Maria João Ramos Tomás.
Maria José Carvalho dos Santos.
Maria Rosa Pinto Nogueira da Silva.
Maria Utília da Rocha Ferrão.
Marta Alexandra Martins Teixeira.
Mílton Coelho Pereira.
Natália Pereira Gaspar.
Nélson José Ventura Rodrigues.
Nuno Miguel da Silva Cardoso.
Patrícia Alexandra da Silva Carvalho.
Paula Cristina Antunes Henriques.
Pedro Alexandre Simões Carvalho.
Regina Maria de Almeida Cancela.
Rita Maria Vieira Grave.
Rosa Maria da Fonseca Rodrigues.
Rui Jorge de Jesus Branco.
Rui Manuel da Costa Soares.
Sílvia Cristina de Oliveira Barrocas.
Sílvia Manuela Dias Tavares.
Sónia Catarina Cabete de Freitas.
Sónia Maria de Bastos Martins.
Susana Margarida Ferreira Alves Simões.
Valdemar Henriques Rodrigues.
Victor Manuel Gonçalves Ferreira.

10 de Fevereiro de 1999. — A Presidente do Júri, *Maria Helena Tavares Batista Braga Rocha.*

Hospital Distrital de Aveiro

Aviso n.º 3797/99 (2.ª série). — Devidamente homologada por despacho do administrador-delegado em 4 de Fevereiro de 1999, publica-se a lista de classificação final do único candidato admitido ao concurso interno geral de provimento para o preenchimento de uma vaga de assistente da carreira médica hospitalar, estomatologia, do quadro de pessoal deste Hospital, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 254, de 3 de Novembro de 1998:

1.º e único candidato — Dr. Alberto Manuel Basto de Magalhães — 17 valores.

Da homologação da presente lista cabe recurso, a interpor no prazo de 10 dias úteis a contar da data da sua publicação, com efeito suspensivo, para o Ministro da Saúde ou para a entidade em quem tenha sido delegada competência, de acordo com o estabelecido no n.º 35 da secção VII do regulamento de concursos aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

5 de Fevereiro de 1999. — O Administrador-Delegado, *Vasconcellos Guimarães.*

Hospital Distrital da Covilhã

Aviso n.º 3798/99 (2.ª série). — Para os devidos efeitos e conhecimento dos interessados, torna-se público que se encontra afixada no *placard* junto à Repartição de Gestão de Pessoal a lista de classificação final do concurso externo de ingresso para o preenchimento de um lugar de técnico de diagnóstico e terapêutica de 2.ª classe, ramo de farmácia, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 241, de 19 de Outubro de 1998.

4 de Fevereiro de 1999. — Pelo Conselho de Administração, o Presidente, *Jorge Manuel Pereira Martins.*

Hospital Distrital do Fundão

Aviso n.º 3799/99 (2.ª série). — *Concurso interno geral de provimento na categoria de assistente de medicina interna.* — 1 — Nos termos dos artigos 15.º, 23.º e 30.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do Regulamento dos Concursos de Provimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, faz-se público que, autorizado por despacho do conselho de administração deste Hospital de 3 de Fevereiro de 1999, se encontra aberto concurso interno geral de provimento para o preenchimento de um lugar vago na categoria de assistente de medicina interna da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 637/95, de 22 de Junho.

2 — Tipo de concurso:

2.1 — O concurso é institucional, aberto a todos os médicos possuidores dos requisitos gerais e especiais que estejam vinculados à função pública.

3 — Prazo de validade:

3.1 — O concurso visa exclusivamente o preenchimento da vaga citada no n.º 1 deste aviso, esgotando-se com o seu preenchimento.

4 — Local de trabalho:

4.1 — O local de trabalho será no Hospital Distrital do Fundão, bem como noutras instituições com as quais este Hospital tenha ou venha a ter protocolos de colaboração, nos termos do n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março.

5 — O regime de trabalho será de tempo completo ou de exclusividade e poderá ser desenvolvido em horário desfasado, de acordo com as disposições legais existentes nesta matéria, designadamente o despacho ministerial n.º 19/90.

6 — Requisitos de admissão ao concurso:

6.1 — São requisitos de admissão ao concurso:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico necessário ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;

6.2 — Requisitos especiais de admissão:

a) Possuir o grau de assistente da área profissional a que respeita o concurso ou equivalente, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º;
b) Estar inscrito na Ordem dos Médicos.

7 — Apresentação das candidaturas:

7.1 — Prazo — o prazo para apresentação das candidaturas é de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

7.2 — Forma — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 112/90, de 4 de Abril, dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital Distrital do Fundão, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido, ou remetido por correio registado e com aviso de recepção, desde que expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 7.1 deste aviso.

7.3 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do requerente (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, número, data de emissão, arquivo de identificação e validade do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone, se o tiver);
b) Categoria profissional e estabelecimento de saúde a que o requerente eventualmente esteja vinculado;
c) Pedido para ser admitido ao concurso, com referência ao número e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso;
d) Indicação dos documentos que acompanham o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
e) Quaisquer outros elementos que os candidatos reputem susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal;
f) Endereço para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

8 — Os requerimentos de admissão ao concurso devem ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) Documento comprovativo da posse do grau de assistente da área profissional a que respeita o concurso ou equivalente;
b) Comprovativo do vínculo à função pública;
c) Documento comprovativo da inscrição na Ordem dos Médicos;
d) Cinco exemplares do *curriculum vitae.*

8.1 — O documento referido na alínea *c*) do n.º 8 deste aviso pode ser substituído por declaração no requerimento, sob compromisso de honra, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente ao mesmo.

8.2 — A não apresentação, no prazo de candidatura, dos documentos referidos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 8 deste aviso implica a não admissão ao concurso.

8.3 — Os exemplares do *curriculum vitae* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão ao concurso.

9 — As falsas declarações prestadas nos requerimentos ou nos *curricula* pelos candidatos são punidas nos termos da lei.

10 — O método de selecção dos candidatos é o de avaliação curricular, conforme o disposto na secção VI da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

11 — A lista de candidatos admitidos e excluídos será afixada no *placard* do *hall* de entrada deste Hospital, bem como a lista de classificação final, após publicação no *Diário da República.*

12 — Constituição do júri:

Presidente — Dr. Nélson de Seabra Henriques, chefe de serviço de medicina interna do Hospital Distrital do Fundão.

Vogais efectivos:

Dr.ª Maria Eugénia Monteiro André, assistente hospitalar de medicina interna do Hospital Distrital do Fundão.
Dr.ª Maria Teresa Pereira dos Santos, assistente graduada do Hospital Distrital da Covilhã.

Vogais suplentes:

Dr. Miguel Castelo Branco Craveiro Sousa, assistente hospitalar de medicina interna do Hospital Distrital da Covilhã.
Dr. Carlos Alberto Lino Antunes, assistente hospitalar de medicina interna do Hospital Distrital da Covilhã.

O 1.º vogal efectivo substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

4 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Joaquim dos Reis Nunes.*

Hospital de Egas Moniz

Rectificação n.º 442/99. — Por terem sido publicados com inexactidão os n.os 7.1 e 13 do aviso n.º 18 379/98 (2.ª série), no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 271, de 23 de Novembro de 1998, relativo ao concurso interno geral de acesso para a categoria de enfermeiro especialista (nas áreas de enfermagem médico-cirúrgica, reabilitação, saúde comunitária, saúde do idoso e geriátrica), rectifica-se que, no n.º 7.1, onde se lê:

$$CF=\frac{(HL\times1)+(EP\times4)+(FP\times3)+(OECR\times2)}{2}$$

deve ler-se:

$$CF=\frac{(HL\times1)+(EP\times4)+(FP\times3)+(OECR\times2)}{10}$$

e, no n.º 13, nos vogais suplentes, na área de enfermagem ao indivíduo/pessoa adulta e idosa em situação de doença crónica e enfermagem na saúde do idoso e geriátrica, onde se lê «Rosa Maria Gonçalves da Costa Carvalho, enfermeira-chefe do Hospital de Egas Moniz» deve ler-se «Rosa Maria Gonçalves da Costa, enfermeira especialista do Hospital de Egas Moniz».

3 de Fevereiro de 1999. — A Administradora Hospitalar, *Cristina Almeida.*

Hospital do Espírito Santo — Évora

Rectificação n.º 443/99. — *Processo de selecção sumária para realização de contrato administrativo de provimento para a admissão de enfermeiros (nível 1).* — Por ter sido publicado com inexactidão, no 8.º suplemento ao *Diário da República,* 2.ª série, n.º 301, de 31 de Dezembro de 1998, o aviso n.º 20 163-AI/98 (2.ª série), referente ao processo de selecção sumária para realização de contrato administrativo de provimento para a admissão de enfermeiros (nível 1), a p. 18 548-(52), rectifica-se que onde se lê «13 — A presidente do júri é substituída, nas suas faltas e impedimentos legais, pela 1.ª vogal efectiva.» deve ler-se «13 — A presidente do júri é substituída, nas suas faltas e impedimentos legais, pelo 1.º vogal efectivo.»

2 de Fevereiro de 1999. — A Administradora-Delegada, *Ana Margarida Jorge Dias Balsemão Pires.*

Rectificação n.º 444/99. — *Concurso externo de ingresso na categoria de assistente (ramo de laboratório) da carreira técnica superior de saúde.* — Por ter sido publicado com inexactidão, no 8.º suplemento ao *Diário da República,* 2.ª série, n.º 301, de 31 de Dezembro de 1998, o aviso n.º 20 163-AH/98 (2.ª série), referente ao concurso externo de ingresso para dois lugares de assistente (ramo de laboratório), a pp. 18 548-(51) e 18 548-(52), rectifica-se que onde se lê:

Vogais efectivos:

[...]
Dr.ª Maria de Fátima Fialho Rodrigues Zorriotto Cardoso, assessora superior (ramo de laboratório) do Hospital José Joaquim Fernandes — Beja.

Vogais suplentes:

[...]
Dr.ª Rosa Maria Silva Gama Pinheiro Monte d'Água, assessora (ramo de laboratório) do Hospital de Santa Luzia.

deve ler-se:

Vogais efectivos:

[...]
Dr.ª Maria de Fátima Fialho Rodrigues Zorrinho Cardoso, assessora superior (ramo de laboratório) do Hospital José Joaquim Fernandes — Beja.

Vogais suplentes:

[...]
Dr.ª Rosa Maria Silva Gama Pinheiro Morteágua, assessora (ramo de laboratório) do Hospital de Santa Luzia.

2 de Fevereiro de 1999. — A Administradora-Delegada, *Ana Margarida Jorge Dias Balsemão Pires.*

Hospital Geral de Santo António

Aviso n.º 3800/99 (2.ª série). — *Concurso interno geral de acesso para assistente principal, ramo de farmácia.* — Para conhecimento, informa-se que a lista dos candidatos admitidos e excluídos do concurso supramencionado encontra-se afixada, para consulta, no expositor junto à porta principal deste Hospital.

Das admissões ou exclusões cabe recurso a apresentar perante o administrador-delegado deste Hospital, competente para dele conhecer, por subdelegação de competências, no prazo de oito dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

5 de Fevereiro de 1999. — O Administrador-Delegado, *Moreno Rodrigues.*

Aviso n.º 3801/99 (2.ª série). — *Concurso para a frequência do ciclo de estudos especiais de cuidados intensivos.* — Nos termos do despacho de 7 de Fevereiro de 1990 do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 24 de Fevereiro de 1990, é aberto concurso para a frequência de um ciclo de estudos especiais em cuidados intensivos, para funcionar no serviço de cuidados intensivos do Hospital Geral de Santo António.

Este ciclo de estudos especiais deverá ter o seu início no dia 1 de Abril de 1999.

Os candidatos devem possuir as habilitações constantes do n.º 6 do referido despacho e entregar o requerimento de candidatura, dirigido ao presidente do conselho de administração deste Hospital, acompanhado de dois *curricula,* até 20 dias úteis após a publicação deste aviso no *Diário da República.*

O júri selecionará dois candidatos a admitir de entre os candidatos no prazo máximo de 10 dias, sendo dada preferência aos candidatos que tenham frequentado serviços de cuidados intensivos.

Os candidatos admitidos ou recusados serão avisados imediatamente por carta registada com aviso de recepção.

8 de Fevereiro de 1999. — O Administrador-Delegado, *Moreno Rodrigues.*

Hospital José Joaquim Fernandes — Beja

Aviso n.º 3802/99 (2.ª série). — Após homologação do conselho de administração deste Hospital de 28 de Janeiro de 1999 e dado cumprimento às formalidades constantes dos artigos 100.º e 102.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, faz-se pública a lista de classificação final do único candidato admitido ao concurso interno geral de acesso ao nível 2 de enfermeiro especialista em reabilitação do quadro de pessoal do Hospital José Joaquim Fernandes — Beja, conforme aviso de abertura publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 262, de 12 de Novembro de 1998:

1.º José Manuel dos Santos Martins — 15,325 valores.

4 de Fevereiro de 1999. — O Administrador Hospitalar, *Manuel Guerreiro Milho.*

Hospital de Magalhães Lemos

Aviso n.º 3803/99 (2.ª série). — *Concurso para recrutamento e selecção de enfermeiros com vista à celebração de contratos administrativos de provimento.* — 1 — Torna-se público que, por despacho do conselho de administração do Hospital de Magalhães Lemos proferido em 30 de Dezembro de 1998, se encontra aberto processo de recrutamento e selecção para quatro enfermeiros com vista à celebração de contrato administrativo de provimento, em face das quotas de descongelamento atribuídas a este Hospital pelo despacho conjunto n.º 843/98, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 280, de 4 de Dezembro de 1998.

2 — Foi consultada a Direcção-Geral da Administração Pública, que informou, através do ofício n.º 638, de 15 de Janeiro do corrente ano, não existirem enfermeiros excedentes.

3 — Local de trabalho — na área assistencial do Hospital de Magalhães Lemos.

4 — Conteúdo funcional — as funções a desempenhar serão as constantes do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

5 — Remuneração — a constante da tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

6 — Método de selecção — avaliação curricular, elaborada de acordo com a alínea *a*) do n.º 1 e com o n.º 3 do artigo 34.º, atendendo ao disposto na alínea *a*) do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, adoptando-se os seguintes critérios e respectivas ponderações:

$$CF=\frac{(NC\times 2)+HA+(EP\times 3)+(EPP\times 4)}{10}$$

em que:

NC = nota final do curso superior (Geral) de Enfermagem ou equivalente legal;

HA = habilitações literárias:

Com habilitação até ao 11.º ano de escolaridade — 18 pontos;
Com o 12.º ano ou habilitação superior — 20 pontos;

EP = experiência profissional (até ao total de 20 pontos):

Sem experiência profissional — 10 pontos;
Por cada seis meses de exercício profissional — 2,5 pontos.

Considera-se experiência profissional o exercício realizado em instituições públicas;

EPP = experiência profissional em serviços de saúde mental e psiquiátrica (até ao total de 20 pontos):

Sem experiência profissional — 10 pontos;
Por cada três meses de exercício profissional — 2,5 pontos.

Considera-se a experiência profissional em serviços de saúde mental e psiquiátrica o exercício realizado em instituições públicas.

7 — Sistema de classificação final — na classificação final adoptar-se-á uma escala de 0 a 20 valores, considerando-se excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

7.1 — No caso de igualdade de classificação, aplicar-se-á o estipulado nos n.os 8 e 9 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

8 — Requisitos gerais de admissão:

8.1 — Satisfazer os requisitos gerais previstos no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro;

8.2 — Possuir o título profissional de enfermeiro.

9 — Apresentação das candidaturas:

9.1 — O prazo de apresentação de candidaturas é de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações resultantes da aplicação do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

9.2 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, nos moldes legais, dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital de Magalhães Lemos, Rua do Professor Álvaro Rodrigues, 4100 Porto, solicitando a sua admissão ao concurso e entregue no Serviço de Pessoal durante as horas normais de expediente até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ser enviado pelo correio sob registo e com aviso de recepção até ao termo do prazo fixado.

9.3 — Do requerimento de admissão devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, número, data e validade do bilhete de identidade e entidade que o emitiu, residência, código postal e telefone);
b) Habilitações literárias e profissionais;
c) Referência ao aviso de abertura do concurso, mencionando o *Diário da República* em que é publicado, assim como a data, número e página;
d) Enumeração dos documentos que acompanham o requerimento;
e) Declaração, sob compromisso de honra, em como reúne os requisitos gerais de admissão ao presente processo de selecção sumário;
f) Quaisquer outros elementos que os candidatos reputem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal.

9.4 — O requerimento deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) Documento, autêntico ou autenticado, comprovativo das habilitações literárias;
b) Documento, autêntico ou autenticado, comprovativo do curso superior (Geral) de Enfermagem ou equivalente legal e respectiva classificação final;

c) Documento comprovativo do tempo de exercício profissional, se for caso disso;
d) Documento comprovativo do tempo de exercício profissional na área da saúde mental e psiquiátrica, se for caso disso;
e) Três exemplares do *curriculum vitae.*

10 — A lista de classificação final será afixada no expositor do Serviço de Pessoal deste Hospital.

10.1 — Dado que este recrutamento de enfermeiros obedece a um processo de selecção sumário, é eliminada a fase de elaboração da lista de candidatos admitidos e excluídos, sendo que eventuais candidatos excluídos constarão de uma relação a afixar em simultâneo com a lista classificativa final e isto sem prejuízo da audiência prévia dos candidatos excluídos, nos termos dos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

11 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida, documentação comprovativa das declarações prestadas.

12 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

13 — O júri do presente concurso tem a seguinte constituição:

Presidente — Manuel da Silva Marcelino Martins, enfermeiro-director.
Vogais efectivos:

Maria Fernanda Gonçalves, enfermeira graduada.
Paula Maria Reis Vale, enfermeira graduada.

Vogais suplentes:

Maria Adelaide Gonçalves Horta, enfermeira graduada.
Carla Maria Sousa Aguiar, enfermeira.

Todos os elementos do júri pertencem ao quadro de pessoal do Hospital de Magalhães Lemos.

14 — O primeiro vogal efectivo substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

9 de Fevereiro de 1999. — A Administradora-Delegada, *Élia Costa Gomes.*

Aviso n.º 3804/99 (2.ª série). — *Concurso interno geral de acesso para enfermeiros-chefes.* — 1 — Por despacho do conselho de administração de 19 de Novembro de 1998 e nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações resultantes da aplicação do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra aberto concurso interno geral de acesso para o preenchimento de três lugares de enfermeiro-chefe, nível 2, do quadro de pessoal do Hospital de Magalhães Lemos, aprovado pela Portaria n.º 935/94, de 21 de Outubro.

2 — O concurso é válido para o preenchimento das vagas constantes deste aviso e das que vierem a vagar no período de dois anos.

3 — Funções a desempenhar — as constantes do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações resultantes da aplicação do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

4 — Local de trabalho — na área assistencial do Hospital de Magalhães Lemos.

5 — Remuneração — o vencimento é o resultante da aplicação do disposto no Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, e da tabela I a ele anexa, com as alterações resultantes da aplicação do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

6 — Requisitos de admissão ao concurso:

6.1 — Requisitos gerais — os requisitos gerais de admissão ao concurso são os constantes no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações resultantes da aplicação do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

6.2 — Requisitos especiais — os requisitos especiais de admissão são os constantes do n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações resultantes da aplicação do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

7 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar são os constantes do n.º 5 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 437/91, com as alterações resultantes da aplicação do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

7.1 — Em caso de igualdade de classificação aplicar-se-á, para desempate, o estabelecido no n.º 6 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações resultantes da aplicação do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

8 — Apresentação das candidaturas:

8.1 — O prazo de apresentação de candidaturas é de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações resultantes da aplicação do do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

8.2 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, nos moldes legais, dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital de Magalhães Lemos, Rua do Professor Álvaro Rodrigues, 4100 Porto, solicitando a sua admissão ao concurso e entregue no Serviço de Pessoal durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ser enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado.

8.3 — Do requerimento de admissão devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, número, data e validade do bilhete de identidade e entidade que o emitiu, residência, código postal e telefone);
b) Situação profissional;
c) Referência ao aviso de abertura do concurso, mencionando o *Diário da República* em que é publicado, número e página;
d) Enumeração dos documentos que acompanham o requerimento;
e) Quaisquer outros elementos que os candidatos reputem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal.

8.4 — O requerimento deve ser acompanhado dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

a) Documento, autêntico ou autenticado, comprovativo das habilitações literárias;
b) Documento, autêntico ou autenticado, comprovativo das habilitações profissionais;
c) Declaração, passada pelo serviço ou organismo a que os candidatos estejam vinculados, comprovativa da natureza do vínculo à função pública e do tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
d) Documento comprovativo da avaliação do desempenho de *Satisfaz* relativa ao último triénio avaliado, ou pedido de ponderação curricular, a dirigir ao presidente do júri, nos termos previstos no artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações resultantes da aplicação do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro;
e) Três exemplares do *curriculum vitae.*

9 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida, documentação comprovativa das declarações prestadas.

10 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

11 — Publicação das listas — as listas de candidatos e de classificação final serão publicadas no *Diário da República* e afixadas no expositor do Serviço de Pessoal.

12 — O júri do presente concurso tem a seguinte constituição:

Presidente — Idalina Conceição Santos Peres Bessa Vilela, enfermeira-supervisora do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia.
Vogais efectivos:

Manuel da Conceição Silva Rocha, enfermeiro-supervisor do quadro de pessoal do Hospital de São João.
Maria Manuela Vieira Martins Borges, enfermeira-chefe do quadro de pessoal do Hospital de Pedro Hispano.

Vogais suplentes:

Delfina Sampaio Lobo Morais, enfermeira-chefe do quadro de pessoal do Hospital de Magalhães Lemos.
Alzira Prazeres Machado Teixeira Costa, enfermeira-chefe do quadro de pessoal do Hospital de Magalhães Lemos.

13 — O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

9 de Fevereiro de 1999. — A Administradora-Delegada, *Élia Costa Gomes.*

Hospital de Nossa Senhora da Ajuda — Espinho

Aviso n.º 3805/99 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, informa-se que a lista de antiguidade do pessoal do Hospital de Nossa Senhora da Ajuda — Espinho relativa ao ano de 1998 foi aprovada e afixada, nos termos legais, para consulta dos interessados.

Da organização da referida lista cabe reclamação, no prazo de 30 dias contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário*

da República, de acordo com o disposto no artigo 96.º da mesma disposição legal.

9 de Fevereiro de 1999. — O Administrador-Delegado, *Manuel Luís Gomes Ferreira da Silva.*

Hospital Nossa Senhora do Rosário — Barreiro

Aviso n.º 3806/99 (2.ª série). — *Concurso n.º 8/99 — assistente de cardiologia.* — 1 — Nos termos dos artigos 15.º, 23.º e 50.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 210/91, de 22 de Junho, e do Regulamento dos Concursos de Provimento dos Lugares de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, faz-se público que, por deliberação do conselho de administração, de 20 de Janeiro de 1999, se encontra aberto concurso interno geral para três vagas de assistente de cardiologia da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 983/98, de 24 de Novembro, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 272, de 24 de Novembro de 1998.

2 — O concurso é institucional, aberto a todos os médicos possuidores dos requisitos gerais e especiais que estejam vinculados à função pública.

3 — Prazo de validade — o concurso visa o preenchimento das vagas anunciadas e esgota-se com o seu preenchimento.

4 — Os médicos a prover podem vir a prestar serviço não só no Hospital que abre o concurso, mas também em outras instituições com as quais o estabelecimento tenha ou venha a ter acordo ou protocolo de colaboração, nos termos do n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março.

5 — O regime de trabalho será desenvolvido em horários desfasados, de acordo com as disposições legais existentes nesta matéria, nomeadamente o despacho ministerial n.º 19/90.

6 — Requisitos de admissão:

6.1 — São requisitos gerais de admissão a concurso:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as lei de vacinação obrigatória.

6.2 — São requisitos especiais de admissão:

a) Possuir o grau de assistente de cardiologia ou equivalente, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março;
b) Estar inscrito na Ordem dos Médicos.

7 — Apresentação de candidaturas:

7.1 — Prazo — o prazo para apresentação de candidatura é de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

7.2 — Forma — a candidatura deve ser formalizada mediante requerimento, dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital Nossa Senhora do Rosário — Barreiro e entregue pessoalmente no Serviço de Pessoal ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, desde que tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 7.1.

7.3 — Dos requerimentos devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente (nome, naturalidade, residência, telefone e número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu);
b) Categoria profissional e estabelecimento de saúde a que o requerente esteja vinculado;
c) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e data do *Diário da República* onde vem anunciado, bem como a área profissional a que concorre;
d) Indicação de documentos que instruam o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
e) Endereço para onde poderá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

8 — As falsas declarações feitas pelos candidatos nos requerimentos ou nos currículos serão punidas nos termos da lei.

9 — Os requerimentos de admissão devem ser acompanhados por:

a) Documento comprovativo da posse do grau de assistente de cardiologia ou equivalente;
b) Documento comprovativo do vínculo à função pública;
c) Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos;
d) Cinco exemplares do *curriculum vitae.*

9.1 — A apresentação do documento referido na alínea *c*) do n.º 9 pode ser substituída por declaração no requerimento, sob compromisso de honra, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a esse requisito.

10 — A não apresentação, no prazo de candidatura, dos documentos referidos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 9 implica a não admissão ao concurso.

11 — Os exemplares do *curriculum vitae* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão ao concurso.

12 — Os métodos de selecção a utilizar no concurso são os referidos na secção VI da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

13 — As listas dos candidatos serão afixadas no *placard* em frente à Repartição de Pessoal.

14 — Constituição do júri:

Presidente — Dr. Horácio Raul Santos de Sousa Romano, chefe de serviço de cardiologia do Hospital Nossa Senhora do Rosário — Barreiro.
Vogais efectivos:
Dr. Vasco Artur Ferreira Corrêa d'Almeida, chefe de serviço de cardiologia do Hospital Nossa Senhora do Rosário — Barreiro.
Dr. Carlos Alberto Santos Veiga, assistente graduado de cardiologia do Hospital Nossa Senhora do Rosário — Barreiro.

Vogais suplentes:
Dr. João José Gabriel Constantino Tavares, assistente de cardiologia do Hospital Nossa Senhora do Rosário — Barreiro.
Dr. Rui Carlos Fernandes Menezes Caria, assistente de cardiologia do Hospital Nossa Senhora do Rosário — Barreiro.

O presidente será substituído em caso de falta ou impedimento pelo primeiro vogal efectivo.

26 de Janeiro de 1999. — O Administrador-Delegado, *Daniel Ferro.*

Aviso n.º 3807/99 (2.ª série). — *Concurso n.º 31/98.* — Faz-se público que nesta data se encontra afixada no *placard* exterior junto à Secção de Pessoal a lista de candidatos admitidos ao concurso interno geral de acesso para técnico de diagnóstico e terapêutica de 1.ª classe, área de análises clínicas e de saúde pública, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 287, de 14 de Dezembro de 1998.

5 de Fevereiro de 1999. — O Chefe da Repartição de Pessoal, *Carlos Cabral.*

Hospital de Pulido Valente

Aviso n.º 3808/99 (2.ª série). — *Concurso interno geral de ingresso na categoria de técnico de 2.ª classe, ramo de análises clínicas e de saúde pública, da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica.* — De acordo com o disposto no artigo 21.º, n.º 2, alínea *b*), do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho, torna-se público que a lista da única candidata admitida no concurso em epígrafe, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 273, de 25 de Novembro de 1998, será afixada no Serviço de Pessoal e no átrio principal deste Hospital, sem prejuízo do envio da mesma à candidata através de ofício registado, na data da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

8 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Júri, *Rui Abílio Gomes Pereira de Sousa.*

Hospital de Santa Luzia de Viana do Castelo

Aviso n.º 3809/99 (2.ª série). — 1 — Após ter sido dado cumprimento ao artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo, a seguir se publica, homologada pelo conselho de administração deste Hospital de 24 de Novembro de 1998, a lista de classificação final dos candidatos ao concurso interno de provimento para assistente

de medicina interna, aberto por publicação inserta no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 156, de 9 de Julho de 1998:

		Valores
1.º	Carlos Manuel de Sousa Ribeiro	17,1
2.º	Diana Maria Pereira Gomes da Costa Guerra	17
3.º	Ana Maria Monteiro da Costa	16,2
4.º	Maria Luísa Monteiro Pinto	16
5.º	Jorge Manuel Pereira Oliveira	15,8

2 — Da homologação cabe recurso, a interpor no prazo de 10 dias a contar da presente publicação.

8 de Fevereiro de 1999. — O Administrador-Delegado, *Fernando M. Marques.*

Hospital de Santa Maria Maior

Aviso n.º 3810/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos dos artigos 15.º, 23.º e 30.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do Regulamento dos Concursos de Provimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, faz-se público que, autorizado por despacho do conselho de administração do Hospital Santa Maria Maior, de Barcelos, de 2 de Fevereiro de 1999, no uso de competência própria, encontra-se aberto concurso interno de provimento de dois lugares de assistente de medicina interna que se encontram vagos no quadro de pessoal médico deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 264/97, de 17 de Abril.

2 — O concurso é institucional, aberto a todos os médicos possuidores dos requisitos gerais e especiais que estejam vinculados à função pública, e visa exclusivamente o preenchimento das vagas postas a concurso, pelo que se esgota com o seu preenchimento.

3 — Regime e local de trabalho:

3.1 — O local de trabalho será no Hospital de Santa Maria Maior, de Barcelos, podendo também vir a estender o exercício das respectivas actividades a outras instituições com as quais possa vir a ter acordos ou protocolos de colaboração.

3.2 — O regime de trabalho será desenvolvido em horário desfasado, nos termos das disposições legais em vigor nesta matéria, nomeadamente o despacho ministerial n.º 19/90, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 193, de 22 de Agosto de 1990.

4 — Requisitos de admissão:

4.1 — São requisitos gerais de admissão:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados em lei especial ou convenção internacional, casos em que deve ser feita prova de conhecimento da língua portuguesa;
b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

4.2 — Requisitos especiais:

4.2.1 — É condição especial a posse do grau de especialista de medicina interna, nos termos do artigo 21.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 128/92, de 4 de Julho, ou a sua equiparação, obtida nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março.

4.2.2 — Estar inscrito na Ordem dos Médicos.

5 — Apresentação das candidaturas:

5.1 — O prazo para apresentação de candidaturas é de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

5.2 — Forma — a candidatura deverá ser formalizada mediante requerimento, dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital Santa Maria Maior, de Barcelos, podendo ser entregue pessoalmente no Serviço de Pessoal até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso ou ser enviado pelo correio, com aviso de recepção, Apartado 181, 4751 Barcelos Codex, e expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 5.1.

5.3 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente (nome, naturalidade, filiação, data de nascimento, residência, telefone e número e data do bilhete de identidade, e serviço de identificação que o emitiu);
b) Categoria profissional e estabelecimento de saúde a que esteja vinculado;
c) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e data do *Diário da República* onde vem anunciado;
d) Indicação dos documentos que instruam o requerimento, assim como a sua sumária caracterização;
e) Endereço para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso;
f) Habilitação profissionais;
g) Quaisquer outros elementos que os candidatos reputem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal.

6 — As falsas declarações prestadas nos requerimentos pelos candidatos serão punidas nos termos da lei penal.

7 — O requerimento de admissão deve ser acompanhado de:

a) Documento, original ou fotocópia autenticada, comprovativo da posse do grau de assistente da área profissional a que respeita o concurso ou equivalente;
b) Documento, original ou fotocópia autenticada, comprovativo do vínculo à função pública;
c) Documento, original ou fotocópia autenticada, comprovativo da inscrição na Ordem dos Médicos;
d) Cinco exemplares do *curriculum vitae.*

7.1 — O documento mencionado na alínea *c*) pode ser substituído por declaração no requerimento, sob compromisso de honra, da situação precisa em que os candidatos se encontrem relativamente ao requisito.

7.2 — A falta dos documentos previstos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 7 implica a não admissão a concurso.

7.3 — Os exemplares do *curriculum vitae* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão a concurso.

8 — Método de selecção — o método de selecção utilizado é o de avaliação curricular, conforme o disposto na secção VI da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

9 — As listas de admissão e de classificação final dos candidatos serão afixadas no *placard* do Serviço de Pessoal.

10 — Constituição do júri:

Presidente — José António Mexedo Bordalo Poiarez, director clínico do Hospital de Santa Maria Maior, de Barcelos.
Vgais efectivos:

Carlos Huet Viana Jorge, chefe de serviço de medicina interna do Hospital de Santa Maria Maior, de Barcelos.
Carlos Henrique Calheiros da Silva Moreira, chefe de serviço de medicina interna do Hospital de Santa Maria Maior, de Barcelos.

Vogais suplentes:

Maria Engrácia Gomes da Silva Barros, assistente graduada de medicina interna do Hospital de Santa Maria Maior, de Barcelos.
Maria da Graça dos Santos Ferraz, assistente de medicina interna do Hospital de Santa Maria Maior, de Barcelos.

O presidente será substituído, em caso de falta ou impedimento, pelo 1.º vogal efectivo.

5 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho de Administração, *Luís António Castanheira Nunes.*

Hospital de Santo André — Leiria

Aviso n.º 3811/99 (2.ª série). — *Concurso n.º 31/98 — concurso externo de ingresso na categoria de assistente, área de urologia.* — Para os devidos efeitos, faz-se público que o concurso externo de ingresso na categoria de assistente, área de urologia, do quadro de pessoal deste Hospital, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 293, de 21 de Dezembro de 1998, ficou deserto.

8 de Fevereiro de 1999. — O Administrador-Delegado, *João Carlos Alves Dinis Carmo.*

Hospital de São Gonçalo

Aviso n.º 3812/99 (2.ª série). — Dando cumprimento ao estipulado na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho, torna-se público que a lista de candidatos admitidos e excluídos do concurso externo geral de ingresso na categoria de técnico de diagnóstico e terapêutica de 2.ª classe, área de farmácia, inserto no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 258, de 7 de Novembro de 1998, se encontra afixada no expositor existente no átrio deste Hospital.

Da presente lista cabe recurso, nos termos do n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho.

5 de Fevereiro de 1999. — O Administrador-Delegado, *Vítor Manuel da Silva Macedo.*

Aviso n.º 3813/99 (2.ª série). — Dando cumprimento ao disposto na alínea *b*) do n.º 9 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, torna-se público que a lista de transição constante da alínea *a*) do n.º 9 do artigo 2.º do referido decreto-lei se encontra afixada no expositor existente no átrio deste Hospital.

Da transição cabe recurso, nos termos da alínea *c*) do n.º 9 artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

5 de Fevereiro de 1999. — O Administrador-Delegado, *Vítor Manuel da Silva Macedo.*

Hospital de São Pedro — Vila Real

Aviso n.º 3814/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos dos artigos 15.º, 23.º, 30.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do Regulamento dos Concursos de Provimento na categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, faz-se público que, por deliberação do conselho de administração do Hospital de São Pedro — Vila Real de 8 de Janeiro de 1999, se encontra aberto concurso institucional interno geral de provimento para o preenchimento de uma vaga de assistente de cardiologia da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal médico deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 422/92, de 22 de Maio, e alterado pelas Portarias n.ºs 458/93, de 30 de Abril, 757/96, de 26 de Dezembro, e 300/98, de 18 de Maio.

2 — O concurso é institucional, interno geral, aberto a todos os médicos possuidores dos requisitos gerais e especiais que estejam vinculados à função pública e é válido para o preenchimento da vaga posta a concurso.

3 — São requisitos gerais de admissão ao concurso:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

4 — São requisitos especiais de admissão:

a) Possuir o grau de assistente da área profissional a que respeita o concurso ou equivalente, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março;
b) Estar inscrito na Ordem dos Médicos.

5 — Apresentação das candidaturas:

5.1 — Prazo — o prazo de apresentação das candidaturas é de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

5.2 — Forma — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, com folhas normalizadas de formato A4, dirigido ao presidente do conselho de administração e entregue na Repartição de Pessoal deste Hospital, sito em Lordelo, 5000 Vila Real, pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, desde que tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 5.1.

Nos casos de entrega pessoal do requerimento de admissão, o funcionário ou agente competente a quem tiver sido apresentado deve passar recibo datado e com especificação dos documentos juntos.

5.3 — Dos requerimentos devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente (nome, naturalidade, residência e telefone, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu);
b) Categoria profissional e estabelecimento de saúde a que o requerente esteja vinculado;
c) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e data do *Diário da República* onde vem anunciado, bem como a área profissional a que concorre;
d) Indicação de documentos que instruam o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
e) Endereço para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

6 — Os requerimentos de admissão devem ser acompanhados por:

a) Documento comprovativo da posse do grau de assistente da área profissional a que respeita o concurso ou equivalente;
b) Documento comprovativo do vínculo à função pública;
c) Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos;
d) Cinco exemplares do *curriculum vitae.*

6.1 — A não apresentação dos documentos referidos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 6 implica a não admissão ao concurso.

6.2 — O documento mencionado na alínea *c*) do n.º 6 pode ser substituído por declaração no requerimento, sob compromisso de honra, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a esse requisito.

6.3 — Os exemplares do *curriculum vitae* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão a concurso.

7 — Métodos de selecção — o método de selecção dos candidatos é a avaliação curricular, nos termos da secção VI do regulamento anexo à Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

8 — As falsas declarações feitas pelos candidatos nos requerimentos ou nos currículos são puníveis nos termos da lei penal e constituem infracção disciplinar se o candidato for funcionário ou agente.

9 — As listas relativas ao concurso serão afixadas no *placard* da Repartição de Pessoal e os candidatos notificados por ofício registado com aviso de recepção acompanhado da cópia da lista.

10 — Constituição do júri:

Presidente — Dr. Joaquim Luís Saudade Vieira, chefe de serviço de cardiologia do Hospital de São Pedro — Vila Real.

Vogais efectivos:

Dr. Policarpo António Soares da Rosa, assistente graduado de cardiologia do Hospital de São Pedro — Vila Real.
Dr. João Augusto Martins Gonçalves Azevedo, assistente de cardiologia do Hospital de São Pedro — Vila Real.

Vogais suplentes:

Dr. José Ilídio Azevedo Moreira, assistente de cardiologia do Hospital de São Pedro — Vila Real.
Dr. João Nuno Vilhena Oliveira Silva Pontes, assistente de cardiologia do Hospital de São Pedro — Vila Real.

11 — O primeiro vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

2 de Fevereiro de 1999. — O Administrador-Delegado, *Américo F. S. Afonso.*

Aviso n.º 3815/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos dos artigos 15.º, 23.º, 30.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do Regulamento dos Concursos de Provimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, faz-se público que, por deliberação do conselho de administração do Hospital de São Pedro — Vila Real de 8 de Janeiro de 1999, se encontra aberto concurso institucional interno geral de provimento para o preenchimento de uma vaga de assistente de oftalmologia da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal médico deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 422/92, de 22 de Maio, e alterado pelas Portarias n.ºs 458/93, de 30 de Abril, 757/96, de 26 de Dezembro, e 300/98, de 18 de Maio.

2 — O concurso é institucional, interno geral, aberto a todos os médicos possuidores dos requisitos gerais e especiais que estejam vinculados à função pública e é válido para o preenchimento da vaga posta a concurso.

3 — São requisitos gerais de admissão ao concurso:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

4 — São requisitos especiais de admissão:

a) Possuir o grau de assistente da área profissional a que respeita o concurso ou equivalente, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março;
b) Estar inscrito na Ordem dos Médicos.

5 — Apresentação das candidaturas:

5.1 — Prazo — o prazo de apresentação das candidaturas é de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

5.2 — Forma — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, com folhas normalizadas de formato A4, dirigido ao presidente do conselho de administração e entregue na Repartição de Pessoal deste Hospital, sito em Lordelo, 5000 Vila Real, pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, desde que tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 5.1.

Nos casos de entrega pessoal do requerimento de admissão, o funcionário ou agente competente a quem tiver sido apresentado deve passar recibo datado e com especificação dos documentos juntos.

5.3 — Dos requerimentos devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente (nome, naturalidade, residência e telefone, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu);
b) Categoria profissional e estabelecimento de saúde a que o requerente esteja vinculado;
c) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e data do *Diário da República* onde vem anunciado, bem como a área profissional a que concorre;
d) Indicação de documentos que instruam o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
e) Endereço para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

6 — Os requerimentos de admissão devem ser acompanhados por:

a) Documento comprovativo da posse do grau de assistente da área profissional a que respeita o concurso ou equivalente;
b) Documento comprovativo do vínculo à função pública;
c) Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos;
d) Cinco exemplares do *curriculum vitae.*

6.1 — A não apresentação dos documentos referidos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 6 implica a não admissão ao concurso.

6.2 — O documento mencionado na alínea *c*) do n.º 6 pode ser substituído por declaração no requerimento, sob compromisso de honra, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a esse requisito.

6.3 — Os exemplares do *curriculum vitae* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão a concurso.

7 — Método de selecção — o método de selecção dos candidatos é a avaliação curricular, nos termos da secção VI do regulamento anexo à Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

8 — As falsas declarações feitas pelos candidatos nos requerimentos ou nos currículos são puníveis nos termos da lei penal e constituem infracção disciplinar se o candidato for funcionário ou agente.

9 — As listas relativas ao concurso serão afixadas no *placard* da Repartição de Pessoal e os candidatos notificados por ofício registado com aviso de recepção acompanhado da cópia da lista.

10 — Constituição do júri:

Presidente — Dr. José Manuel Pinho de Andrade, chefe de serviço de oftalmologia do Hospital de São Pedro — Vila Real.
Vogais efectivos:

Dr. António Guilhermino Martins Paiva Coimbra, chefe de serviço de oftalmologia do Hospital de São Pedro — Vila Real.
Dr. José Fernando Pereira Alves, assistente graduado de oftalmologia do Hospital de São Pedro — Vila Real.

Vogais suplentes:

Dr. José Alberto Loureiro Pereira Pinto, assistente de oftalmologia do Hospital de São Pedro — Vila Real.
Dr. Armando Santos Pita, assistente de oftalmologia do Hospital de São Pedro — Vila Real.

11 — O primeiro vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

2 de Fevereiro de 1999. — O Administrador-Delegado, *Américo F. S. Afonso.*

Aviso n.º 3816/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos dos artigos 15.º, 23.º, 30.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do Regulamento dos Concursos de Provimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, faz-se público que, por deliberação do conselho de administração do Hospital de São Pedro — Vila Real de 8 de Janeiro de 1999, se encontra aberto concurso institucional interno geral de provimento para o preenchimento de uma vaga de assistente de pediatra da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal médico deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 422/92, de 22 de Maio, e alterado pelas Portarias n.os 458/93, de 30 de Abril, 757/96, de 26 de Dezembro, e 300/98, de 18 de Maio.

2 — O concurso é institucional, interno geral, aberto a todos os médicos possuidores dos requisitos gerais e especiais que estejam vinculados à função pública e é válido para o preenchimento da vaga posta a concurso.

3 — São requisitos gerais de admissão ao concurso:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

4 — São requisitos especiais de admissão:

a) Possuir o grau de assistente da área profissional a que respeita o concurso ou equivalente, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março;
b) Estar inscrito na Ordem dos Médicos.

5 — Apresentação das candidaturas:

5.1 — Prazo — o prazo de apresentação das candidaturas é de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

5.2 — Forma — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, com folhas normalizadas de formato A4, dirigido ao presidente do conselho de administração e entregue na Repartição de Pessoal deste Hospital, sito em Lordelo, 5000 Vila Real, pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, desde que tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 5.1.

Nos casos de entrega pessoal do requerimento de admissão, o funcionário ou agente competente a quem tiver sido apresentado deve passar recibo datado e com especificação dos documentos juntos.

5.3 — Dos requerimentos devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente (nome, naturalidade, residência e telefone, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu);
b) Categoria profissional e estabelecimento de saúde a que o requerente esteja vinculado;
c) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e data do *Diário da República* onde vem anunciado, bem como a área profissional a que concorre;
d) Indicação de documentos que instruam o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
e) Endereço para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

6 — Os requerimentos de admissão devem ser acompanhados por:

a) Documento comprovativo da posse do grau de assistente da área profissional a que respeita o concurso ou equivalente;
b) Documento comprovativo do vínculo à função pública;
c) Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos;
d) Cinco exemplares do *curriculum vitae.*

6.1 — A não apresentação dos documentos referidos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 6 implica a não admissão ao concurso.

6.2 — O documento mencionado na alínea *c*) do n.º 6 pode ser substituído por declaração no requerimento, sob compromisso de honra, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a esse requisito.

6.3 — Os exemplares do *curriculum vitae* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo de candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão a concurso.

7 — Métodos de selecção — o método de selecção dos candidatos é a avaliação curricular, nos termos da secção VI do regulamento anexo à Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

8 — As falsas declarações feitas pelos candidatos nos requerimentos ou nos currículos são puníveis nos termos da lei penal e constituem infracção disciplinar se o candidato for funcionário ou agente.

9 — As listas relativas ao concurso serão afixadas no *placard* da Repartição de Pessoal e os candidatos notificados por ofício registado com aviso de recepção acompanhado da cópia da lista.

10 — Constituição do júri:

Presidente — Dr. Carlos António Lourenço Duarte, chefe de serviço de pediatria do Hospital de São Pedro — Vila Real.
Vogais efectivos:

Dr.ª Isabel Maria Leite Dias Soares, assistente de pediatria do Hospital de São Pedro — Vila Real.

Dr.ª Maria Eduarda Afonso Ventura Rocha Marques, assistente de pediatria do Hospital de São Pedro — Vila Real.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria de Fátima Ribeiro Vieira Marques Dias, assistente graduada de pediatria do Hospital de São Pedro — Vila Real.
Dr. Eurico Jorge Santos Cardoso Gaspar, assistente de pediatria do Hospital de São Pedro — Vila Real.

11 — O primeiro vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

2 de Fevereiro de 1999. — O Administrador-Delegado, *Américo F. S. Afonso.*

Hospital de São Pedro Pescador

Aviso n.º 3817/99 (2.ª série). — *Concurso interno geral de acesso para preenchimento de cinco lugares na categoria de segundo-oficial administrativo.* — De acordo com o disposto no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e para conhecimento dos interessados, publica-se a lista de classificação final dos candidatos ao concurso supracitado, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 144, de 15 de Junho de 1998, e homologada por despacho do conselho de administração de 1 de Fevereiro de 1999:

	Valores
Maria Sameiro Ferreira Araújo Fernandes	14,655
Maria Alice Gomes Martins	14,602
Maria Antonina Maia Castro Sá	14,526
Manuel João Moreira Oliveira	14,393
Maria de Lurdes Ferreira Santos Rodrigues	14,283
Liseta Rosado Franco Próspero Silva	14,010
Carlos Alberto Martins Ribeiro	13,150
Rosa Maria Freitas Castro	12,616

Da homologação cabe recurso, nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

4 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Victor Manuel Ramalho Saraiva.*

Hospital da Senhora da Oliveira — Guimarães

Aviso n.º 3818/99 (2.ª série). — *Concurso interno geral de acesso para preenchimento de um lugar vago de técnico de 1.ª classe de neurofisiografia.* — 1 — Por deliberação do conselho de administração de 25 de Novembro de 1998, no uso da competência que lhe é conferida nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho, se encontra aberto pelo prazo de 15 dias consecutivos, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno geral de acesso para preenchimento de um lugar vago de técnico de 1.ª classe de neurofisiografia, da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 352/93, de 25 de Março.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para a vaga posta a concurso, caducando com o seu preenchimento.

3 — O local de trabalho situa-se no Hospital da Senhora da Oliveira — Guimarães.

4 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 384-B/85, de 30 de Setembro, Portaria n.º 256-A/86, de 28 de Maio e Decretos-Leis n.ºs 123/89, de 14 de Março, 235/90, de 17 de Julho, 14/95, de 21 de Janeiro, e 203/90, de 20 de Junho.

5 — Método de selecção — avaliação curricular (n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 123/89, de 14 de Abril).

6 — Conteúdo funcional — as funções constantes da Portaria n.º 256-A/86, de 28 de Maio.

7 — Vencimento — o vencimento do lugar a prover é o correspondente à tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 203/90, de 20 de Junho.

8 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

8.1 — Requisitos gerais — os constantes do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 235/90, de 17 de Julho;

8.2 — Requisitos especiais — ser técnico de 2.ª classe de neurofisiografia, com o mínimo de três anos e classificação de serviço não inferior a *Bom.*

9 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital da Senhora da Oliveira — Guimarães, sito na Rua dos Cutileiros, 4810 Guimarães, e entregue na Secção de Pessoal do mesmo Hospital, das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e das 14 horas e 30 minutos às 16 horas até ao último dia do prazo estabelecido no presente aviso, podendo ser enviado pelo correio, sob registo, com aviso de recepção, o qual se considera dentro do prazo desde que tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do requerente (nome, filiação, estado civil, naturalidade, data de nascimento, nacionalidade, residência, código postal, telefone, se o tiver, número, data de emissão, serviço que o emitiu e data de validade do bilhete de identidade);
b) Habilitações literárias e profissionais;
c) Categoria e serviço ou estabelecimento onde se encontra colocado o requerente;
d) Pedido para ser admitido ao concurso;
e) Identificação do concurso a que se candidata, bem como o número e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso;
f) Indicação dos documentos que instruem o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
g) Quaisquer outros elementos que o candidato repute susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal;
h) Endereço para onde deverá ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

9.1 — O requerimento deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais, devidamente autenticados;
b) Declaração, emitida pelo serviço de origem, da qual constem, de maneira inequívoca, a existência e a natureza do vínculo à função pública, bem como a antiguidade na função pública, na carreira e na categoria, em anos, meses e dias, e classificação de serviço dos últimos três anos, ou fotocópias autenticadas das fichas de notação;
c) Três exemplares do *curriculum vitae;*
d) Certidão comprovativa dos requisitos gerais solicitados no n.º 8.1 do presente aviso.

9.2 — Os documentos referentes aos requisitos gerais do n.º 8.1 poderão ser dispensados da sua apresentação aos candidatos deste Hospital que declarem no requerimento, sob compromisso de honra, que os mesmos se encontram arquivados no processo individual.

10 — A lista dos candidatos admitidos e excluídos, bem como a lista de classificação final, será afixada no *placard* junto à Secção de Pessoal deste Hospital, após publicação no *Diário da República.*

11 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

12 — Constituição do júri:

Presidente — Rosa Pinto, técnica especialista de neurofisiografia do Hospital Geral de Santo António, Porto.
1.º vogal efectivo — Orquídea Inês Leite da Costa, técnica principal de neurofisiografia do Hospital Geral de Santo António, Porto.
2.º vogal efectivo — Isaías Castro Paiva, técnico principal de neurofisiografia do Hospital Geral de Santo António, Porto.
1.º vogal suplente — Maria Gilda Lino Abreu Maia, técnica de 1.ª classe de neurofisiografia do Hospital Militar Regional n.º 1 do Porto.
2.º vogal suplente — Maria Teresa Campos Gonçalves, técnica principal de neurofisiografia do Hospital de Pedro Hispano, Matosinhos.

O primeiro vogal efectivo substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

1 de Fevereiro de 1999. — O Administrador-Delegado, *Neto Parra.*

Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento

Aviso n.º 3819/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por deliberação do conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED) de 26 de Janeiro de 1999, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do aviso de abertura no *Diário da República,* se encontra aberto concurso interno de ingresso para admissão de um estagiário com vista ao ingresso na categoria de técnico de 2.ª classe da carreira técnica do quadro de pessoal do INFARMED, aprovado pela Portaria n.º 1114/93, de 13 de Novembro, e alterado pelas Portarias n.ºs 32/95, de 13 de Janeiro, e 329/96, de 3 de Agosto.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido por um ano contado da data da publicação da lista de classificação final.

3 — Conteúdo funcional — participar na elaboração de trabalhos e estudos e na emissão de pareceres no âmbito de actuação do INFARMED, designadamente na área de contabilidade.

4 — Vencimento e regalias sociais — o vencimento é fixado nos termos do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

5 — Local de trabalho — Parque da Saúde de Lisboa, Avenida do Brasil, 53, 1700 Lisboa.

6 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, o Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

7 — Requisitos de candidatura — requisitos gerais e especiais:

a) Os definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
b) Ser funcionário ou agente de qualquer serviço da Administração Pública;
c) Possuir curso superior que não confira o grau de licenciatura em área de formação adequada ao conteúdo funcional a prover.

8 — Formalização das candidaturas — os requerimentos de admissão ao concurso e respectiva documentação deverão ser dirigidos ao presidente do conselho de administração do INFARMED, nos termos legais previstos para a forma como se devem revestir as comunicações aos serviços ou organismos públicos, podendo ser entregues pessoalmente ou remetidos através de correio, registado, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1 e endereçado ao Parque da Saúde de Lisboa, Avenida do Brasil, 53, 1700 Lisboa.

8.1 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão conter os seguintes elementos, devidamente actualizados:

a) Identificação completa (nome, bilhete de identidade, nacionalidade, estado civil, residência, código postal e telefone);
b) Habilitações literárias;
c) Identificação da categoria que detém, serviço a que pertencem e natureza do vínculo.

8.2 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado;
b) Declaração, actualizada e autenticada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, mencionando de maneira inequívoca a natureza do vínculo e a categoria que detêm;
c) Documento, autêntico ou autenticado, comprovativo das habilitações literárias que possuem;
d) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das acções de formação profissional complementar e respectivas durações;
e) Quaisquer outros documentos ou circunstâncias que os candidatos entendam dever apresentar por considerarem passíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal, os quais, todavia, só serão tidos em consideração pelo júri se devidamente comprovados.

8.3 — Os funcionários que prestam serviço no INFARMED ficam dispensados da apresentação dos documentos referidos nas alíneas *c*) e *d*) do n.º 8.2 do presente aviso desde que os mesmos constem dos respectivos processos individuais, devendo tal facto ser expressamente mencionado nos seus processos de candidatura.

9 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

10 — A falta de apresentação dos documentos exigidos no respectivo aviso implica a exclusão dos candidatos, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — Métodos de selecção — no presente concurso serão utilizados os seguintes:

a) Avaliação curricular — são obrigatoriamente considerados e ponderados os factores descritos nas alíneas *a*), *b*) e *c*) do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, visando avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional;
b) Prova escrita de conhecimentos;
c) Entrevista profissional de selecção — serão avaliadas, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, face ao disposto no n.º 1 do artigo 23.º da mencionada disposição legal.

A prova, com a duração de duas horas e trinta minutos, obedecerá ao programa publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 300, de 30 de Dezembro de 1995, despacho n.º 61/95, da Ministra da Saúde.

12 — Regime de estágio (artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho) — avaliação e classificação final dos estagiários:

a) A avaliação e a classificação final competem ao júri do estágio;
b) A avaliação e a classificação final terão em atenção o relatório de estágio a apresentar por cada estagiário, a classificação de serviço obtida durante o período de estágio e, sempre que possível, os resultados da formação profissional;
c) A classificação final traduzir-se-á na escala de 0 a 20 valores.

13 — O júri, que será igualmente o júri do estágio, terá a seguinte composição:

Presidente — Licenciada Graça Maria dos Santos Ferreira de Sá Pedroso, directora de serviços no INFARMED.
Vogais efectivos:
Maria Adelaide Costa Machado, chefe de repartição no INFARMED.
Maria do Carmo Faria Pires Cunha Santos, chefe de secção no INFARMED.

Vogais suplentes:
Olga Maria Matos Borrica Guerreiro, chefe de repartição no INFARMED.
Maria Camila da Silva Mergulhão Antunes, chefe de secção no INFARMED.

14 — O presidente do júri será substituído pelo 1.º vogal efectivo nas suas faltas e impedimentos.

15 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos de factos por ele referidos que possam relevar para apreciação do seu mérito, de harmonia com o n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

16 — A relação dos candidatos admitidos e excluídos e a lista da classificação final do presente concurso serão afixadas, para consulta, no INFARMED, Parque da Saúde de Lisboa, Avenida do Brasil, 53, 1700 Lisboa, nos termos dos artigos 35.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

29 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho de Administração, *Graça Ferreira.*

Aviso n.º 3820/99 (2.ª série). — Torna-se pública a lista dos candidatos admitidos e excluídos no concurso público para a instalação de uma farmácia no lugar da Bela Vista (norte), freguesia de São Pedro da Cova, concelho de Gondomar, distrito do Porto, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 216, de 18 de Setembro de 1997, com rectificação no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 256, de 5 de Novembro de 1997, encontrando-se igualmente a presente lista afixada nas instalações do INFARMED, na Avenida do Brasil, 53, Parque da Saúde de Lisboa, pavilhão 21, em Lisboa:

Candidatos admitidos:

Ana Cristina dos Santos Ferreira Coelho.
Ana Paula Cancêlo Carrilho.
Ana Paula Soares de Menezes.
Áurea Pinhal de Lima Ramos.
Carla Matilde de Oliveira Rocha Melo.
Carla Mónica Martins Madeira.
Carlos Pedro de Abreu e Fonseca.
Cláudia Sofia Silveira de Sousa.
Cornélia Garrido de Sousa Castro.
Deline Searle Martins.
Deolinda Maria de Sousa Reis Santos Neves.
Diana Carla da Silva Lopes.
Eduardo Fernando Almeida e Silva.
Fátima Rosa Parra Soares Dias.
Isabel Alexandra Brito Alves de Sá.
Isabel Cristina Padrão Correia Cortez.
Isabel José Teles da Mota.
Isabel Maria Osório Ribeiro Coimbra Pinto de Oliveira.
José Alberto Marques da Rocha.
José Avelino Barroso Martins Salazar.
José Miguel Beleza Moreira Gomes.
Laura Branca Teixeira Moura Cunha.
Luís Miguel Fernandes Almeida.
Maria Ângela Correia Cardoso Ventura.
Maria da Conceição Sarmento Tomás Madureira.
Maria da Luz de Moura Agante.
Maria de Fátima Teixeira Pinto.
Maria de La Salete Viana Ferreira.
Maria do Carmo Jesus Mesquita Aleixo Alves.
Maria do Rosário Nunes Pereira Mesquita.

Maria Irene de Jesus Tavares Abelheira Garcia.
Maria João Ferreira Castro de Lencastre.
Maria José Silva Marques da Cruz.
Maria Manuel Salazar Guedes da Silva.
Maria Manuela Duarte Silva Leite de Faria.
Maria Manuela Pereira Moutinho.
Maria Manuela Rabaça Vaz.
Maria Teresa de Melo Freire Carvalho.
Marta Cristina Parreira Leal.
Miguel Nuno Gomes.
Mónica Mafalda Bernardes Coelho de Oliveira.
Paula Cristina Barbedo Marante Fernandes.
Paulo Miguel Martins de Pinho.
Rosa Maria Sousa de Oliveira Sousa.
Sílvia Maria Branco dos Santos Moreira Lima.
Susana Isabel Pereira Casal.
Teresa Maria de Carvalho Ferreira.

Candidatos excluídos:

Ana Maria da Silva Tenreiro (*a*).
Ângela do Rosário Moreira Brandão (*b*).
José António Gonçalves da Fonseca Santos (*b*).
Liliana Maria Bezelga da Silva (*b*).
Maria de Fátima Ferreira de Oliveira Pereira (*b*).

(*a*) Por obtenção de alvará há menos de 10 anos.
(*b*) Por concorrer a mais de dois concursos em simultâneo.

8 de Fevereiro de 1999. — A Presidente do Júri, *M. Fátima Neutel.*

Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência

Aviso n.º 3821/99 (2.ª série). — 1 — Para conhecimento dos interessados, torna-se público que, por deliberação de 5 de Fevereiro de 1999 do conselho de administração do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT), se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias, nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno geral de acesso na carreira de enfermagem para provimento de um lugar na categoria de enfermeiro-chefe, nível 2.

2 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se as normas constantes nos Decretos-Leis n.os 437/91, de 8 de Novembro, 412/98, de 30 de Dezembro, e 427/89, de 7 de Dezembro, e nos n.os 2 e 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

3 — Remuneração — o lugar a prover será remunerado conforme a escala salarial constante do mapa I a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

4 — Conteúdo funcional — ao lugar a prover correspondem funções mencionadas na secção II, n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

5 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar serão:

a) Avaliação curricular;
b) Prova pública de discussão curricular;

conforme o disposto nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 1 e no n.º 5 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

6 — Local de afixação de listas — as listas de candidatos ao concurso e de classificação final serão publicadas no *Diário da República* e afixadas no *placard* na Direcção Regional do Algarve, sita na Rua do Conselheiro Bivar, 56, 8000 Faro.

7 — Prazo de validade — o concurso é aberto para o lugar a preencher e esgota-se com o preenchimento do mesmo.

8 — Requisitos de admissão:

8.1 — Requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
c) Não estar inibido de exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
d) Encontrar-se física e psiquicamente apto para o desempenho das funções e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

8.2 — Requisitos especiais — ser enfermeiro graduado ou enfermeiro especialista detentor de seis anos de exercício profissional com avaliação de desempenho de *Satisfaz* e possuindo uma das seguintes habilitações:

a) Curso de estudos superiores especializados em Enfermagem;
b) Curso de Administração de Serviços de Enfermagem ou a secção de Administração do curso de Enfermagem Complementar;
c) Um curso de especialização em Enfermagem estruturado nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 178/85, de 23 de Maio;
d) Curso no âmbito da gestão que confira, só por si, pelo menos, o grau académico de bacharel, iniciado até à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro.

9 — Formalização de candidaturas:

9.1 — Forma — os candidatos deverão apresentar requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração do Serviço do Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, a entregar na Secção de Pessoal da Direcção Regional do Algarve, Rua do Conselheiro Bivar, 56, 8000 Faro, pessoalmente ou através de carta registada, com aviso de recepção, o qual se considera dentro do prazo desde que expedido até ao termo do prazo fixado.

9.2 — Conteúdo do requerimento — no requerimento de admissão devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa do requerente (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, número do bilhete de identidade e respectiva data de validade, bem como o serviço onde foi emitido, residência e telefone);
b) Categoria profissional, com menção expressa da natureza das funções desempenhadas e serviço a que está vinculado;
c) Discriminação dos documentos que acompanham o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
d) Identificação do concurso, mediante referência ao número e data do *Diário da República,* assim como o número do aviso e a página;
e) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem susceptíveis de influenciar a apreciação do júri.

9.3 — Os requerimentos devem ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) Documento, autêntico ou fotocópia autenticada, comprovativo da posse do curso de Enfermagem Geral ou equivalente legal e respectiva classificação;
b) Documento comprovativo de reunir os requisitos especiais mencionados no n.º 8.2 deste aviso;
c) Documento, autêntico ou fotocópia autenticada, comprovativo das habilitações literárias;
d) Certidão, passada pelo serviço a que pertence o candidato, comprovativa da existência do vínculo à função pública e do tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
e) Três exemplares do *curriculum vitae;*
f) Fotocópia autenticada do bilhete de identidade;
g) Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
h) Certidão do registo criminal;
i) Certificado de robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

9.4 — Os documentos exigidos nas alíneas *g*), *h*) e *i*) do n.º 9.3 deste aviso podem ser substituídos por declaração no requerimento, declarando sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

9.5 — Os funcionários da Direcção Regional do Algarve são dispensados de apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constam do respectivo processo individual.

10 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

11 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas.

12 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciado José Júlio Condesso Batata Sardinheiro, chefe de divisão da Direcção Regional do Algarve.
Vogais efectivos:

António José Malta Carvalho Leite, enfermeiro-chefe do quadro de pessoal da Direcção Regional do Algarve do SPTT.
Maria Catarina Pardal Furtado, enfermeira-chefe do quadro de pessoal da ARS do Alentejo, Sub-Região de Saúde

de Portalegre, em regime de requisição na Direcção Regional do Alentejo do SPTT.

Vogais suplentes:

Licínia dos Anjos Morais Rodrigues, enfermeira-chefe do quadro de pessoal da Direcção Regional do Centro do SPTT.

Maria Alice Anacoreta Caldas Matoso, enfermeira-chefe do quadro de pessoal da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do SPTT.

13 — O presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo primeiro vogal efectivo.

8 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho de Administração, *João Castel-Branco Goulão.*

Rectificação n.º 445/99. — *Rectificação de avisos publicados no* Diário da República, *2.ª série, n.º 301, 6.º suplemento, de 31 de Dezembro de 1998.* — No aviso n.º 20 163-T/98, concurso externo para provimento de um lugar de assistente de saúde pública da carreira médica de saúde pública do quadro de pessoal do SPTT/Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, no n.º 8, onde se lê «consideram-se excluídos os candidatos com classificação inferior a 9,5 valores» deve ler-se «consideram-se excluídos os candidatos com classificação inferior a 10 valores sem arredondamento».

No aviso n.º 20 163-X/98, concurso externo para provimento de duas vagas na categoria de assistente de psiquiatria da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal do SPTT/Direcção Regional do Algarve, no n.º 1, onde se lê «Regulamento dos Concursos de Habilitação ao Grau de Consultor e de Provimento nas Categorias de Assistente e de Chefe de Serviço da Carreira Médica de Clínica Geral, aprovado pela Portaria n.º 47/98, de 30 de Janeiro» deve ler-se «Regulamento dos Concursos de Provimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro».

No aviso n.º 20 163-Z/98, concurso externo de provimento para duas vagas na categoria de assistente de clínica geral da carreira médica de clínica geral do quadro de pessoal do SPTT/Direcção Regional do Centro, no n.º 6.2, onde se lê «grau de assistente na área de psiquiatria» deve ler-se «grau de assistente na área de clínica geral» e no n.º 14, no presidente do júri, onde se lê «José Rui Leite Trindade» deve ler-se «José Rui Leite Trindade Soares» e nos vogais efectivos, onde se lê «João Maria Fatela Rodrigues» deve ler-se «João Maria Fatela David».

No aviso n.º 20 163-AB/98, concurso externo para provimento de dois lugares de assistente de psiquiatria da carreira médica hospitalar do quadro de pessoal do SPTT/Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, no n.º 4, onde se lê «despacho ministerial n.º 19/90, de 22 de Agosto» deve ler-se «despacho ministerial n.º 19/90, de 2 de Agosto».

8 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho de Administração, *João Castel-Branco Goulão.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e Formação

Despacho n.º 3836/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 296-A/95, de 17 de Novembro e tendo em atenção o estatuído no n.º 7, alínea *d*), do despacho de delegação de competências n.º 20 832/98, de 4 de Novembro, do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 27 de Novembro de 1998, ao abrigo do n.º 4, alínea *b*), do artigo 5.º e do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, e, bem assim, no n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 115/97, de 12 de Maio, nomeio para exercer funções, em regime de substituição, como coordenadora do núcleo de apoio técnico do Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Financeiros do INOFOR — Instituto para a Inovação na Formação — a licenciada Elsa Maria Morais Garcia Nunes, técnica superior principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 1998.

4 de Janeiro de 1999. — O Secretário de Estado do Emprego e Formação, *Paulo José Fernandes Pedroso.*

Centro Regional de Segurança Social do Centro

Serviço Sub-Regional de Castelo Branco

Deliberação n.º 104/99. — Por deliberação de 20 de Janeiro de 1999 do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do Centro:

Carla Cristina Nunes Nabais Henriques, terceiro-oficial do quadro de pessoal do Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares — transferida para este Centro Regional, com a mesma categoria, ficando exonerada do cargo que ocupava a partir da data do termo de aceitação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Fevereiro de 1999. — O Director, *José Joaquim Gonçalves Antunes.*

Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 3822/99 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 33.º, conjugado com a alínea *a*) do n.º 2 do artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, e no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto, após ter sido homologada por deliberação de 2 de Fevereiro de 1999 do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, a seguir se publica a lista de classificação final do concurso externo de ingresso para admissão de estagiários na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, aberto pelo aviso n.º 252/98, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 5, de 7 de Janeiro de 1998:

Lista de classificação final

1) Candidatos aprovados:

	Valores
1.º Carla Sofia Duarte Pereira	15,01
2.º Ana Cristina Rodrigues Vieira da Mata	14,86
3.º Vitória Augusta João da Silva Soares	14,85
4.º Luís Mariano Semedo Filipe	14,71
5.º Sandra Cristina Dias Milheiro	14,58
6.º Fátima Alexandra Andrade Afonso Fernandes Martins	14,55
7.º Paula Cristina André Figueira	14,53
8.º Helena Maria Ferreira Lacerda Giestas Gouveia	14,41
9.º Nuno Miguel Bernardo de Morais	14,38
10.º Cristina Maria Arsénio Rocha	14,38
11.º Cláudia de Boaventura Dias Pereira da Silva	14,36
12.º João Luís Marques Farinha	14,30
13.º Felicidade da Conceição Tourais Claro	14,28
14.º Sandra Maria Gomes Silva	14,26
15.º Sérgio José da Costa Antunes	14,23
16.º Sílvia Maria da Silva Ferreira Baptista das Neves	14,08
17.º Susana Marina Afonso Diogo	14,06
18.º Pedro Jorge Marcelino Ferreira	14,03
19.º Ana Isabel Tavares de Oliveira	13,91
20.º José Maria Teixeira Cordeiro de Sousa	13,78
21.º Dulce Cláudia Vinagre Pedrico	13,73
22.º Maria José Flores Marques	13,65
23.º António Miguel Martins Vasques Gonçalves de Sousa	13,58
24.º Ana Cristina Esteves Figueiredo	13,53
25.º Mónica Isabel de Freitas Sanches	13,36
26.º Carla Sofia Dias Leal	13,36
27.º Elsa Maria Terrinca Marques Ramos	13,11
28.º Ana Lúcia Inácio dos Santos	13,06
29.º Maria de Fátima Ferreira Macedo	13,00
30.º Ricardo Timóteo Contreiras da Silva Velosa	12,61
31.º Antónia Rosa Nunes Coelho	10,40
32.º Carla Alexandra Antunes Martins Moreira	10,13

2) Candidatos excluídos:

Aida Maria Pereira da Costa (*a*).
Ana Cláudia Rica de Sousa Gomes (*a*).
Ana Cláudia Vicente Monteiro Filipe (*a*).
Ana Isabel Gaspar Lopes (*a*).
Ana Isabel Vieira Monteiro Pereira (*a*).
Ana Luísa Moreira Ferreira Zacarias (*a*).
Ana Paula Santos Gomes (*a*).
Carlos Manuel Antunes Freitas Mota (*a*).
Cristina Maria Botelho Martins Bairras (*a*).
Iva Cristina Mota Fernandes (*a*).
Laura Cristina de Lima Figueiredo Martins da Cruz (*a*).

Liliana Dias Lageira Pimpista (*b*).
Luís Alberto Gomes Matos (*a*).
Luísa Isabel Antunes Leitão Neves (*a*).
Manuel Alexandre Paradela Delgado da Silva (*a*).
Manuel Filipe Mouta Lopes (*a*).
Marco Paulo da Fonseca Madeira (*a*).
Margarida Isabel Sequeira da Conceição Roque (*a*).
Maria do Céu Maurício Alves Pereira (*a*).
Maria da Conceição Coutinho Rodrigues Simão (*a*).
Maria Ivone Lopes Cabrita Rocha (*a*).
Maria João Jesus Silva (*a*).
Maria Manuela Marçal Costa Santos (*a*).
Maria Margarida Miguel de Carvalho (*a*).
Marta Jesus Carvalho (*a*).
Nélia Maria Ferreira Firmino (*a*).
Nélia Maria Luciano dos Santos (*b*).
Nuno Filipe Saldanha Gonçalves (*a*).
Paula Alexandra Correia Henriques (*a*).
Paula Cristina de Melo Carvalho (*a*).
Paula Dias Camacho Conde (*a*).
Rui Manuel Filipe Pires (*a*).
Rui Pedro Rijo Mota Calado (*a*).
Rute Maria Santos Pio Lopes (*a*).
Sandra Maria Ramos Ribeirinho (*a*).
Sérgio Manuel da Conceição Pipa (*b*).
Sónia Cristina Afonso Silva Fernandes (*a*).

(*a*) Por terem faltado à prova de conhecimentos.
(*b*) Por terem faltado à entrevista profissional de selecção.

Da homologação da presente lista cabe recurso para o Secretário de Estado da Segurança Social e das Relações Laborais, a interpor no prazo de oito dias úteis a contar da publicação da presente lista no *Diário da República.*

10 de Fevereiro de 1999. — A Presidente do Júri, *Olinda Maria Torres.*

Deliberação n.º 105/99. — Por deliberação de 12 de Janeiro de 1999 do conselho directivo:

Bárbara Alexandra Cardoso Rodrigues Castanheira — nomeada, após concurso, em comissão de serviço extraordinária e por urgente conveniência de serviço, estagiária da carreira técnica superior, escalão 1, índice 310, no quadro de pessoal deste Centro Regional, criado pela Portaria n.º 1056/93, de 21 de Outubro, com as alterações constantes da Portaria n.º 909/95, de 18 de Julho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Janeiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, *Zélia Brito.*

Centro Regional de Segurança Social do Norte

Aviso n.º 3823/99 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do Norte de 15 de Junho de 1998:

Fernando José Regadas Mendes — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para a frequência de estágio de ingresso na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, área de gestão de imóveis, a afectar ao Serviço Sub-Regional de Bragança. O contrato teve início em 15 de Junho de 1998 e confere ao contratado a qualidade de agente, n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Visto tácito.)

17 de Dezembro de 1998. — Pelo Conselho Directivo, *Jorge Manuel Bessa Lage.*

Aviso n.º 3824/99 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Novembro de 1998 da secretária-geral-adjunta do Ministério da Educação e deliberação do conselho directivo deste Centro Regional de 8 de Janeiro de 1999:

Carlos Alberto Matias Leite, motorista de ligeiros do quadro de pessoal do Ministério da Educação — autorizada a transferência para o quadro de pessoal deste Centro Regional, a afectar ao Serviço Sub-Regional do Porto. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, *Jorge Manuel Bessa Laje.*

Aviso n.º 3825/99 (2.ª série). — Por deliberação do conselho directivo deste Centro Regional de 31 de Dezembro de 1998, acta n.º 261:

Raquel Maria Gonçalves Reis, José Luís Rocha Martins Cristino e Joaquim Octávio Oliveira Carneiro Soares, técnicos superiores de 2.ª classe estagiários — nomeados definitivamente, por urgente conveniência de serviço, técnicos superiores de 2.ª classe da carreira técnica superior, áreas de engenharia civil e electrotécnica, do quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social do Norte.

3 de Fevereiro de 1999. — Pelo Conselho Directivo, o Director de Serviços de Gestão de Pessoal, *Jorge Manuel Bessa Lage.*

Aviso n.º 3826/99 (2.ª série). — Nos termos do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, informam-se os candidatos ao concurso externo geral de ingresso para admissão a estágio com vista ao provimento de um lugar de técnico de 2.ª classe, área de contabilidade e gestão financeira, aberto pelo aviso n.º 8746/97, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 257, de 6 de Novembro de 1997, que a lista de classificação da prova de conhecimentos se encontra afixada nas secções de pessoal do Centro Regional de Segurança Social do Norte e respectivos serviços sub-regionais e as entrevistas profissionais de selecção se realizarão no dia 3 do próximo mês de Março, pelas 9 horas e 30 minutos, no gabinete da chefe da Divisão de Contabilidade (7.º piso), no edifício sede do Centro Regional de Segurança Social do Norte, sito à Rua de António Patrício, 262, Porto.

Os candidatos podem reclamar para o presidente do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social do Norte no prazo de oito dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República,* nos termos previstos no n.º 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto.

4 de Fevereiro de 1999. — A Presidente do Júri, *Maria de Fátima Ferreira da Costa.*

Aviso n.º 3827/99 (2.ª série). — Por não ter havido opositores ao concurso interno geral de acesso geral para a categoria de técnico-adjunto especialista da carreira de monitor, aberto pelo aviso n.º 18 685/98, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 275, de 27 de Novembro de 1998, foi o mesmo considerado deserto, por deliberação do conselho directivo de 15 de Janeiro de 1999 (acta n.º 263).

8 de Fevereiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal, *Jorge Manuel Bessa Lage.*

Departamento de Estatística, Estudos e Planeamento (do ex-MSSS)

Despacho n.º 3837/99 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Janeiro de 1999 do director-geral do Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade:

Jaime Frederico Gomes de Barros — nomeado definitivamente terceiro-oficial da carreira administrativa do quadro do ex-Departamento de Estatística, Estudos e Planeamento do ex-Ministério da Solidariedade e Segurança Social, após concurso nos termos do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Janeiro de 1999. — O Director-Geral, *Vieira da Silva.*

Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social

Aviso n.º 3828/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por meu despacho de 11 de Fevereiro de 1999, se encontram abertos, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concursos internos gerais de acesso para o provimento de três vagas existentes na categoria de técnico superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social, aprovado pela Portaria n.º 623/93, de 30 de Junho, rectificada conforme a Declaração n.º 144/93, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 178, de 31 de Julho de 1993, com as alterações decorrentes da aplicação do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, que a seguir se discriminam:

2 — Área funcional e lugares a preencher:

Concurso A — duas vagas para a área de aplicações de regimes;
Concurso B — uma vaga para a área da documentação e divulgação.

3 — Prazo de validade — os concursos visam exclusivamente o provimento das vagas acima referidas, caducando com o respectivo provimento.

4 — Legislação aplicável — os concursos regem-se pelas disposições constantes dos Decretos-Leis n.os 404-A/98, de 18 de Dezembro, 204/98, de 11 de Julho, 175/98, de 2 de Julho, 442/91, de 15 de Novembro, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, e 248/85, de 15 de Julho.

5 — Local de trabalho, remunerações e outras condições laborais — o local de trabalho situa-se em Lisboa, sendo a remuneração fixada de acordo com a escala salarial correspondente à categoria a que se refere o concurso, constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, do qual faz parte integrante, e tendo em conta as regras constantes do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar.

As restantes condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários dos organismos e serviços centrais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

6 — Requisitos de admissão:

6.1 — Requisitos gerais — os estabelecimentos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6.2 — Requisitos especiais — ser detentor da categoria de técnico superior de 1.ª classe com pelo menos três anos de serviço classificados de *Bom.*

7 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar e respectivos índices de ponderação são os seguintes:

Avaliação curricular — 7;
Entrevista profissional de selecção — 3.

7.1 — Na avaliação curricular serão considerados e ponderados, obrigatoriamente, os factores descritos no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, visando avaliar as aptidões profissionais dos candidatos, de acordo com as exigências da função:

Habilitação académica de base;
Formação profissional;
Experiência profissional.

7.2 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, com base nos seguintes factores:

Sentido crítico;
Motivação e valorização profissionais;
Expressão e fluência verbais;
Organização do discurso.

7.3 — A classificação final dos candidatos resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção, expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que na aplicação dos métodos de selecção eliminatórios ou na classificação final obtiverem classificação inferior a 9,5 valores.

7.4 — Os critérios de aplicação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

7.5 — A classificação de serviço será ponderada quantitativamente e sem arredondamento, se o júri assim o entender.

8 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, a elaborar de acordo com o Decreto-Lei n.º 112/90, de 4 de Abril, dirigido ao director-geral dos Regimes de Segurança Social, Largo do Rato, 1, 2.º, 1269-144 Lisboa Codex, e entregue pessoalmente na Secção de Administração de Pessoal ou remetido pelo correio registado com aviso de recepção dentro do prazo da candidatura, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, se for caso disso, residência, código postal e telefone);
b) Habilitações literárias;
c) Indicação da categoria detida, serviço a que pertencem e natureza do vínculo;
d) Quaisquer circunstâncias que os candidatos considerem passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, as quais, todavia, só serão tidas em consideração pelo júri se devidamente comprovadas;
e) Declaração, sob compromisso de honra, de que reúnem cada um dos requisitos gerais de admissão estabelecidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

a) Currículo detalhado, datado e assinado;
b) Declaração passada e autenticada pelo serviço de origem da qual constem, de maneira inequívoca, a existência e a natureza do vínculo à função pública, a categoria funcional que detêm, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e a classificação de serviço reportada aos anos relevantes para efeitos do concurso;
c) Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das acções de formação frequentadas, com indicação da entidade que as promoveu, dos períodos em que decorreram e da respectiva duração.

10 — O júri respeitante aos concursos previstos no presente aviso terá a seguinte composição:

Presidente — Fernando Jorge Santos Carvalho, assessor principal.
Vogais efectivos:

Maria Alice Bordalo Pereira Lopes Vieira, assessora.
Amélia Louro Bonifácio Pereira da Silva, assessora.

Vogais suplentes:

Luís Filipe Domingos Fernandes de Carvalho Pott, assessor.
Maria da Conceição Guedes de Sousa, assessora.

11 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

12 — A relação dos candidatos admitidos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos, respectivamente, do n.º 2 do artigo 33.º e do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 de Fevereiro de 1999. — O Director-Geral, *Fernando Moreira Maia.*

Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho

Aviso n.º 3829/99 (2.ª série). — 1 — Na sequência da deliberação da direcção do Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho (IDICT) de 14 de Dezembro de 1998 e ao abrigo do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República,* se encontra aberto concurso interno de ingresso na carreira de oficial administrativo destinado ao preenchimento de 10 lugares na categoria de terceiro-oficial do quadro de pessoal do IDICT, aprovado pela Portaria n.º 596-B/93, de 21 de Junho.

2 — O presente concurso é válido para as vagas postas a concurso, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — O concurso rege-se pelas disposições dos Decretos-Leis n.os 248/85, de 15 de Julho, 204/98, de 11 de Julho, 427/89, de 7 de Dezembro, 353-A/89, de 16 de Outubro, 219/93, de 16 de Junho, e 275/95, de 25 de Outubro.

4 — Os locais de trabalho situam-se nos serviços regionais do IDICT, a que se refere o anexo I ao Decreto-Lei n.º 219/93, de 16 de Junho.

5 — Conteúdo funcional — compete genericamente ao terceiro-oficial o exercício de funções de natureza executiva, enquadradas em instruções gerais e procedimentos bem definidos, com certo grau de complexidade, relativas a uma ou mais áreas de actividade administrativa, designadamente pessoal, contabilidade, economato e património, expediente geral, arquivo e dactilografia.

6 — A remuneração é a resultante da aplicação do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar. As condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

7 — Os requisitos gerais de admissão a concurso são os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sendo os especiais os seguintes:

a) Ser funcionário ou agente, devendo, neste último caso, encontrar-se nas condições previstas no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98;
b) Possuir o curso geral do ensino secundário ou equivalente.

8 — Os métodos de selecção a utilizar são, nos termos do artigo 19.º do referido diploma, as provas de conhecimentos e a entrevista profissional de selecção.

8.1 — As provas de conhecimentos serão compostas por duas provas escritas, sendo uma de conhecimentos gerais e a outra de conhe-

cimentos específicos, com carácter eliminatório para quem obtiver classificação inferior a 9,5 valores em qualquer das provas.

8.2 — As provas de conhecimentos incidirão sobre a matéria do programa aprovado por despacho de 7 de Outubro de 1997 do director-geral da Administração Pública, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 248, de 25 de Outubro de 1997.

9 — A entrevista profissional de selecção destina-se a avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos através dos seguintes factores:

a) Qualificação e motivações profissionais;
b) Cultura geral;
c) Sentido de responsabilidade;
d) Capacidade de compreensão e de expressão verbal.

10 — A ordenação dos candidatos é feita de harmonia com a classificação final, a qual será expressa de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples obtida em cada um dos métodos de selecção.

11 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, em papel normalizado, nos termos do Decreto-Lei n.º 112/90, de 4 de Abril, dirigido ao presidente da direcção do IDICT, dele devendo constar:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência e telefone);
b) Habilitações literárias;
c) Indicação da categoria e serviço a que está vinculado, natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
d) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e a data do *Diário da República* onde vem publicado;
e) Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas enunciadas no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98;
f) Quaisquer circunstâncias que os candidatos considerem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal.

12 — O requerimento deve ser acompanhado da seguinte documentação:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado pelo candidato, do qual conste, designadamente, identificação completa e experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata, cursos de formação que tenha frequentado, com indicação das datas em que foram realizados, tempo (em horas) de duração dos mesmos e entidade que os organizou, devendo ainda ser apresentada a respectiva comprovação através de documento autêntico ou autenticado;
b) Fotocópia do bilhete de identidade;
c) Documento, autêntico ou autenticado, comprovativo das habilitações literárias;
d) Declaração, emitida pelo serviço ou organismo de origem, devidamente autenticada, da qual conste inequivocamente a existência e a natureza do vínculo, a categoria detida e o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
e) Declarações ou documentação comprovativas das circunstâncias referidas na alínea *f*) do número anterior, sem o que as mesmas não serão consideradas.

12.1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a não apresentação da declaração mencionada na alínea *e*) do n.º 11 ou dos documentos que a mesma visa suprir, bem como dos documentos referidos nas alíneas *c*) e *d*) do número anterior, determina a exclusão imediata do candidato.

12.2 — Os funcionários e agentes pertencente ao quadro do IDICT são dispensados da apresentação do documento referido na alínea *d*) do número anterior, que será oficiosamente entregue ao júri pela Secção de Pessoal e Assuntos Gerais, ficando, igualmente, dispensados da apresentação dos documentos referidos nas alíneas *b*) e *c*) do mesmo número, desde que os mesmos se encontrem arquivados no respectivo processo individual.

13 — O requerimento e demais documentação devem ser remetidos pelo correio, com aviso de recepção, ao IDICT, Repartição de Administração de Pessoal, Praça de Alvalade, 1, 1700-035 Lisboa, ou entregue pessoalmente no mesmo endereço.

14 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos conjugados no n.º 2 do artigo 33.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 34.º, bem como nos termos dos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 38.º e dos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 40.º do citado Decreto-Lei n.º 204/98.

15 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente — Maria Irene Almeida Lima Brás Jorge, chefe de secção.
Vogais efectivos:

Dr.ª Maria de Fátima Carolino Vargas Maltezinho, técnica superior, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.
José Soares de Pinho, oficial administrativo principal.

Vogais suplentes:

Manuel Alberto de Almeida Madeira Clemente, primeiro-oficial.
Delina Maria da Silva Arrojado Teixeira Lopes, primeiro-oficial.

15 de Dezembro de 1998. — A Directora de Serviços, *Maria Teresa Rodrigues Monteiro.*

Despacho (extracto) n.º 3838/99 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Janeiro de 1999 do inspector-geral do Trabalho:

Aurélio Paulino Pereira, José Soares de Pina, Fernanda Maria Pais Ferreira, Luís Pereira Soares, Ana Maria Cerqueira Vilaverde, Maria Margarida Madeira da Silva, Helena Maria Paiva e Serra, Francisco José Borralho Soldado, Maria Idalina Teixeira Santos Novo, Marina Alexandra Moreira Tavares, Rosália Maria Lopes de Jesus Rosa, Maria da Conceição Ferreira Henriques, José Manuel Camões Caldeira Gomes, Maria José Morais Moreira, Maria Emanuel de Sucena Rebocho de Albuquerque Forjaz do Amaral, Maria José Medeiros Serapicos Montalvão Marques e Fernando José Almeida da Silva, inspectores do quadro de pessoal do IDICT — nomeados definitivamente e por urgente conveniência de serviço, precedendo concurso, na categoria de inspector principal da carreira de inspecção superior do grupo de pessoal técnico de inspecção do mesmo quadro de pessoal, ficando exonerados da anterior categoria a partir da data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços, *Maria Teresa Rodrigues Monteiro.*

Despacho (extracto) n.º 3839/99 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Fevereiro de 1999 do vice-presidente da direcção do Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho:

Sandra Cristina Barros Ribeiro, em regime de contrato de trabalho a termo certo, nos termos e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeada definitivamente, precedendo concurso, de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, na categoria de auxiliar administrativa do grupo de pessoal auxiliar do quadro de pessoal do IDICT, considerando-se rescindido o contrato de trabalho a termo certo à data da posse. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços, *Maria Teresa Rodrigues Monteiro.*

Rectificação n.º 446/99. — Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 1858/99, inserto no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 28, de 3 de Fevereiro de 1999, rectifica-se que onde se lê «Clara Maria Peralta Agapito» deve ler-se «Carla Maria Peralta Agapito».

5 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços, *Maria Teresa Rodrigues Monteiro.*

MINISTÉRIO DO AMBIENTE

Portaria n.º 165/99 (2.ª série). — Considerando a criação da Inspecção-Geral do Ambiente pelo Decreto-Lei n.º 230/97, de 30 de Agosto, e a necessidade de regulamentar o uso de cartão de identidade do seu pessoal com funções de inspecção:

Manda o Governo, pela Ministra do Ambiente, o seguinte:

1.º O pessoal dirigente da Inspecção-Geral do Ambiente e os inspectores do Ambiente são identificados e credenciados por meio do cartão cujo modelo foi aprovado pela Portaria n.º 1027/97, de 18 de Agosto, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 4 de Dezembro de 1997, e que consta do anexo I da referida portaria.

2.º Será igualmente identificado e credenciado por idêntico cartão o pessoal técnico superior e técnico profissional a quem sejam distribuídas funções de inspecção.

19 de Janeiro de 1999. — A Ministra do Ambiente, *Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira.*

Direcção-Geral do Ambiente

Despacho n.º 3840/99 (2.ª série). — *Delegação da presidência da comissão executiva do CRAF.* — Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 7.º da composição e regulamento do CRAF da DGA, anexo à Portaria n.º 1119/95, de 14 de Setembro, delego no investigador-coordenador António Manuel Marques Ortins de Bettencourt a presidência da comissão executiva do CRAF.

Este despacho produz efeitos a partir da data em que é assinado, independentemente da sua publicação no *Diário da República.*

15 de Outubro de 1998. — O Director-Geral, *Macieira Antunes.*

Despacho n.º 3841/99 (2.ª série). — Por despacho do subdirector-geral do Ambiente de 1 de Fevereiro de 1999:

Dulce dos Prazeres Álvaro Pássaro, Rui Nobre Gonçalves, Manuel Carlos Pássaro, Maria Isabel Piteira Delgado da Silva Andrade, Maria de Fátima dos Santos Borralho Aboim de Brito, Maria Paula Machado de Barros Viana, Maria Emília Paiva Pires Gomes de Macedo Augusto, Maria Fernanda das Neves Ferreira de Almeida Lopes, Maria da Conceição dos Santos Parreira Cavaco, Maria Manuela Saraiva dos Santos, Maria da Graça Quelho Coelho de Carvalho Paulino Noronha, Maria Emília Ribeiro Lopes Sequeira Ribeiro e Maria Luísa de Albergaria Amaral e Sousa — nomeados definitivamente, precedendo concurso de acesso e por urgente conveniência de serviço, assessores do quadro da Direcção-Geral do Ambiente, considerando-se exonerados do lugar anterior a partir da data de aceitação de nomeação do novo cargo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — A Chefe de Repartição de Pessoal e Expediente, *Maria Manuela Azevedo.*

Direcção Regional do Ambiente — Alentejo

Aviso n.º 3830/99 (2.ª série):

Nuno Miguel Batalha Gomes, contratado com base no Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeado definitivamente, precedendo concurso aberto ao abrigo do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, técnico auxiliar de 2.ª classe em lugar criado automaticamente no quadro da Direcção Regional do Ambiente — Alentejo. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 1999. — O Director Regional, *Jorge Pulido Valente.*

Aviso n.º 3831/99 (2.ª série):

Isabel Maria Gonçalves Lopes de Carvalho Roma, contratada com base no Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeada definitivamente, precedendo concurso aberto ao abrigo do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, técnica auxiliar de 2.ª classe em lugar criado automaticamente no quadro da Direcção Regional do Ambiente — Alentejo. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 1999. — O Director Regional, *Jorge Pulido Valente.*

Direcção Regional do Ambiente — Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 3842/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 18 de Dezembro de 1998:

Maria de Fátima Marques Cardoso, contratada a termo certo nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeada definitivamente, precedendo concurso, de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, técnica de 2.ª classe da carreira técnica do quadro de pessoal da Direcção Regional do Ambiente — Lisboa e Vale do Tejo, indo ocupar um lugar vago, nunca provido, de acordo com a Portaria n.º 1031/95, de 23 de Agosto (anexo III), considerando-se rescindido o contrato de trabalho a termo certo à data da posse. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Fevereiro de 1999. — O Director Regional, *Joaquim Antão Travanca Capucho.*

Direcção Regional do Ambiente — Norte

Aviso n.º 3832/99 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Fevereiro de 1999 do director regional do Ambiente — Norte:

Maria Helena Martins Branco da Silva — nomeada definitivamente, precedendo concurso aberto nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 81-A/96, de 21 de Junho, e 195/97, de 31 de Julho, assistente administrativa do quadro de pessoal desta Direcção Regional, ficando afecta à Divisão Sub-Regional do Minho e Lima. Esta nomeação produz efeitos no dia 1 do mês seguinte ao da sua publicação. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

5 de Fevereiro de 1999. — O Director Regional, *José M. Macedo Dias.*

Instituto de Promoção Ambiental

Rectificação n.º 447/99. — Por ter saído com inexactidão o despacho referente a Margarida Maria Baltazar de Oliveira Robalo Grossinho e José Manuel Rodrigues Sobrinho, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 30, de 5 de Fevereiro de 1999, a p. 1718, rectifica-se que onde se lê «técnicos supervisores de 1.ª classe» deve ler-se «técnicos superiores de 1.ª classe».

8 de Fevereiro de 1999. — O Vice-Presidente, *José Manuel Pereira Alho.*

MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 3843/99 (2.ª série). — Por proposta da direcção do Teatro Nacional de São Carlos, nos termos do n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 88/98, de 3 de Abril, nomeio para o cargo de maestro titular da Orquestra Sinfónica Portuguesa o maestro José Ramón Encinar, com início em 1 de Janeiro de 1999, devendo ser estabelecidas entre a direcção do Teatro Nacional de São Carlos e o ora nomeado as condições e termos do desempenho da sua actividade.

2 de Fevereiro de 1999. — O Ministro da Cultura, *Manuel Maria Ferreira Carrilho.*

Biblioteca Nacional

Despacho (extracto) n.º 3844/99 (2.ª série). — Por despachos de 27 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1999 respectivamente do director da Biblioteca Nacional e da secretária-geral-adjunta do Ministério da Educação:

João Maria Saião Lopes, assistente administrativo principal do quadro único do Ministério da Educação — autorizada a colocação na Biblioteca Nacional, em regime de requisição, pelo período de um ano, prorrogável, com efeitos a partir de 4 de Fevereiro de 1999.

9 de Fevereiro de 1999. — O Chefe de Repartição, *Luís R. Aragão.*

Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema

Aviso n.º 3833/99 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, faz-se público que se encontra para consulta na Secretaria desta Cinemateca a lista de antiguidade do pessoal do quadro da ex-Cinemateca Portuguesa, referida a 31 de Dezembro de 1998.

Da referida lista cabe reclamação, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

9 de Fevereiro de 1999. — O Presidente, *João Bénard da Costa.*

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Rectificação n.º 448/99. — Por ter havido lapso na publicação inserta no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 28, de 3 de Fevereiro de 1999, no despacho (extracto) n.º 1866/98, a p. 1573, rectifica-se que onde se lê «no período de 14 a 31 de Dezembro de 1999» deve ler-se «no período de 14 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1999».

9 de Fevereiro de 1999. — O Subdirector, *José Maria Salgado.*

Instituto Português de Museus

Despacho (extracto) n.º 3845/99 (2.ª série). — Em conformidade com a regra do n.º 2 do artigo 13.º e do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, delego no director do Museu do Chiado, licenciado Pedro Miguel Abelha de Lapa Almeida, as competências referidas no meu despacho n.º 12 286/97, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 281, de 5 de Dezembro de 1997.

O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de Dezembro de 1998, sendo ratificados os actos entretanto praticados.

29 de Janeiro de 1999. — A Directora, *Maria Raquel Henriques da Silva.*

Despacho (extracto) n.º 3846/99 (2.ª série). — Em conformidade com a regra do n.º 2 do artigo 13.º e do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, delego na directora do Museu de Arte Popular, licenciada Maria Elisabeth Figueiredo Costa, as competências referidas no meu despacho n.º 12 286/97, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 281, de 5 de Dezembro de 1997.

O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de Dezembro de 1998, sendo ratificados os actos entretanto praticados.

29 de Janeiro de 1999. — A Directora, *Maria Raquel Henriques da Silva.*

Instituto Português do Património Arquitectónico

Despacho (extracto) n.º 3847/99 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Janeiro de 1999 do presidente deste Instituto:

Paula Maria Monteiro Machado Moreira, técnica profissional principal da carreira técnico-profissional de biblioteca e documentação do quadro de pessoal da Direcção Regional do Porto deste Instituto — nomeada, após concurso, técnica profissional especialista da mesma carreira e quadro, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, a ser remunerada pelo escalão 1, índice 260. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Filipe N. B. Mascarenhas Serra.*

Despacho (extracto) n.º 3848/99 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Fevereiro de 1999 do presidente deste Instituto:

Francisco Manuel Nunes Serpa, contratado em regime de contrato de trabalho a termo certo ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeado definitivamente, após concurso, guarda de museu do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Faro deste Instituto, nos termos dos Decretos-Leis n.os 498/88, de 30 de Dezembro, 215/95 de 22 de Agosto, 353-A/89, de 16 de Outubro, 248/85, de 15 de Julho, 81-A/96, de 21 de Junho, 103-A/97, de 20 de Abril, 195/97, de 31 de Julho, e 126/94, de 19 de Maio, ficando posicionado no escalão 1, índice 155. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Filipe N. B. Mascarenhas Serra.*

Despacho (extracto) n.º 3849/99 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Setembro de 1998 do presidente deste Instituto:

Natalina Maria Duarte Guerreiro, contratada em regime de contrato de trabalho a termo certo ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeada definitivamente, após concurso, técnica profissional de 2.ª classe da carreira de técnico auxiliar de conservação e restauro do quadro de pessoal deste Instituto, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 498/98, de 30 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/95, de 22 de Agosto, e na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, e nos Decretos-Leis n.os 81-A/96, de 21 de Junho, 103-A/97, de 20 de Abril, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, a ser remunerada pelo escalão 1, índice 205. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Fevereiro de 1999. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Filipe Nuno B. Mascarenhas Serra.*

Despacho (extracto) n.º 3850/99 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Fevereiro de 1999 do presidente deste Instituto:

Paula Maria Faria Lamego, contratada em regime de contrato de trabalho a termo certo ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeada definitivamente, após concurso, técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal deste Instituto, em lugar criado a extinguir quando vagar, ao abrigo do disposto nos Decretos-Leis n.os 195/97, de 31 de Julho, 498/88, de 30 de Dezembro, 215/95, de 22 de Agosto, 248/85, de 15 de Julho, 265/88, de 28 de Julho, e 103-A/97, de 20 de Abril, a ser remunerada pelo escalão 1, índice 400. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Fevereiro de 1999. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Filipe N. B. Mascarenhas Serra.*

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 3851/99 (2.ª série). — Ao abrigo das disposições conjugadas da alínea *b*) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, do n.º 1 do artigo 3.º do mesmo diploma, na redacção dada pelo artigo 1.º da Lei n.º 13/97, de 23 de Maio, do n.º 1 e da alínea *h*) do n.º 2 do artigo único do Decreto-Lei n.º 49/98, de 10 de Março, e tendo em conta o disposto no artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 32/95, de 30 de Novembro, é renovada a nomeação, em comissão de serviço, para o cargo de vice-presidente do conselho directivo do Instituto Tecnológico e Nuclear, da Doutora Maria Fernanda Tavares Cristóvão da Silva.

1 de Janeiro de 1999. — O Ministro da Ciência e da Tecnologia, *José Mariano Rebelo Pires Gago.*

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Parlamentares

Centro Regional de Saúde

Aviso n.º 21/99/M (2.ª série). — Por despacho do Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Parlamentares de 21 de Janeiro de 1999, foram nomeados nas categorias de assistente graduado e assistente da carreira médica de clínica geral respectivamente os médicos Dr. Vítor Manuel Silva Santos e Dr. António José d'Alte Bártolo da Silva, dada a urgente conveniência para o serviço, com efeitos a 1 de Fevereiro. (Processo isento de fiscalização prévia da SRTCM.)

2 de Fevereiro de 1999. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Ermelinda e Alves.*

Aviso n.º 22/99/M (2.ª série). — Por despacho do Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Parlamentares de 19 de Janeiro de 1999, foi autorizada a contratação, em regime de contrato administrativo de provimento, dos médicos do internato complementar de clínica geral Dr.ª Ana Cristina Nóbrega Gouveia e Dr. Paulo Jorge Nóbrega Freitas. (Processo isento de fiscalização prévia da SRTCM.)

2 de Fevereiro de 1999. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Ermelinda e Alves.*

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Declaração n.º 60/99 (2.ª série):

Conselheiro António Fernando Samagaio, juiz da Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo — reeleito vice-presidente do mesmo Tribunal, em eleição realizada no dia 10 de Fevereiro de 1999, nos termos do artigo 18.º, n.os 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 129/84, de 27 de Abril (Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais).

11 de Fevereiro de 1999. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra.*

Despacho n.º 3852/99 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 2.º, n.os 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 354/97, de 16 de Dezembro, exonero, a seu pedido, a licenciada Maria Natália da Silva e Cunha do cargo de chefe do meu Gabinete, com efeitos a partir de 17 de Fevereiro de 1999.

11 de Fevereiro de 1999. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra.*

TRIBUNAL DE CONTAS

Gabinete do Conselheiro Presidente

Louvor n.º 61/99. — Por razões de reorganização dos serviços, a contadora-chefe Maria Amélia da Encarnação Carrilho cessou o exercício destas funções dirigentes no dia 15 de Janeiro de 1999.

Ao longo de vários anos no exercício das funções de contadora-chefe na área da fiscalização prévia, Maria Amélia Pires da Encarnação Carrilho revelou grande capacidade de organização e de gestão de processos, mesmos nos períodos de maior acumulação, destacando-se ainda a grande dedicação, competência e espírito de serviço público.

É, pois, de toda a justiça louvar publicamente Maria Amélia Pires da Encarnação pela forma como desempenhou o seu cargo e prestigiou o Tribunal de Contas e os seus serviços de apoio.

9 de Fevereiro de 1999. — O Conselheiro Presidente, *Alfredo José de Sousa.*

Direcção-Geral

Aviso n.º 3834/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 8 de Fevereiro de 1999:

Helena Cristina Silveira dos Santos, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Elisabete da Silva Poço Rolim, Maria Fernanda Rodrigues Alves Ribeiro Beites Martins, António Manuel Santa Rosa Campos Garcia, Ana Bela de Oliveira Lima de Jesus Teodoro, Natália da Costa Barbosa, Arlete Maria Costa, Hélder Vasco Lourenço Ferreira Travado, Maria de Lurdes Gama Nunes, Aida Maria Rocha Nogueira, Maria João Marques Mano de Matos Silveira, António Manuel Marques do Rosário, Marta do Carmo de Carvalho Maia, Manuel Gama, Elias Pais da Silva e Manuel Jorge Pinho Rodrigues — promovidos, na sequência de concurso interno geral de acesso, à categoria de técnicos superiores de 1.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Fevereiro de 1999. — A Subdirectora-Geral, *Helena Abreu Lopes.*

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Deliberação n.º 106/99. — Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 27 de Janeiro de 1999:

Licenciado José Alfredo Novais Machado, procurador-geral-adjunto, em regime de destacamento como auxiliar na sede do distrito judicial de Lisboa — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado a seu pedido na sede do distrito judicial do Porto.

Licenciado Jorge Manuel Ferreira da Cruz Leal, procurador-geral-adjunto, em comissão de serviço com a categoria de auditor jurídico — nomeado em comissão de serviço para o Departamento de Investigação e Acção Penal da comarca de Lisboa.

Licenciado José Manuel de Carvalho Neves Leitão, procurador-geral-adjunto, na Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo — nomeado em comissão de serviço e em regime de destacamento como auxiliar coordenador da Secção de Contencioso Tributário do referido Tribunal (sem abrir vaga no lugar de origem).

Licenciado José César Pinto Cardoso de Oliveira, procurador da República no círculo judicial de Santa Maria da Feira — promovido a procurador-geral-adjunto e nomeado em comissão de serviço com a categoria de auditor jurídico.

Licenciado Dinis dos Santos Martins da Silva, procurador da República no Tribunal Tributário de 1.ª Instância do Porto — promovido a procurador-geral-adjunto e nomeado em regime de destacamento como auxiliar para a Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo.

Licenciado João Manuel Gonçalves Melchior Gomes, procurador da República na sede do distrito judicial de Évora — promovido a procurador-geral-adjunto e colocado na referida sede de distrito.

Licenciado José Marques Rodrigues, procurador da República em comissão de serviço como inspector do Ministério Público — promovido a procurador-geral-adjunto continuando na referida comissão de serviço.

Licenciada Maria José da Conceição Veiga, procuradora da República na Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo — promovida a procuradora-geral-adjunta e colocada na Secção de Contencioso Administrativo do referido Tribunal.

Licenciado Euclides José Dâmaso Simões, procurador da República no círculo judicial de Coimbra, em comissão de serviço na Polícia Judiciária — promovido a procurador-geral-adjunto e nomeado em comissão de serviço para o Departamento de Investigação e Acção Penal da comarca de Coimbra.

Licenciado Manuel Loureiro Filipe, procurador da República no círculo judicial de Viseu — promovido a procurador-geral-adjunto e, nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado na sede do distrito judicial de Lisboa.

Licenciado António Fernandes da Silva, procurador da República no círculo judicial do Porto — nomeado em comissão de serviço coordenador do Departamento de Investigação e Acção Penal da comarca do Porto.

Licenciado Lourenço Gonçalves Nogueiro, procurador da República em comissão de serviço no território de Macau — colocado no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Évora.

Licenciado Vítor Manuel Carvalho Coelho, procurador da República, em regime de destacamento como auxiliar no círculo judicial de Setúbal — colocado a seu pedido no Tribunal Tributário de 1.ª Instância do Porto.

Licenciado Manuel Ângelo Gomes, procurador da República no círculo judicial de Guimarães — transferido a seu pedido e colocado no círculo judicial de Santa Maria da Feira.

Licenciada Maria Adelina de Seabra Rangel e Andrade Lopes Martins, procuradora da República, em regime de destacamento como auxiliar no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa — colocada a seu pedido no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Aveiro.

Licenciada Maria Emília de Jesus Dias Duarte Rodrigues, procuradora da República no círculo judicial de Chaves — transferida a seu pedido e colocada no círculo judicial de Guimarães.

Licenciado Francisco José Pinto dos Santos, procurador da República colocado na situação de disponibilidade — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Licenciado Artur Manuel Amaral do Espírito Santo, procurador da República colocado na situação de disponibilidade — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado no círculo judicial de Lisboa.

Licenciado António José de Matos Pimenta Simões, procurador da República colocado na situação de disponibilidade — colocado no círculo judicial de Viseu.

Licenciado Luís Alberto Fernandes de Almeida Lança, procurador da República, em regime de destacamento como auxiliar no círculo judicial de Beja — colocado a seu pedido no referido círculo judicial.

Licenciado Francisco Manuel de Campos, procurador-adjunto na comarca de Chaves — promovido por concurso a procurador da República e colocado no círculo judicial de Chaves.

Licenciado António José de Sousa Ferreira Vidigal, procurador-adjunto colocado na situação de disponibilidade — nomeado em regime de destacamento como auxiliar e colocado na comarca de Lisboa.

Licenciado Carlos José Machado, procurador-adjunto colocado na situação de disponibilidade — colocado na comarca de Barcelos.

Licenciado José Carlos Vieira Maia Florindo, procurador-adjunto na comarca de Montalegre — transferido a seu pedido e colocado na comarca de Chaves.

(Prazos para aceitação da nomeação — 5 dias, excepto o licenciado Euclides José Dâmaso Simões, que para o efeito terá 15 dias.)

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Fevereiro de 1999. — O Secretário, *Maria Cristina Tavares Veiga Silva Maltez.*

UNIVERSIDADE ABERTA

Despacho (extracto) n.º 3853/99 (2.ª série). — Por despachos da reitora da Universidade Aberta de 4 de Janeiro de 1999:

Mestres Marc Marie Luc Philippe Jacquinet, Carla Alexandra Martins Pedrosa Gonçalves, José Maria Cantista de Castro Tavares e Rosana de Lemos de Sousa Albuquerque — autorizados os contratos administrativos de provimento para exercerem funções de assistente, por um período de seis anos, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir da data do despacho, com o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 135.

Mestre Ana Maria de Sousa Nascimento Piedade — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções de assistente convidada, por contrato anual, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir da data do despacho, com o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 135.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Manuel de Sousa Torres.*

Despacho (extracto) n.º 3854/99 (2.ª série). — Por despacho da reitora da Universidade Aberta de 1 de Fevereiro de 1999:

Mestre Maria João Ralha de Melo e Matos — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções de assistente, por um período de seis anos, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir da data do despacho, com o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 135. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Manuel de Sousa Torres.*

Rectificação n.º 449/99. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 9632/98 (2.ª série), no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 130, de 5 de Junho de 1998, a p. 7817, rectifica-se que onde se lê «a ter início no dia 1 de Janeiro de 1999» deve ler-se «a ter início no dia 1 de Fevereiro de 1999».

9 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Manuel de Sousa Torres.*

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Serviços de Acção Social

Despacho n.º 3855/99 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Novembro de 1998 do reitor da Universidade do Algarve:

Maria de Lurdes Jesus Silva, Maria Carolina Gouveia Moutinho Tavares, Dolorosa de Jesus Azevedo Fernandes Meixedo, Sandra Maria Rosa Neves, Maria da Assunção Silva Luís Oliveira, Graciela Maria Paixão Gonçalves José, Sandra Maria de Castro e Maria Vitória Vieira Custódio Mendes Guerreiro, auxiliares de alimentação — integradas no quadro, precedendo concurso, nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Fevereiro de 1999. — O Administrador para a Acção Social, *Amadeu de Matos Cardoso.*

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Despacho (extracto) n.º 3856/99 (2.ª série). — Por despachos do reitor da Universidade de Aveiro, proferidos nas datas a seguir indicadas:

De 7 de Dezembro de 1998:

Licenciada Margarida Isabel Rodrigues de Almeida Miranda — nomeada definitivamente técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal não docente da Universidade de Aveiro, precedendo concurso, a partir da data de publicação no *Diário da República*.

Fernanda Maria Trindade da Silva Rosa — nomeada definitivamente técnica auxiliar de 2.ª classe (área de apoio à reitoria, unidades e serviços) do quadro de pessoal não docente da Universidade de Aveiro, precedendo concurso, a partir da data de publicação no *Diário da República*.

Isabel Maria Gonçalves da Paula Pereira — nomeada definitivamente auxiliar administrativa do quadro de pessoal não docente da Universidade de Aveiro, precedendo concurso, a partir da data de publicação no *Diário da República*.

De 18 de Dezembro de 1998:

Paulo Miguel dos Santos Morgado Sancho — nomeado provisoriamente terceiro-oficial do quadro de pessoal não docente da Universidade de Aveiro, precedendo concurso, a partir da data de publicação no *Diário da República*.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Jorge Baptista Lopes.*

Despacho (extracto) n.º 3857/99 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Outubro de 1998 do reitor da Universidade de Aveiro:

Doutor José Fortes do Nascimento Lopes, professor auxiliar além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro — nomeado definitivamente na mesma categoria, por urgente conveniência de serviço, a partir de 7 de Julho de 1998. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Jorge Baptista Lopes.*

Despacho (extracto) n.º 3858/99 (2.ª série). — Por despachos de 12 de Novembro de 1998 e de 1 de Fevereiro de 1999 do director do Instituto de Medicina Legal de Coimbra e do reitor da Universidade de Aveiro, respectivamente:

Mestre Luís Manuel Souto de Miranda, técnico superior de medicina legal de 1.ª classe do quadro do Instituto de Medicina Legal — nomeado, por transferência, para o lugar de técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal não docente da Universidade de Aveiro, por urgente conveniência de serviço, a partir de 1 de Fevereiro de 1999, inclusive. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Jorge Baptista Lopes.*

Despacho (extracto) n.º 3859/99 (2.ª série). — Por despachos do reitor da Universidade de Aveiro, proferidos nas datas a seguir indicadas:

De 17 de Setembro de 1998:

Licenciado Jorge Eduardo Jordão Cerveira Pinto — contratado como assistente convidado além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, por um ano, não renovável, por urgente conveniência de serviço, a partir de 17 de Setembro de 1998, inclusive. (Declarado conforme em 4 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

De 18 de Setembro de 1998:

Mestre Domingos Soares Peixoto — contratado como assistente convidado, em regime de tempo parcial (50%) e acumulação, além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, por um ano, por urgente conveniência de serviço, a partir de 7 de Outubro de 1998, inclusive.

Mestre Nélson Manuel Marques da Mota — contratado como assistente convidado, em regime de tempo parcial (30%) e acumulação, além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, por um ano, por urgente conveniência de serviço, a partir de 6 de Outubro de 1998, inclusive.

De 6 de Outubro de 1998:

Licenciada Dulce da Cruz Vieira — contratada como assistente convidada, em regime de tempo parcial (50%) e acumulação, além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, conforme apostilha efectuada ao contrato inicial. O presente contrato efectuado por urgente conveniência de serviço produz efeitos a partir de 6 de Janeiro de 1998, mantendo-se a data de início de funções (2 de Janeiro de 1996), o período de validade e o termo da eventual renovação.

De 16 de Outubro de 1998:

Mestre Rui Pedro Ramos Cardoso — contratado como assistente além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, pelo período de seis anos, prorrogável por um biénio, por urgente conveniência de serviço, a partir de 16 de Outubro de 1998, inclusive.

Mestre Rui António da Silva Moreira — contratado como assistente além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, pelo período de seis anos, prorrogável por um biénio, por urgente conveniência de serviço, a partir de 30 de Novembro de 1998, inclusive.

Mestre Wang Suoying — contratada como leitora além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, pelo período de um ano, renovado por contratos com a duração de três anos, renováveis por iguais períodos, por urgente conveniência de serviço, a partir de 16 de Outubro de 1998, inclusive.

Licenciado António Manuel Godinho Completo — contratado como assistente convidado, em regime de tempo parcial (40%), além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, pelo período de um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos, por urgente conveniência de serviço, a partir de 16 de Outubro de 1998, inclusive.

De 23 de Outubro de 1998:

Licenciado István Matuz — contratado como professor auxiliar visitante além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, pelo período de um ano, por urgente conveniência de serviço, a partir de 23 de Outubro de 1998, inclusive.

De 11 de Novembro de 1998:

Licenciado Artur Manuel de Campos Calado — contratado como professor auxiliar convidado, em regime de tempo parcial (30%), além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, por urgente conveniência de serviço, a partir de 11 de Novembro de 1998, inclusive, até 24 de Fevereiro de 1999 (final da época de recurso do 1.º semestre do ano lectivo de 1998-1999).

De 19 de Novembro de 1998:

Doutor José Tomás Marques Henriques — contratado como professor auxiliar convidado além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, por um quinquénio, por urgente conveniência de serviço, a partir da data do despacho, inclusive.

De 23 de Novembro de 1998:

Doutora Isabelle Louise Raymonde Orion — contratada como professora auxiliar convidada, em regime de tempo parcial (50%), além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, por urgente conveniência de serviço, pelo período de um ano, a partir de 7 de Dezembro de 1998, inclusive.

De 26 de Novembro de 1998:

Licenciado Álvaro José Barbosa de Sousa — contratado como assistente convidado além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, por um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos, por urgente conveniência de serviço, a partir de 4 de Dezembro de 1998, inclusive.

Licenciada Maria Helena Ferreira Braga Barbosa — contratada como assistente convidada além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, por um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos, por urgente conveniência de serviço, a partir de 3 de Dezembro de 1998, inclusive.

Licenciada Jacinta Maria da Costa Cardoso Afonso — contratada como assistente convidada, em regime de tempo parcial (50%) e acumulação, além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro, por um ano, renovável por sucessivos períodos de três anos, por urgente conveniência de serviço, a partir da data do despacho, inclusive.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Jorge Baptista Lopes.*

Despacho (extracto) n.º 3860/99 (2.ª série). — Por despachos do reitor da Universidade de Aveiro, proferidos nas datas a seguir indicadas:

De 31 de Dezembro de 1998:

Licenciado João Carlos Martins Valente — contratado como técnico superior de 2.ª classe, em regime de contrato de trabalho a termo certo, pelo período de um ano, podendo ser prorrogável por iguais períodos, não podendo a sua duração total ultrapassar o limite de três anos, por urgente conveniência de serviço, a partir de 1 de Fevereiro de 1999, inclusive.

De 4 de Janeiro de 1999:

José Pedro Marques de Oliveira Valente — contratado como sonoplasta, em regime de contrato de trabalho a termo certo, pelo período de um ano, podendo ser prorrogável por igual período, não podendo a sua duração total ultrapassar o limite de dois anos, por urgente conveniência de serviço, a partir da data do despacho, inclusive.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Jorge Baptista Lopes.*

Despacho (extracto) n.º 3861/99 (2.ª série). — Por despachos do reitor da Universidade de Aveiro, proferidos nas datas a seguir indicadas, foi concedida renovação dos seguintes contratos a termo certo:

De 13 de Janeiro de 1999:

Anabela de Matos Serrano, técnica profissional de 2.ª classe — a partir de 19 de Fevereiro de 1999 e pelo período de um ano.

De 26 de Janeiro de 1999:

Estelina Lora da Silva, técnica profissional de 2.ª classe — a partir de 2 de Março de 1999 e pelo período de um ano.

De 1 de Fevereiro de 1999:

Sandra Maria Praia de Lima, técnica profissional de 2.ª classe — a partir de 16 de Fevereiro de 1999 e pelo período de um ano.

De 20 de Janeiro de 1999:

Maria Amélia Pena Correia, técnica profissional de 2.ª classe — a partir de 16 de Fevereiro de 1999 e pelo período de um ano.

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Jorge Baptista Lopes.*

Despacho (extracto) n.º 3862/99 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Setembro de 1998 do vice-reitor da Universidade de Aveiro, no uso de delegação de competências (despacho n.º 17-R/98, *Diário da República,* 2.ª série, n.º 142, de 23 de Junho de 1998), foi concedida a rescisão do contrato como monitora à licenciada Paula Sofia Sarrico Lacerda, com efeitos a partir de 26 de Agosto de 1998.

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Jorge Baptista Lopes.*

Despacho (extracto) n.º 3863/99 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Janeiro de 1999 do administrador da Universidade de Aveiro, no uso de delegação de competências (despacho n.º 79-R/98, *Diário da República,* 2.ª série, n.º 255, de 4 de Novembro de 1998), foi concedida licença sem vencimento a Niall Sthephen Power, técnico de 2.ª classe, pelo período de 90 dias, com início em 8 de Fevereiro e até 8 de Maio de 1999.

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Jorge Baptista Lopes.*

Despacho (extracto) n.º 3864/99 (2.ª série). — Por despachos proferidos nas datas a seguir indicadas do vice-reitor da Universidade de Aveiro, no uso de delegação de competências (despacho n.º 17-R/98, *Diário da República,* 2.ª série, n.º 142, de 23 de Junho de 1998), foi concedida licença sabática aos seguintes docentes:

De 15 de Janeiro de 1999:

Doutor Luís António Ferreira Martins Dias Carlos, professor associado — para o 2.º semestre do ano lectivo de 1998-1999.

De 18 de Janeiro de 1999:

Doutor Armando José Trindade das Neves, professor auxiliar — para o 2.º semestre do ano lectivo de 1998-1999.

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Jorge Baptista Lopes.*

Despacho (extracto) n.º 3865/99 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Janeiro de 1999 do vice-reitor da Universidade de Aveiro, no uso de delegação de competências (despacho n.º 17-R/98, *Diário da República,* 2.ª série, n.º 142, de 23 de Junho de 1998), foi concedida a dispensa de serviço docente aos seguintes docentes:

Licenciados Maria Adelaide de Pinho Almeida e Carlos Miguel Miguez Barroso, assistentes — para o ano lectivo de 1998-1999.

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Jorge Baptista Lopes.*

Despacho (extracto) n.º 3866/99 (2.ª série). — Por despachos proferidos nas datas a seguir indicadas do vice-reitor da Universidade de Aveiro, no uso de delegação de competências (despacho n.º 17-R/98, *Diário da República,* 2.ª série, n.º 142, de 23 de Junho

de 1998), foi concedida equiparação a bolseiro no País aos seguintes docentes:

De 6 de Janeiro de 1999:

Licenciada Elisabete Maria Melo Figueiredo, assistente — no período de 25 de Fevereiro a 15 de Julho de 1999.

De 13 de Janeiro de 1999:

Doutor Vítor Manuel Ferreira dos Santos, professor auxiliar — nos dias 20 e 21 de Janeiro de 1999.

De 21 de Janeiro de 1999:

Doutora Idália da Silva Carvalho Sá-Chaves, professora auxiliar — nos dias 21 e 22 de Janeiro de 1999.

De 26 de Janeiro de 1999:

Mestre Mohamed Lakhdar Bendiha, leitor — no período de 1 a 3 de Março de 1999.

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Jorge Baptista Lopes.*

Despacho (extracto) n.º 3867/99 (2.ª série). — Por despachos proferidos nas datas a seguir indicadas do vice-reitor da Universidade de Aveiro, no uso de delegação de competências (despacho n.º 17-R/98, *Diário da República,* 2.ª série, n.º 142, de 23 de Junho de 1998), foi concedida equiparação a bolseiro fora do País aos seguintes docentes:

De 6 de Janeiro de 1999:

Doutor Casimiro Adrião Pio, professor catedrático com agregação — no período de 9 a 12 de Janeiro de 1999.
Doutora Teresa Filomena Vieira Nunes, professora auxiliar — no período de 9 a 12 de Janeiro de 1999.

De 8 de Janeiro de 1999:

Doutora Maria Teresa Lencastre de Melo Breiner Andresen, professora associada — no período de 27 a 31 de Janeiro de 1999.

De 18 de Janeiro de 1999:

Doutor Mário Fernando dos Santos Ferreira, professor associado — no período de 4 a 9 de Fevereiro de 1999.
Mestre Fernão Rodrigues Vístulo de Abreu, professor auxiliar convidado — no período de 7 a 28 de Fevereiro de 1999.

De 20 de Janeiro de 1999:

Doutor Vasco Afonso da Silva Branco, professor auxiliar — no período de 24 a 31 de Janeiro de 1999.
Doutora Cristina Manuela Branco Fernandes de Sá, professora auxiliar — no período de 6 a 17 de Fevereiro de 1999.
Doutor Armando José Formoso de Pinho, professor auxiliar — no período de 13 a 21 de Março de 1999.
Licenciado Francisco Maria Mendes de Seiça da Providência Santarém, professor auxiliar convidado — no período de 24 a 31 de Janeiro de 1999.
Licenciado Pedro Alexandre Ferreira dos Santos, monitor — no período de 20 a 24 de Janeiro de 1999.
Licenciado Rui Manuel de Assunção Raposo, monitor — no período de 20 a 24 de Janeiro de 1999.

De 21 de Janeiro de 1999:

Doutor Aníbal Manuel de Oliveira Duarte, professor associado com agregação — no período de 21 a 22 de Janeiro de 1999.

De 26 de Janeiro de 1999:

Doutora Lurdes de Castro Moutinho, professora associada — no período de 20 a 27 de Fevereiro de 1999.
Doutor José Maria Fonte Ferreira, professor auxiliar — no período de 26 a 27 de Janeiro de 1999.
Doutora Maria Clara Ferreira Magalhães, professora auxiliar — no período de 5 a 6 de Fevereiro de 1999.
Mestre Eleanor Lesley Underwood, leitora — no período de 11 a 16 de Março de 1999.
Mestre Cláudia Maria Pinto Ferreira, leitora, em regime de tempo parcial — no período de 5 a 9 de Fevereiro de 1999.
Mestre Cláudia Maria Pinto Ferreira, leitora, em regime de tempo parcial — no período de 19 a 24 de Fevereiro de 1999.

De 27 de Janeiro de 1999:

Doutora Isabel Maria de Sousa Gonçalves, professora auxiliar — no período de 1 a 12 de Fevereiro de 1999.

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Jorge Baptista Lopes.*

Relatório n.º 10/99. — *Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.* — O conselho científico reunido em 19 de Janeiro de 1999, com base nos pareceres circunstanciados e fundamentados dos Doutores Luís Miguel da Cruz Simões, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e Rogério Augusto Fernandes Martins, professor catedrático da Faculdade de Engenharia, do Porto, sobre o relatório de actividade científica e pedagógica desenvolvido pelo Doutor Paulo Jorge de Melo Matias Faria de Vila Real, durante o quinquénio de 1993-1998 e louvando-se na votação efectuada pelos professores catedráticos e associados em exercício efectivo de funções, deliberou, por maioria e por votação nominal justificada, propor a sua nomeação definitiva como professor auxiliar desta Universidade.

O Presidente do Conselho Científico, *Francisco António Cardoso Vaz.*

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Jorge Baptista Lopes.*

Relatório n.º 11/99. — *Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.* — O conselho científico da Universidade de Aveiro aprovou, em reunião de 22 de Janeiro de 1999, pela maioria absoluta dos seus membros do conselho científico em exercício efectivo de funções (163 votos a favor, 9 votos contra e 13 abstenções), a contratação como professor auxiliar convidado, em regime, de tempo parcial (30%), além do quadro de pessoal docente desta Universidade do licenciado Paulo Manuel Namorado Nordeste, para o 2.º semestre do ano lectivo de 1998-1999.

A proposta de convite veio acompanhada dos pareceres previstos no n.º 2 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, antes citado, tendo sido subscritos pelos Doutores Francisco António Cardoso Vaz, Dinis Gomes Magalhães dos Santos, professores catedráticos da Universidade de Aveiro, e Aníbal Manuel de Oliveira Duarte professor associado com agregação da Universidade de Aveiro.

Com base nesses pareceres favoráveis e na análise do *curriculum vitae* do candidato, o conselho científico da Universidade de Aveiro é de parecer que o licenciado Paulo Manuel Namorado Nordeste pelo seu currículo profissional no domínio das telecomunicações, pela sua preparação técnica e pela sua acção pedagógica em planeamentos de redes e serviços de telecomunicações reúne os requisitos necessários ao exercício da docência como professor auxiliar convidado, em regime de tempo parcial (30%).

O Presidente do Conselho Científico, *Francisco António Cardoso Vaz.*

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Jorge Baptista Lopes.*

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Despacho (extracto) n.º 3868/99 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade da Beira Interior de 26 de Janeiro de 1999, foram designados para fazerem parte do júri das provas de agregação requeridas pelo Doutor António Carreto Fidalgo os seguintes professores:

Presidente — Reitor da Universidade da Beira Interior.
Vogais:

Doutor Manuel José Lopes da Silva, professor catedrático jubilado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
Doutor João Malaca Casteleiro, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Doutor Adriano Duarte Rodrigues, professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
Doutor António José Duque da Silva Marques, professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
Doutor Aníbal Augusto Alves, professor catedrático do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
Doutor Nelson Traquina, professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e da Universidade Nova de Lisboa.
Doutor Moisés Adão de Lemos Martins, professor catedrático do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

26 de Janeiro de 1999. — O Reitor, *Manuel José dos Santos Silva.*

Despacho (extracto) n.º 3869/99 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 26 de Outubro de 1998:

Licenciada Margarida Cristina Fernandes Raposo Fazendeiro Geraldes, assistente além do quadro da Universidade da Beira Interior — rescindido o contrato, a seu pedido, com início em 26 de Outubro de 1998. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *José Esteves Correia Pinheiro.*

Despacho (extracto) n.º 3870/99 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 30 de Dezembro de 1998:

Mestra Manuela Maria Fernandes Penafria, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal não docente desta Universidade — autorizada licença sem vencimento, pelo período de uma ano, com início em 1 de Fevereiro de 1999. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *José Esteves Correia Pinheiro.*

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Reitoria

Despacho n.º 3871/99 (2.ª série). — *Serviços Académicos.* — Sob proposta da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e pela deliberação do senado n.º 60/98, de 18 de Novembro, o curso de mestrado em Estudos Americanos, criado pelo despacho n.º 16 329/98, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 214, de 16 de Setembro de 1998, sofre a seguinte alteração:

O n.º 1 do n.º 3.º passa a ter a seguinte redacção:

«3.º

1 — O curso terá a duração máxima de dois anos lectivos, compreendendo, no 1.º ano, a frequência de três seminários anuais de Literatura e Cultura Americana, designados por A, B e C, qualquer deles ocupando três horas semanais e correspondendo a seis unidades de crédito, e, no 2.º ano, a elaboração, apresentação e discussão de uma dissertação preparada em qualquer das áreas científicas especializadas correspondentes aos seminários do 1.º ano.»

29 de Janeiro de 1999. — O Reitor, *Fernando Rebelo.*

Despacho n.º 3872/99 (2.ª série). — Sob proposta da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e pela deliberação do senado n.º 54/98, de 7 de Outubro, o curso de pós-graduação em Saúde Pública, criado pelo despacho n.º 41/91, Serviços Académicos, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 13, de 16 de Janeiro de 1992, extinto pelo despacho n.º 16/93, Serviços Académicos, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 115, de 18 de Maio de 1993, e revogado pelo despacho n.º 30/94, Serviços Académicos, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 188, de 16 de Agosto de 1994, sofre as seguintes alterações:

Créditos — 24.

A carga horária semanal é de quinze horas.

Habilitações de acesso — qualquer titular de um grau de licenciatura ou habilitação legalmente equivalente.

Certificado final — os alunos que obtenham aprovação na totalidade dos módulos receberão o certificado final correspondente, passado pela Universidade de Coimbra.

A classificação final será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

Nota final = [Σ factor de ponderação × nota do módulo (0-20)] / 24

Módulos:

1.º semestre:

1) Introdução à Saúde Pública — quinze horas (1 uc);
2) Introdução à Filosofia da Ciência e Teoria do Conhecimento — quinze horas (1 uc);
3) Bioestatística e Informática — quinze horas (1 uc);
4) Antropologia — quinze horas (1 uc);
5) Psicologia — quinze horas (1 uc);
6) Sociologia — quinze horas (1 uc);
7) Investigação em Saúde Pública — quinze horas (1 uc);
8) Demografia — quinze horas (1 uc);
9) Epidemiologia Geral — quinze horas (1 uc);
10) Epidemiologia Especial — quinze horas (1 uc);
11) Imunologia — quinze horas (1 uc);

2.º Semestre:

12) Microbiologia e Parasitologia — quinze horas (1 uc);
13) Medicina Preventiva — trinta horas (2 uc);
14) Saúde Escolar — quinze horas (1 uc);
15) Engenharia do Ambiente — quinze horas (1 uc);
16) Nutrição em Saúde Pública — quinze horas (1 uc);
17) Inspecção Sanitária — quinze horas (1 uc);
18) Economia da Saúde — quinze horas (1 uc);
19) Administração e Gestão em Saúde Pública — trinta horas (2 uc);
20) Controlo de Qualidade — quinze horas (1 uc);
21) Saúde Ocupacional — quinze horas (1 uc);
22) Direito da Saúde e Direito Biomédico — quinze horas (1 uc).

O valor da propina anual é de 250 000$, podendo ser liquidada em duas prestações, uma no acto da matrícula e outra até 31 de Março.

29 de Janeiro de 1998. — O Reitor, *Fernando Rebelo.*

Serviços Centrais

Despacho n.º 3873/99 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Novembro de 1998 do vice-reitor da Universidade de Coimbra, proferido por delegação de competências (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 181, de 7 de Agosto de 1998):

Mestre Olga Maria Fernandes Borges Ribeiro — contratada, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidada a 50 % além do quadro da Faculdade de Farmácia desta Universidade, durante o impedimento da licenciada Angelina Lopes Simões Pena. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Fevereiro de 1999. — Pela Administradora, a Chefe de Divisão, *Maria Luísa Cardoso.*

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Despacho (extracto) n.º 3874/99 (2.ª série). — Por despachos de 28 de Janeiro de 1999 do presidente do conselho científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia, nos termos do n.º 3.4 do Despacho de delegação de competências (FCTUC), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 187, de 14 de Agosto de 1998:

Concedida equiparação a bolseiro fora do País:

À Doutora Maria da Graça Martins Miguel, professora associada do Departamento de Química da FCTUC — no período de 4 a 20 de Fevereiro de 1999.

À Doutora Ana Maria Coelho Ferreira de Oliveira Brett, professora auxiliar além do quadro do Departamento de Química da FCTUC — no período de 13 a 20 de Fevereiro de 1999.

Ao Doutor Christopher Michael Ashton Brett, professor auxiliar além do quadro do Departamento de Química da FCTUC — no período de 13 a 21 e de 24 a 28 de Fevereiro de 1999.

Ao licenciado Fernando de Carvalho Teixeira Gomes, assistente além do quadro do Departamento de Engenharia Civil da FCTUC — no período de 26 a 30 de Maio de 1999.

(Não carecem de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Fevereiro de 1999. — A Chefe de Divisão de Recursos Humanos, *Maria Lídia Morão de Paiva Cardoso.*

Despacho (extracto) n.º 3875/99 (2.ª série). — No uso da delegação de competências conferida por despacho do reitor da Universidade de Coimbra, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 187, de 14 de Agosto de 1998, e nos termos do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 22/98, de 9 de Fevereiro, transitam

para a categoria de assistente administrativo os auxiliares técnicos administrativos desta Faculdade que a seguir se mencionam:

Serviços Centrais:

António Gândara Machado Branco.
Dália Maria dos Santos Serra Almeida.
Glória Jesus Marques Alves Costa Gama.
José Cordeiro Pires Gerardo.
Maria Adelaide Ramalho Campino.
Maria Amado Cunha Lucas.
Maria Lucinda Fernandes Quadros.
Maria Manuela Gouveia da Conceição Moreira.

Departamento de Antropologia:

Adelina Conceição Vaz Gomes Santos.
José Luís Soares Fernandes.

Departamento de Botânica:

Maria Emília Saraiva Godinho.

Departamento de Ciências da Terra:

Maria Lurdes Pereira Pratas.

Departamento de Engenharia Civil:

Maria do Rosário Ferreira Costa Varandas.

Departamento de Engenharia Informática:

Amália Vítor Diogo do Amaral.

Departamento de Engenharia Mecânica:

Graça Maria Gouveia de Carvalho.
Maria da Conceição Ferreira Teles.
Maria Suzete Conceição Simões Teixeira.

Departamento de Engenharia Química:

Maria Teresa Amaral Peixoto Tavares Monteiro Dias.

Departamento de Física:

Maria Celeste Lopes da Silva.
Maria Teresa Seiça Guedes Rebelo Cândido Seco.

Departamento de Matemática:

Agostinho Machado Pimenta Cortesão.
Dora Ferreira Costa Varandas Pina Duarte.
Fernando Branco Baptista.

Departamento de Química:

José António Rodrigues Correia.

Departamento de Zoologia:

Maria Natália da Piedade Martins Ferreira.

Instituto Geofísico:

António Belmiro Martins Pais.
João Pereira Simões Marques.
Mário Falcão de Sousa Trepa.

Museu de História Natural, Secção de Mineralogia e Geologia:

Maria Gabriela Maia Neto Neves.

2 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Martim Ramiro Portugal e Vasconcelos Ferreira.*

Despacho (extracto) n.º 3876/99 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Junho de 1998 do vice-reitor da Universidade de Coimbra:

Licenciado Pedro Miguel Ferreira Henriques — integrado definitivamente como técnico profissional de 2.ª classe dos Serviços Centrais da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, com efeitos a partir da data do termo de posse, nos termos do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

3 de Fevereiro de 1999. — Pelo Director de Administração, a Chefe de Divisão da Área de Recursos Humanos, *(Assinatura ilegível.)*

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Aviso n.º 3835/99 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Janeiro de 1999 do reitor da Universidade de Évora:

Constituído, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento da Atribuição do Grau de Doutor pela Universidade de Évora, pela forma seguinte, o júri das provas de doutoramento em História, requeridas por Maria da Conceição Couto de Andrade Martins:

Presidente — Reitor da Universidade de Évora.
Vogais:

Fernando Silva de Oliveira Baptista, professor catedrático do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.
Hélder Adegar Teixeira Dias Fonseca, professor associado da Universidade de Évora.
Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas, professora associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
Gaspar Manuel Martins Pereira, professor auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Maria de Fátima Nunes, professora auxiliar da Universidade de Évora.
Manuel Villaverde Cabral, investigador principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

9 de Fevereiro de 1999. — O Director dos Serviços Académicos, *Florêncio Leite.*

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Direito

Contrato (extracto) n.º 597/99. — Por despacho do vice-reitor de 3 de Dezembro de 1998, proferido por delegação do reitor:

Celebrado contrato administrativo de provimento entre esta Faculdade e a mestre Maria de Fátima Proença Manso para exercer funções de assistente, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a 26 de Setembro de 1998, considerando-se rescindido o contrato anterior. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Dezembro de 1998. — O Presidente do Conselho Directivo, *Jorge Miranda.*

Faculdade de Letras

Despacho n.º 3877/99 (2.ª série):

Ricardo Manuel Pereira Sousa Reis, contratado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho — nomeado, precedendo concurso, técnico superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Letras, por despacho de 2 de Dezembro de 1998 do vice-reitor da Universidade de Lisboa, por delegação de competências, com efeitos à data da posse. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Manuel J. do Carmo Ferreira.*

Despacho n.º 3878/99 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho científico da Faculdade de Letras de Lisboa de 5 de Fevereiro de 1999, proferido por delegação, conforme publicação no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 182, de 5 de Agosto de 1993:

Concedida equiparação a bolseiro fora do País:

Ao Doutor Ernesto José Rodrigues, professor auxiliar — no período de 11 a 23 de Fevereiro de 1999.

Ao mestre Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, assistente — no período de 2 a 14 de Fevereiro de 1999.

5 de Fevereiro de 1999. — A Secretária, *Maria Teresa Campos e Matos.*

Faculdade de Medicina

Aviso n.º 3836/99 (2.ª série). — Avisam-se os candidatos ao concurso interno geral de admissão a estágio para o provimento de um lugar para técnico superior da área funcional de planeamento — projectos de desenvolvimento, gestão financeira e gestão de recursos humanos do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, a que se refere o aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 165, de 20 de Julho de 1998, de que a lista de classificação final, cuja acta foi homologada por despacho do vice-reitor de 29 de Janeiro de 1999, se encontra afixada, para consulta, no *placard* junto à Secção de Pessoal da Faculdade.

Da homologação da presente lista cabe recurso, nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 498/88, de 30 de Dezembro, para o membro do Governo competente, no prazo de 10 dias a partir da data do aviso da comunicação feita aos interessados, respeitada a dilação de três dias, após o aviso afixado no átrio da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

8 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Júri, *J. Martins e Silva.*

Despacho n.º 3879/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 6 de Maio de 1998, por delegação do reitor:

Maria Teresa Damásia Freitas Santos — autorizada a nomeação definitiva na categoria de técnica de 2.ª classe de análises clínicas e de saúde pública da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica do quadro da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, considerando-se rescindido o contrato de trabalho a termo certo, na mesma categoria, na data da posse. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

9 de Fevereiro de 1999. — A Secretária, *Maria Helena Calado.*

Faculdade de Medicina Dentária

Despacho (extracto) n.º 3880/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 1 de Outubro de 1998, proferido por delegação:

José Gil Fernandes Caroto, assistente convidado desta Faculdade, em regime de 40% — autorizado novo contrato administrativo de provimento, em regime de 50%, nos termos dos artigos 32.º, n.º 1, e 34.º da Lei n.º 19/80 (ECDU), com início em 1 de Outubro de 1998. (Não carece de visto prévio do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Armando Simões dos Santos.*

Despacho (extracto) n.º 3881/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 1 de Outubro de 1998, proferido por delegação:

Luís António dos Santos Redinha — autorizado o contrato administrativo de provimento como assistente convidado, em regime de 40%, nos termos dos artigos 32.º, n.º 1, e 34.º da Lei n.º 19/80 (ECDU), com início em 1 de Outubro de 1998, por conveniência urgente de serviço. (Não carece de visto prévio do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Armando Simões dos Santos.*

Despacho (extracto) n.º 3882/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 1 de Outubro de 1998, proferido por delegação:

Maria Arnalda Ferreira da Silva Guimarães Nunes do Vale — autorizado o contrato administrativo de provimento como assistente convidada em regime de 50%, nos termos dos artigos 32.º, n.º 1, e 34.º da Lei n.º 19/80 (ECDU), com início em 1 de Outubro de 1998, por conveniência urgente de serviço. (Não carece de visto prévio do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Armando Simões dos Santos.*

Despacho (extracto) n.º 3883/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 1 de Outubro de 1998, proferido por delegação:

Leonel José Menezes Aguiar Briz Gonzalez — autorizado o contrato administrativo de provimento como assistente convidado, em regime de 40%, nos termos dos artigos 32.º, n.º 1, e 34.º da Lei n.º 19/80 (ECDU), com início em 1 de Outubro de 1998, por conveniência urgente de serviço. (Não carece de visto prévio do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Armando Simões dos Santos.*

Despacho (extracto) n.º 3884/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor de 16 de Novembro de 1998, proferido por delegação:

Doutor José de Paiva Boléo Tomé — autorizado o contrato administrativo de provimento como professor associado convidado, em regime de 50%, nos termos do ECDU e demais legislação complementar, por conveniência urgente de serviço, com início em 16 de Novembro de 1998. (Não carece de visto prévio do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Armando Simões dos Santos.*

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Despacho n.º 3885/99 (2.ª série). — Por despachos do presidente do conselho directivo, proferidos por delegação de competências:

Autorizada a recuperação do vencimento de exercício perdido aos seguintes funcionários:

António Joaquim Nóbrega — cinco dias a 100% (despacho de 25 de Janeiro de 1999).
Maria Felicidade Rosado Rebola — um dia a 100% (despacho de 28 de Janeiro de 1999).
João Carlos Tavares Dias Navarro — dois dias a 100% (despacho de 1 de Fevereiro de 1999).

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Albano Cordeiro Estrela.*

Instituto de Ciências Sociais

Despacho (extracto) n.º 3886/99 (2.ª série). — Por despachos do presidente do conselho científico, proferidos por delegação de competências do reitor da Universidade de Lisboa, foi concedida equiparação a bolseiro fora do País:

De 21 de Janeiro de 1999:

Ao licenciado Marinús Pires de Lima Soares, investigador principal deste Instituto — no período de 27 a 31 de Janeiro de 1999.

De 28 de Janeiro de 1999:

Ao mestre José Luís de Oliveira Garcia, assistente de investigação deste Instituto — nos períodos de 1 a 22 de Fevereiro e de 1 a 22 de Março de 1999.

De 4 de Fevereiro de 1999:

À Doutora Cristiana Lage David Bastos, investigadora auxiliar deste Instituto — em 5 de Fevereiro de 1999.
Ao Doutor Nuno Gonçalo Pimenta de Freitas Monteiro, investigador auxiliar deste Instituto — no período de 11 a 16 de Fevereiro de 1999.

8 de Fevereiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Eduarda Cruzeiro.*

UNIVERSIDADE DO MINHO

Serviços Administrativos

Despacho (extracto) n.º 3887/99 (2.ª série). — Por despachos do reitor da Universidade do Minho:

De 18 de Dezembro de 1998:

Licenciado José Manuel Morais Lopes Cordeiro, assistente — suspensão de equiparação a bolseiro no período de 18 de Novembro de 1998 a 16 de Janeiro de 1999.

Concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

De 30 de Dezembro de 1998:

Doutor António Cândido Macedo Oliveira, professor associado — no período de 29 de Outubro a 1 de Novembro de 1998.

De 5 de Janeiro de 1999:

Licenciado José Manuel Ferreira Machado, assistente — no período de 21 a 29 de Dezembro de 1998.
Licenciada Maria Joana Costa Cruz Oliveira Torres, assistente — no período de 2 de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1999.
Doutor José António Oliveira Rocha, professor catedrático — no período de 26 de Dezembro de 1998 a 2 de Janeiro de 1999.
Licenciado António Carlos Silva Abelha, assistente — no período de 18 a 24 de Dezembro de 1998.
Doutora Maria Margarida Santos Proença Almeida, professora catedrática — no período de 26 de Dezembro de 1998 a 2 de Janeiro de 1999.

De 7 de Janeiro de 1999:

Doutor Luís Alfredo Martins Amaral, professor associado — no período de 12 a 16 de Dezembro de 1998.

De 11 de Janeiro de 1999:

Doutor José Álvaro Brandão Soares Carvalho, professor associado — no período de 11 de Janeiro a 11 de Março de 1999.
Licenciado António José Vilela Pontes, assistente — no período de 25 de Janeiro a 19 de Março de 1999.

De 14 de Janeiro de 1999:

Mestre Carla Cristina Esteves Martins, assistente — no período de 19 de Janeiro a 15 de Fevereiro de 1999.

De 17 de Janeiro de 1999:

Doutora Maria José Feio Mendes Silva Medeiros, professora associada — no período de 17 de Janeiro a 6 de Fevereiro de 1999.
Doutor Rui Manuel Costa Vieira de Castro, professor associado — no período de 19 de Janeiro a 3 de Fevereiro de 1999.

De 20 de Janeiro de 1999:

Doutor Andrei Pavlov, professor convidado equiparado a professor auxiliar — no período de 19 de Janeiro a 7 de Fevereiro de 1999.
Mestre António Carlos Silva Abelha, assistente — no período de 15 de Janeiro a 7 de Fevereiro de 1999.

De 22 de Janeiro de 1999:

Licenciado João Pedro dos Santos Hall de Agorreta de Alpuim, assistente — no período de 1 de Março de 1999 a 29 de Fevereiro de 2000.
Licenciado Mário Rui da Cunha Pereira, assistente — no período de 1 de Março de 1999 a 29 de Fevereiro de 2000.
Licenciada Maria Teresa Pitta Lacerda-Arôso, assistente — no período de 1 de Março de 1999 a 29 de Fevereiro de 2000.
Licenciado Luís António Carvalho Gachineiro da Cunha, assistente — no período de 1 de Março de 1999 a 29 de Fevereiro de 2000.
Licenciada Anabela Gomes Rolo, assistente — no período de 1 de Março a 31 de Agosto de 1999.
Licenciado José Filipe Vilela Vaz, assistente — no período de 1 de Março de 1999 a 29 de Fevereiro de 2000.
Mestre Filipe Artur Pacheco Neves Carteado Mena, assistente — no período de 1 de Março de 1999 a 29 de Fevereiro de 2000.

De 26 de Janeiro de 1999:

Licenciada Anabela Simões Carvalho, assistente — no período de 18 de Janeiro a 11 de Fevereiro de 1999.
Mestre Isabel Maria Macedo Pinho, assistente — no período de 6 a 27 de Fevereiro de 1999.
Doutor Mário Duarte Araújo, professor catedrático — no período de 23 a 26 de Janeiro de 1999.
Mestre Daniel Vitorino de Castro Oliveira, assistente — no período de 1 de Fevereiro a 31 de Julho de 1999.

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguilar Monteiro.*

Despacho (extracto) n.º 3888/99 (2.ª série). — Por despachos do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação:

Concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

De 17 de Dezembro de 1998:

Doutora Maria Isabel Gomes Barca Oliveira, professora auxiliar — no período de 2 a 14 de Janeiro de 1999.

De 18 de Dezembro de 1998:

Doutora Maria de Fátima Neves Guerreiro Sequeira, professora associada com agregação — no período de 21 a 22 de Dezembro de 1998.
Doutor Francisco Álvaro Gomes, professor auxiliar — no período de 21 a 22 de Dezembro de 1998.
Doutor Manuel Joaquim Cuiça Sequeira, professor catedrático — no período de 21 a 22 de Dezembro de 1998.

De 5 de Janeiro de 1999:

Doutora Maria Conceição Oliveira Carvalho Nogueira, professora auxiliar — nos períodos de 19 a 24 e de 29 a 30 de Janeiro de 1999.

De 11 de Janeiro de 1999:

Mestre Inês Martins Jongenelen, assistente — no período de 31 de Janeiro a 23 de Fevereiro de 1999.

De 15 de Janeiro de 1999:

Doutora Bárbara Fernandes Carvalho Figueiredo, professora auxiliar — no período de 18 a 24 de Janeiro de 1999.

De 28 de Janeiro de 1999:

Doutor Alberto Filipe Ribeiro Abreu Araújo, professor auxiliar — no período de 15 a 23 de Fevereiro de 1999.

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguilar Monteiro.*

Despacho (extracto) n.º 3889/99 (2.ª série). — Por despachos do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação:

Concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

De 28 de Dezembro de 1998:

Doutor Naim Haie, professor associado — no período de 6 a 11 de Janeiro de 1999.

De 5 de Janeiro de 1999:

Doutor Paulo José Brandão Barbosa Lourenço, professor auxiliar — no período de 11 a 14 de Janeiro de 1999.
Doutor Alberto Sérgio Sá Rodrigues Miguel, professor auxiliar — no período de 9 a 16 de Abril de 1999.
Licenciado Pedro Miguel Ferreira Martins Arezes, assistente — no período de 9 a 16 de Abril de 1999.

De 6 de Janeiro de 1999:

Licenciado Victor José Martins Saraiva, assistente — no período de 11 a 15 de Janeiro de 1999.

De 8 de Janeiro de 1999:

Doutor Armando Albino Dias Venâncio, professor auxiliar — no período de 9 a 13 de Janeiro de 1999.
Doutor João Manuel Luís Lopes Maia, assistente convidado — no período de 9 a 14 de Janeiro de 1999.

De 11 de Janeiro de 1999:

Doutor Mário Duarte Araújo, professor catedrático — no período de 6 a 17 de Fevereiro de 1999.
Doutor José António Colaço Gomes Covas, professor catedrático — no período de 9 a 14 de Janeiro de 1999.

De 13 de Janeiro de 1999:

Doutor Paulo Sérgio Soares Almeida, professor auxiliar — no período de 27 a 31 de Janeiro de 1999.

De 18 de Janeiro de 1999:

Mestre Rui João Peixoto José, assistente — no período de 12 a 21 de Janeiro de 1999.
Doutor Jaime Isidoro Naylor Rocha Gomes, professor associado — no período de 20 a 23 de Janeiro de 1999.
Doutor Henrique Manuel Dinis Santos, professor auxiliar — no período de 23 a 30 de Janeiro de 1999.

De 21 de Janeiro de 1999:

Doutora Maria da Graça Pinto Ribeiro Guedes, professora auxiliar — no período de 23 a 27 de Janeiro de 1999.

De 27 de Janeiro de 1999:

Licenciado Jorge Manuel Bentes Paulo, assistente convidado em regime de requisição — no período de 27 a 31 de Janeiro de 1999.
Doutor Alberto Sérgio Sá Rodrigues Miguel, professor auxiliar — no período de 24 a 28 de Março de 1999.

De 29 de Janeiro de 1999:

Doutor Fernando António Portela Sousa Castro, professor associado — nos períodos de 30 de Janeiro a 3 de Fevereiro e de 7 a 12 de Fevereiro de 1999.

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguilar Monteiro.*

Despacho (extracto) n.º 3890/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, por delegação:

Concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

De 3 de Novembro de 1998:

Licenciada Sara de Jesus Gomes Pereira, assistente estagiária — no período de 4 a 8 de Dezembro de 1998.

De 13 de Novembro de 1998:

Licenciada Maria de Lurdes Dias Carvalho, assistente estagiária — no período de 5 a 9 de Dezembro de 1998.

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguilar Monteiro.*

Despacho (extracto) n.º 3891/99 (2.ª série). — Por despachos do presidente da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, por delegação:

Concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

De 30 de Novembro de 1998:

Doutora Lúcia Maria Portela Lima Rodrigues, professora auxiliar — no período de 9 a 12 de Dezembro de 1998.
Licenciada Maria Filomena Pregueiro Antunes Brás, assistente — no período de 9 a 13 de Dezembro de 1998.

De 18 de Dezembro de 1998:

Doutor Armandino Cordeiro dos Santos Rocha, professor auxiliar — no período de 11 a 18 de Novembro de 1998.

De 20 de Janeiro de 1999:

Doutor Carlos José Cabral Cardoso, professor associado — no período de 8 a 15 de Fevereiro de 1999.

De 1 de Fevereiro de 1999:

Doutora Lúcia Maria Portela Lima Rodrigues, professora auxiliar — no período de 10 a 13 de Fevereiro de 1999.
Doutor Manuel José da Rocha Armada, professor associado com agregação — no período de 14 a 21 de Janeiro de 1999.
Doutor João Batista Costa Carvalho, professor auxiliar — no período de 10 a 13 de Fevereiro de 1999.

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguilar Monteiro.*

Despacho (extracto) n.º 3892/99 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Janeiro de 1999 do presidente do Departamento Autónomo de Direito, por delegação:

Doutor Luís Filipe Colaço Antunes, professor auxiliar — concedida equiparação a bolseiro no período de 13 a 20 de Fevereiro de 1999.

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguilar Monteiro.*

Despacho (extracto) n.º 3893/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente da Escola de Ciências da Universidade do Minho, por delegação:

Concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

De 21 de Dezembro de 1998:

Licenciado Manuel Filipe Pereira Cunha Martins Costa, assistente convidado — no período de 23 a 30 de Janeiro de 1999.

De 13 de Janeiro de 1999:

Doutora Maria de Jesus Matos Gomes, professora associada — no período de 17 a 19 de Janeiro de 1999.

De 21 de Janeiro de 1999:

Doutor Pier Parpot, professor auxiliar — no período de 13 a 20 de Fevereiro de 1999.

De 25 de Janeiro de 1999:

Doutor Hernâni Lopes Silva Maia, professor catedrático — nos períodos de 15 a 17 e de 18 a 19 de Fevereiro de 1999.
Mestre Fernando Augusto Pinto Miranda, assistente — no período de 6 a 13 de Fevereiro de 1999.

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguilar Monteiro.*

Despacho (extracto) n.º 3894/99 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Dezembro de 1998 do vice-reitor da Universidade do Minho:

Licenciado César Augusto Costa Valença, docente no âmbito de formação inicial/requisição — concedida equiparação a bolseiro no período de 26 de Dezembro de 1998 a 7 de Janeiro de 1999.

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguilar Monteiro.*

Despacho (extracto) n.º 3895/99 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Novembro de 1998 do presidente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, por delegação:

Licenciada Silvana Ferreira Silva Mota Ribeiro, assistente estagiária — concedida equiparação a bolseiro no período de 13 a 20 de Dezembro de 1998.

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguilar Monteiro.*

Despacho (extracto) n.º 3896/99 (2.ª série). — Por despachos do presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, por delegação:

Concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

De 27 de Novembro de 1998:

Doutor Brian Franklin Head, professor convidado equiparado a professor catedrático — no período de 28 de Novembro a 7 de Dezembro de 1998.

De 10 de Dezembro de 1998:

Doutora Maria Filomena Pereira Rodrigues Louro, professora auxiliar — no dia 14 de Dezembro de 1998.

De 14 de Janeiro de 1999:

Licenciado Vítor Manuel Ferreira Ribeiro Moura, assistente — no período de 16 a 20 de Janeiro de 1999.

De 22 de Janeiro de 1999:

Licenciada Sofia Isabel Coelho Afonso, leitora — no período de 22 a 26 de Janeiro de 1999.

3 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *J. F. Aguilar Monteiro.*

Rectificação n.º 450/99. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 14, de 18 de Janeiro de 1998, a p. 669, o aviso n.º 716/99 (2.ª série), relativo à lista de candidatos admitidos e excluídos no concurso com a referência FP-60/98-E/I/ENG/DEI(2), rectifica-se que onde se lê «Maria Lasalete Silva Machado» deve ler-se «Maria La-Salete Silva Machado».

4 de Fevereiro de 1999. — O Chefe de Repartição, *António P. Falcão.*

Serviços de Acção Social

Aviso n.º 3837/99 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publicam-se os subsídios atribuídos à Associação Académica da Universidade do Minho durante o 2.º semestre de 1998:

1 — Despesas documentadas de apoio a actividades desportivas e culturais de Julho a Dezembro — 18 622 803$.

2 — Os subsídios para a actividade desportiva tiveram uma contrapartida de 7 843 000$.

10 de Fevereiro de 1999. — O Administrador para a Acção Social, *Armando Maria da Cunha Osório Araújo.*

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Reitoria

Despacho n.º 3897/99 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Fevereiro de 1999 do vice-reitor, por impedimento do reitor, da Universidade Nova de Lisboa:

Doutor António Manuel Dias de Sá Nunes dos Santos, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Nova de Lisboa — nomeado, por urgente conveniência de serviço, a partir de 19 de Janeiro de 1999, no cargo de presidente do conselho científico da mesma Faculdade, pelo período de três anos. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

11 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços Administrativos, *Fernanda Cabanelas Antão.*

Despacho n.º 3898/99 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Fevereiro de 1999 do vice-reitor, por impedimento do reitor, da Universidade Nova de Lisboa:

Doutor Leopoldo José Martinho Guimarães, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Nova de Lisboa — nomeado, por urgente conveniência de serviço, no cargo de director da mesma Faculdade, pelo período de três anos, a partir de 18 de Janeiro de 1999. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

11 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços Administrativos, *Fernanda Cabanelas Antão.*

Louvor n.º 62/99. — Sob proposta do conselho científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia, à qual me associo inteiramente, louvo a Doutora Ana Maria Félix Trindade Lobo, professora catedrática da FCT, pela dedicação, zelo, isenção e empenho demonstrados no cumprimento das suas funções como presidente do conselho científico da FCT no triénio de 1996-1998.

9 de Fevereiro de 1999. — O Reitor, *Luís Sousa Lobo.*

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Despacho n.º 3899/99 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Fevereiro de 1999 do director (proferido por delegação de competências):

Doutor Rafael de Faria Domingues Moreira, professor associado — autorizada a equiparação a bolseiro no estrangeiro durante o período compreendido entre 25 de Janeiro e 25 de Março de 1999.

2 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Jorge Crespo.*

Despacho n.º 3900/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 2 de Fevereiro de 1999, proferido por delegação de competências:

Licenciado José Manuel Vieira Soares de Resende, assistente desta Faculdade — concedida equiparação a bolseiro no estrangeiro durante o período compreendido entre 20 de Março e 20 de Abril de 1999.

3 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Jorge Crespo.*

Despacho n.º 3901/99 (2.ª série). — Autorizada, por despacho de 9 de Fevereiro de 1999 do director (proferido por delegação de competências):

Equiparação a bolseiro aos seguintes docentes desta Faculdade:

Doutora Helena Maria Ferreira Rodrigues da Silva, professora auxiliar — durante o período compreendido entre 7 e 12 de Fevereiro de 1999, no País.

Doutor Casimiro Manuel Marques Balsa, professor auxiliar — durante o período compreendido entre 8 e 16 de Fevereiro de 1999, no estrangeiro.

Doutora Brigitte Marcelle Marie Ghislaine Detry Cardoso e Cunha, professora associada — durante o período compreendido entre 14 e 28 de Fevereiro de 1999, no estrangeiro.

Doutor Karl Alfred Opitz, professor catedrático — durante o período compreendido entre 5 e 13 de Março de 1999, no estrangeiro.

9 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Jorge Crespo.*

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Despacho n.º 3902/99 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Fevereiro de 1999 da vice-reitora Prof.ª Doutora Maria da Graça Castro Pinto, proferido por delegação de competência conferida por despacho reitoral de 28 de Setembro de 1998, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 239, de 16 de Outubro de 1998:

Constituído pela seguinte forma, nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 388/70, de 18 de Agosto, o júri das provas de doutoramento em Sociologia, especialidade de Sociologia da Cultura e da Educação, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, requeridas pelo licenciado João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes:

Presidente — Reitor da Universidade do Porto.
Vogais:

Doutora Maria de Lourdes Lima dos Santos, investigadora-coordenadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
Doutor José Fernando Madureira Pinto, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
Doutor António Teixeira Fernandes, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Doutor José Manuel Pereira Azevedo, professor auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

8 de Janeiro de 1999. — A Chefe de Divisão, *Ana Fortuna da Silva.*

Listagem (extracto) n.º 42/99. — Em cumprimento do determinado na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publica-se a lista dos subsídios concedidos pela Reitoria da Universidade do Porto a instituições circum-escolares (OGE) e contas de ordem no 2.º semestre de 1998:

	Escudos
Centro Desportivo Universitário do Porto	23 317 717
Assoc. Divulgadora da Casa Museu Abel Salazar	3 600 000
Núcleo Etnográfico Folclore da Univ. Porto	700 000
Lar Universitário de S. José de Cluny	210 000
Órfeão Universitário do Porto	4 000 000
Coral de Letras da Universidade do Porto	1 647 546
Assoc. Estudantes do Curso de Ciências da Nutrição	1 000 000
Assoc. Estudantes da Fac. Arquitectura	600 000
Assoc. Est. da Fac. Psicologia	150 000
Assoc. Estudantes do Inst. C. B. A. S.	700 000
Assoc. Est. da Fac. Medicina	660 230
Teatro Univ. do Porto	1 048 438
Núcleo de Jornalismo Académico do Porto	800 000
Centro Estudos de População e Família	673 619
X Jornadas de Terapêutica	800 000
Assoc. Desenv. da Fac. Ciências da U. P.	2 500 000
Fundação Gomes Teixeira	27 191 507
AURN	4 000 000
Fundação Casa da Cultura	1 432 800
Primus — MGV	500 000
4.as Jornadas Port. de Informação em Saúde	399 906
Centro Leonardo Coimbra	600 000
Sociedade Portuguesa de Física	750 000
Instituto de Farmacologia e Terapêutica	997 760
Dr. Ricardo Cabral — ISCNAUP	1 782 009

Geovimento	200 000
15TH IUPAC Conf. on Chemical Thermodinamics	946 377
Soc. Port. Microscopia Electrónica	96 170
IDARN	600 000
CIPES	855 400
IPATIMUP/CIBO	24 267 085
Fundação das Univ. Portuguesas	2 285 920
Dr. João G. Sousa Pinto	300 000
Prof. Dr. Mário Valente Neves	150 000
Dr.ª Daniela Maria C. Freitas dos Santos	250 000

28 de Janeiro de 1999. — O Reitor, *Novais Barbosa.*

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 3903/99 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Janeiro de 1999 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria do Céu Teixeira Gonçalves, assessora (área de apoio ao ensino e à investigação científica) da Faculdade de Engenharia, desta Universidade — promovida, por urgente conveniência de serviço, a assessora principal da mesma área e Faculdade, com efeitos a partir de 19 de Janeiro de 1999, considerando-se exonerada do cargo anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

4 de Fevereiro de 1999. — A Chefe de Repartição de Pessoal, *Elsa Maria Lopes Braga.*

Despacho (extracto) n.º 3904/99 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Outubro de 1998 do reitor da Universidade do Porto:

Doutor Gerhard Michael Weber, professor auxiliar convidado, além do quadro, do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, desta Universidade — contratado, por conveniência urgente de serviço, como professor auxiliar, além do quadro, do mesmo Instituto, com efeitos a partir de 16 de Junho de 1998, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

4 de Fevereiro de 1999. — A Chefe de Repartição de Pessoal, *Elsa Maria Lopes Braga.*

Despacho (extracto) n.º 3905/99 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Fevereiro de 1999 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Teresa Maria Rocha Fernandes da Silva — prorrogado o contrato como assistente estagiária, além do quadro, da Faculdade de Economia desta Universidade, com efeitos a partir de 30 de Novembro de 1998 e até 14 de Outubro de 1999. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

4 de Fevereiro de 1999. — A Chefe de Repartição de Pessoal, *Elsa Maria Lopes Braga.*

Despacho (extracto) n.º 3906/99 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Dezembro de 1998 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Cristina Maria da Mota Ribeiro Santos, técnica auxiliar principal, em regime de contrato de trabalho a termo certo, da Faculdade de Letras desta Universidade — nomeada definitivamente técnica auxiliar de 2.ª classe, carreira de secretário-recepcionista, da mesma Faculdade, por aplicação do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, transitando para a categoria de técnico profissional de 2.ª classe, considerando-se caducado o contrato anterior a partir da data da posse. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

4 de Fevereiro de 1999. — A Chefe de Repartição de Pessoal, *Elsa Maria Lopes Braga.*

Despacho (extracto) n.º 3907/99 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Fevereiro de 1999 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Vítor Manuel Gonçalves de Sousa — prorrogado o contrato como assistente, além do quadro, da Faculdade de Engenharia, desta Universidade, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro e até 14 de Setembro de 1999. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

4 de Fevereiro de 1999. — A Chefe de Repartição de Pessoal, *Elsa Maria Lopes Braga.*

Despacho (extracto) n.º 3908/99 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Fevereiro de 1999 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Pedro Alexandre Pereira Bastos da Silva, assistente estagiário, além do quadro, da Faculdade de Economia desta Universidade — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, com efeitos a partir de 28 de Fevereiro de 1999. (Não carece de fiscalização do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

4 de Fevereiro de 1999. — A Chefe de Repartição de Pessoal, *Elsa Maria Lopes Braga.*

Despacho (extracto) n.º 3909/99 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Novembro de 1998 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria Filomena de Araújo Ribeirinho Soares Samagaio, estagiária da carreira técnica superior, em regime de contrato de trabalho a termo certo, do Gabinete de Apoio Jurídico da Reitoria e Serviços Centrais desta Universidade — nomeada definitivamente técnica superior de 2.ª classe da carreira de jurista do mesmo Gabinete, por aplicação do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, considerando-se caducado o contrato anterior a partir da data da posse. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

4 de Fevereiro de 1999. — A Chefe de Repartição de Pessoal, *Elsa Maria Lopes Braga.*

Despacho (extracto) n.º 3910/99 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Setembro de 1998 do reitor da Universidade do Porto:

Doutora Fabiana Gordon — contratada, por urgente conveniência de serviço, como professora auxiliar convidada, além do quadro, do Departamento de Matemática Aplicada da Faculdade de Ciências desta Universidade, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1998 e pelo período de um ano. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

Relatório a que se refere o artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

Atendendo à colaboração prestada no 2.º semestre do corrente ano lectivo e ao prestígio das instituições em que efectuou os trabalhos de pós-graduação, propomos o convite da Doutora Fabiana Gordon como professora auxiliar para o ano lectivo de 1998-1999, a fim de efectuar serviço docente em disciplinas da área de Probabilidades e Estatística.

18 de Junho de 1998. — Os Relatores: *Margarida M. A. Brito — Maria Eduarda A. da Silva — J. Pinto da Costa.*

4 de Fevereiro de 1999. — A Chefe de Repartição de Pessoal, *Elsa Maria Lopes Braga.*

Despacho (extracto) n.º 3911/99 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Julho de 1998 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Maria de Fátima da Cunha Magalhães, terceiro-oficial, em regime de contrato de trabalho a termo certo, da Faculdade de Engenharia, desta Universidade — nomeada definitivamente técnica auxiliar de 2.ª classe (gestão) da mesma Faculdade, por aplicação do Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho, transitando para a categoria de técnico profissional de 2.ª classe (gestão) por aplicação do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, considerando-se caducado o contrato anterior a partir da data da posse. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

4 de Fevereiro de 1999. — A Chefe de Repartição de Pessoal, *Elsa Maria Lopes Braga.*

Despacho (extracto) n.º 3912/99 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Fevereiro de 1999 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciado Paulo Augusto da Silva Frade, assistente estagiário, além do quadro, da Faculdade de Belas-Artes desta universidade — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, com efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 1999. (Não carece de fiscalização do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

5 de Fevereiro de 1999. — A Chefe de Repartição de Pessoal, *Elsa Maria Lopes Braga.*

Despacho (extracto) n.º 3913/99 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Janeiro de 1999 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Maria Amélia de Sousa Gonçalves Moura — contratada, por conveniência urgente de serviço e em regime de contrato de trabalho a termo certo, como técnica auxiliar de 2.ª classe da Faculdade de Medicina Dentária desta Universidade, com efeitos a partir de 20 de Janeiro de 1999 e pelo período de um ano. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

8 de Fevereiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 3914/99 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Janeiro de 1999 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Mestre Sandra Cristina Correia Guerra, assistente estagiaria além do quadro da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física desta Universidade — contratada, por conveniência urgente de serviço, como assistente além do quadro da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 21 de Dezembro de 1998, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

8 de Fevereiro de 1998. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Despacho (extracto) n.º 3915/99 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Novembro de 1998 da vice-reitora da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Sandra Rebelo Sarmento — contratada, por conveniência urgente de serviço, como monitora além do quadro da Faculdade de Ciências desta Universidade, com efeitos a partir de 12 de Novembro de 1998 e até 21 de Janeiro de 2000. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

8 de Fevereiro de 1999. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo.*

Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física

Despacho (extracto) n.º 3916/99 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física de 8 de Fevereiro de 1999, por delegação de competência do reitor da Universidade do Porto:

Doutor José Manuel da Costa Soares, professor catedrático desta Faculdade — concedida a equiparação a bolseiro de 19 a 28 de Fevereiro de 1999.

8 de Fevereiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Paula Botelho Gomes.*

Despacho (extracto) n.º 3917/99 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física de 8 de Fevereiro de 1999, por delegação de competência do reitor da Universidade do Porto:

Doutor Fernando José da Silva Tavares, professor associado desta Faculdade — concedida a equiparação a bolseiro de 19 a 28 de Fevereiro de 1999.

8 de Fevereiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Paula Botelho Gomes.*

Despacho (extracto) n.º 3918/99 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física de 8 de Fevereiro de 1999, por delegação de competência do reitor da Universidade do Porto:

Doutor Rui Manuel Proença de Campos Garcia, professor associado desta Faculdade — concedida a equiparação a bolseiro de 11 a 21 de Fevereiro de 1999.

8 de Fevereiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Paula Botelho Gomes.*

Despacho (extracto) n.º 3919/99 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho directivo da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física de 9 de Fevereiro de 1999, por delegação de competência do reitor da Universidade do Porto:

Mestre Eurico Vasco de Oliveira Magalhães Brandão, assistente convidado desta Faculdade — concedida a equiparação a bolseiro de 22 a 26 de Fevereiro de 1999.

9 de Fevereiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Paula Botelho Gomes.*

Faculdade de Engenharia

Despacho (extracto) n.º 3920/99 (2.ª série). — Por despachos do director da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto, foi concedida a equiparação a bolseiro no estrangeiro a:

De 2 de Fevereiro de 1999:

Paulo Manuel Salgado Tavares de Castro — 7 e 8 de Fevereiro de 1999.

De 3 de Fevereiro de 1999:

Pedro Henrique Henriques Guedes de Oliveira — de 6 de Fevereiro a 30 de Abril de 1999.

4 de Fevereiro de 1999. — A Directora de Serviços, *Maria Odete Pinto Paiva.*

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

Despacho n.º 3921/99 (2.ª série). — Por despacho da presidente do conselho direictivo da Faculdade de Medicina Veterinária, da Universidade Técnica de Lisboa, de 4 de Fevereiro de 1999, proferido por delegação de competências:

Licenciada Maria Margarida Pereira Nunes do Valle Lima — nomeada definitivamente, precedendo concurso, assessora (planeamento de actividades escolares) do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Medicina Veterinária, escalão 1, índice 610. (Não carece de fiscalização prévia do tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Lucília Pires Ferreira.*

Instituto Superior de Agronomia

Despacho n.º 3922/99 (2.ª série). — Por despachos do Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa de 18 de Março de 1998 e do Secretário de Estado do Orçamento de 13 de Maio de 1998:

Celebrado contrato de trabalho a termo certo, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Junho, com Pedro José Pires Teixeira Garrido, com efeito a 1 de Outubro de 1998. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Pedro Leão de Sousa.*

Despacho n.º 3923/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo de 31 de Agosto de 1998, proferido por delegação:

Hélder Luís Santos Duarte — autorizado o contrato de trabalho a termo certo para exercer as funções inerentes à categoria de auxiliar administrativo, escalão 1, índice 110, constante do anexo I ao Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, a partir da data do despacho autorizador e com a validade de um ano. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Pedro Leão de Sousa.*

Despacho n.º 3924/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo de 1 de Outubro de 1998, proferido por delegação:

Maria Gabriela de Moura Fontes — nomeada, precedendo concurso, oficial administrativo principal do quadro de pessoal não docente

deste Instituto. A presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço, produzindo efeitos a partir da data do despacho autorizador. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Pedro Leão de Sousa.*

Despacho n.º 3925/99 (2.ª série). — Por despachos do presidente do conselho directivo de 30 de Setembro de 1998, proferidos por delegação:

Margarida Isabel Martins da Luz Ferreira e Vítor Manuel Patrício de Sousa — autorizados os contratos de trabalho a termo certo para exercerem as funções inerentes à categoria de auxiliar administrativo, escalão 1, índice 110, constante do anexo I ao Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, a partir da data do despacho autorizador e com a validade de um ano. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Pedro Leão de Sousa.*

Rectificação n.º 451/99. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 8, de 11 de Janeiro de 1999, a p. 268, novamente se repete o despacho n.º 361/99 (2.ª série):

«Doutor José Afonso Rodrigues Graça — autorizado o contrato administrativo de provimento, por conveniência urgente de serviço, para exercer funções de professor auxiliar no Instituto Superior de Agronomia (Departamento de Engenharia Florestal), a partir de 14 de Outubro de 1998, por um quinquénio, com o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 195, constante do anexo n.º 1 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 76/96, de 18 de Junho, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir daquela data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)»

3 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Pedro Leão de Sousa.*

Instituto Superior Técnico

Contrato (extracto) n.º 598/99. — Por despacho do presidente do Instituto Superior Técnico, proferido por delegação, de 13 de Julho de 1998:

Pedro Alexandre Simões dos Santos — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer as funções de professor auxiliar no Instituto Superior Técnico, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 13 de Julho de 1998, considerando-se rescindido o contrato na categoria anterior a partir daquela data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Janeiro de 1999. — Pelo Presidente, *João Hipólito.*

Contrato (extracto) n.º 599/99. — Por despacho do presidente do Instituto Superior Técnico, proferido por delegação, de 1 de Setembro de 1998:

Luís Filipe Serrazes Ventura de Barros Pessoa — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer as funções de assistente estagiário no Instituto Superior Técnico, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 1998, ficando rescindido o contrato na categoria que detinha no Instituto Superior de Economia e Gestão. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Fevereiro de 1999. — Pelo Presidente, *João Hipólito.*

Contrato (extracto) n.º 600/99. — Por despacho do presidente do Instituto Superior Técnico, proferido por delegação, de 1 de Setembro de 1998:

Catarina Vilar Campos de Carvalho — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer as funções de assistente estagiária no Instituto Superior Técnico, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 1998, ficando rescindido o contrato na categoria que detinha no Instituto Superior de Economia e Gestão. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Fevereiro de 1999. — Pelo Presidente, *João Hipólito.*

Despacho (extracto) n.º 3926/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Superior Técnico, proferido por delegação, de 30 de Julho de 1998:

Luís Manuel Mendonça Alves — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções de assistente no Instituto Superior Técnico, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 30 de Julho de 1998. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Fevereiro de 1999. — Pelo Presidente, *João Hipólito.*

Despacho (extracto) n.º 3927/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Superior Técnico, proferido por delegação, de 28 de Janeiro de 1999:

Rui Manuel Pires da Silva Castro — rescindido o contrato administrativo de provimento na categoria de monitor deste Instituto, a partir de 1 de Janeiro de 1999.

12 de Fevereiro de 1999. — Pelo Presidente, *João Hipólito.*

Despacho (extracto) n.º 3928/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Superior Técnico, proferido por delegação, de 28 de Janeiro de 1999:

Nuno Miguel Ferreira de Almeida Antunes dos Santos — rescindido o contrato administrativo de provimento na categoria de assistente estagiário deste Instituto, a partir de 27 de Julho de 1998.

12 de Fevereiro de 1999. — Pelo Presidente, *João Hipólito.*

Despacho (extracto) n.º 3929/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Superior Técnico, proferido por delegação, de 28 de Janeiro de 1999:

José António de Oliveira Costa — rescindido o contrato administrativo de provimento na categoria de monitor deste Instituto, a partir de 1 de Janeiro de 1999.

12 de Fevereiro de 1999. — Pelo Presidente, *João Hipólito.*

Rectificação n.º 452/99. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 296, de 24 de Dezembro de 1998, o contrato (extracto) n.º 1807/98, de novo se publica:

«Por despacho do presidente do Instituto Superior Técnico, proferido por delegação, de 19 de Novembro de 1998:

Maria Teresa da Cruz Carvalho — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer as funções de professora auxiliar no Instituto Superior Técnico, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a partir de 23 de Setembro de 1998, considerando-se rescindido o contrato na categoria anterior a partir daquela data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)»

9 de Fevereiro de 1999. — Pelo Presidente, *João Hipólito.*

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Reitoria

Despacho n.º 3930/99 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Janeiro de 1999 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro:

Designados os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de aptidão pedagógica e capacidade científica requeridas pelo licenciado em Medicina Veterinária Filipe da Costa Silva:

Presidente — Presidente do conselho científico da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Vogais:

Doutor José Alberto Caeiro Potes, professor associado da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Doutor Ramiro Ribeiro Valentim, professor associado do Instituto Superior de Ciências da Saúde do Norte.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 1999. — Pelo Reitor, *(Assinatura ilegível.)*

Despacho n.º 3931/99 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Janeiro de 1999 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro:

Designados os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de doutoramento na área científica de Ciências Humanas e Sociais — Ciências da Educação — Educação, requeridas pelo licenciado em Filosofia José João Pinhanços de Bianchi:

Presidente — Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Vogais:

Doutor Manuel Joaquim Cuiça Sequeira, professor catedrático da Universidade do Minho.
Doutor Arturo de la Orden, professor catedrático da Universidad Complutense de Madrid.
Doutora Maria Alice de Sousa Macedo Fontes da Costa, professora associada da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Doutora Maria da Conceição Fidalgo Guimarães Costa Azevedo, professora associada da Universidade de Trás-os--Montes e Alto Douro.
Doutora Maria Adelaide Gregório dos Santos Fonseca Pires, professora auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 1999. — Pelo Reitor, *(Assinatura ilegível.)*

Rectificação n.º 453/99. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série n.º 24, de 29 de Janeiro de 1999, o despacho (extracto) n.º 1603/99 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «Doutor Jorge Cândido Manuel Passos Morgado, professor catedrático da Universidade Católica» deve ler-se «Doutor Cândido Manuel Passos Morgado, professor catedrático da Universidade Católica».

11 de Fevereiro de 1999. — Pelo Reitor, *(Assinatura ilegível.)*

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Aviso n.º 3838/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de 1 de Fevereiro de 1999:

Designados os seguintes professores para integrarem o júri das provas de agregação em Métodos Quantitativos (grupo I) requeridas pela Doutora Elizabeth de Azevedo Reis:

Presidente — Presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Doutor João de Freitas Ferreira de Almeida.
Vogais:

Doutor Bento José Ferreira Murteira, professor catedrático jubilado do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.
Doutora Minoo Farhangmehr, professora catedrática da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.
Doutor José António Ferreira Machado, professor associado com agregação da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.
Doutor Mário Luís da Silva Murteira, professor catedrático do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
Doutor Jorge Correia Jesuíno, professor catedrático do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
Doutor Manuel Alberto Martins Ferreira, professor auxiliar com agregação do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

5 de Fevereiro de 1999. — O Presidente, *João de Freitas Ferreira de Almeida.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Despacho n.º 3932/99 (2.ª série). — Por despacho da presidente do Instituto Politécnico de Beja de 17 de Dezembro de 1998:

João Paulo Mestre Pinheiro Ramos e Barros — nomeado provisoriamente professor-adjunto para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, a partir desta publicação no *Diário da República,* cujo vencimento corresponde ao escalão 1, índice 185. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

5 de Fevereiro de 1999. — A Presidente, *Rosa Maria C. S. C. Fernandes.*

Despacho n.º 3933/99 (2.ª série). — Por despacho da presidente do Instituto Politécnico de Beja de 17 de Dezembro de 1998:

José Jasnau Caeiro — nomeado provisoriamente professor-adjunto para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, a partir desta publicação no *Diário da República,* cujo vencimento corresponde ao escalão 2, índice 195. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

5 de Fevereiro de 1999. — A Presidente, *Rosa Maria C. S. C. Fernandes.*

Despacho n.º 3934/99 (2.ª série). — Por despacho da presidente do Instituto Politécnico de Beja de 17 de Dezembro de 1998:

Isidro Lourenço Rodrigues Góis Féria — nomeado provisoriamente professor-adjunto para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, a partir desta publicação no *Diário da República,* cujo vencimento corresponde ao escalão 1, índice 185. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

5 de Fevereiro de 1999. — A Presidente, *Rosa Maria C. S. C. Fernandes.*

Despacho n.º 3935/99 (2.ª série). — Por despacho da presidente do Instituto Politécnico de Beja de 17 de Dezembro de 1998:

Luís Miguel Gomes Tavares — nomeado provisoriamente como professor-adjunto para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, a partir desta publicação no *Diário da República,* cujo vencimento corresponde ao escalão 1, índice 185. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

5 de Fevereiro de 1999. — A Presidente, *Rosa Maria C. S. C. Fernandes.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Aviso n.º 3839/99 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Dezembro de 1999 do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros:

Mestre Arménio do Espírito Santo — autorizado, para o ano lectivo de 1998-1999, o contrato administrativo de provimetno para o exercício das funções de equiparado a professor-adjunto da Escola Superior de Educação deste Instituto, em regime de tempo parcial, com uma carga horária de quatro horas semanais, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de 45 830$, com efeitos a partir de 6 de Outubro de 1998 e até final do ano escolar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Janeiro de 1999. — A Administradora, *Maria de Lourdes Fidalgo Machado.*

Aviso n.º 3840/99 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Dezembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido por subdelegação:

Licenciado António Jorge Jacoto Lourenço — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de equiparado a assistente do 1.º triénio da Escola Superior de Tecnologia e Gestão deste Instituto, em regime de tempo parcial, com uma carga horária não superior a oito horas semanais, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de 99 080$, com efeitos a partir de 14 de Dezembro de 1998 e até 31 de Julho de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — A Administradora, *Maria de Lourdes Fidalgo Machado.*

Aviso n.º 3841/99 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Setembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido por subdelegação:

Licenciado Luciano Cordeiro Rodrigues — nomeado provisoriamente, por mais três anos, professor-adjunto do quadro de pessoal docente da Escola Superior Agrária deste Instituto, com efeitos

reportados à data do termo da nomeação anterior. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — A Administradora, *Maria de Lourdes Fidalgo Machado.*

Despacho n.º 3936/99 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Outubro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido por subdelegação:

Paulo José Afonso Costa — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de operador de sistemas de 2.ª classe da Escola Superior de Educação deste Instituto, vencendo mensalmente o correspondente ao previsto no mapa n.º 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 23/91, de 11 de Janeiro. (Isento de fiscalização prévia.)

2 de Fevereiro de 1999. — A Administradora, *Maria Lurdes Fidalgo Machado.*

Despacho n.º 3937/99 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Outubro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido por subdelegação:

Licenciados Rui Miguel Vaz de Abreu e Isabel Maria Carneiro Ratão — autorizados, pelo período de um ano, os contratos administrativos de provimento para o exercício das funções de equiparados a assistentes do 1.º triénio da Escola Superior Agrária deste Instituto, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1998, por terem iniciado funções nessa data, por urgente conveniência de serviço. (Isento do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — A Administradora, *Maria de Lourdes Fidalgo Machado.*

Despacho n.º 3938/99 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido por subdelegação:

Licenciada Maria Helena Pires César Canotilho — nomeada provisoriamente professora-adjunta do quadro do pessoal docente da Escola Superior de Educação deste Instituto, precedendo concurso de provas públicas. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — A Administradora, *Maria de Lourdes Fidalgo Machado.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Despacho (extracto) n.º 3939/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco — IPCB/ME/99/01/08:

Licenciada Maria Madalena Gonçalves Ribeiro — celebrado contrato administrativo de provimento como assistente do 2.º triénio para a Escola Superior de Tecnologia deste Instituto, auferindo o vencimento mensal previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a partir de 11 de Janeiro de 1999, pelo período de três anos. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 1999. — A Administradora, *Otília Madalena Ramos Neves.*

Despacho (extracto) n.º 3940/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 5 de Fevereiro de 1999:

José Alfredo Ribeiro Teixeira — nomeado, em comissão de serviço extraordinária, chefe de repartição para este Instituto/Escola Superior de Tecnologia, auferindo o vencimento mensal previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a partir da data da aceitação da nomeação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 1999. — A Administradora, *Otília Madalena Ramos Neves.*

Edital n.º 130/99 (2.ª série). — 1 — Torna-se público que, pelo prazo de 30 dias seguidos a contar da data da publicação do presente edital no *Diário da República,* nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, se encontra aberto concurso documental para recrutamento de um professor-adjunto para a Escola Superior de Educação deste Instituto para a área científica de Educação Visual e Tecnológica.

2 — O concurso é válido pelo prazo de um ano.

3 — Ao concurso serão admitidos os candidatos que se encontrem nas condições exigidas pelo artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

4 — Os critérios de selecção e ordenação dos candidatos basear-se-ão na análise de:

Habilitações académicas;
Comprovada experiência pedagógica;
Licenciatura adequada à área científica e especialidade;
Experiência profissional na área científica e especialidade;
Trabalhos de investigação na área científica e especialidade;
Entrevista (caso o júri considere necessário).

5 — Os candidatos deverão instruir os seus requerimentos com os seguintes documentos:

a) Certidão de nascimento;
b) Bilhete de identidade;
c) Certificado do registo criminal;
d) Atestado e certificado referidos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 48 359, de 27 de Abril de 1968;
e) Documento comprovativo de terem satisfeito a Lei do Serviço Militar;
f) Documento comprovativo de estarem nas condições exigidas no artigo 5.º do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico;
g) Três exemplares do *curriculum vitae* detalhado e de cada um dos trabalhos de natureza científico-pedagógica mencionados no currículo bem como de quaisquer outros documentos susceptíveis de poderem ser apreciados;
h) Certificado de habilitações académicas.

6 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas *a*), *c*), *d*) e *e*) do número anterior aos candidatos que declarem nos respectivos requerimentos, em alíneas separadas, sob compromisso de honra, a situação em que se encontram relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas.

Os requerimentos, dirigidos ao presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, deverão conter ainda o nome completo, filiação, data e localidade de nascimento, estado civil, profissão e residência, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, área científica a que concorre, habilitação académica e respectiva classificação.

7 — São factores de preferência:

a) Experiência de docência na área a que concorre;
b) Experiência na formação de professores.

8 — Da decisão do júri não cabe recurso, salvo caso de vício de forma.

9 — As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, para o Instituto Politécnico de Castelo Branco, Avenida de Pedro Álvares Cabral, 12, 6000 Castelo Branco.

5 de Fevereiro de 1999. — O Presidente, *Válter Victorino Lemos.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Serviços de Acção Social

Aviso n.º 3842/99 (2.ª série):

Ana Cristina Pinto da Fonseca Alves Mercier e João António Ferreira Viseu — transitam, por força do estabelecido no n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 22/98, de 9 de Fevereiro, para a categoria de assistente administrativo dos mesmos Serviços, escalão 1, índice 190, com efeitos a partir de 1 de Janeiro e 15 de Outubro de 1998, respectivamente. (Excluídos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Fevereiro de 1999. — O Vice-Presidente, *José Manuel Torres Farinha.*

Despacho (extracto) n.º 3941/99 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra:

Licenciada Paula Cristina Ribeiro Mota — autorizada a nomeação, precedendo concurso, como técnica superior de 1.ª classe, área de serviço social, índice 460, escalão 1, do quadro dos Serviços de Acção Social deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir da data do despacho.

Aurora Santos Dias Saraiva, Ilda Lopes Francisco Carvalho e Maria dos Santos Pereira — autorizadas as nomeações, precedendo concurso, como cozinheiras principais do quadro dos Serviços de Acção Social deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir da data do despacho.

(Excluídos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 1999. — Pelo Presidente, *(Assinatura ilegível.)*

Escola Superior Agrária

Aviso n.º 3843/99 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Outubro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Carlos César Coelho Viana Ramos:

João Carlos Vidaurre Pais de Moura — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral com exclusividade, para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 19 de Outubro de 1998 até 18 de Outubro de 1999, por conveniência urgente de serviço, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

Inês José Abrantes de Oliveira Seabra Nunes Vicente — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral com exclusividade, para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 19 de Outubro de 1998 até 18 de Outubro de 1999, por conveniência urgente de serviço, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

(Não estão sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Manuel Machado Faria.*

Aviso n.º 3844/99 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Outubro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Carlos César Coelho Viana Ramos:

João Joaquim Rodrigues da Silva Breda — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (20%), para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 30 de Outubro de 1998 até 31 de Março de 1999, por conveniência urgente de serviço, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 185, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

Margarida Maria Reis Fonseca — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial (50%), para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 30 de Outubro de 1998 até 29 de Outubro de 1999, por conveniência urgente de serviço, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

Maria Alexandra Sobral Pessoa de Oliveira — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral com exclusividade, para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 30 de Outubro de 1998 até 31 de Março de 1999, por conveniência urgente de serviço, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

Jorge Luís Teixeira da Palma Mascarenhas — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial (50%), para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 30 de Outubro de 1998 até 29 de Outubro de 1999, por conveniência urgente de serviço, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

Susana Isabel Rodrigues dos Reis — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral com exclusividade, para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 30 de Outubro de 1998 até 31 de Março de 1999, por conveniência urgente de serviço, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

Carla Margarida Marques Rodrigues — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral com exclusividade, para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 9 de Novembro de 1998 até 8 de Novembro de 1999, por conveniência urgente de serviço, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

(Não estão sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Manuel Machado Faria.*

Aviso n.º 3845/99 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Outubro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Carlos César Coelho Viana Ramos:

Hélia Sofia Duarte Canas Marchante — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício de funções como equiparada a assistente do 1.º triénio da Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, ao abrigo da acção n.º 5.2 do Programa PRODEP, com efeitos a 27 de Outubro de 1998 até 1 de Novembro de 1999, em regime de tempo integral sem exclusividade, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, da tabela salarial para o pessoal docente do ensino superior politécnico, actualizável nos termos legais.

Cristina Isabel Cabral Galhano — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício de funções como equiparada a assistente do 1.º triénio da Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, ao abrigo da acção n.º 5.2 do Programa PRODEP, com efeitos a 27 de Outubro de 1998 até 1 de Junho de 1999, em regime de tempo integral sem exclusividade, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, da tabela salarial para o pessoal docente do ensino superior politécnico, actualizável nos termos legais.

Luís Jordão Nogueira de Lemos — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício de funções como equiparado a assistente do 1.º triénio da Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, ao abrigo da acção n.º 5.2 do Programa PRODEP, com efeitos a 27 de Outubro de 1998 até 31 de Dezembro de 1999, em regime de tempo parcial (50%), auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, da tabela salarial para o pessoal docente do ensino superior politécnico, actualizável nos termos legais.

Luís José Simões de Carvalho — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício de funções como equiparado a assistente do 1.º triénio da Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, ao abrigo da acção n.º 5.2 do Programa PRODEP, com efeitos a 27 de Outubro de 1998 até 31 de Dezembro de 1999, em regime de tempo parcial (50%), auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, da tabela salarial para o pessoal docente do ensino superior politécnico, actualizável nos termos legais.

Maria Elisabete Pereira Lima — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício de funções de equiparada a assistente de 1.º triénio, da Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, ao abrigo da acção n.º 5.2 do Programa PRODEP, com efeitos a 27 de Outubro de 1998 até 1 de Maio de 1999, em regime de tempo integral com exclusividade, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, da tabela salarial para o pessoal docente do ensino superior politécnico, actualizável nos termos legais.

Mário Alberto Dias Fernandes — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício de funções de equiparado a assistente de 1.º triénio, da Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, ao abrigo da acção n.º 5.2 do Programa PRODEP, com efeitos a 1 de Novembro de 1998 até 1 de Maio de 1999, em regime de tempo parcial (60%), auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, da tabela salarial para o pessoal docente do ensino superior politécnico, actualizável nos termos legais.

Cláudia Susana Pereira dos Santos — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral com exclusividade, para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 9 de Novembro de 1998 até 8 de Novembro de 1999, por con-

veniência urgente de serviço, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

Maria Manuel Balseiro Vidal — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral com exclusividade, para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 1998 até 30 de Novembro de 1999, por conveniência urgente de serviço, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

Daniela Valente Simões dos Santos — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral sem exclusividade, para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 27 de Outubro de 1998 até 26 de Outubro de 1999, por conveniência urgente de serviço, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

Maria Filomena Parreira Miguens — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral com exclusividade, para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 27 de Outubro de 1998 até 26 de Outubro de 1999, por conveniência urgente de serviço, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

Célia Maria Dias Ferreira — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral com exclusividade, para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 27 de Outubro de 1998 até 26 de Outubro de 1999, por conveniência urgente de serviço, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

Maria Paula Pinto Amador — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral com exclusividade, para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 27 de Outubro de 1998 até 26 de Outubro de 1999, por conveniência urgente de serviço, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

(Não estão sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Manuel Machado Faria.*

Aviso n.º 3846/99 (2.ª série). — Por despachos de 10 de Dezembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Carlos César Coelho Viana Ramos:

Rosa Isabel Marques Mendes Guilherme — autorizado o contrato administrativo de provimento como técnica de 2.ª classe para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, por conveniência urgente de serviço, com a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 265, da carreira do regime geral.

Sandra Maria Dias dos Santos — autorizado o contrato administrativo de provimento como técnica de 2.ª classe para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, por conveniência urgente de serviço, com a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 265, da carreira do regime geral.

Maria José Gouveia — autorizado o contrato administrativo de provimento como terceiro-oficial da carreira administrativa para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, por conveniência urgente de serviço, com a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 180, da carreira do regime geral.

(Processos não sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Manuel Machado Faria.*

Aviso n.º 3847/99 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Outubro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra:

Mestre Noémia Martins Bárbara — provida com nomeação definitiva como professora-adjunta da Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 25 de Outubro de 1998, com a remuneração mensal correspondente ao escalão 2, índice 195, a partir de 1 de Novembro de 1998. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

9 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Manuel Fernando Reis Machado Faria.*

Despacho (extracto) n.º 3942/99 (2.ª série). — Por despachos de 23 de Outubro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Carlos César Coelho Viana Ramos:

Leila Calil Saade Rodrigues — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio além do quadro desta Escola, em regime de tempo integral com exclusividade, para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 30 de Outubro de 1998, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

Paulo Gonçalves Vidal Corte-Real e Lima — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 1.º triénio além do quadro desta Escola, em regime de tempo parcial (30%), para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 30 de Outubro de 1998, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

Miguel Curado Malta — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 1.º triénio além do quadro desta Escola, em regime de tempo integral com exclusividade, para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 19 de Novembro de 1998, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 100, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

Jorge Araújo de Menezes — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto além do quadro desta Escola, em regime de tempo parcial (30%), para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 30 de Outubro de 1998, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 185, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

Manuel Adriano Feio Portela — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-coordenador além do quadro desta Escola, em regime de tempo parcial (30%), para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 30 de Outubro de 1998, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 220, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

Rui Fernando de Oliveira e Silva — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-coordenador além do quadro desta Escola, em regime de tempo parcial (30%), para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 29 de Outubro de 1998, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 220, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

Maria de Lourdes Conceição Costa Ramos dos Santos — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta além do quadro desta Escola, em regime de tempo parcial (20%), para a Escola Superior Agrária deste Instituto Politécnico, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 30 de Outubro de 1998, auferindo a remuneração mensal correspondente ao escalão 1, índice 185, do anexo n.º 2 ao Decreto-Lei n.º 408/89, de 18 de Novembro.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Manuel Machado Faria.*

Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Despacho (extracto) n.º 3943/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra de 30 de Maio de 1997:

Abraão Luís Henriques Gomes da Silva — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções docentes como equiparado a professor-adjunto além do quadro do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, com início em 1 de Junho de 1997, por urgente conveniência de serviço, e válido

até 30 de Setembro de 1997. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Manuel Seabra Benzinho.*

Despacho (extracto) n.º 3944/99 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente do Instituto Politécnico de Coimbra de 4 de Fevereiro de 1999:

José Joaquim Marques de Almeida — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período compreendido entre 3 e 8 de Maio de 1999.

José Manuel de Matos Carvalho — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período compreendido entre 3 e 8 de Maio de 1999.

José Manuel Seabra Benzinho da Silva — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período compreendido entre 17 e 24 de Maio de 1999.

9 de Fevereiro de 1999. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Maria de Lurdes Nunes Vieira.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Aviso n.º 3848/99 (2.ª série). — Por despachos do presidente do Instituto Politécnico da Guarda:

De 1 de Janeiro de 1999:

Carla Helena Henriques Candeias de Teles Ravasco Nobre — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções docentes na Escola Superior de Educação como assistente do 1.º triénio, a partir de 4 de Janeiro de 1999, por um período de três anos, renovável por igual período, vencimento correspondente ao índice 100 da tabela salarial para o pessoal docente do ensino superior politécnico, actualizável nos termos legais.

Manuela José Marques Perestrelo — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções docentes na Escola Superior de Educação como assistente do 1.º triénio, a partir de 4 de Janeiro de 1999, por um período de três anos, renovável por igual período, vencimento correspondente ao índice 100 da tabela salarial para o pessoal docente do ensino superior politécnico, actualizável nos termos legais.

Cristina Rita Ferreira Aralas Chaves — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções docentes na Escola Superior de Educação como assistente do 1.º triénio, a partir de 4 de Janeiro de 1999, por um período de três anos, renovável por igual período, vencimento correspondente ao índice 100 da tabela salarial para o pessoal docente do ensino superior politécnico, actualizável nos termos legais.

De 11 de Janeiro de 1999:

Maria Cristina Faria de Sousa — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções docentes na Escola Superior de Educação como assistente do 1.º triénio, a partir de 11 de Janeiro de 1999, por um período de três anos, renovável por igual período, vencimento correspondente ao índice 100 da tabela salarial para o pessoal docente do ensino superior politécnico, actualizável nos termos legais.

De 21 de Janeiro de 1999:

Rita Gisela Martins de Azevedo — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções docentes na Escola Superior de Educação como assistente do 1.º triénio, a partir de 21 de Janeiro de 1999, por um período de três anos, renovável por igual período, vencimento correspondente ao índice 100 da tabela salarial para o pessoal docente do ensino superior politécnico, actualizável nos termos legais.

5 de Fevereiro de 1999. — O Presidente, *José Augusto Alves.*

Aviso n.º 3849/99 (2.ª série). — Por despachos de 27 de Novembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico da Guarda:

Ricardo Jorge da Silva Ferreira Antunes — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções docentes na Escola Superior de Educação como equiparado a assistente do 1.º triénio, especialmente contratado, por urgente conveniência de serviço, a partir de 2 de Janeiro até 30 de Setembro de 1999, vencimento correspondente ao índice 100 da tabela salarial para o pessoal docente do ensino superior politécnico, actualizável nos termos legais.

António João Ferreira Moreira — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções docentes na Escola Superior de Educação como equiparado a assistente do 1.º triénio, especialmente contratado, por urgente conveniência de serviço, a partir de 2 de Janeiro até 30 de Setembro de 1999, vencimento correspondente ao índice 100 da tabela salarial para o pessoal docente do ensino superior politécnico, actualizável nos termos legais.

5 de Fevereiro de 1999. — O Presidente, *José Augusto Alves.*

Aviso n.º 3850/99 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto Politécnico da Guarda:

Dora Maria Freitas Cabete, assistente do 1.º triénio da Escola Superior de Educação — autorizado o pedido de rescisão do contrato administrativo de provimento, a partir de 31 de Dezembro de 1998.

8 de Fevereiro de 1999. — O Presidente, *José Augusto Alves.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Despacho n.º 3945/99 (2.ª série). — Por meu despacho de 1 de Fevereiro de 1999, nomeio, em comissão e por urgente conveniência de serviço, nos termos do artigo 43.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Leiria, homologados pelo Despacho Normativo n.º 37/95, de 2 de Agosto, o docente Augusto Manuel José Eusébio como vice-presidente do conselho directivo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria.

10 de Fevereiro de 1999. — O Presidente, *António Ferreira Pereira de Melo.*

Escola Superior de Educação

Despacho (extracto) n.º 3946/99 (2.ª série). — Por despachos de 23 de Outubro e 13 de Novembro de 1998 respectivamente do presidente do Instituto Politécnico de Leiria e do coordenador do Centro de Área Educativa do Oeste, foi autorizada a acumulação para o ano lectivo de 1998-1999, para a Escola Superior de Educação deste Instituto, aos seguintes docentes:

Carlos Jorge Teixeira Marques, professor efectivo do grupo de Educação Física da Escola Secundária de Rafael Bordalo Pinheiro, Caldas de Rainha — como equiparado a assistente do 1.º triénio, com três horas (20%), com a remuneração mensal ilíquida de 33 100$, pelo período de 26 de Outubro de 1998 a 31 de Agosto de 1999.

João José Bernardes e Silva, professor efectivo do 11.º grupo A da Escola Secundária de Raul Proença, Caldas da Rainha — como equiparado a assistente do 2.º triénio, com três horas (20%), com a remuneração mensal ilíquida de 44 600$, pelo período de 26 de Outubro de 1998 a 31 de Agosto de 1999.

João Miguel Reis Simões Santo, professor efectivo do 10.º grupo A da Escola C+S Josefa de Óbidos, Óbidos — como equiparado a assistente do 1.º triénio, com quatro horas (30%), com a remuneração mensal ilíquida de 49 600$, pelo período de 26 de Outubro de 1998 a 28 de Fevereiro de 1999.

Manuel Mendes Nunes, professor efectivo do grupo de Educação Física da Escola Secundária de Rafael Bordalo Pinheiro, Caldas da Rainha — como equiparado a professor-adjunto, cinco horas (40%), com a remuneração mensal ilíquida de 122 200$, pelo período de 26 de Outubro de 1998 a 31 de Agosto de 1999.

Por despachos de 20 de Outubro e 13 de Novembro de 1998 respectivamente do presidente do Instituto Politécnico de Leiria e do coordenador do Centro de Área Educativa do Oeste, foi autorizada a acumulação para o ano lectivo de 1998-1999, para a Escola Superior de Educação deste Instituto, à seguinte docente:

Margarida Maria Monteiro Louro, professora efectiva do 6.º grupo da Escola Básica 2, 3 de São Martinho do Porto — como equiparada a assistente do 1.º triénio, com três horas (20%), com a remuneração mensal ilíquida de 33 100$, pelo período de 26 de Outubro de 1998 a 31 de Agosto de 1999.

Por despachos de 30 de Outubro e 13 de Novembro de 1998 respectivamente do presidente do Instituto Politécnico de Leiria e do coordenador do Centro de Área Educativa do Oeste, foi autorizada a acumulação para o ano lectivo de 1998-1999, para a Escola Superior de Educação deste Instituto, às seguintes docentes:

Helena Alves Sobreira, professora efectiva do 6.º grupo de Música da Escola Básica 2, 3 de D. João II de Caldas da Rainha — como equiparada a assistente do 1.º triénio, com seis horas (50%), com a remuneração mensal ilíquida de 82 600$, pelo período de 26 de Outubro de 1998 a 31 de Agosto de 1999.

Paula Isabel Duarte Gomes, professora efectiva do 1.º grupo de Matemática da Escola Secundária de Raul Proença, Caldas da Rainha — como equiparada a assistente do 2.º triénio, com seis horas (50%), com a remuneração mensal ilíquida de 111 500$, pelo período de 26 de Outubro de 1998 a 28 de Fevereiro de 1999.

Por despachos de 30 de Outubro e 13 de Novembro de 1998 respectivamente do presidente do Instituto Politécnico de Leiria e do coordenador do Centro de Área Educativa do Oeste, foi autorizada a acumulação para o ano lectivo de 1998-1999, para a Escola Superior de Educação deste Instituto, à seguinte docente:

Maria Leonor Anacleto Leitão de Freitas, professora efectiva do 1.º grupo de Matemática da Escola Secundária de Raul Proença, das Caldas da Rainha — como equiparada a assistente do 1.º triénio, com três horas (20%), com a remuneração mensal ilíquida de 33 100$, pelo período de 1 de Novembro de 1998 a 31 de Agosto de 1999.

4 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Manuel Silva.*

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Aviso n.º 3851/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos da legislação em vigor, torna-se público que se encontra afixada no Instituto Politécnico de Leiria, Edifício Maringá, torre 2, 2.º, a lista de candidatos admitidos e excluídos no concurso documental para recrutamento de um professor-adjunto para a área de Gestão e Economia para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão deste Instituto, aberto ao abrigo do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, cujo edital n.º 565/98 foi publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 180, de 6 de Agosto de 1998.

2 — Da lista referida no número anterior cabe recurso, a apresentar no prazo de oito dias a contar da data de publicação ou da que dela tiver conhecimento.

5 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira.*

Aviso n.º 3852/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos da legislação em vigor, torna-se público que se encontra afixada no Instituto Politécnico de Leiria, Edifício Maringá, torre 2, 2.º, a lista de candidatos admitidos e excluídos no concurso documental para recrutamento de um professor-adjunto para a área de Gestão e Economia para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão deste Instituto, aberto ao abrigo do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, cujo edital n.º 567/98, foi publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 180, de 6 de Agosto de 1998.

2 — Da lista referida no número anterior cabe recurso, a apresentar no prazo de oito dias a contar da data da publicação ou da que dela tiver conhecimento.

5 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira.*

Despacho n.º 3947/99 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a equiparação a bolseiro no estrangeiro ao professor-adjunto Nuno André Oliveira Mangas Pereira, no período de 25 e 26 de Janeiro de 1999.

2 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira.*

Despacho n.º 3948/99 (2.ª série). — Por deliberação de 21 de Janeiro de 1999 do conselho científico da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria foi renovada a cooptação para integrar aquele conselho dos seguintes docentes:

Carlos Artur Trindade Sá Furtado, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;
Manuel Carlos Lopes Porto, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
Manuel Marques Crisóstomo, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

E ainda, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 42.º do Estatuto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, as seguintes individualidades:

Dr. Tomás Oliveira Dias;
Engenheiro José Ribeiro Vieira.

2 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira.*

Despacho (extracto) n.º 3949/99 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Agosto de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foram autorizados, por urgente conveniência de serviço, os contratos administrativos de provimento para exercerem funções na Escola Superior de Tecnologia e Gestão com os docentes:

Maria Leopoldina Mendes Ribeiro Sousa, com a categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 1999.
Paula Sofia Pita da Silva e Castro Vide, com a categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 1999.
Jorge Santos Freitas Oliveira, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 16 de Setembro de 1998 e até 15 de Setembro de 2000.
Pedro José Franco Marques, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 3 de Outubro de 1998 e até 2 de Outubro de 1999.
Leonel da Silva Vicente, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 3 de Outubro de 1998 e até 2 de Outubro de 2000.
Carla Alexandra Calado Lopes, com a categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 1999.
Nuno Miguel Morais Rodrigues, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 1999.

(Processos visados em 14 de Dezembro de 1998 pelo Tribunal de Contas. São devidos emolumentos.)

Natália dos Santos Gameiro, com a categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 1999.
Paulo Alexandre Lopes Fernandes, com a categoria de equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral — com início em 13 de Outubro de 1998 e até 12 de Outubro de 2000.
Francisco Bernardo de Noronha e Távora, com a categoria de equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (30%) — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 1999.
Luísa Maria Silva Gonçalves, com a categoria de equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 2000.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Gastão Henrique Gonçalves Bettencourt, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 1999. (Declarado conforme em sessão do Tribunal de Contas de 31 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

Por despacho de 19 de Agosto de 1998 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento para exercer funções na Escola Superior de Tecnologia e Gestão com o docente Luís Fernando Mamede de Matos Almeida, com a categoria de equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo integral, com início em 1 de Setembro de 1998, pelo período de um ano. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Por despacho de 8 de Setembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foram autorizados, por urgente conveniência de serviço, os contratos administrativos de provimento para exercerem funções na Escola Superior de Tecnologia e Gestão com os docentes:

Nuno Manuel Rosa dos Santos Orfão, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 1999. (Declarado conforme em sessão do Tribunal de Contas de 29 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)
Irene Sofia Carvalho Ferreira, com a categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 1999.

António Manuel Couto Paixão, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 2000. (Declarado conforme em sessão do Tribunal de Contas de 31 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

Alexandrino José Marques Gonçalves, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 10 de Outubro de 1998 e até 9 de Outubro de 2000.

Ana Sofia Costa Viana, com a categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 2000.

Carlos Fernando Almeida Grilo, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 2000.

Catarina Helena Branco Simões da Silva, com a categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 10 de Outubro de 1998 e até 9 de Outubro de 2000.

Filipe Jorge Mota Pinto, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 1999.

Joaquim Armindo Tavares dos Santos, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 2000.

Jorge Miguel Sousa Barreiros, com categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 10 de Outubro de 1998 e até 9 de Outubro de 2000.

Vítor Miguel Marques Pereira Dias, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 1999.

Maria Micaela Gonçalves Pinto Dinis Esteves, com a categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 2000.

Rui Manuel Patrício Ferreira Pereira, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 2000.

Sónia Alexandra Santos Melo, com a categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 3 de Outubro de 1998 e até 2 de Outubro de 2000.

Olga Marina Freitas Craveiro, com a categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 1999.

Maria João de Noronha Goucha Borges de Almeida, com a categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 1999.

Julieta Maria Rodrigues Paixão, com a categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 1999.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Por despacho de 14 de Setembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foram autorizados, por urgente conveniência de serviço, os contratos administrativos de provimento para exercerem funções na Escola Superior de Tecnologia e Gestão com os docentes:

Eduardo Jorge Seixas Monteiro, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 1999.

Judite do Santos Vieira, com a categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 1999.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Por despacho de 14 de Setembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi renovada a contratação de Alzira Maria Ascenção Marques como assistente do 2.º triénio, em regime de dedicação exclusiva, com início em 16 de Setembro de 1998 e até 15 de Setembro de 1999. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Por despacho de 30 de Setembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foram autorizados, por urgente conveniência de serviço, os contratos administrativos de provimento para exercerem funções na Escola Superior de Tecnologia e Gestão com os docentes:

Anabela Quitela Nunes Veiga, com a categoria de equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 28 de Fevereiro de 1999.

Maria de Lurdes Neves Godinho, com a categoria de equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 1 de Outubro de 1998 e até 30 de Setembro de 2000.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Por despacho de 9 de Outubro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foram autorizados, por urgente conveniência de serviço, os contratos administrativos de provimento para exercerem funções na Escola Superior de Tecnologia e Gestão com os docentes:

Carlos Manuel da Costa Vieira, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 10 de Outubro de 1998 e até 28 de Fevereiro de 1999.

Miguel Ferrand Amoroso Lopes, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 10 de Outubro de 1998 e até 9 de Outubro de 1999.

Nuno Alexandre Gonçalves Martinho, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 10 de Outubro de 1998 e até 28 de Fevereiro de 1999.

Paulo Filipe Espírito Santo Sismeiro, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial, 30 % — com início em 10 de Outubro de 1998 e até 28 de Fevereiro de 1999.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Por despacho de 12 de Outubro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foram autorizados, por urgente conveniência de serviço, os contratos administrativos de provimento para exercerem funções na Escola Superior de Tecnologia e Gestão com os docentes:

Fernando da Conceição Batista, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 13 de Outubro de 1998 e até 28 de Fevereiro de 1999.

Pedro Miguel Gonçalves Martinho, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação exclusiva — com início em 13 de Outubro de 1998 e até 28 de Fevereiro de 1999.

Paulo Agostinho Silva Lima, com a categoria de equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de dedicação — com início em 13 de Outubro de 1998 e até 28 de Fevereiro de 1999.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Por despacho de 9 de Outubro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada a contratação de David Manuel Coelho Armindo, como encarregado de trabalhos, para exercer funções na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, com início em 10 de Outubro de 1998, pelo período de um ano. (Declarado conforme em sessão do Tribunal de Contas de 30 de Dezembro de 1998. São devidos emolumentos.)

3 de Fevereiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Despacho n.º 3950/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente em exercício do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Janeiro de 1999, proferido ao abrigo das competências que lhe estão conferidas pelo artigo 18.º da Lei n.º 54/90, conjugado com o regime de tutela previsto no artigo 7.º da mesma lei, e alínea *h*) do n.º 1 do artigo 15.º do Despacho Normativo n.º 181/91, de 2 de Agosto:

Maria de Fátima Afonso Marques Barreira, chefe de repartição destes serviços — nomeada, em regime de substituição, nos termos do artigo 8.º, n.ºs 1, 2, 3 e 6, do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, por um período de seis meses, improrrogáveis, directora de serviços do Gabinete de Relações Públicas e Cooperação Internacional, lugar previsto no n.º 2 do artigo 31.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Lisboa.

5 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *António José Carvalho Marques.*

Despacho n.º 3951/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente, em exercício do Instituto Politécnico de Lisboa de 11 de Janeiro de 1999, foi autorizado o contrato administrativo de provimento de Ana Paula Marujo Loureiro, como técnica-adjunta de 2.ª classe de BD, pelo período de um ano, sendo tácita e sucessivamente renovável

por iguais períodos, com efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República,* auferindo a remuneração mensal ilíquida de 96 800$. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *António José Carvalho Marques.*

Escola Superior de Comunicação Social

Despacho n.º 3952/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente em exercício do Instituto Politécnico de Lisboa de 2 de Novembro de 1998:

António Manuel Monteiro Cardoso — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (30%), para a Escola Superior de Comunicação do Instituto Politécnico de Lisboa, por um período de um ano e com início a 2 de Novembro, auferindo a remuneração mensal ilíquida de 91 700$, correspondente ao escalão 1, índice 185. (Isento de fiscalização prévia — artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

4 de Fevereiro de 1999. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *António da Cruz Belo.*

Despacho n.º 3953/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente em exercício do Instituto Politécnico de Lisboa de 13 de Novembro de 1998:

Susana Raquel de Oliveira Ferreira de Araújo — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial (50%), para a Escola Superior de Comunicação do Instituto Politécnico de Lisboa, por um período de um ano e com início a 16 de Novembro, auferindo a remuneração mensal ilíquida de 82 600$, correspondente ao escalão 1, índice 100. (Isento de fiscalização prévia — artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

4 de Fevereiro de 1999. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *António da Cruz Belo.*

Despacho n.º 3954/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente, em exercício, do Instituto Politécnico de Lisboa de 23 de Novembro de 1998:

Manuel José Marques Batista — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento como assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral com dedicação exclusiva, para a Escola Superior de Comunicação do Instituto Politécnico de Lisboa, por um período de três anos e com início a 23 de Novembro, auferindo a remuneração mensal ilíquida de 247 700$, correspondente ao escalão 1, índice 100. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Fevereiro de 1999. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *António da Cruz Belo.*

Despacho n.º 3955/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente, em exercício, do Instituto Politécnico de Lisboa de 2 de Dezembro de 1998:

João Pedro Gomes de Abreu — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral com dedicação exclusiva, para a Escola Superior de Comunicação do Instituto Politécnico de Lisboa, por um período de um ano e com início a 2 de Dezembro, auferindo a remuneração mensal ilíquida de 247 700$, correspondente ao escalão 1, índice 100. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Fevereiro de 1999. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *António da Cruz Belo.*

Escola Superior de Música

Despacho n.º 3956/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente, em exercício, do Instituto Politécnico de Lisboa de 20 de Novembro de 1998:

Autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento de Francisco José Pinto Pereira Ribeiro como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (60%), para a Escola Superior de Música, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 24 de Novembro de 1998, auferindo a remuneração mensal ilíquida de 193 200$. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Christopher Bochmann.*

Despacho n.º 3957/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente, em exercício, do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 1998:

Autorizada a adenda ao contrato administrativo de provimento de Roberto Alejandro Pérez como equiparado a professor-adjunto, passando a regime de tempo parcial (50%), para a Escola Superior de Música, com efeitos a partir de 28 de Outubro de 1998, auferindo a remuneração mensal ilíquida de 173 400$. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Christopher Bochmann.*

Despacho n.º 3958/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente, em exercício, do Instituto Politécnico de Lisboa de 28 de Outubro de 1998:

Autorizada a adenda ao contrato administrativo de provimento de Andrew Hugh Swinnerton como equiparado a professor-adjunto, passando a regime de tempo parcial (60%), para a Escola Superior de Música, com efeitos a partir de 28 de Outubro de 1998, auferindo a remuneração mensal ilíquida de 222 960$. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 1999. — O Director, *Christopher Bochmann.*

Escola Superior de Teatro e Cinema

Despacho n.º 3959/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente, em exercício, do Instituto Politécnico de Lisboa de 18 de Dezembro de 1998:

Autorizado o contrato de António Manuel de Bastos Serrano Neves da Silva como equiparado a assistente do 1.º triénio para o Departamento de Teatro da Escola Superior de Teatro e Cinema, em regime de tempo parcial (50%), a partir de 18 de Dezembro de 1998 e termo em 30 de Setembro de 1999, auferindo a remuneração mensal ilíquida correspondente ao índice 100, no valor de 82 600$ da tabela anexa ao estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Não sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Janeiro de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Manuel da Mota Rodrigues.*

Instituto Superior de Engenharia

Edital n.º 131/99 (2.ª série). — 1 — Faz-se público que, por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, em exercício, de 24 de Janeiro de 1999, no uso de competência própria, nos termos da alínea *b*) do artigo 9.º e da alínea *e*) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, conjugadas com a alínea *h*) do n.º 1 do artigo 15.º do Despacho Normativo n.º 181/91, de 2 de Agosto, publicado no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 192, de 22 de Agosto de 1991, e de acordo com o disposto dos artigos 5.º, 7.º, n.º 1, 10.º, n.ºs 1 e 2, 15.º, 21.º, 24.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias, a partir da data da publicação do presente edital no *Diário da República,* concurso documental para provimento de uma vaga de professor-adjunto do quadro de pessoal docente do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, conforme o mapa I anexo ao Decreto-Lei n.º 389/88, de 25 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 373/96, de 20 de Agosto, e pelo despacho n.º 33/96-IPL, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 275, de 27 de Novembro de 1996, área científica de Engenharia Mecânica, nas disciplinas afins de Termodinâmica Aplicada do domínio da Energia e Ambiente.

2 — O concurso é válido apenas para o preenchimento da vaga, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Ao presente concurso serão admitidos os candidatos que se encontram nas condições previstas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

4 — Conteúdo funcional — o descrito no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

5 — O requerimento de admissão ao concurso deverá ser dirigido ao presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e entregue pessoalmente ou enviado pelo correio,

em carta registada com aviso de recepção, até ao último dia do prazo fixado para a entrega das candidaturas, para o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, Rua do Conselheiro Emídio Navarro, 1900 Lisboa, nele devendo constar os seguintes elementos: nome, filiação, naturalidade, bilhete de identidade, número, data e arquivo que o emitiu, data de nascimento, residência, telefone, graus académicos e respectivas classificações finais, bem como todos os elementos que sejam susceptíveis de interferir na apreciação do mérito dos candidatos.

6 — Os candidatos deverão fazer acompanhar os seus requerimentos, conforme o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, dos seguinte documentos:

a) Documento comprovativo em como se encontra nas condições previstas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, se for caso disso;
b) Certificado de habilitações;
c) Certidão de nascimento;
d) Fotocópia do bilhete de identidade;
e) Certificado do registo criminal;
f) Atestado e certificado referidos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 48 359, de 27 de Abril de 1968;
g) Documento comprovativo de terem satisfeito a Lei do Serviço Militar, se for caso disso;
h) Quatro exemplares do *curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;
i) Quatro exemplares de toda a documentação referida no *curriculum vitae.*

6.1 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas *c*), *d*), *e*), *f*) e *g*) aos candidatos que declarem no respectivo requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada uma daquelas alíneas.

6.2 — Aos candidatos que venham exercendo funções neste Instituto é dispensada a apresentação dos documentos e da declaração referida no número anterior, desde que possuam os documentos pedidos no seu processo individual.

7 — Critérios de selecção e ordenação dos candidatos:

7.1 — Licenciatura em Engenharia Mecânica — ramo de Produção Industrial;

7.2 — Mestrado no domínio do concurso, preferencialmente ligado às energias renováveis;

7.3 — Experiência profissional relevante na indústria, na área do projecto dos recursos renováveis;

7.4 — Docência no ensino superior há, pelo menos, três anos, preferencialmente no ensino superior politécnico;

7.5 — Mérito pedagógico do currículo académico, no que respeita à organização, leccionamento e coordenação de actividades docentes no âmbito da especialidade;

7.6 — Mérito profissional do currículo industrial, valorizando-se a experiência em gestão e projecto na área da especialidade de engenharia do concurso;

7.7 — Mérito científico do currículo académico, no que respeita à experiência de investigação e trabalhos realizados.

8 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Licenciado Abílio Óscar da Costa Rodrigues Frias, professor-coordenador do quadro transitório do ISEL.
Vogais efectivos:

Licenciado Joaquim Augusto Neves Simões, professor-adjunto do quadro ISEL.
Licenciada Maria Armanda Cunha de Oliveira Serra de Jesus Oliveira, professora auxiliar do quadro transitório do ISEL.

Vogal suplente:

Licenciado Jorge Humberto Oliveira Santos Rocha, professor-coordenador do quadro transitório do ISEL.

9 de Fevereiro de 1999. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria da Graça Pinheiro das Neves Veloso Paes de Faria.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

Aviso n.º 3853/99 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto Politécnico de Portalegre e nos termos do n.º 1.4 do despacho de delegação de competências n.º 16/XIII/SEES/95, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 300, de 30 de Dezembro de 1995:

Autorizada a comissão de serviço, procedendo concurso e por urgente conveniência de serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º e do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, de José Manuel Gonçalves Polainas, na categoria de chefe de divisão, para a unidade dos Serviços Académicos, cujo aviso foi publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 154, de 7 de Julho de 1998, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999, por urgente conveniência de serviço. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Fevereiro de 1999. — O Vice-Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira.*

Escola Superior de Educação

Aviso n.º 3854/99 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Janeiro de 1999 do presidente do Instituto Politécnico de Portalegre e nos termos do n.º 1.4 do despacho de delegação de competências n.º 16/XIII/95, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 300, de 30 de Dezembro de 1995:

Autorizada a comissão de serviço, precedendo concurso e por urgente conveniência de serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º e do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, de Joaquim João Velez Guerra Conde, na categoria de secretário, para a Escola Superior de Educação, cujo aviso foi publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 154, de 7 de Julho de 1998, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 1999, por urgente conveniência de serviço. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Fevereiro de 1999. — O Vice-Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira.*

Aviso n.º 3855/99 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Janeiro de 1999 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Portalegre e nos termos do n.º 1.4 do despacho de delegação de competências n.º 2642/97, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 145, de 26 de Junho de 1997:

Autorizado o provimento de Jorge Manuel Torres Ferreira dos Santos na categoria de técnico de 1.ª classe da carreira técnica, em regime de nomeação definitiva, na sequência de concurso interno geral de acesso, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 254, de 3 de Novembro de 1998, com efeitos a partir de 27 de Janeiro de 1999, por urgente conveniência de serviço.

5 de Fevereiro de 1999. — O Vice-Presidente, *Nuno Manuel Grilo de Oliveira.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Instituto Superior de Engenharia

Contrato (extracto) n.º 601/99:

João António Antunes Marinho Marques — renovado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente, válido por dois anos, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Orlando F. B. Fernandes.*

Contrato (extracto) n.º 602/99:

Ângelo Alberto de Araújo Silveira — renovado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente, válido por dois anos, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Orlando F. B. Fernandes.*

Contrato (extracto) n.º 603/99:

Luiz Filipe da Cruz Cordeiro — renovado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente, válido por dois anos, com efeitos a partir de 30 de Setembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Orlando F. B. Fernandes.*

Contrato (extracto) n.º 604/99:

Fernando Manuel Pinto de Jesus e Silva — renovado o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente, válido por dois anos, com efeitos a partir de 30 de Setembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Orlando F. B. Fernandes.*

Contrato (extracto) n.º 605/99:

Francisco José Dias Pereira — renovado o contrato administrativo de provimento como assistente, válido por três anos, com efeitos a partir de 14 de Dezembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Orlando F. B. Fernandes.*

Contrato (extracto) n.º 606/99. — Maria de Fátima Gomes Cardoso e Coelho — renovado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente, válido por dois anos, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 1998. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Orlando F. B. Fernandes.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Despacho (extracto) n.º 3960/99 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Santarém, Prof. Doutor Jorge Alberto Guerra Justino, de 16 de Novembro de 1998, mediante autorização prévia do Secretário de Estado da Administração Pública de 24 de Maio de 1998, e de 21 de Julho de 1998 do Secretário de Estado do Orçamento:

Celebrados contratos de trabalho a termo certo, ao abrigo dos artigos 3.º e 4.º do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de Julho, com a alteração do n.º 6.º da Portaria n.º 29-A/98, de 16 de Janeiro, com as auxiliares de limpeza Maria Clarisse Cordeiro Luís Rodrigues, Helena Isabel Calisto Prudente Núncio Rodrigues, Maria Judite Caramujo Domingos Costa, Albertina Maria Jesus Costa e Maria Emília Godinho Figueiredo Cordeiro Cardoso, com efeitos reportados de 1 de Novembro de 1998 a 28 de Fevereiro de 1999, para prestar serviço na Escola Superior de Gestão deste Instituto. (Não estão sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Mário Jesus Mota.*

Despacho (extracto) n.º 3961/99 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Novembro de 1998 do presidente deste Instituto:

José Manuel Oliveira Carvalho — autorizado o contrato administrativo de provimento, precedendo concurso, como assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral e exclusividade, pelo período de três anos, com efeitos reportados a 12 de Outubro de 1998, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior Agrária deste Instituto. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Mário Jesus Mota.*

Despacho (extracto) n.º 3962/99 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Novembro de 1998 do presidente deste Instituto:

José Mira de Villas Boas Potes — autorizada a integração no quadro do pessoal docente da Escola Superior Agrária como professor-adjunto, em lugar criado pela Portaria n.º 23/97, de 8 de Janeiro, área científica de Agricultura Geral, vaga n.º 0. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Mário Jesus Mota.*

Rectificação n.º 454/99. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 14 478/98 (2.ª série), inserido no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 189, de 18 de Agosto de 1998, a p. 11 770, relativo a integrações no quadro do pessoal docente da Escola Superior de Gestão, rectifica-se que onde se lê:

Nome	Área	Vaga	Situação
Luís Manuel Fé de Pinho	Gestão/Marketing	N.º 6	Declarado conforme pelo Tribunal de Contas em 17 de Julho de 1998. São devidos emolumentos.
Pedro Manuel Luís de Freitas	Economia	N.º 7	Declarado conforme pelo Tribunal de Contas em 17 de Julho de 1998. São devidos emolumentos.
Emílio Manuel Quental Mateus	Contabilidade	N.º 9	Declarado conforme pelo Tribunal de Contas em 17 de Julho de 1998. São devidos emolumentos.

deve ler-se:

Nome	Área	Vaga	Situação
Luís Manuel Fé de Pinho	Gestão	N.º 6	Declarado conforme pelo Tribunal de Contas em 17 de Julho de 1998. São devidos emolumentos.
Pedro Manuel Luís de Freitas	Ciências Sociais e Humanas	N.º 7	Declarado conforme pelo Tribunal de Contas em 17 de Julho de 1998. São devidos emolumentos.
Emílio Manuel Quental Mateus	Gestão	N.º 9	Declarado conforme pelo Tribunal de Contas em 17 de Julho de 1998. São devidos emolumentos.

2 de Fevereiro de 1999. — O Administrador, *Mário Jesus Mota.*

Serviços de Acção Social

Aviso n.º 3856/99 (2.ª série). — Por força do estabelecido no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, os funcionários abaixo designados transitam para as categorias também indicadas, com efeitos desde 1 de Janeiro de 1998:

Nome	Categoria anterior	Categoria actual
Clarinda da Silva Noras Botelho Paulino Pereira.	Oficial administrativo principal.	Assistente administrativo especialista.
Maria Adília Torres Saldanha Braz.	Primeiro-oficial ...	Assistente administrativo principal.
José Manuel Matos Vitorino.	Segundo-oficial ...	Assistente administrativo principal.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

11 de Fevereiro de 1999. — A Administradora, *Maria Teresa Campos.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Escola Superior de Educação

Edital n.º 132/99 (2.ª série). — 1 — Armando José Pinheiro Marques Pires, vice-presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, no uso de delegação de competências (despacho n.º 1170/97, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 125, de 31 de Maio de 1997), faz saber que, nos termos do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico (Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho), se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias a partir da data de publicação do presente edital no *Diário da República,* concurso de provas públicas para o recrutamento de um professor-adjunto para o provimento de uma vaga do quadro de pessoal docente da Escola Superior de Educação deste Instituto Politécnico, aprovado pela Portaria n.º 4/97, de 2 de Janeiro, para a seguinte área:

I — Especialidade de comunicação/teatro para a educação:

2 — A este concurso são admitidos os candidatos que se encontrem nas condições previstas nos artigos 7.º, n.º 2, e 18.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

3 — As candidaturas devem ser formalizadas através de requerimento dirigido ao presidente do Instituto Politécnico de Setúbal e entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, em carta registada e com aviso de recepção, até ao último dia do prazo fixado para a entrega das candidaturas, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Nome completo;
b) Filiação;
c) Data e local de nascimento;
d) Estado civil;
e) Bilhete de identidade, número, data e arquivo de identificação que o emitiu;
f) Categoria profissional;
g) Residência e número de telefone;
h) Grau académico e respectiva classificação final.

4 — Os candidatos devem instruir os seus processos de candidatura com os seguintes documentos:

a) Fotocópia autenticada do bilhete de identidade;
b) Certificado do registo criminal;
c) Atestados e certificados referidos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 48 359, de 27 de Abril de 1968 (que demonstrem possuir a robustez necessária para o exercício do cargo, não sofrer de doença contagiosa, designadamente de tuberculose evolutiva, e reagir positivamente à prova da tuberculina ou ter sido submetido à vacinação do BCG);
d) Documento comprovativo de terem sido cumpridas as leis de recrutamento militar, se for caso disso;
e) Documento comprovativo de estarem nas condições exigidas no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, nomeadamente certificado de habilitações de licenciatura adequada e currículo profissional relevante;
f) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, em triplicado, a que deverão juntar um exemplar de cada trabalho ou publicação nele referido;
g) Três exemplares de estudo a propor pelo candidato, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho;
h) Quaisquer outros documentos que facilitem a formação de um juízo sobre as aptidões dos candidatos para o exercício do cargo a concurso.

5 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas *b*), *c*) e *d*) do número anterior desde que os candidatos declarem nos respectivos requerimentos, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente ao conteúdo de cada uma delas.

6 — As candidaturas devem ser entregues ou remetidas pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, para o Instituto Politécnico de Setúbal, Largo dos Defensores da República, 1, 2900 Setúbal.

22 de Janeiro de 1999. — O Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, *Armando José Pinheiro Marques Pires.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

Despacho (extracto) n.º 3963/99 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Outubro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Tomar, por delegação:

João Manuel Nobre Carvalheiro — contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (50%), para a Escola Superior de Tecnologia de Tomar, do IPT, com início em 13 de Outubro de 1998 e pelo período de um ano, auferindo a remuneração correspondente a 50% do escalão 1, índice 185, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Por despacho de 28 de Outubro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Tomar, por delegação:

Fernando Manuel da Conceição Costa — contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Tecnologia de Tomar, do IPT, com início em 1 de Novembro de 1998 e pelo período de um ano, auferindo a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico para esta categoria.

Fernando dos Santos Antunes — contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Tecnologia de Tomar, do IPT, com início em 1 de Novembro de 1998 e pelo período de um ano, auferindo a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico para esta categoria.

José Manuel da Silva — contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Tecnologia de Tomar, do IPT, com início em 1 de Novembro de 1998 e pelo período de um ano, auferindo a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico para esta categoria.

Carla Vieira Felizardo — contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Tecnologia de Tomar, do IPT, com início em 1 de Novembro de 1998 e pelo período de um ano, auferindo a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico para esta categoria.

Susana da Conceição Pires Guedelha Miguéns de Almeida — contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Tecnologia de Tomar, do IPT, com início em 1 de Novembro de 1998 e pelo período de um ano, auferindo a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico para esta categoria.

Carla Maria da Piedade Calado Rodrigues do Rego — contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Tecnologia de Tomar, do IPT, com início em 1 de Novembro de 1998 e pelo período de um ano, auferindo a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 100,

do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico para esta categoria.

Por despacho de 2 de Novembro de 1998 do presidente do Instituto Politécnico de Tomar, por delegação:

Carlos Miguel Fernandes Gonçalves — contrato administrativo de provimento, precedendo concurso, nos termos do Decreto-Lei n.º 195/97, como terceiro-oficial para a Escola Superior de Tecnologia de Tomar, do IPT, pelo período de um ano, tácita e sucessivamente renovável por iguais períodos, auferindo a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 180, do estatuto remuneratório do pessoal da Administração Pública.

António Manuel Henriques Cardoso — contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial (50%), para a Escola Superior de Gestão de Tomar, do IPT, com início em 2 de Novembro de 1998 e pelo período de um ano, auferindo a remuneração correspondente a 50% do escalão 1, índice 185, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico para esta categoria.

Abel Godinho Paulo — contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial (20%), para a Escola Superior de Gestão de Tomar, do IPT, com início em 2 de Novembro de 1998 e pelo período de um ano, auferindo a remuneração correspondente a 20% do escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico para esta categoria.

Maria Alexandra Falcão Bento Baptista Vilhena Carvalho — contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial (20%), para a Escola Superior de Gestão de Tomar, do IPT, com início em 2 de Novembro de 1998 e pelo período de um ano, auferindo a remuneração correspondente a 20% do escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico para esta categoria.

Laura dos Santos Pereira Antunes Rodrigues — contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, como equiparada a professora-adjunta, em regime de tempo parcial (20%), para a Escola Superior de Gestão de Tomar, do IPT, com início em 2 de Novembro de 1998 e pelo período de um ano, auferindo a remuneração correspondente a 20% do escalão 1, índice 185, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico para esta categoria.

António Manuel dos Anjos Mourão — contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, como equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo parcial (20%), para a Escola Superior de Gestão de Tomar, do IPT, com início em 2 de Novembro de 1998 e pelo período de um ano, auferindo a remuneração correspondente a 20% do escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico para esta categoria.

Maria Fernanda Pires Aparício — contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, como equiparada a professora-adjunta, em regime de tempo parcial (30%), para a Escola Superior de Gestão de Tomar, do IPT, com início em 2 de Novembro de 1998 e pelo período de um ano, auferindo a remuneração correspondente a 30% do escalão 1, índice 185, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico para esta categoria.

Cristina Maria Mendes Andrade — contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de exclusividade, para a Escola Superior de Gestão de Tomar, do IPT, com início em 2 de Novembro de 1998 e pelo período de um ano, auferindo a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico para esta categoria.

(Contratos sujeitos a fiscalização sucessiva por parte do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 1999. — O Administrador, *Miguel Eduardo de Osório Pinto dos Santos.*

AVISO

1 — Abaixo se indicam os preços das assinaturas das três séries do *Diário da República* para 1999.

2 — Não serão aceites pedidos de anulação de assinaturas com devolução de valores, salvo se decorrerem de situações da responsabilidade dos nossos serviços.

3 — Cada assinante deverá indicar sempre o número de assinante que lhe está atribuído e mencioná-lo nos contactos que tenha com a INCM.

4 — A efectivação dos pedidos de assinatura, bem como dos novos serviços, poderá ser feita através das nossas lojas.

5 — Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099 Lisboa Codex.

Preços para 1999 (em suporte papel, CD-ROM, Internet)

Papel (inclui IVA 5%)	
1.ª série	25 450$00
2.ª série	25 450$00
3.ª série	25 450$00
1.ª e 2.ª séries	47 250$00
1.ª e 3.ª séries	47 250$00
2.ª e 3.ª séries	47 250$00
1.ª, 2.ª e 3.ª séries	66 150$00
Compilação dos Sumários	7 550$00
Apêndices (acórdãos)	12 800$00
Diário da Assembleia da República	16 400$00

CD-ROM (inclui IVA 17%)		
	Assinante papel *	Não assinante papel
Contrato anual (envio mensal)	30 000$00	39 000$00
Histórico (1974-1997) (*a*)	70 000$00	91 000$00
Licença de utilização em rede (máximo de 5 utilizadores)	45 000$00	
Licença de utilização em rede (máximo de 10 utilizadores)	60 000$00	

Internet (inclui IVA 17%)		
	Assinante papel *	Não assinante papel
DR, 1.ª série	10 000$00	12 000$00
Concursos públicos, 3.ª série	10 500$00	13 500$00
1.ª série + concursos	18 000$00	23 000$00

* Preço exclusivo por assinatura do *Diário da República* em suporte de papel.
(*a*) Processo em fase de certificação pelo ISQ. Disponíveis seis anos, CD-ROM dos anos de 1992 a 1997, dos quais quatro são duplos.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85
ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 960$00 (IVA INCLUÍDO 5%)

INCM

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

LOCAIS DE INSCRIÇÃO DE NOVOS ASSINANTES, VENDA DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICOS

- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099 Lisboa Codex
  Telef. (01)387 30 02 Fax (01)384 01 32
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250 Lisboa
  Telef. (01)397 30 35/(01)397 47 68 Fax (01)396 94 33 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050 Lisboa
  Telef. (01)353 03 99 Fax (01)353 02 94 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000 Lisboa
  Telef. (01)796 55 44 Fax (01)797 68 72 Metro — Saldanha
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco — 1070 Lisboa
  (Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
  Telef. (01)387 71 07 Fax (01)353 02 94
- Avenida Lusíada — 1500 Lisboa
  (Centro Colombo, loja 0.503)
  Telefs. (01)711 11 19/23/24 Fax (01)711 11 21 Metro — C. Militar
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050 Porto
  Telef. (02)205 92 06/(02)205 91 66 Fax (02)200 85 79
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000 Coimbra
  Telef. (039)82 69 02 Fax (039)83 26 30

Diário da República Electrónico: **Endereço Internet: http://www.dr.incm.pt • Correio electrónico: dre @ incm.pt • Linha azul: 0808 200 110**